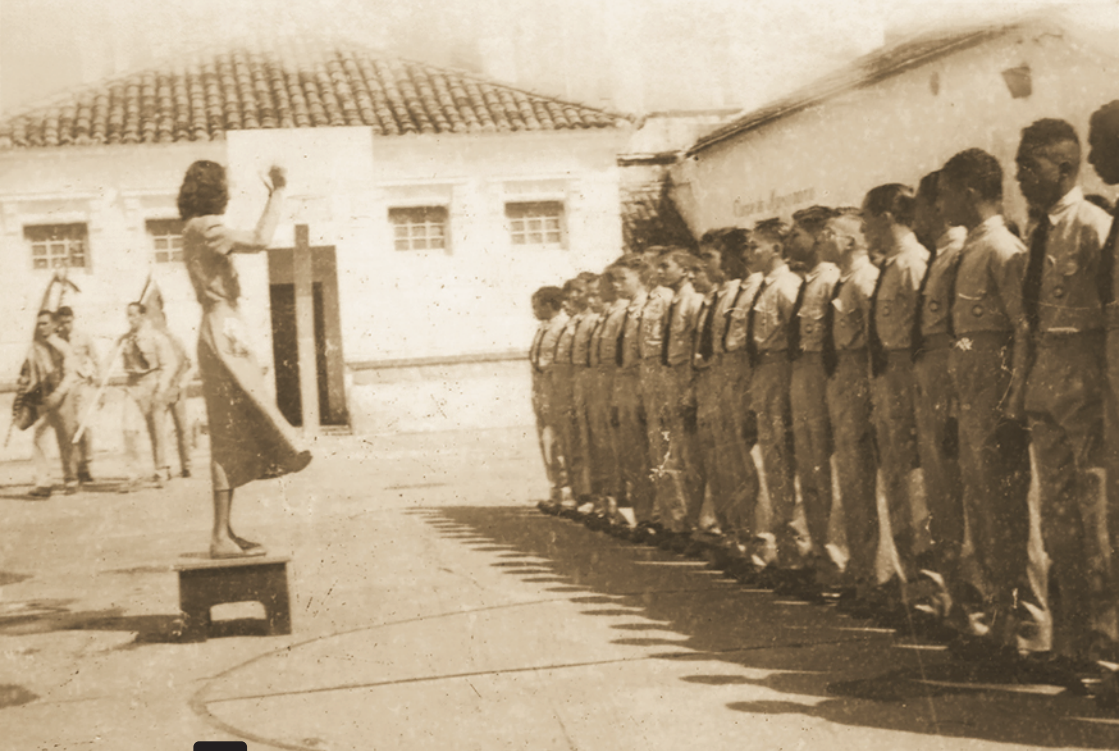
Nina Maria da Guia de Sousa Silva

Escola para os filhos dos outros

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1942-1968)



editoraIFPB editoraifrn

ESCOLA PARA OS FILHOS DOS OUTROS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1942-1968)

NINA MARIA DA GUIA DE SOUSA SILVA

editoraifrn editoraIFPB

Natal, 2019

Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem possibilidade de alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.

4.0 Internacional

OPEN ACCESS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITOR
Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA
Maria Cleidenédia Moraes Oliveira

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
Manoel Pereira de Macedo Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Pablo Andrey Arruda de Araujo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR
Wyllys Abel Farkatt Tabosa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Márcio Adriano de Azevedo

COORDENADORA DA EDITORA IFRN
Kadydja Karla Nascimento Chagas

REVISÃO TEXTUAL
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

EDITORA IFPB

DIRETOR EXECUTIVO
Carlos Danilo Miranda Regis

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Laís Lacet

Copyright © Nina Maria da Guia de Sousa Silva. Todos os direitos reservados.
Proibida a venda As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

S586e Silva, Nina Maria da Guia de Sousa

Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da escola industrial de Natal (1942-1968)/ Nina Maria da Guia de Sousa Silva – João Pessoa/PB: IFPB, 2019.

257f.: Il.
E-book (PDF)
ISBN: 978-85-54885-20-5

1. Educação e contexto histórico 2. Escola Industrial de Natal 3. Educação profissional. 4. Ensino industrial I. Escola Industrial de Natal. II. Lei Orgânica do Ensino Industrial III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte — IFRN.

CDU: 377:930

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Bibliotecas do IFPB -DBIBLIO

À memória do meu querido irmão Júnior e da amiga Enilda de Sá Leitão de Brito, que partiram sem tempo de qualquer despedida.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível realizar este trabalho sozinha. Neste percurso, tive a companhia de diversas pessoas que, direta ou indiretamente, participaram de sua construção.

Inicialmente, registro o apoio incondicional dos meus irmãos, que souberam compreender as minhas alegrias e tristezas durante esse percurso.

À profa. Marlúcia Paiva, pelas valiosas contribuições na orientação da tese defendida, em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este livro é resultado daquela tese.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus* Natal Central, instituição onde atuo e realizei a maior parte da minha pesquisa.

Em especial, ao ex-aluno e professor aposentado do IFRN, Severino do Ramo de Brito. Durante o desenvolvimento desse trabalho, vários foram os momentos em que pude compartilhar as suas memórias.

Ao grupo de ex-alunos e ex-professores da Escola Industrial de Natal, que, gentilmente, me receberam em suas casas ou se deslocaram até a sede do *Campus* Natal Central e Natal Cidade Alta-IFRN para contar um pouco de suas memórias. Esses encontros se revestiram de enriquecedores diálogos que registraram nuances de suas trajetórias nessa instituição, permitindo-me conhecer muito mais o cotidiano e as práticas que eram vivenciadas nessa Escola, no tempo em estudo: Anaide Dantas, Antonio Fernandes de Carvalho, Francisco Bernardino de Souza, Maria Duarte, Nazira A. Oliveria Vargas, Paulo Xavier Trindade, Nivaldo Calixto Torres, Maria Selma da Câmara Lima Pereira, Jandira Ferreira Bezerra (*in memoriam*), Joana D`Arc Bezerra de Andrade, Eleucia Bandeira, Meselemias do Nascimento, Ivonete Mamede, Marion Paiva da Rocha (*in memoriam*), Maria de Lourdes Alves de Souza (Marud), Ody Freire de Souza, Kerginaldo Barbosa Oliveira, Júlio Alves Hermínio, Joaquim Elói Ferreira da Silva, José Maria de Souza, Natanael Gomes da Silva (*in memoriam*), Fernando Japiassu e José Maria Cortez Gomes de Melo.

Particularmente, aos colegas e amigos do IFRN pelo apoio e incentivo constante para que eu conseguisse trazer, para o presente,

um pouco da história do passado dessa instituição: Magna Neri, Tânia Carvalho, Arilene Lucena, Cláudia Escóssia, Graça Baracho, Ulisséia Ávila, Andréa Gabriel e, em especial, aos colegas da Equipe Pedagógica.

APRESENTAÇÃO

Ao receber o convite para fazer a apresentação deste livro, fui levado por minha memória diretamente ao ano de 1995, quando conheci a autora, recém nomeada como Técnica em Assuntos Educacionais da, à época, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Desde então, nossas trajetórias pessoal e profissional se entrecruzam.

Participamos juntos de vários projetos e momentos institucionais, incluindo a implantação da Proposta Curricular da ETFRN/1995, o Redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico, de 2004, a criação e a implantação do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), a partir de 2004. No âmbito do NUPED, estamos participando, desde sua criação, de várias pesquisas, dentre as quais destaco "Investigando a implementação do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio no CEFET-RN a partir de 2005: o currículo e a gestão", 2008 a 2011; "As Licenciaturas oferecidas pelos Institutos Federais e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: buscando nexos", 2013 a 2018.

A pesquisadora Nina também participou, em 2018, da equipe que elaborou o projeto de criação do curso de Doutorado em Educação Profissional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP).

Nessa trajetória iniciada na Instituição em 1995, a Técnica em Assuntos Educacionais foi se constituindo como pesquisadora. Assim, realizou o mestrado em Educação, de 1997 a 1999, e o doutorado em Educação, de 2007 a 2012.

Todos esses movimentos, seguramente, têm contribuído para a sólida formação de uma pesquisadora madura que agora brinda a comunidade acadêmica com "ESCOLA PARA OS FILHOS DOS OUTROS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1942-1968)", produzido a partir de sua tese de doutorado, de mesmo título.

O trabalho analisa com aprofundamento teórico-conceitual a trajetória histórica da Escola Industrial de Natal, atual IFRN, no período de 1942 a 1968. O estudo aborda as características culturais, sociais e pedagógicas da Instituição, desvelando as práticas educativas dos sujeitos que as constituíram durante esse

período. Nesse sentido, os conceitos de memória e de cultura escolar ocupam lugar central para a compreensão dos aspectos que caracterizaram a organização administrativa e pedagógica da Escola como currículo, finalidades, normas disciplinares, assim como os participantes da comunidade escolar: estudantes, professores, dirigentes e funcionários e a distribuição do poder entre eles.

Antes de ser a Escola Industrial de Natal (EIN), em 1942, a Instituição já havia recebido outras denominações: Escolas de Aprendizes Artífices de Natal (1909-1937), nome com o qual foi criada; e Liceu Industrial de Natal (1937-1942). A mudança para essa nova denominação ocorreu em meio à demanda de um processo de industrialização que se fortalecia no país.

A autora mostra de forma clara e bem fundamentada que a EIN foi se constituindo em um espaço, majoritariamente, ocupado por sujeitos oriundos dos grupos sociais economicamente desfavorecidos da sociedade, em busca de uma formação que lhes garantisse o exercício de uma profissão. O recorte temporal escolhido cuidadosamente pela pesquisadora (1942 a 1968) permitiu verificar as mudanças provocadas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, e pela Lei nº 3.552, de 1959, na estrutura organizativa, no funcionamento e nas finalidades dessa Escola.

A autora capta com precisão e rigor conceitual que o ensino ministrado naquele período, além de estar voltado para a formação profissional, também se destinava a inculcar nos estudantes um conjunto de valores como o amor à pátria, a disciplina, o respeito aos valores cívicos e a crença de que o ensino industrial seria capaz de impulsionar o desenvolvimento do país, aspecto que, segundo a pesquisadora, assumiu maior protagonismo a partir dos anos de 1950.

A autora enfatiza que marcaram o caráter disciplinador dessa instituição o controle sobre as ações dos sujeitos, desenvolvido por meio de múltiplas práticas educativas, sob o controle constante daqueles que participavam de alguma forma da condução do processo educativo. Por outro lado, a formação profissional e humana, assegurada aos seus alunos, possibilitou novas oportunidades de inserção social não só no Estado do Rio Grande do Norte, mas também em outras regiões do Brasil.

Para a pesquisadora, a imagem que os próprios integrantes da EIN tinham da escola era muito positiva, pois "[...] a partir das

experiências vividas por eles próprios e divulgadas de diversas formas junto aos seus familiares e aos seus amigos, [a imagem era] de uma escola onde se poderia aprender uma profissão, organizada, disciplinadora e com bons professores" (p.67).

Apesar disso, conclui a pesquisadora, como o tipo da formação profissional proporcionada era marcada pelo caráter instrumental/manual, contraditoriamente, durante a sua trajetória, a Escola Industrial de Natal permaneceu sendo vista como uma instituição destinada aos filhos dos outros, aos filhos dos pobres.

A obra é de extrema relevância por desvelar e tornar pública parte importante da história do atual IFRN, assim como é essencial para pesquisadores e estudantes da história da educação e, mais especificamente, da história da educação profissional e de suas instituições.

Finalmente, quero convidar todos/as a mergulhar em profundidade neste livro, que é denso do ponto de vista teórico, e síntese do compromisso ético-político da pesquisadora com a educação em geral e, em particular, com a formação da classe trabalhadora e com Instituição na qual trabalha.

Natal (RN), setembro de 2019
Dante Henrique Moura

Tempo para tudo

Tudo neste mundo tem o seu tempo, cada coisa tem a sua ocasião. [...] Há tempo de plantar e tempo de arrancar; tempo de derrubar e tempo de construir. Há tempo de chorar e tempo de dançar; tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntá-las. Há tempo de procurar e tempo de perder [...], tempo de ficar calado e tempo de falar. (ECLESIASTES, 3:1-7).

Sumário

5 AGRADECIMENTOS

7 APRESENTAÇÃO

12 EU, A EDUCAÇÃO PROFISISONAL E A HISTÓRIA

22 DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (EAA) À ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (EIN)

34 A LEI ORGÂNICA DE ENSINO INDUSTRIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL

94 A NOVA REFORMA DO ENSINO INDUSTRIAL: A LEI Nº 3.552/1959

170 A FORMAÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES NA EIN

205 AS PRÁTICAS QUE CONSTITUÍRAM A ORDEM, A DISCIPLINA E A VIGILÂNCIA NO COTIDIANO DA EIN

233 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

239 REFERÊNCIAS

1
EU, A EDUCAÇÃO PROFISISONAL E A HISTÓRIA

> A ignorância do passado não se limita a negar a compreensão do presente; e compromete, no presente, a própria ação. [...] A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado, quando nada se sabe do presente (BLOCH, 1993, p. 98-100).

Toda caminhada inicia-se com um primeiro passo. No caso da investigação científica, esse primeiro passo pode ser traduzido por uma questão, por um problema, por uma pergunta ou uma dúvida em torno de algo sobre o qual desejamos ampliar os nossos conhecimentos. Em nossa vida pessoal, por um determinado tempo, uma questão nos acompanhou: por onde iniciar o trabalho de investigação que desejava-se realizar no doutorado? Que tema estudar e que delimitação definir para essa pesquisa? Havia, contudo, um desejo, ainda que incipiente, de efetivar um trabalho que abordasse algum aspecto da história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte — IFRN.

Uma trajetória de 100 anos parecia ser um campo fértil para investigações. Essa constatação inicial nos moveria a pensar mais insistentemente sobre a possibilidade de efetivar um trabalho que, igualmente, pudesse contribuir para trazer à tona alguns aspectos ainda não pesquisados dessa história.

Por essa razão, delimitamos, como período inicial do nosso estudo, o ano de 1942, quando teve início, nas escolas da rede federal de ensino profissional, a implementação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, por iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo, denominação dada ao período ditatorial do Governo Vargas (1937-1945). Essa legislação, ao lançar as novas bases de organização desse tipo de ensino, definiu um novo modelo de estruturá-lo, agora em grau de nível médio, o que assegurou a regulamentação do ensino técnico industrial, previamente inexistente nessas escolas. Em consequência dessa legislação, essas escolas puderam estruturar

os seus currículos com ofertas de cursos em grau equivalente aos cursos de 1º e 2º ciclos que eram oferecidos nas escolas secundárias propedêuticas. Assim, foram criados os cursos em nível industrial básico (1º ciclo) e cursos industriais técnicos (2º ciclo).

Como resultado dos estudos e investigações realizadas no desenvolvimento da pesquisa, verificamos que, no ano de 1959, uma nova reforma do ensino industrial formulada pelo Governo Kubitschek foi posta em prática pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Lei nº 3.552, de 1959, num contexto em que as obras de infraestrutura e o estímulo à industrialização eram prioridades.

Essa legislação se tornaria, em seu tempo, um marco na história do ensino industrial, visto que, por meio de seus princípios, seria garantida às escolas industriais e técnicas da rede federal sua autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, alterando em vários aspectos a Lei Orgânica de 1942.

Nesses termos, os anos de 1960 marcaram fortemente a Escola Industrial de Natal, tendo se constituído como um período de transitoriedade no que se refere, em especial, aos seus aspectos pedagógicos e administrativos. Essas mudanças possibilitaram reconfigurar o seu poder institucional, a partir da instalação, no ano de 1961, do Conselho de Representantes e do Conselho de Professores, e a sua organização curricular, em consequência da implantação dos seus primeiros cursos técnicos: Estradas e Mineração, em 1963. Além disso, foi, nesse contexto histórico, que, no ano de 1965, a antiga Escola Industrial de Natal foi transformada em Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), para, em seguida, em 1968, se tornar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Assim, o período de 1942 a 1968 nos permite verificar, neste estudo, as consequências provocadas no cotidiano dessa escola e em sua cultura escolar, pelas reformas que atingiram o ensino industrial: a Lei Orgânica do Ensino Industrial, 1942, e a Lei nº 3.552, de 1959.

Os estudos, o levantamento e as análises das fontes nos levaram para uma pesquisa que possibilitasse reconstituir, em termos mais amplos, a trajetória dessa instituição com o propósito de explicar a sua existência histórica, o que, para Magalhães (1996), significa:

> [...] integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

Desse modo, a escola passa a ser vista, em sua dimensionalidade interna e externa, como um lugar capaz de fornecer fontes e informações importantes para a formulação de interpretações não apenas sobre ela própria, mas também sobre a educação brasileira. Nesse sentido, trabalhar a historicidade dessa instituição implicou lançar um olhar sobre a sua história, num processo de desvelamento de uma memória construída com base não, apenas, em documentos escritos, mas também em depoimentos orais, produzidos por ex-alunos ao longo de três décadas de organização institucional da EIN.

Dessa forma, objetivamos reconstituir a trajetória histórica da Escola Industrial de Natal, com base na identificação de suas características culturais, sociais, administrativas e pedagógicas.

Nessa perspectiva, além da análise de suas práticas cotidianas, da organização do seu currículo, da constituição do quadro de seus professores e alunos, de suas práticas educativas e de suas normas disciplinares, tivemos a preocupação de observar como essa instituição dialogava com a comunidade externa e as possíveis repercussões daí resultantes.

Esse processo, inicialmente, foi desenvolvido no arquivo da própria instituição, o IFRN. Para o alcance desses propósitos, definimos o processo de levantamento, de análise crítica e de seleção das fontes, com base na concepção de documento expressa por Febvre (1949):

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a

> atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 1996, p. 540).

Se, por um lado, essa visão ampliada de conceber a noção de documento para além das fontes escritas, garantiu novas possibilidades de investigações, sobretudo, para o campo da pesquisa histórica; por outro, colocou em destaque a importância do exercício da crítica do documento-monumento de que trata Le Goff (1996), visto que o documento não seria qualquer coisa que fica por conta do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.

Ao definirmos como centralidade dessa pesquisa o estudo da Escola Industrial de Natal, elegemos como elementos fundamentais para a estruturação do processo investigativo, tendo em vista a constituição de sua identidade institucional, o conjunto de aspectos a seguir: o conhecimento sobre os cursos e níveis de ensino ofertados no período de 1942-1968; o tempo de escolarização; a sua arquitetura escolar, com destaque para o uso pedagógico e cultural que era dado aos seus espaços; a composição do corpo docente (forma de acesso e formação acadêmica); a constituição do grupo de alunos, com destaque para a identificação social e as condições de acesso; a caracterização da gestão escolar; e o reconhecimento dos espaços de decisão institucional. Por essa razão, consideramos fundamental assinalar que esses elementos permitiram traçar um retrato da Escola Industrial de Natal, com base nos aspectos de sua organização, do seu cotidiano, de seus rituais, da sua cultura e significados, principalmente para a sociedade da cidade do Natal.

No desenvolvimento dessa pesquisa histórica, os documentos escritos ocuparam um lugar de destaque na constituição de sua base empírica. Devido à importância que representou para essa pesquisa, em razão da riqueza de suas informações, os registros oficiais como leis, decretos, portarias, relatórios, livros de posse dos professores e funcionários, livros de matrículas, livro de atas das reuniões da congregação de professores, cartas, foram transformados em fontes. Além desses documentos, decidimos trabalhar, também, com a iconografia, por considerá-la uma fonte histórica. Esse posicionamento nos levou a inserir no texto algumas fotografias que pudessem desvelar vestígios das práticas educativas que constituíram, em um tempo social determinado, a trajetória

histórica da EIN, a partir do sentido atribuído por Kossoy (2001), na operação por ele denominada de análise iconográfica. Isso implica a análise do registro visual, isto é, o conjunto de informações visuais que compõem o conteúdo do documento.

Para tanto, serão destacados, nas fotografias, os elementos que nos possibilitem reconhecer os vestígios da cultura escolar que forjaram a identidade da Escola Industrial de Natal, sem perder de vista que o assunto registrado em uma determinada imagem mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada, ou seja, de um determinado aspecto. Nesse processo, não é demais lembrar que nos coube realizar o exercício permanente da interpretação, da crítica e da interrogação, a fim de que pudéssemos perceber, na imagem, o que estava nas entrelinhas, **o não dito** de que trata Certeau (2006), pois "o significado mais profundo da imagem, não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial" (KOSSOY, 2001, p. 117).

Corroborando essa concepção, Ciavatta (1998) atesta que testemunho visual das aparências, como informação e como fonte de recordação e de emoção, a imagem fotográfica associa-se à memória e introduz uma nova dimensão no conhecimento histórico. Sendo assim, as fotografias presentes neste trabalho não foram reduzidas a meras ilustrações e apoio ao texto escrito, mas constituíram fonte capaz de contribuir com o desvelamento de informações sobre a história da EIN.

Então, iniciamos o trabalho de seleção daquelas imagens que poderiam permitir a identificação de aspectos referentes à organização e ao desenvolvimento das práticas educativas da EIN como, por exemplo, as exposições escolares que ocorriam no final de cada ano letivo, as solenidades oficiais de entrega dos diplomas aos alunos que concluíam os seus cursos, as diversas comemorações cívicas (hora cívica e os desfiles cívicos), atividades socioculturais, esportivas e religiosas (festas — aniversário da escola, torneios esportivos, colônias de férias, piqueniques, celebrações religiosas), as práticas de educação física e canto orfeônico, bem como o registro das práticas nas oficinas. Durante esse processo, um dos desafios enfrentados dizia respeito à identificação do tempo e do espaço de produção daquelas imagens. A investigação nos levou a descobrir que a maior parte do acervo selecionado havia sido produzido durante os anos de 1940-1960, por iniciativa da própria

Direção da EIN, que, ao longo dessa trajetória, inseriu como uma das ações a ser desenvolvida o registro das atividades realizadas, não somente no espaço interno da Escola, mas também nos ambientes externos em que essa instituição se fazia representar. Isso nos sugere que essas fotografias foram produzidas, como bem nos alerta Kossoy (2001), com uma finalidade documental, ou seja, criar uma representação oficial dessa instituição de ensino.

O cuidado de constituir, oficialmente, uma **representação coletiva** que servisse para que a instituição se apresentasse apta a preparar os alunos para o desenvolvimento de um ofício/uma profissão, foi algo que permeou, ao longo de sua trajetória, o trabalho dos dirigentes, dos professores e, de igual modo, a crença de segmentos da sociedade que acreditavam ser essa a missão da escola. O sentido dessa representação coletiva visa a concepção empreendida por Chartier (1990), que a concebe como algo capaz de designar incorporação dentro de cada indivíduo das estruturas do mundo social. Essas estruturas são construídas a partir de percepções do social, que não são discursos neutros. Ao contrário, são discursos capazes de produzir, segundo ainda esse autor,

> [...] estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Portanto, o modelo de instituição profissional que se firmava, no âmbito da Escola Industrial de Natal, baseada em uma cultura que privilegiava o controle sobre os comportamentos, espaços e tempo dos alunos, apesar de algumas resistências em face dos limites impostos, era concebido, por eles, como algo importante para o alcance dos objetivos institucionais propostos.

Convém, ainda, assinalar que, em vista do desafio de identificar o tempo, os sujeitos e as ações registradas em algumas das fotografias que tínhamos em mão, decidimos recorrer a um grupo de ex-alunos integrantes dos cursos da EIN a partir do ano de 1945 até os anos de 1960, o que foi uma iniciativa considerada exitosa.

Em seguida, foi possível constatar que informações sobre determinados aspectos da trajetória da EIN, até então não localizadas nos documentos escritos, estavam sendo desveladas através da memória desses sujeitos. Assim, decidimos inserir, na pesquisa, os depoimentos orais. Essa decisão levava em conta a concepção de que o depoimento oral não constitui, necessariamente, uma prova, mas pode ser uma significativa contribuição para a busca da prova ou das provas. O importante não é a discussão sobre a fonte que tem mais validade — a oral ou a escrita, visto que ambas são construídas, mas tentar compreender o que há de representativo, ou não, no depoimento, assim como explicar, selecionar para hierarquizar, criar uma mediação entre o depoimento e as demais fontes.

Esses depoimentos trouxeram à tona a necessidade de definição da escolha dos depoentes. Para Louro (1990), essa etapa:

> Mais do que casual, pode e deve ser realizada em função da potencialidade de sua contribuição para os propósitos da pesquisa. [...] Há, portanto, pessoas específicas que precisam ser buscadas por deterem uma experiência significativa para o trabalho (LOURO, 1992, p. 26).

Parece certo, no entanto, que, se desejarmos acompanhar determinado processo histórico, como mudanças educacionais, necessitaremos de pessoas que tenham vivido esse processo em diferentes períodos. Essa perspectiva nos levou a entrevistar um grupo de 12 (doze) alunos que frequentaram a escola, em tempos diversos, durante os anos de 1945-1967. Dentre eles, um se tornou professor da própria escola no ano de 1954 e outros 7 (sete) a partir do ano de 1962. Outro aspecto que levamos em consideração na seleção foi tentar garantir a constituição de um grupo que representasse uma formação oriunda dos diversos cursos existentes na EIN. Nesse caso, foi possível incluir alunos dos antigos cursos do industrial básico: mecânica de máquinas, marcenaria, alfaiataria e artes do couro, além de um aluno da 2ª turma do curso industrial técnico de mineração, um dos dois primeiros cursos técnicos criados na EIN, no ano de 1962, e implantados em 1963.

Com o propósito de melhor compreender a constituição do quadro docente e a assistência social destinada aos alunos,

decidimos entrevistar 3 (três) professoras e uma assistente social que ingressaram nessa escola, em tempos diferentes, uma professora, no ano de 1943, no início da implementação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, e as outras profissionais, durante a vigência da Lei 3.552/1959, na década de 1960.

Nesses termos, urge que reflitamos sobre as múltiplas possibilidades de análises que uma investigação sobre a história de uma instituição de ensino pode permitir, à luz da reconstituição de sua existência no passado, num diálogo permanente com o tempo presente, sem perder de vista as diferentes formas de olhar as práticas que circunscrevem essa instituição. Esse movimento implica verificar os diversos elementos que constituem a memória dessa Escola para a identificação de determinados aspectos que a distinguem de outras instituições de ensino. Nessa investigação, por exemplo, procuramos entender o sentido que o espaço arquitetônico da EIN ocupava nos relatos orais e nos documentos escritos a que tivemos acesso. Nos depoimentos do grupo de alunos, o prédio escolar é apresentado em todos os seus detalhes como aquele espaço onde as diversas práticas educativas se desenvolviam, bem como o prédio que mais se destacava na Avenida Rio Branco, sobretudo, pela beleza de sua fachada. Em contrapartida, era comum encontrar registrada, nos documentos escritos emitidos pelo corpo dirigente, a necessidade imperiosa de se construir um novo prédio capaz de assegurar à escola maior quantidade de salas de aula e garantir o aumento de sua matrícula. Somente por meio de uma análise cuidadosa das fontes, é possível compreender as caracterizações especificas de cada instituição de ensino.

No capítulo 2, decidimos, inicialmente, lançar um breve olhar sobre o contexto que marca a criação da Escola de Aprendizes Artífices no RN. Assim, nos primeiros anos de funcionamento dessa escola, nos foi possível evidenciar uma concepção existente no governo brasileiro sobre o ensino profissional. Nessa perspectiva, esse ensino deveria ser capaz de formar, preferencialmente, um determinado segmento da população considerado **desfavorecido da fortuna**, por meio de uma formação básica para um oficio e um conjunto de orientações que ditavam as formas de comportamento a ser assumido pelos referidos alunos. Nos anos de 1930, devido ao processo de mudanças estruturais na ordem política, econômica e social que se desenvolvia no Brasil, optamos por verificar as

modificações ocorridas na organização do ensino industrial e as suas repercussões no interior dessa escola.

No capítulo 3, analisamos as implicações das Leis Orgânicas do Ensino Industrial na constituição dessa instituição, agora denominada Escola Industrial de Natal, destacando a organização da nova estrutura curricular, a partir da criação dos cursos industrial básico de Alfaiataria, Artes do Couro, Marcenaria e Mecânica de Máquinas. Nesse capítulo, também procuramos destacar o lugar ocupado pelos alunos na escolha dos cursos, a forma de acesso, a criação do Serviço de Orientação Educacional e a constituição do quadro de matrículas, quem eram esses alunos e qual a sua origem social.

No capítulo 4, trazemos à tona os acontecimentos dos anos de 1950 que redefiniram a forma de organização dessa Escola, como consequência da nova reforma do ensino industrial, a Lei 3.552, de 1959, que garantiu a sua autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Desse modo, caracterizamos as relações de poder, a constituição das hierarquias e as instâncias com capacidade de decisão no interior da escola, destacando a estruturação do Conselho de Representantes (CR), do Conselho de Professores (CP) e o papel atribuído ao Diretor da Escola. Analisamos, ainda, a nova estrutura curricular, organizada nos anos de 1960 nessa escola, a partir da criação do Ginásio Industrial e dos cursos industriais técnicos: Estradas e Mineração. Essa particularidade levou a instituição a definir novas estratégias de se relacionar com o mercado de trabalho e com alguns órgãos públicos e instituições privadas, objetivando, principalmente, os estágios profissionais. Além disso, verificamos os movimentos desenvolvidos em face da construção do novo prédio escolar. Esse espaço foi concebido como elemento importante para a organização e definição de uma instituição de ensino, uma vez que se apresenta como lugar, onde, em especial, acontece o processo de socialização e a disseminação de conhecimentos, normas, valores e ritos.

No capítulo 5, com o propósito de identificar como a Escola Industrial de Natal constituiu o seu quadro de professores durante o percurso investigativo de 1942 a 1968, privilegiamos as análises acerca das suas características, a partir da identificação dos ciclos de renovação e seu recrutamento, bem como as estratégias utilizadas por essa escola para aumentar o contingente desses profissionais.

Além disso, foram efetivados estudos sobre as ações empreendidas por essa escola e pela Diretoria de Ensino Industrial- DEI e a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial - CBAI, na organização das atividades de capacitação que garantissem uma formação adequada à nova educação profissional que se descortinava a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial.

No capítulo 6, tentamos compreender a cultura escolar que estava sendo forjada na EIN, como consequência das práticas que constituíram a ordem, a disciplina e a vigilância no cotidiano dessa instituição de ensino, concebida como poder disciplinar, com base nas formulações de Foucault (2009, p. 179), que o define como algo que "se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória". Nesses termos, esse autor contribui para a análise dos mecanismos de exercícios dos poderes relacionados à produção de saberes.

O controle sobre as ações dos sujeitos, desenvolvido na Escola Industrial de Natal, por meio de suas múltiplas práticas educativas, nos espaços específicos e no tempo previamente determinado, sob o olhar constante daqueles que participavam de alguma forma da condução desse processo, nos possibilitou identificar o caráter disciplinador que marcaria, fundamentalmente, essa instituição ao longo de sua trajetória.

2

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (EAA) À ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (EIN)

2.1. A organização do ensino profissional a partir da criação das escolas de aprendizes artífices

Para compreendermos a trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (EIN), consideramos importante conhecer um pouco do contexto de criação da rede federal de escolas de ensino profissional, que remonta aos primeiros anos do século XX, quando são criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha.

Vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio[1] até o início dos anos de 1930, essas instituições de ensino constituíram uma rede de escolas profissionais em 19 unidades da federação e foram, nos anos de 1940, precursoras das escolas industriais e das escolas técnicas federais.

A instituição dessa rede federal de escolas profissionais evidenciava que a ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização, que permeou, sobretudo, os primeiros anos da República, "passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica. O pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais" (SOUZA; VALDEMARIN, 2005, p. 212). Nesse processo, também se evidencia o caráter ideológico que orientava essa decisão do Governo, ao considerar que era preciso educar pelo trabalho aqueles meninos que estavam à margem da sociedade, **os filhos dos desfavorecidos da fortuna**. Observemos o que diz o texto introdutório do Decreto que a criou:

> [...] Considerando: que com o aumento constante da população das cidades exige que se

1. Criado em 1906, esse Ministério, além de outras atribuições, passaria a ter sob a sua responsabilidade, como uma de suas atribuições, os assuntos relativos ao ensino profissional.

> facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os **filhos dos desfavorecidos da fortuna** com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909, n. p., grifo nosso).

No mesmo Decreto, em seu Art. 2º, o Governo Federal se propõe a "formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos, necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício" (BRASIL, 1909, n. p.). Há uma definição da maneira como a escola deveria organizar e desenvolver o seu processo de ensino - em sintonia com o perfil do trabalhador que deveria formar, isto é, operários e contramestres. Esse propósito de oferecer instrução profissional à população não estava dissociado do estágio de desenvolvimento em que se encontrava o país, com uma economia baseada na agricultura, mas com alguns setores da produção em via de desenvolvimento.

Para tanto, o Decreto define, em seu Art. 6º, que seriam admitidos os indivíduos que requeressem a vaga dentro do prazo marcado para a matrícula, mas seriam **preferidos** os desfavorecidos da fortuna. Ademais, seriam levados em conta os requisitos como "a) Idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo; b) não sofrer o candidato moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeito que o impossibilitem para o aprendizado do ofício" (BRASIL, 1909, n. p.). Essa lei não fazia referência à garantia de matrícula para o sexo feminino, mas legalmente também não o impedia. No caso especifico da Escola de Natal, essa instituição se manteria como escola voltada unicamente para a formação masculina até a metade dos anos de 1970.

Apesar de se constituir em uma escola pública e gratuita, os critérios estabelecidos evidenciavam uma clientela preferencial, os desfavorecidos da fortuna, e aqueles que seriam excluídos por razões relacionadas às condições físicas e de saúde apresentadas. Assim, a instrução profissional era uma ação circunscrita, não

apenas no âmbito pedagógico, mas também socioeconômico, político e ideológico.

Em 1909, na Escola de Aprendizes Artífices sediada em Natal-RN, foram criadas as oficinas de **marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria e funilaria***,* além do curso primário obrigatório para os alunos que não sabiam ler, escrever e contar e do curso de Desenho, destinados àqueles que necessitavam dessa disciplina para o exercício satisfatório do oficio que aprenderiam.

Em termos gerais, as oficinas instaladas, nessa instituição, correspondiam ao que estava estabelecido em lei. Assim sendo, em cada uma das Escolas de Aprendizes Artífices deveriam ser instaladas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, que fossem mais convenientes e necessárias para o Estado, consultadas, quando possível, as especialidades das suas indústrias. Esse modelo de organização institucional, em que os cursos oferecidos em regime de oficina por profissionais desses ofícios, recrutados, como fator-trabalho na comunidade local (alfaiates, marceneiros, sapateiros, serralheiros e funileiros), para Meireles (2006), confirma os limites da EAA quanto à formação profissional.

Esses limites formativos das Escolas de Aprendizes Artífices repercutirão no processo de constituição de uma realidade que se configura dissociada do quadro socioeconômico existente em algumas das regiões onde essas Escolas estavam localizadas. Diante desse fato, Machado (1982) ressalta que não podia existir outra realidade em termos de ensino profissional, já que "predominava no país um tipo de economia agrário-exportadora, voltada principalmente para o cultivo do café. A estrutura do poder tinha sua base no coronelismo e este, por sua vez, se erigia a partir da concentração da propriedade agrária" (MACHADO, 1982, p. 31). Esse modelo econômico destacado por essa autora somente começou a ser alterado no contexto das crises que esse setor enfrentou e com a maior estruturação da indústria, sobretudo a partir da década de 1930, quando, aos poucos, a necessidade por mão de obra mais qualificada provocou a mudança dessa concepção de ensino profissional, assumido inicialmente por essas escolas.

Em decorrência desse objetivo inicial do governo, ou seja, educar, preferencialmente, para um ofício os meninos das camadas pobres, foi sendo criada uma representação dessa escola como um campo de ação educativa voltada unicamente para formação de

meninos considerados economicamente desfavorecidos da sorte, os meninos pobres, pois, como afirma Chartier (1990, p. 17), as representações do mundo social "são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza". Essas escolas identificadas para atender os meninos filhos das camadas populares, classificando-as como a **escola dos filhos dos pobres ou a escola para os filhos dos outros***,* reforçavam e delimitavam a dualidade de formação destinada aos diferentes grupos sociais, num país onde, historicamente, o interesse das elites voltava-se para a formação de uma cultura clássica propedêutica.

Por outro lado, no que tange a essas relativas concessões no âmbito educacional, onde eram destinadas vagas a quem quase nada possuía, torna-se necessário verificar o movimento de forças sociais presentes e o peso que possuíam junto aos poderes constituídos, num processo de construção de um país que almejava alcançar certo nível de desenvolvimento. Em busca do alcance desses objetivos, esses grupos utilizavam como estratégia*,* aqui concebida na concepção de Certeau (2009*),* algumas ações que servissem para acomodar os filhos dos excluídos do processo econômico, o que significava a garantia de acesso a uma escola com pretensões de lhes oferecer uma formação profissional, mesmo que básica, mas capaz de afastá-los das possíveis lutas para alterar a realidade vigente. Assim, ancorado no poder político e econômico, e nas garantias alcançadas junto ao Estado, uma minoria privilegiada ia traçando a sua história de dominação.

Segundo Cunha (2005, p. 35), o rendimento das EAA era considerado "extremamente baixo, resultado das precárias condições de vida dos alunos e de suas famílias: a evasão era alta e a qualidade do ensino, precária". Diante das dificuldades apresentadas por essas escolas, algumas transformações, nesse ramo de ensino, passaram a ser implementadas a partir de 1920, com a criação por parte do Governo Federal do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

Então, foi constituída uma Comissão formada por administradores e mestres contratados, inicialmente, junto ao Instituto Parobé do Rio Grande do Sul[2], a qual foi atribuída o

2. Instituto Parobé, antes denominado Instituto Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

propósito de examinar o funcionamento das escolas e apresentar medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente. O que implicava, dentre as várias atribuições assumidas, orientar a educação ministrada nessas escolas e o preparo profissional de contramestres, mestres e professores nas Escolas Normais de Artes e Ofícios, editar publicações sobre o ensino técnico profissional, principalmente relacionados aos cursos de desenho e tecnologia e, ainda, propor os contratos de professores, mestres e contramestres e demais técnicos para o ensino profissional. Para presidir a Comissão, foi escolhido o Engº. João Luderitz, então diretor do referido Instituto, que se fez acompanhar por técnicos da mesma instituição, postos à disposição do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

Como resultado do trabalho da Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, foi elaborado o Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico e apresentado ao Governo, no ano de 1923. Apesar de sua não aprovação, o Projeto trazia, em sua essência, algumas medidas consideradas novas e de grande alcance como, por exemplo: "a industrialização das escolas, [...] a criação de uma Inspetoria do Ensino Técnico Profissional, órgão central destinado a dar estrutura uniforme a todas as escolas e a mantê-las fiscalizadas e articuladas" (FONSECA, 1961, p. 191). Diante da não aprovação desse projeto, coube ao então coordenador Engº João Luderitz tentar intermediar junto ao Ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida, para que alguns dos princípios defendidos nesse documento pudessem vir a ser postos em prática. Isso ocorreu após a assinatura do Ministro, em 13 de novembro de 1926, do ato que daria origem à Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices**,** um extenso documento constituído de 45 (quarenta e cinco) artigos com o propósito de construir a unidade administrativa e curricular dessas escolas.

Essa Lei mantinha a essência da legislação do ensino industrial em vigor — a oferta do ensino profissional primário (elementar e complementar), com o propósito de formar operários e contramestres, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Organização do ensino profissional primário (1926)

Curso Primário, Curso de Desenho e Secções de ofícios (aprendizagem nas oficinas de alfaiataria, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheria)	
1º ano/aulas por semana	Leitura e escrita (8h); Caligrafia (2h); Lição de coisas (2h); Desenho e trab. manuais (15h); Ginástica e canto (3h). Total: 36h
2º ano/aulas por semana	Leitura e escrita (6h); Contas (4h); Elementos de geometria (2h); Geografia e história pátria (2h); Caligrafia (2h); Instrução moral e cívica (1h); Lição de coisas (2h); Desenho e trabalho manuais (16h); Ginástica e canto (3h). Total: 38 horas.
3º ano/aulas por semana	Português (3h); Aritmética (3h); Geometria (3h); Geografia e história pátria (2h); Lição de coisas (2h); Caligrafia (2h); Instrução moral e cívica (1h); Desenho ornamental e de escala (8h); Aprendizagem nas oficinas (18h). Total: 42 horas.
4º ano/aulas por semana	Português (3h); Aritmética (3h); Geometria (3h); Rudimentos de física (2h); Instrução moral e cívica (1h); Desenho ornamental e de escala (6h); Desenho industrial e tecnologia (6h); Aprendizagem nas oficinas (24h). Total: 48 horas.
1º ano complementar (aulas por semana)	Escrituração de oficinas e correspondência (4h); Geometria aplicada e noções de álgebra e de trigonometria (4h); Física experimental e noções de química (4h); Noções de história natural (3h); Desenho industrial e tecnologia (9h); Aprendizagem nas oficinas (24). Total: 48 horas.
2º ano complementar (aulas por semana)	Correspondência e escrituração de oficinas (3h); Álgebra e trigonometria elementares (2h); Noções de física e química aplicada (3h); Noções de mecânica (2h); História natural elementar (3h); Desenho industrial e tecnologia (9h); Aprendizagem (27h). Total: 48 horas.

Fonte: Brasil (1926) *apud* Fonseca (1961).

Essa estrutura curricular permitia aos alunos, que cursavam o curso primário e de desenho, receber os ensinamentos práticos para um ofício. Nesse caso, nos primeiros anos, lhes era oferecido aprendizagem de trabalhos manuais como estágio prevocacional da prática dos ofícios; a partir do 3º ano, amplia-se a carga horária destinada aos ensinamentos práticos. Assim, eram assegurados, por meio da Aprendizagem de oficinas**,** os estudos específicos para uma determinada profissão em nível industrial básico. Na escola de Natal, essa formação ocorria nas oficinas de alfaiataria, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheria.

Dessa forma, quase duas décadas após a criação da rede de ensino profissional, o Governo continuava sem definir mudanças na estrutura do ensino industrial que elevasse o nível básico de profissionalização dos alunos, mantendo-se, por fim, ainda a filosofia do atendimento social. Isso garantia, segundo o Art. 7º dessa Consolidação (1926), a preferência pelos desfavorecidos da fortuna - um dos requisitos de acesso a essas escolas. Convém ainda destacar nesse currículo, do ensino primário profissional, a presença da Instrução Moral e Cívica nos 2º, 3º e 4º anos, o que demonstra a preocupação do governo com a disciplinarização dos comportamentos.

Os autores Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 248) também evidenciam esse caráter social presente nessa área de ensino nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, assinalam que, "do inicio do século até o Estado Novo, o ensino industrial foi visto essencialmente como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem perder significação do ponto de vista econômico e social mais amplo." Desse modo, esse tipo de ensino passou a ser concebido como próprio de um determinado grupo social. Nesse processo de segmentação desse ensino, os documentos oficiais publicados pelo Estado Brasileiro até os anos de 1930 reforçariam essa situação ao persistir em reafirmar a sua preferência no atendimento ao segmento pobre da população.

Contudo, com a evolução de um modelo agrário-exportador que se constituía, principalmente, a partir da industrialização crescente e do processo de urbanização, outras demandas foram forjadas junto às escolas de ensino profissional como, por exemplo, a formação de recursos humanos mais especializados, para

ocupar outras funções em setores da economia. Isso determinou, posteriormente, algumas mudanças no sistema educacional e na organização do ensino industrial, num outro cenário político, social e econômico, que se redesenhava a partir do início da década de 1930.

2.2. **O ensino industrial no contexto dos anos de 1930**

O tempo era de instalação do Governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930[3], apresentando, segundo Boris Fausto (2008), um caráter centralizador, nacionalista e paternalista. Esse perfil seria constituído ao longo de 15 (quinze) anos de significativas transformações político-sociais e econômicas no país. Desse modo, esse governo, no mesmo contexto em que suspende, em 1937, a Constituição de 1934, elaborada pelo Congresso Nacional a partir de princípios da política liberal do próprio governo, criava, pela primeira vez, além do Ministério do Trabalho, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP), tendo este último como seu primeiro Ministro Francisco Campos, coordenador das reformas empreendidas pelo Governo nos anos de 1930. Essas reformas serviram para fornecer uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior, através de vários decretos, conhecida como Reforma Francisco Campos.

Sobre essas Reformas de ensino, podemos assinalar que, no contexto dessa Revolução, foram forjados diversos projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros mais conservadores, mas todos valorizavam o papel que a educação deveria cumprir para sua realização. Reforçava-se, então, uma crença presente em setores da sociedade de que a função da escola se vinculava ao trato da questão social, o que concebia a formação técnico-profissional de trabalhadores como algo capaz de solucionar as agitações urbanas.

Nesse sentido, no campo específico do ensino industrial, após a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública - MESP, em 1930, dá-se início a algumas mudanças em consequência,

3. O fim desse movimento dá início ao período que ficou conhecido como Era Vargas ou período getulista, e se estendeu até 1945. Em geral, os historiadores o dividem em três fases: governo provisório (1930-1934), governo constitucional (1934-1937) e governo ditatorial (1937-1945).

sobretudo, do processo de centralização das decisões nesse órgão. As EAA foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passaram a fazer parte desse novo Ministério. No ano seguinte, em 1931, em substituição ao Serviço de Remodelação, foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico com o objetivo de dirigir, orientar e fiscalizar todos os serviços relativos ao ensino profissional técnico, sob a chefia do Engº Francisco Montojos (responsável pela coordenação nacional do Ensino Industrial, nos períodos de 1931 a 1949, e de 1955 a 1961).

No ano de 1934, por meio do Decreto-lei nº 24.558, de 3 de julho, essa Inspetoria é transformada em Superintendência do Ensino Profissional, órgão ligado diretamente ao Ministro de Estado. A justificativa dessa mudança no órgão que controlava as escolas de ensino profissional federal encontra-se expressa nas considerações contidas no próprio decreto. Para o governo, a evolução da indústria nacional impunha a adaptação do ensino, que formava os operários, às exigências da técnica moderna. Isso implicava, segundo essa Lei, "em atender a necessidade de conhecimentos especializados e um nível superior ao do ensino primário, num contexto em que a falta de operários graduados e de contramestres é, além de manifesta, penosamente sentida nas fábricas e oficinas" (BRASIL, 1936, n. p.). Desse modo, atribuía-se a esse novo órgão a orientação dos programas didáticos e a fiscalização dos estabelecimentos de ensino industrial que pretendessem usufruir das prerrogativas do reconhecimento oficial.

Nesse momento, concomitante ao compromisso de garantir a expansão do ensino profissional, devido à política de incentivo ao desenvolvimento do setor industrial, o Governo assegura que a definição das áreas de formação, ou seja, das seções de especialização, se dará de acordo com as necessidades industriais de cada região. Essa determinação vinculava a organização dos currículos das escolas às necessidades do mercado de trabalho com o objetivo de respeitar os interesses das indústrias na definição do tipo de formação a ser desenvolvida. Essa nova forma de conceber a oferta desse tipo de ensino evidencia a alteração no projeto de escola profissional que se tinha em mente.

Em 1937, com a reestruturação do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), a partir da publicação da Lei 378, de 13 de janeiro, agora denominado Ministério da Educação e Saúde (MES), a

Superintendência do Ensino Profissional é substituída pela **Divisão do Ensino Industrial (DEI),** órgão subordinado ao Departamento Nacional de Educação desse Ministério. Por meio dessa reforma, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus, em vista da iminente necessidade de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados.

Acerca desse momento histórico-econômico em que o governo tenta redefinir mais uma vez o papel das antigas escolas de aprendizes, com a sua transformação em Liceu Industrial, constatamos o que essas mudanças representaram para o ensino industrial. Apesar de se situarem em um contexto nacional que se caracterizaria pelo ideal pró-industrialismo, das chamadas indústrias de base[4], compreendidas por Meireles (2006) como indústrias para a formação de infraestrutura de bens de capital e de bens intermediários, não evidenciamos mudanças na oferta dos cursos da antiga Escola de Aprendizes Artífices. Aliás, em muito se assemelhava ao que já vinha sendo ofertado.

Dessa forma, o Liceu Industrial de Natal, no dia 20 de janeiro de 1938, publicava, no jornal "A República", a comunicação de que as matrículas estavam abertas para os cursos no horário noturno: aperfeiçoamento, primário e de desenho, destinados aos operários com o propósito de torná-los aptos nos seus ofícios. Para tanto, teriam que ter idade mínima de 16 anos e provar a sua condição de operários. No horário diurno, destinados aos alunos menores de 16 anos, continuava a mesma oferta de cursos já existentes: alfaiataria, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheria. Isso, certamente, sinalizava a existência de um distanciamento entre a proposta de industrialização brasileira, de produção em massa, da proposta de profissionalização realizável nessa Escola.

Entretanto, julgamos importante ressaltar que, após a implantação do Estado Novo/Governo Vargas (1937-1945), pela primeira vez o ensino profissional é referenciado na Constituição Federal de 1937, quando o Governo incluía a educação em seu quadro estratégico visando equacionar a questão social e

4. Somente a partir dessa formação anterior se tem espaço produtivo para produção de bens de consumo duráveis e não duráveis. Essa indústria de base dizia respeito, sobretudo, a indústrias de cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos.

combater a subversão ideológica. Nesse último caso, ancorada na obrigatoriedade da educação física e do ensino cívico, concebidos como mecanismos de disciplina e controle corporal e ideológico.

No caso específico do ensino profissional, o Estado, por meio do Art. 29, do texto constitucional de 1937, se, por um lado, o assumia como seu dever primeiro, por outro, dividia as responsabilidades de sua oferta com novos parceiros, conforme texto a seguir:

> O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.
>
> É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos dos operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937b, n. p.).

Essa decisão do Governo em assegurar, constitucionalmente, a oferta desse tipo de ensino, apesar de mantê-lo destinado às classes menos favorecidas, evidenciava que o Estado Novo definia a industrialização como uma de suas metas e a qualificação da força de trabalho como uma de suas preocupações. Para tanto, não apenas o Estado assumiria essa responsabilidade; pela primeira vez, ela seria compartilhada com as empresas e sindicatos na oferta de escolas de aprendizes.

Contudo, o tempo iria mostrar que a viabilidade desse dispositivo constitucional não seria posta em prática de forma imediata e que haveria, por parte dos industriais, resistências no que se refere, em especial, à responsabilidade financeira pela formação profissional dos meninos aprendizes. Isso veio a ocorrer

pós-criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no início da década de 1940.

Em termos gerais, podemos destacar que, definido a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o modelo de formação profissional básica desenvolvido por meio das oficinas seria mantido na rede federal de ensino profissional até o início dos anos de 1940, quando essas Escolas passam por algumas mudanças que modificam essa forma de organização. Nesse período, essas instituições de ensino dariam origem às Escolas Industriais e às Escolas Técnicas, em nosso caso, a Escola Industrial de Natal (EIN).

3

A LEI ORGÂNICA DE ENSINO INDUSTRIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL

O ensino industrial no Brasil, até o final do ano de 1941, para Cunha (2005), ainda era bastante diferenciado e confuso, ou seja, não existia uma padronização, o que levava o Governo Federal, os estados, as instituições privadas (religiosas e laicas) e as forças armadas a desenvolverem isoladamente a formação profissional de um ofício. Não havia, na legislação educacional, diretrizes que garantissem a unidade desse ensino, no que se refere, sobretudo, à sua organização administrativa e curricular. Nesse momento, o ensino industrial poderia ser considerado a mais urgente demanda de uma economia que acelerava o processo de industrialização. Assim, havia a necessidade de intensificar a formação de operários para o atendimento das demandas que surgiam decorrentes da criação de novos empreendimentos industriais no país; além disso, verificava-se, também, a necessidade de qualificação de uma parcela da classe operária já engajada no processo fabril.

Diante dessa situação, o ministro da Educação Gustavo Capanema organizou e presidiu uma comissão, no ano de 1941, formada por Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault, Francisco Montojos e Rodolfo Fuchs, com o assessoramento de Roberto Mange[5] e representantes das Forças Armadas, para elaborar um projeto das diretrizes do ensino industrial em todo o país, abrangendo as escolas mantidas pelo poder público, os Liceus Industriais, e pelos particulares. Após a conclusão dos trabalhos, estes foram submetidos ao presidente da República, no início do

5. Roberto Mange, engenheiro suíço convidado para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo, tendo se destacado na companhia de outros engenheiros pela divulgação da doutrina da Organização Racional do Trabalho, sistematizado por Frederick Taylor, sobretudo através do Instituto de Organização Racional do Trabalho, fundado em 1931, com o patrocínio da Associação Comercial da Federação das Indústrias de São Paulo (CUNHA, 2005).

ano de 1942. Também nesse momento, seria apresentado o projeto que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A posição assumida pelo Estado de definir outro tipo de estruturação para o ensino profissional estava associada ao desenvolvimento do capitalismo que ocorria no país naquele momento e das exigências daí decorrentes, como o aumento e melhoria da capacidade de produzir dos trabalhadores. Em vista disso, consideramos importante perceber o papel que o Estado brasileiro passa a assumir. Conforme assinala Machado (1982), o Estado:

> [...] passa a assumir uma outra posição e a divulgar outras concepções e valores a respeito deste ensino. Agora, é necessário que mais e mais pessoas se interessem em se constituir como força de trabalho qualificada para as necessidades do sistema produtivo. Por outro lado, o Estado também é impulsionado a modificar sua orientação, pela própria pressão que as massas populares passam a exercer no sentido de maior acesso à educação formal. Não só os hábitos e a vida urbana estão a exigir níveis educacionais mais altos, como a própria ideologia dominante confere à educação um valor mágico capaz de mudar as pessoas e alterar a sua posição na estrutura de classe. Como o ensino secundário continua reservado à elite, é necessário criar uma outra opção, capaz de, ao mesmo tempo, atender às pressões populares e às necessidades da produção (MACHADO, 1982, p. 30).

Em face do exposto, observamos que a mudança de concepção do Estado em relação ao ensino profissional seria, sobretudo, uma consequência da própria intensificação do capitalismo industrial no Brasil, o que determinou o aparecimento de novas exigências no campo da educação. Essas novas necessidades, apresentadas pela sociedade industrial e estruturadas no Brasil, de forma mais intensa, ao longo dos anos de 1930, possibilitaram mudanças na forma de tratar a educação da população, já que traziam, em seu

bojo, a necessidade de qualificar para o trabalho um número maior de pessoas.

Assim, o ano de 1942 marcaria mais uma etapa nas reformas em alguns ramos de ensino, conduzidas, segundo Romanelli (2006, p. 154), "para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento." Essas Reformas, definidas como **Leis Orgânicas do Ensino**,[6] abrangeram todos os ramos do primário e do médio e se revestiram de diversos decretos-lei para normatizar a estruturação da educação.

No caso específico do ensino industrial, o governo publica o Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro, que criava o Senai e, em seguida, o Decreto-lei nº 4.073, no dia 30 de janeiro, que estabelecia uma nova organização para as escolas de formação profissional. Esse último ficaria conhecido como **Lei Orgânica do Ensino Industrial**.[7]

Essa reforma no ensino industrial evidenciava o interesse do Governo Vargas em forjar uma educação profissional que pudesse contribuir, fundamentalmente, na formação de técnicos em nível médio e na qualificação dos operários, considerando o desenvolvimento econômico do país, especialmente a industrialização (VIEIRA, 1995). Desse modo, a partir desse nível de organização da sociedade brasileira, passa-se a exigir do

6. No que se refere ao campo especifico do ensino técnico-profissional, além da Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei nº 4.048/1942) seriam também promulgadas a Lei Orgânica do Ensino Comercial (decreto-lei nº 6.141 de 28/12/1943); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei nº 9.613 de 20/8/1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei nº 8.530 de 2/1/1946).

7. Após a criação dessa lei, seriam também publicados o **Decreto-lei nº 8.673,** de 3 de fevereiro de 1942, que Regulamenta os Cursos do Ensino Industrial; o **Decreto-Lei nº 4.119**, de 21 de fevereiro de 1942, que trata das Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica e o **Decreto nº 4.127**, de 25 de fevereiro/1942, que institui as 11 (onze) Escolas Técnicas e 13 (treze) Escolas Industriais na rede federal de ensino. Todos esses dispositivos legais concernentes ao ensino industrial iria, ao longo dos anos de 1940, sofrer alterações, assim, no ano de 1946 é publicado o **Decreto-lei nº 8.680**, de 15 de janeiro, que dava nova redação a alguns dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Neste trabalho serão feitas referências a algumas dessas mudanças.

ensino técnico industrial uma articulação com o desenvolvimento produtivo no que diz respeito à formação de especialistas ou profissionais qualificados para atuar nas indústrias.

É nesse período de crescente exigência por um novo modelo de formação que o Governo define a reforma do ensino industrial. Em decorrência desse fato, impõe-se uma nova organização às escolas profissionais da rede federal, transformando os antigos Liceus em Escolas Industriais ou em Escolas Técnicas. No caso específico da cidade do Natal, seria instalada a Escola Industrial voltada para a formação de **Artífice,** em algumas áreas do ensino industrial básico.

Visando a um melhor entendimento do significado das alterações realizadas no interior dessa Escola, após a promulgação dessa nova legislação, torna-se fundamental observar que tipo de instituição se constituiu nesse processo, bem como analisar o modelo de formação oferecida aos alunos durante a sua vigência.

Com a publicação dessa lei, o governo brasileiro estabelecia diretrizes para esse campo especifico de ensino, definindo os seus objetivos, princípios e organização. Registrava, também, como esse ensino deveria ser ministrado, os tipos de estabelecimentos, a forma de organização do ano escolar, as categorias de alunos, duração dos cursos e as suas disciplinas, forma de elaboração dos programas de ensino, condições de admissão, exames vestibulares e exames escolares — avaliação —, bem como sobre a institucionalização da Orientação Escolar e o modelo da administração para essas instituições. Enfim, com os seus 76 (setenta e seis) artigos, essa lei tencionava impor um novo modelo de estruturação do ensino industrial no país.

Para melhor entendimento acerca da visão existente no Ministério da Educação sobre como deveria ser concebida a formação dos trabalhadores a partir dessa nova legislação, cabe verificar o conteúdo da conferência proferida pelo ministro Gustavo Capanema, perante o presidente Getúlio Vargas e representantes da Confederação Nacional da Indústria do Estado de São Paulo (CNI), na solenidade de abertura do Senai, em 1942. Na oportunidade, o ministro divulga a concepção de educação industrial que inclui, como igualmente importante, a parte técnica e humana.

O tempo era de vigência da Ditadura imposta ao país a partir de 1937, forjando uma realidade em que alguns direitos

constitucionais inexistiam, como a liberdade de funcionamento dos poderes legislativos e judiciários, dos sindicatos, que passaram a desempenhar uma função social e recreativa, e a proibição das greves. Nesses termos, definir mecanismos que por meio da educação profissional pudesse formar homens obedientes, mas ao mesmo tempo capazes de atender as novas demandas de uma industrialização crescente, parecia ser as novas atribuições do ensino industrial. Para tanto, além dos conhecimentos técnicos, a formação moral e cívica ganhava certa centralidade nos currículos do ensino profissional.

Divulgar esses novos preceitos, sobretudo numa solenidade que contava com a presença do presidente da República e representantes da CNI, era algo que deveria fazer parte da estratégia de convencimento, dentro e fora do governo, dos objetivos que deveriam orientar uma nova organização a ser aplicada para o ensino profissional, com a inclusão de uma educação geral simultaneamente a uma educação técnica, ou seja, teoria e prática inseridas nesse novo projeto de formação. Nessa oportunidade, o Ministro aproveita para apresentar a sua proposta para a organização da escola de **tempo todo** e as de **tempo parcial**, a serem assumidas pelo Senai:

> [...] a escola de tempo todo "dispondo em seu próprio recinto e ambiente, de todas as condições pedagógicas e todas as condições técnicas para uma plena educação"; e as de tempo parcial, combinado com o trabalho, e "limitando-se a transferir para os próprios centros de trabalho a técnica, o ensino da tecnologia e a prática do oficio". Este seria o trabalho do SENAI (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 256, grifo nosso).

No que se refere à escola de tempo todo, essa proposta se materializou através do novo modelo de organização curricular colocado em prática nas escolas profissionais da rede federal com a Lei Orgânica. A partir dessa nova legislação, o currículo dos cursos a ser oferecido seria constituído, pela primeira vez, das disciplinas de cultura geral e das disciplinas de cultura técnica, com o propósito, segundo o seu Art. 5º, inciso 1º, de que o "ensino prático

e o ensino teórico apoiar-se-ão sempre um no outro." A realidade construída no cotidiano da EIN mostraria que o diálogo entre esses conhecimentos representou um grande desafio para essa instituição, assunto a ser detalhado posteriormente neste texto. O fato é que esse novo modelo curricular provocou a introdução do regime de semi-internato nessa escola, ampliando o horário de permanência dos seus alunos que passaram a frequentar aulas nos turnos matutino e vespertino.

Assim, num contexto inicial de grandes desafios impostos às escolas e às instituições envolvidas com o ensino profissional, pela Lei Orgânica, consideramos importante reconstituir esse novo modelo de organização que se estrutura na nova Escola Industrial de Natal, destacando, inicialmente, a constituição do seu quadro discente.

3.1. A nova forma de acesso dos alunos: a institucionalização dos exames vestibulares

Nas mudanças ocorridas no processo de admissão dos alunos ao ensino industrial, observamos que, ao estabelecer as bases de organização e de regime do ensino industrial, a Lei Orgânica assegura às instituições de ensino da rede federal verticalizar a oferta dos seus novos cursos para o grau médio. Essa nova prerrogativa do ensino industrial ocorria como consequência da extinção dos antigos cursos complementares, nível superior ao ensino primário, que são substituídos por cursos médios de 2º ciclo, denominados, genericamente, de cursos colegiais, com 3 (três) anos de duração. Nesse contexto, os cursos normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico são colocados no mesmo nível dos cursos científico e clássico, mas os seus alunos tinham direito somente de ingressar nos cursos em nível superior na mesma área profissional.

A garantia da transição do ensino profissional para o grau médio, superando o anterior nível primário que o caracterizava, constitui um dos aspectos mais significativos dessa lei. Sobre essa alteração, Cunha (2005) assim se expressa:

> […] O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha a função principal de permitir que a própria escola primária

> selecionasse os alunos mais "educáveis". As escolas de aprendizes artífices, de antes da "lei" orgânica, recrutavam os alunos provavelmente menos "educáveis" em virtude de sua origem social/cultural. Depois dessa lei, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário, era de se esperar que seu rendimento fosse significativamente superior as dos "desvalidos" da situação anterior. Essa medida era possível graças ao crescimento da rede de escolas primárias, mantidas principalmente pelos estados e pelos municípios (CUNHA, 2005, p. 36, grifo do autor).

A nova legislação altera a forma de admissão dos alunos à rede federal de ensino profissional. Diferentemente do processo adotado pelas antigas Escolas de Aprendizes Artífices que, preferencialmente, abriam as suas portas aos pobres que comprovassem não sofrer de moléstia infectocontagiosa, não apresentar defeitos que o impossibilitasse para o aprendizado do ofício, e, ainda, comprovar que era candidato destituído de recursos, as novas Escolas Industriais passaram, por força dos Artigos 29 e 30 da nova lei, a selecionar seus alunos dentre aqueles que haviam concluído o ensino primário, que tivessem idade entre 12 e 17 anos, e que certificassem conhecimentos nas provas de português e matemática. Além disso, era necessário comprovar capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que seriam realizados. Para aferir essas capacidades, a lei determinava a realização de testes de aptidão física e mental. Desse modo, "a pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um oficio, embora não perdesse seu caráter necessário. A aptidão para um ofício [...] passava a ser um fator prioritário na admissão" (CUNHA, 2005, p. 36).

Essa nova forma de admissão levaria a Diretoria de Ensino Industrial, fundamentada na Lei Orgânica, a exigir a utilização dos mecanismos de seleção, testes de aptidão e psicotécnicos. Essa forma de avaliar (utilizando mecanismos psicológicos) já havia sido adotada nos anos de 1920, quando o engenheiro Roberto Mange introduziu a aplicação dos princípios de psicotécnicos para a escolha dos candidatos à matricula no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Acreditava-se, com isso, que, "com a

implantação da psicotécnica seriam matriculados os mais capazes, os que apresentassem melhores índices de eficiência, aqueles que melhores aptidões específicas revelassem para a aprendizagem do oficio e para sua posterior utilização no trabalho das fábricas" (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010, p. 140). Com esse propósito, cabia à área de conhecimento da psicologia importante papel no processo de classificar, através de um processo avaliativo incluindo testes de aptidão e psicotécnicos.

A Escola Industrial de Natal cuidadosamente colocava em prática as determinações legais para selecionar os seus alunos. Segundo a divulgação no jornal A República, de 17 de janeiro de 1946, o Edital publicado pela Escola determinava os seguintes critérios para que o candidato pudesse se increver e participar do exame de admissão: atestado de saúde e vacina reconhecido em cartório; ter idade mínima de 12 anos; ser menor de dezessete anos; e possuir formação primária completa. Além da certificação dos conhecimentos, através das provas escrita de português e de aritmética, os candidatos ainda teriam que confirmar capacidade física e de aptidão mental (testes psicológicos) (EDITAL..., 1946).

Em se tratando de um país que, nos anos de 1940, ainda lutava para enfrentar os graves problemas de escolarização primária na faixa de 5 a 19 anos, apesar dos consideráveis avanços em relação às décadas anteriores, os índices de apenas 21,43%, destacados por Romanelli (2006), numa população de 15.530.819 pessoas, sinalizava com a possibilidade de essas exigências contribuírem para o não acesso às escolas profissionais de um segmento já excluído do processo educacional. Mas havia quem considerasse essas mudanças como algo necessário para uma melhor estruturação do processo formativo que ocorria nessas escolas, haja vista o desenvolvimento industrial que crescia no país. Nesse caso, inclui-se Celso Suckow da Fonseca, membro de comissão formada pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), nos anos de 1940, sobre o ensino profissional, já citada neste texto, e ex-diretor da Escola Técnica Nacional (ETN), nos anos de 1940 e 1960. Merece destaque a sua visão sobre esses novos critérios de seleção que deveriam ser postos em prática por essas escolas:

> O ensino industrial já não cuidava mais de encher as suas escolas com **qualquer tipo de meninos**. Agora selecionava-os e rejeitava os

> que não apresentassem determinados índices de aptidão. Os resultados desta medida, projetados no futuro, teriam de ser forçosamente benéficos, formando uma verdadeira elite para a indústria. [...] O ensino industrial em todo o país já não era mais dirigido aos deserdados da fortuna, ou aos órfãos e miseráveis. Agora, abria suas portas a todos, aos pobres como aos ricos, fazendo apenas, questão de **atrair os mais aptos, os mais capazes**, sem lhes indagar os meios econômicos (FONSECA, 1961, p. 269, grifo nosso).

Essa defesa dos princípios legais que formalizava a opção por uma clientela selecionada a partir de critérios que privilegiavam a comprovação de aptidões para o exercício profissional é considerada por Rodrigues (2002) como indício da ideia liberal presente no pensamento de Celso Fonseca, de que os mais aptos e capazes poderiam e deveriam chegar ao ápice da pirâmide escolar/social. Em face disso, responsabilizava, particularmente, o indivíduo por seus sucessos ou fracassos, visto que as oportunidades estavam sendo oferecidas a todos, cabendo a cada um lutar por elas. Contudo, as exigências legais da Lei Orgânica já asseguravam certa seletividade, tendo em vista a existência da obrigatoriedade de certificar a formação anterior no ensino primário num período quando, para Ribeiro (1982), as estatísticas oficiais demonstravam ainda alarmantes índices de analfabetismo no grupo social anteriormente visto como preferencial pelas escolas profissionais. Observamos, portanto, que a reestruturação efetivada no ensino industrial a partir da Lei Orgânica, além de pretender atender às demandas por uma maior especialização, objetivava atingir outros segmentos sociais.

Em relação à Escola Industrial de Natal, essas alterações na composição do perfil dos discentes somente ocorreriam de forma mais significativa a partir dos anos de 1970, após o aumento da oferta de cursos técnicos, em particular, nas áreas de eletrotécnica e edificações, cursos criados no ano de 1969. O Relatório de Caracterização Socioeconômica e Educacional da Clientela Escolar de 1974 a 1977 confirma o aumento desse segmento mais favorecido

economicamente. Segundo a Assistente Social da EIN, Maria Duarte de Carvalho (2009),[8] anterior a esse período, anos de 1960,

> [...], era visível a baixa condição econômica da maioria dos alunos da Escola Industrial de Natal. A assistência social era a estratégia utilizada pela Instituição para garantir a permanência deles na Escola, que se materializava através da oferta da alimentação, do fardamento e material escolar, além da assistência médica e dentária e de bolsas concedidas pela Caixa Escolar aos que comprovassem certo nível de carência (CARVALHO, 2009).

Essa situação de carência dos alunos da Escola Industrial de Natal está ligada às condições socioeconômicas de suas famílias. Nesse sentido, são significativos os registros das profissões dos pais no Livro de Matrícula da EIN, dos anos de 1942 e 1944. No primeiro período, de um total de 162 alunos matriculados, foi possível identificar a profissão de 160 pais; no segundo caso, de um universo de 84 alunos relacionados, 40 deles tiveram a profissão de seus pais identificada, conforme quadro 2, na página seguinte:

Essas profissões relacionadas evidenciavam, em sua maioria, um mesmo lugar social ocupado por esse grupo de pessoas, destituídas de adequadas condições econômica e social. Esse quadro refletia a situação econômica do próprio Estado com a predominância de uma economia voltada, sobretudo, para a agricultura e um desenvolvimento industrial quase inexistente. Quanto à presença majoritária de funcionários públicos, é provável haver relação com o fato de essa Escola estar localizada em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, lugar onde estavam centralizadas as diversas instituições governamentais. Nesse caso, os registros não faziam distinção quanto ao cargo assumido, apenas à denominação geral de funcionário público. Os Militares não se inseriam nesse grupo, apesar de seu vinculo empregatício com o Estado.

8. Depoimento fornecido à autora em maio de 2009 e março de 2010.

Quadro 2 – Livro de Matrícula do Liceu Industrial e Escola Industrial (1942 e 1944)

PROFISSÕES DOS PAIS	TOTAL PROFISSÕES REGISTRADAS/ANO	
	1942	1944
Funcionário Público	25	07
Agricultor	24	05
Negociante	20	03
Militar	15	07
Pedreiro	12	03
Jornaleiro	12	03
Operário	04	-
Sapateiro	04	-
Auxiliar Comércio	03	-
Marchante	03	01
Doméstica	-	03
Barbeiro	02	-
Conferente	-	02
Estivador	02	-
Funileiro	02	01
Marceneiro	02	-
Marítimo	02	-
Maquinista	02	-
Mecânico	02	02
Pescador	02	-
Tipógrafo	02	-
Outras (profissões citadas apenas uma vez)	18	03
TOTAL	160	40

Fonte: LICEU INDUSTRIAL DE NATAL (1942).

Verificamos a existência de profissões consideradas autônomas, destacando-se, dentre elas, a de negociante e pedreiro. Havia, ainda a de jornaleiro, profissional que vendia os jornais. Apenas 3 (três) alunos tiveram as informações de suas mães registradas em detrimento a dos seus pais. Nesse caso, o registro da profissão doméstica, denominação utilizada para definir as mulheres que não atuam no espaço público, mas no espaço privado do lar, se dá, pois, "nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja." (PERROT, 2007, p. 108).

Assim, nas matrículas da EIN no início dos anos de 1940, apesar da evidente opção expressa na Lei Orgânica pela inclusão dos diferentes grupos sociais, não mais a preferência pelos **filhos dos desfavorecidos da sorte**, a condição social da clientela dessa instituição, majoritariamente pobre, não sofreu modificações com o novo modelo de seleção posto em prática, a partir das provas para a certificação de conhecimentos adquiridos anteriormente.

3.2. A organização da estrutura curricular: os novos cursos

A garantia da oferta pelas escolas de ensino industrial de cursos de grau médio alterava a estrutura curricular de formação profissional básica até então existente. Esse era um dos aspectos importantes a ser ressaltado nessa legislação que começa a ser implantada a partir do ano de 1942. O tipo de formação anterior não despertava interesse dos grupos socialmente mais abastados, que preferia para os seus filhos uma formação clássica que facilitasse o acesso irrestrito aos estudos superiores, direito que as escolas de ensino profissional somente começaram a conquistar, em etapas, a partir da década de 1950, com a publicação das leis de equivalência.[9]

9. A Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, ficaria conhecida como a primeira das leis de equivalência. Ela assegurava o direito à matricula nos cursos clássico e científico aos estudantes que concluíssem curso de primeiro ciclo profissional. Essa lei seria alterada três anos depois com a publicação da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, e regulamentada pelo Decreto nº 34.330, de 21/10/ 1953. A partir dessas publicações, amplia-se a equivalência, garantindo aos estudantes concluintes dos cursos profissionais, depois de satisfeitas as exigências de complementação do currículo, o direito de

Dividido em dois ciclos, o ensino profissional passa a ter a seguinte organização:

Quadro 3 – Organização do Ensino Profissional - Lei Orgânica (1942)

Cursos Ordinários		**Cursos Extraordinários**
1º Ciclo	**2º Ciclo**	
1. **Curso Industrial Básico** — duração: 4 anos, em regime seriado. Idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos. Organização: ministrado em um só curso com as características de curso secundário do 1º ciclo (inclusão de disciplinas de cultura geral). Completava o seu currículo, as disciplinas especificas de cultura técnica, acrescido da prática de oficinas. Exigência para a admissão: ter concluído o ensino primário e ser aprovado em exames vestibulares. Certificação final: **Diploma de Artífice.** 2.**Curso de Aprendizagem Industrial** — mantido pelas empresas durante o horário de trabalho. Duração variável;	1. **Ensino Industrial Técnico** — compreende diferentes cursos — duração: 3 anos de formação teórico-prática na escola e mais um ano na indústria (estágio). Currículo constituído pelas disciplinas de cultura geral e disciplinas de cultura técnica. Exigências para a admissão: conclusão do industrial básico ou o 1º ciclo do ensino secundário e aprovação em exames vestibulares - certificação de conhecimentos da área de português, matemática e desenho. Certificação final: **Diploma de Industrial Técnico**.	**Cursos pedagógicos**: duração de um ano. Finalidade: formar pessoal docente e administrativo de ensino industrial. Exigência para admissão: conclusão de qualquer dos cursos de mestria ou dos cursos técnicos e ser aprovado em exames vestibulares. Nomenclaturas: Cursos de qualificação; Cursos de aperfeiçoamento e Cursos de especialização.

prestar exames vestibulares para quaisquer cursos. No entanto, devido à exigência de exames complementares ao vestibular, essa equivalência torna-se mais formal do que real. Apenas em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 4.024, de 20 de dezembro) se estabelece a completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeito de ingresso em cursos superiores.

		(Continua) (Continuação)
3.**Curso de Mestria** — duração: 2 anos. Finalidade — formar os ingressos do curso industrial básico para o exercício da função de mestre. Exigência de admissão: ter concluído curso industrial correspondente ao curso de Mestria que pretende fazer; ser aprovado em exames vestibulares. Certificação final: **Diploma de Mestre**. 4.**Cursos Artesanais** — destinavam-se ao ensino de um ofício em período de curta duração. Exigência de admissão: idade mínima 12 anos e certificação de conhecimentos do ensino primário.		

Fonte: BRASIL (1942b).

Em termos gerais, podemos assinalar que essa nova estrutura do ensino industrial assegurava aos alunos egressos do curso industrial básico (1º ciclo) a possibilidade de prosseguirem os estudos nos cursos industriais técnicos (2º ciclo), sem a necessidade de realizar testes de equivalência, exigência ainda presente quando decidiam verticalizar os seus estudos no âmbito do 2º ciclo das escolas secundárias de ensino propedêutico (clássico e cientifico). Nesse caso, o aluno da EIN era obrigado a realizar exames das disciplinas que faziam parte do 1º ciclo dessas escolas e inexistentes no currículo do curso industrial básico. No caso dos alunos do industrial técnico, apesar de esses cursos também fazerem parte do 2º ciclo secundário, como os cursos clássicos e científicos das escolas secundárias propedêuticas, o acesso ao ensino superior,

inicialmente, seria garantido com algumas restrições. Nesses termos, somente era permitido o ingresso naqueles cursos da área de sua formação profissional.

No que se refere à definição dos tipos de estabelecimentos de ensino industrial, a Lei Orgânica determinava a observância da modalidade dos cursos de formação profissional que ministrarem, a partir das seguintes possibilidades de ofertas:

> [...] **escolas técnicas**, poderão, além dos cursos técnicos, ministrar cursos industriais, de mestria e pedagógico; **escolas industriais**, além dos cursos industriais [...] poderão ministrar cursos de mestria e pedagógicos; **escolas artesanais**, se destinarem a ministrar um ou mais cursos artesanais; **escolas de aprendizagem**, os cursos de aprendizagem [...] poderão ser dados, mediante entendimento com as entidades interessadas, por qualquer outro estabelecimento de ensino industrial; **Os cursos extraordinários e avulsos** poderão ser dados por qualquer espécie de estabelecimento de ensino industrial, salvo os de aperfeiçoamento e os de educação destinados a professores ou a administradores, os quais só poderão ser dados pelas escolas técnicas ou escolas industriais (BRASIL, 1942b, n. p., grifo nosso).

Instituídas como estabelecimento industrial de 2º ciclo, as escolas técnicas se constituíram em um espaço privilegiado para a prática do ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria. Para Silva (1991, p. 41), as escolas que ministravam esse nível de ensino "estavam bem mais coerentes com a organização do trabalho, pois fundamentavam o seu ensino nas bases da especialização." Essa especialização de que trata a autora ocorria através de seções, em cada uma das quais funcionava um curso que lhe era correspondente.

Com a função de desenvolver esse perfil de formação, as novas escolas técnicas foram instituídas, majoritariamente, nas regiões Sudeste e Sul, enquanto que as escolas industriais foram distribuídas, em sua maioria, na região Nordeste. Apesar de o Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que trata

da instituição dessas escolas, não explicitar os critérios que orientaram essa distribuição, é possível relacioná-los ao processo de industrialização que foi, ao longo da primeira metade do séc. XX, se concentrando, principalmente, na região Sudeste. Nesse sentido, Furtado (2007) declara que o censo de 1920 já indica que 29,1% dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940, essa porcentagem havia subido para 34,9. Enquanto isso, a participação do Nordeste (incluída a Bahia) se reduz de 27 por cento em 1920 para 17,7 por cento em 1940. Esse quadro de ocupação dos trabalhadores no setor industrial nos ajuda a entender a configuração da rede federal, a partir da Lei Orgânica.

Numa análise geral sobre essa Lei, os autores Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) assinalam que ela é uma grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização ao qual o ensino industrial deveria se ajustar, tendo como uma de suas características principais, para o Governo, a uniformidade que trata de impor esse tipo de ensino em todo o país. Por essa razão, os seus objetivos foram elaborados visando, simultaneamente, atender a diversos interesses:

> [...] aos interesses do trabalhador, realizando sua preparação profissional e sua formação humana; aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra; aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura (BRASIL, 1942b, n. p.).

Com esses propósitos, a nova legislação tratava de assumir o compromisso mais claro com as demandas provenientes de um setor industrial que tentava se fortalecer. Considerando que o contexto era de aumento da produção em alguns setores da economia, houve uma demanda por trabalhadores mais qualificados. Para tanto, reafirmava-se o papel destinado às escolas profissionais: assegurar ao trabalhador uma formação capaz de atender ao interesse de uma política de desenvolvimento em curso. Contudo, a exemplo da EIN, a estrutura deficitária dos prédios escolares e das oficinas onde deveria ocorrer a formação prática dos alunos, acrescida da

dificuldade de contratação de professores habilitados para trabalhar as disciplinas de cultura técnica, se constituíram em alguns dos principais entraves enfrentados nas unidades de ensino da rede federal, durante o processo de implantação desses princípios legais.

Ainda como parte desse conjunto de leis voltadas para o ensino profissional nos anos de 1940, é publicado o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, com o propósito de regulamentar o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Desse modo, define, em seus artigos 1º e 2º, as VIII Secções e os cursos pertencentes a cada uma delas.[10] A Escola Industrial de Natal passa a ofertar o curso industrial básico de **Mecânica de Máquinas**, da Secção de Indústria Mecânica, e os cursos industrial básico de **Marcenaria**, **Artes do Couro** e de **Alfaiataria**, da Secção de Artes Industriais. Além desses cursos, a partir do ano de 1945, a Escola também passou a oferecer o curso de **Mestria**, com duração de 2 (dois) anos, com uma organização que reservava metade do tempo para estágio.

Consideramos pertinente o seguinte questionamento: quais as possíveis razões que levaram essa instituição a escolher os cursos acima citados? Essa escolha teria considerado a estrutura das oficinas de a**lfaiataria, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheria** já existentes?

Inicialmente, convém relembrar a forma de organização da economia antes da década de 1940 no Rio Grande do Norte, que era pouco diversificada e predominantemente agrária. A indústria era pouco diversificada, existia uma pequena produção no setor de vestuário, limitada à fabricação de calçados de couro. Assim, no que diz respeito à escolha dos novos cursos, em 1942, nada sugere que fosse algo decorrente de alguma mudança em termos do desenvolvimento industrial do estado do RN. Os cursos de Mecânica

10. Secção de trabalhos de metal (Curso de fundição, curso de serralheria e o curso de caldeiraria); Secção de indústria mecânica (curso de mecânica de máquinas, curso de mecânica de precisão, curso de mecânica de automóveis e curso de mecânica de avião); Secção de eletrotécnica (curso de máquinas e instalações elétricas e o curso de elétricos e telecomunicações); Secção de indústria da construção (curso de carpintaria, curso de alvenaria e revestimentos, curso de cantaria artística e curso de pintura); Secção de indústria do tecido (curso de fiação e tecelagem); Secção de indústria de pesca (curso de pesca); Secção de artes industriais (curso de marcenaria, curso de cerâmica, curso de joalheria, curso de artes do couro, curso de alfaiataria, curso de corte e costura e o curso de chapéu, flores e omatos).

de Máquinas, Marcenaria, Artes do Couro e Alfaiataria parecem estar em sintonia com a formação que já vinha sendo oferecida nas antigas oficinas. Nesse sentido, cabe-nos verificar os elementos sobre o comportamento da indústria neste Estado, destacados por Araújo (2009):

> No período pós 1930, à medida que a região Sudeste avançava no processo industrial, maiores oportunidades se abriam para a economia potiguar. Todavia, apesar de já ostentar relativa diversificação produtiva (sal, algodão, scheelita etc.), o algodão continuou como o principal produto que a conduziu ao processo de integração nacional, fazendo com que a agropecuária estadual, entre 1939-1955, obtivesse elevada taxa média de crescimento (5,4%), muito superior à sua média industrial (2,4%) e também superior à média da agropecuária nordestina (3,5%), e muito próxima à média da agropecuária do Brasil (5,6%). [...] Com base no Censo Econômico do Brasil de 1940, considerando a indústria potiguar em âmbito regional e nacional, essa representava, apenas 4,2%, do valor da transformação industrial da região Nordeste e 0,4% do Brasil. Percebe-se, portanto, as grandes dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Norte para manter-se e melhorar sua posição durante o percurso da integração econômica nacional (ARAÚJO, 2009, p. 286).

Essa realidade econômica apresentada, em que o crescimento industrial continuava bem abaixo da agropecuária, era pouco significativa para alterar a estrutura curricular herdada da antiga Escola de Aprendizes Artífices e do Liceu Industrial de Natal. Na verdade, demandas voltadas para uma formação que tivesse como foco uma maior especialidade técnica dos alunos eram quase inexistentes. Em consequência dessa realidade econômica em que o setor ligado, sobretudo a cotonicultura, teria assumido destaque, o comércio seria uma das atividades impulsionadas, e, especialmente, o natalense (SILVA; BEZERRA; AZEVEDO,

1986). Isso, provavelmente, contribuiu para a oferta dos cursos de Alfaiataria e Artes do Couro.

O funcionamento de alguns empreendimentos de pequeno porte na área da marcenaria na cidade de Natal, bem como a existência de oficinas, poderia ser um dos motivos para a EIN oferecer o curso de Marcenaria. O curso de Mecânica de Máquinas, em outros termos, continuaria a formação anteriormente realizada nas oficinas de funilaria e serralheria. É possível que esse fosse o curso com maior possibilidade de inserção dos seus alunos no mercado de trabalho, tendo em vista o cenário favorável ao crescimento da indústria que existia no país. Em âmbito local, segundo o ex-aluno Francisco Bernardino de Souza (2010a),[11] "havia espaço para esse profissional nas oficinas, nas poucas indústrias existentes, na marinha mercante e em outros lugares além das fronteiras do Estado do RN."

Segundo Severino do Ramo de Brito (2009), ex-aluno do curso de Marcenaria dessa Escola entre 1949 e 1953,[12] pelo menos até os anos de 1940 não era nas poucas indústrias existentes que os meninos que concluintes do curso nessa escola conseguiam uma vaga no mercado de trabalho, mas nas pequenas marcenarias e serralherias, na marinha mercante e nos pequenos negócios que conseguiam pôr em funcionamento. Nesse último caso, era possível encontrar alguns alunos trabalhando como alfaiates ou sapateiros.

Ressaltamos que, nesses anos de 1940, alguns espaços de trabalho foram surgindo no Estado, e um deles foi a área militar.

11. Depoimento fornecido à autora nos dias 8 de fevereiro e 8 de março de 2010. Retorna à EIN na condição de professor da área de mecânica, no ano de 1964, após participar no ano de 1963, do Curso de Magistério de Artes Industriais no Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba, com sede na Escola Técnica de Curitiba (ESCOLA INDUTRIAL DE NATAL, 1968b).

12. Depoimento fornecido à autora em 3 de novembro de 2009. Retorna a esta Escola, no ano de 1965, como professor da disciplina Economia e Organização do Trabalho. Além do exercício da docência, assumiria de forma concomitante e, em tempos diferentes, as funções de Coordenador das disciplinas técnicas (1968), Chefe do Escritório Técnico-Administrativo que coordenou a construção do prédio da Escola na Av. Salgado Filho (1965-1966), Coordenador de Planejamento e Diretor-Substituto eventual nos anos de 1970. Vice-Diretor no período de 1991-1995 (ESCOLA INDUTRIAL DE NATAL, 1990).

A segunda guerra mundial expandia seus reflexos pelo mundo. Em Natal, devido à posição geográfica estratégica, foi impulsionada para o setor militar, com tropas do Exército, Marinha e também Aeronáutica. Em paralelo ao crescimento desse setor, expandiam-se o comércio e o setor imobiliário. Esse conjunto de fatores gerou a necessidade de mão de obra em diversos campos, dentre eles, aquele ligado às áreas de mecânica e de marcenaria. A esse propósito, Cascudo (1999) destacou algumas ações desenvolvidas pelos americanos na Base Área e em seu entorno. Isso deve ter contribuído para a constituição de espaços de trabalho, não apenas na área de mecânica:

> Os americanos construíram do outro lado da Base Aérea Brasileira, perto da lagoa, Parnamirim Field, o campo que mais ajudou a ganhar a guerra. [...] Foi a maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora do seu território. Pistas de dois mil metros facilitavam a descida imediata de 250 aviões. Mil e quinhentos edifícios abrigavam 10.000 homens. Todos os serviços modernos, todos os recursos da técnica, possíveis ao gênio e ao dinheiro, estavam abundantemente acumulados em Parnamirim. Articulando Parnamirim a Natal, surgiu uma estrada asfaltada, 20 quilômetros. (CASCUDO, 1999, p. 422).

Assim, é nesse cenário de significativas mudanças na cidade do Natal, acompanhadas do intenso crescimento populacional[13], que a EIN reestrutura a sua organização curricular. Agora, aos alunos matriculados seria garantido, de forma concomitante, além de uma formação básica em uma área técnica específica, o acesso aos estudos de conhecimentos da cultura geral. Assim, o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, em seu art. 6º, definiu o conjunto das disciplinas de Cultura Geral que deveria constituir o currículo dos cursos industrial básico. No sentido de evidenciar o nível de

13. Em 1940, de uma população estimada em 54.836 habitantes, Natal passaria para 103.215 na década de 1950, apresentando um percentual de crescimento igual a 8,8% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952, 1956).

equivalência entre este e o currículo do 1º ciclo — Ginasial — do ensino secundário, decidimos elaborar o quadro a seguir:

Quadro 4 – Disciplinas curso industrial básico e do curso ginasial (1º ciclo)

1º Ciclo — Industrial Básico — Cultura Geral	1º Ciclo — Ginasial — Ensino Secundário
	Português
	Latim
	Francês
	Inglês
Português	Matemática
Matemática	Ciências Naturais
Ciências Físicas e Naturais	Geografia Geral
Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
História do Brasil	História Geral
	História do Brasil
	Trabalhos Manuais
	Desenho
	Canto Orfeônico

Fonte: BRASIL (1942c).

Essa organização curricular[14] evidencia a diferença dos objetivos de cada projeto pedagógico. No caso do 1º ciclo do ensino secundário (ginasial), acentua-se, claramente, a função de iniciar a formação de uma sólida cultura geral nos adolescentes, que se concretizaria no 2º ciclo por meio dos cursos clássico e científico, destinados a preparar os estudantes para o ingresso em nível superior. No que se refere ao 1º ciclo do ensino profissional, constatamos que, apesar da inclusão de um grupo de disciplinas de cultura geral, fato que garantia aos alunos o direito ao

14. Esse currículo foi definido pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 – denominada de Lei Orgânica do Ensino Secundário.

conjunto de conhecimentos até então existente apenas nos cursos propedêuticos, essa presença ainda era considerada extremamente restrita, o que mantinha a diferença entre a educação oferecida aos diferentes segmentos sociais existentes no país.

Além das disciplinas de Cultura Geral, o currículo dos cursos industrial básico da EIN era constituído por um grupo de disciplinas de Cultura Técnica voltadas para atender às suas finalidades especificas, conforme modelo a seguir:

Quadro 5 – Disciplinas de cultura técnica dos cursos industrial básico da EIN

Mecânica de Máquinas	**Marcenaria**	**Artes do Couro**	**Alfaiataria**
Cultura Técnica: Tecnologia Desenho Técnico Fundição Forja Serralheria Trabalhos em máquinas operatrizes Ajustagem Ferramentaria Construção e montagem de máquinas.	**Cultura Técnica:** Tecnologia Desenho Técnico Marcenaria Tornearia Entalhação Manejo de máquinas Estofaria Acabamento de móveis.	**Cultura Técnica:** Tecnologia Desenho Técnico Sapataria Selaria e correaria Malaria Luvaria Capotaria.	**Cultura Técnica:** Tecnologia Desenho Técnico Corte Costura Confecção de calças e coletes Confecção de uniformes Obras de cinta.

Fonte: BRASIL (1942c).

Com a obrigatoriedade dessa parte específica, essa legislação tentava assegurar aos alunos uma qualificação em uma determinada área profissional. Dentre as disciplinas elencadas, verificamos a presença de Desenho Técnico e Tecnologia em todos os cursos. O importante lugar ocupado por elas na organização desse currículo evidenciava a busca pela vinculação do saber

teórico específico de cada curso à prática, "garantindo a formação de indivíduos direcionados para a eficiência produtiva, fator tido como fundamental à expansão industrial pela qual passava o Brasil no período" (AMORIM, 2004, p. 273).

Essas disciplinas da cultura técnica eram ministradas nas oficinas de cada curso. No caso de marcenaria, sua oficina era subdividida em espaços reservados ao trabalho de tornearia, entalhação e estufaria. Quanto à área de mecânica, havia a oficina de serralheria, tornearia, fundição e mecânica de máquinas. Na imagem a seguir (Fotografia 1), podemos verificar um grupo de alunos do curso de Mecânica de Máquinas durante uma das aulas na oficina de serralheria.

Fotografia 1 – Alunos na Prática de oficina de Mecânica de Máquinas — 195?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A subdivisão das oficinas garantia que, em cada etapa da formação, o aluno fosse atendido em pequenos grupos, como

assinala o ex-aluno do curso industrial básico de Alfaiataria (1945-1948), Natanael Gomes da Silva[15], "as turmas que eram distribuídas nas aulas de oficinas, são geralmente não superior a 10 alunos, para cada professor." Essa forma de organização favorecia um acompanhamento mais particularizado dos professores junto aos alunos durante o processo de confecção das peças, produto final do aprendizado técnico.

Fazia parte ainda dos cursos Industrial Básico, como Prática Educativa, a disciplina de Educação Física. O Artigo 26, da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a tornou obrigatória para os alunos com idade até vinte e um anos. Nos cursos do industrial básico, essa disciplina seria ministrada nas 4 (quatro) séries. A partir da publicação da **Lei nº 28**, de 15 de fevereiro de 1947, ela se restringirá aos alunos do 1º ciclo do ensino industrial, deixando de ser exigida na formação dos alunos do 2º ciclo.

Essa flexibilização nesse nível de ensino acontece pós-término do regime ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), o que sugere uma redução da influência moralizadora e higiênica, que implicava em tornar os corpos ágeis, fortes, robustos, vigorosos, além do desenvolvimento da coragem e do patriotismo (SOUZA, 1998). Esses propósitos podem ser avaliados como natural numa sociedade em que parte dos princípios democráticos tender-se-iam a ser restringidos.

A Educação Musical, integrante dos currículos como Prática Educativa, foi definida como obrigatória para os alunos de idade até dezoito anos e deveria ocorrer mediante aulas e exercícios de Canto Orfeônico. No caso da EIN, em seus cursos do Industrial Básico, ela foi ministrada na 3ª e 4ª séries e ocupou um lugar especial não apenas na apresentação da música de estilo considerado clássico/erudito aos alunos, mas também na divulgação de princípios morais e cívicos, como o respeito aos símbolos nacionais. Nesse sentido, cabia à professora de Canto Orfeônico, Maria de Lourdes Filgueira Guilherme,[16] coordenar os eventos relacionados ao canto do hino

15. Depoimento dado à autora em 3 de fev. de 2009. Após a conclusão do curso industrial básico de Alfaiataria, Natanael Gomes da Silva ingressou no ano de 1949 no curso de Mestria. Em 1954, retorna à EIN na condição de professor, onde permaneceu até o ano de 1985, quando se aposenta. Ele faleceu poucos meses após ter fornecido esse depoimento.

16. Essa professora será, posteriormente, nomeada neste trabalho como Lourdes

nacional, ao hasteamento do pavilhão nacional e à preparação do desfile cívico de 7 de Setembro.

Quanto aos cursos de **Mestria** (duração de 2 anos), observamos que eles foram oferecidos aos alunos que quisessem verticalizar os seus conhecimentos após o término do curso industrial básico. Seu currículo tinha a seguinte organização:

Quadro 6 – Organização do currículo do curso de mestria

Cursos de mestria de Mecânica de Máquinas, de Marcenaria, de Artes do Couro e de Alfaiataria	
1ª série	**2ª série**
Disciplinas de Cultura Geral Português Matemática Organização do Trabalho Contabilidade Industrial Higiene Industrial **Disciplinas de Cultura Técnica** Tecnologia Desenho Técnico Prática de oficina – constituída por disciplinas específica de cada curso	Desenvolvimento do estágio regulamentar em empreendimentos relacionados à área de formação do aluno.

Fonte: Brasil (1942c).

O objetivo da legislação ao criar esse curso era acrescentar à formação dos egressos dos cursos industrial básico um maior aprofundamento em sua área de formação em um menor tempo (2 anos), possibilitando ainda acrescentar o diploma de Mestre à sua formação de Artífice. Com essa formação, o egresso desse curso poderia ser contratado para o exercício de mestre nas oficinas das escolas industriais ou nas fábricas/indústrias, entre outras.

Guilherme. Era assim que ela era identificada.

Entretanto, apesar de haver sido assegurado o direito legal de ofertá-lo, a EIN só o fez a partir do ano de 1945. Infelizmente, não pudemos identificar as razões do atraso dessa oferta. Assim, por meio do jornal A República, do dia 14 de janeiro de 1945, a Escola tornava público o início do referido curso:

> A diretoria da escola industrial de Natal avisa a todos os seus ex-alunos e das demais congêneres do país, a instalação, em fevereiro próximo, naquele estabelecimento, do Curso de Mestria, por determinação da divisão de ensino industrial do ministério da educação e saúde. O referido curso tem por finalidade o aperfeiçoamento dos conhecimentos obtidos durante o curso industrial, preparando futuros mestres, capazes de prestar ao Brasil serviços técnicos especializados em qualquer profissão. Terá a duração de 2 anos, constando seu aprendizado das disciplinas de cultura técnica e cultura geral (ABERTURA..., 1945, n. p.).

O ato de divulgar a abertura de vagas para o novo curso no jornal "A República" fazia parte da **estratégia** comum entre as instituições de ensino desta capital, de divulgar os calendários de matrícula e outras informações nas páginas dos jornais que circulavam na cidade. Quando não existia a televisão, o jornal impresso, em paralelo ao rádio, eram os veículos que possibilitavam a comunicação mais rápida e extensiva junto a alguns segmentos da sociedade. Como podemos perceber, com essa iniciativa, a EIN coloca em prática alguns objetivos, tais como: cumprir a nova legislação no que concerne à oferta desse nível de ensino, mobilizar grupos de seus ex-alunos e das outras instituições da rede federal de ensino profissional a fazerem parte dos seus quadros e, por outro lado, se apresentar, publicamente, como uma instituição profissional que se inovava com a oferta de cursos.

Além dessa tentativa de resolver o problema da carência de mestres nas Escolas através da obrigatoriedade da oferta do curso de Mestria, a Lei Orgânica também se preocupava em registrar, em seu Artigo 28, que os ensinamentos das disciplinas de Cultura Técnica e Cultura Geral e das Práticas Educativas "serão organizados, e periodicamente revistos, programas que deverão conter, além do sumário das matérias, a indicação do método e

dos processos pedagógicos adequados" (BRASIL, 1942b, n. p.). Mais, especificamente, sobre o que seriam os trabalhos próprios do currículo, são destacados, no Artigo 35, as aulas, exercício e exames escolares. Esses dois últimos serão verificados por meios de notas graduadas de zero a cem. Além disso, esses exercícios escolares, escritos, orais ou práticos, eram definidos como obrigatórios. Essa obrigatoriedade também se estendia à frequência às aulas do conjunto das disciplinas e das práticas educativas.

Esse detalhamento de como o processo de ensino e aprendizagem nas escolas da rede de ensino profissional deveria ser planejado, desenvolvido e avaliado evidencia os mecanismos de controle postos em prática pelo Ministério da Educação/Diretoria de Ensino Industrial. Os programas das disciplinas, por exemplo, eram propostos e encaminhados por essa Diretoria e distribuídos aos professores e mestres das oficinas com o propósito de orientar o trabalho. Quanto aos exames escolares, eram utilizados como controle da aprendizagem/comportamento e disciplinamento dos alunos. O seu processo de realização envolvia o tempo, formas de organização e os sujeitos responsáveis pela sua condução, o que supunha uma combinação de "técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir." (FOUCAULT, 2009, p. 177). Dependendo dos resultados apresentados pelos alunos, mensalmente definia-se a classificação do **Quadro de honra** da EIN. Esse espaço era destinado àqueles que apresentavam os melhores resultados no desempenho, comportamento e índice de frequência.

A Lei Orgânica ainda evidenciava a importância em associar o trabalho educativo que era desenvolvido nas escolas industriais e técnicas ao mundo profissional externo à escola, o mundo da fábrica. Nesse sentido, o artigo 41 ressalta que "os exercícios escolares práticos, nas disciplinas de cultura técnica, revestir-se-ão, sempre que possível, da forma do trabalho industrial, realizado manualmente com aparelho, instrumento ou máquina em oficina ou outro terreno de trabalho" (BRASIL, 1942b, n. p.). Além disso, o cumprimento do estágio, pelo aluno, em estabelecimento industrial, bem como excursões a esses locais, para a observação das atividades relacionadas com o seu curso, sob a coordenação da direção da escola ou de outra autoridade docente, são ações

assinaladas por essa lei. Em sintonia com essa legislação, durante o desenvolvimento dos seus cursos, a EIN, sob a coordenação do seu Orientador Educacional, Irineu Martins de Lima, tentou essa aproximação com o mercado de trabalho por meio de excursões técnicas com os seus alunos e visitas a fábricas e indústrias. Assim, podemos verificar esse flagrante de uma turma, provavelmente do curso de Mecânica de Máquinas, durante uma dessas visitas (Fotografia 2).

Fotografia 2 – Alunos do Ginásio Industrial — EIN — visita à indústria (195?)



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Em relação ao tempo escolar, a Lei Orgânica permitia certa flexibilização, ou seja, o período semanal destinado aos trabalhos escolares para o ensino das disciplinas e das práticas educativas poderia variar, conforme o curso, de trinta e seis a quarenta e quatro horas. Segundo o seu artigo 37, cabia à direção da Escola, antes do início do período letivo, elaborar o plano de distribuição do tempo de cada semana, definindo, assim, o horário escolar.

Essa determinação provocou, na Escola Industrial de Natal, algumas mudanças na organização de suas atividades de ensino e, consequentemente, no tempo de permanência dos alunos, anteriormente concentrado em apenas um turno.

A exigência da elaboração de um plano de distribuição do tempo não ocorria por acaso. A exemplo do que é assinalado por Foucault (2009), tratava-se de constituir na escola um tempo integralmente útil. Para tanto, a publicação do detalhamento das atividades a serem realizadas pelos alunos no espaço escolar por parte da escola visava a normatização do controle dessas ações, o que incluía um processo de disciplinamento dos corpos e dos comportamentos.

3.3. **O lugar ocupado pelos alunos no processo de escolha dos cursos**

A Lei Orgânica de 1942, na sua Seção 1, explicitava como se daria a escolha dos cursos pelos alunos, ou melhor, a adaptação racional dos alunos aos cursos. Conforme o Artigo 33, nos estabelecimentos de ensino onde funcionem vários cursos industriais, "far-se-á, no começo da vida escolar observação psicológica de cada aluno, para apreciação de sua inteligência e aptidões, e para fim de se lhe dar conveniente orientação, de modo que o curso, que venha a escolher, seja o mais adequado à sua vocação e capacidade" (BRASIL, 1942b, n. p.). Esse texto sofreria pequenas alterações em 1946, após a publicação do Decreto nº 8.680. Nesse caso, o tempo da observação psicológica do aluno passaria a ocorrer nos primeiros quatro meses após o inicio das aulas. Além da inteligência e aptidões, também seria avaliada a personalidade com o fim de auxiliar o aluno na adaptação escolar de modo a facilitar-lhe a escolha do curso mais adequado a sua capacidade.

Para garantir a adaptação dos alunos aos cursos, a nova legislação do ensino profissional recorria às contribuições da área da psicologia aplicada, no que concerne ao campo da psicotécnica, concebida como "ciência básica capaz de selecionar os trabalhadores pelas aptidões através da análise das tarefas, da análise das tendências e disposições de cada candidato" (MOTTA, 2004, p. 104). Como podemos perceber, introduzia-se o

desenvolvimento da orientação profissional nas escolas de ensino profissional com o propósito de selecionar previamente os jovens para o mercado de trabalho. Isso implicava tentar, através dos testes psicológicos, encontrar o homem certo para o lugar certo, em face do atendimento das novas necessidades da indústria, num contexto em que era possível identificar, nesse setor, o desenvolvimento dos princípios da racionalização do trabalho baseada na administração cientifica da produção.

Na Escola Industrial de Natal, entretanto, esse trabalho seria dificultado, uma vez que, inicialmente, essa avaliação dos alunos era feita, principalmente, pelos mestres e contramestres responsáveis pelas oficinas. Mas como exigir desses profissionais essa condição de observar, psicologicamente, cada aluno, se anterior à exigência de tal procedimento não consta que lhe foi assegurada uma formação de conhecimentos específicos dessa área?

Nos anos de 1940, vale ressaltar que o quadro dos professores das oficinas na Escola Industrial ainda era constituído, majoritariamente, por profissionais detentores de conhecimentos práticos relativos ao ofício que ensinavam nas oficinas, e de alguns ex-alunos das antigas Escolas de Aprendizes Artífices, detentores de uma formação adquirida em curso Industrial Básico. Nesse sentido, através do Oficio nº 90, de 7 de abril de 1948, o diretor Jeremias Pinheiro da Câmara Filho[17] informava ao diretor do Ensino Industrial Francisco Montojos que, dentre os 25 (vinte e cinco) professores existentes na EIN, 12 (doze) das disciplinas de Cultura Geral (inseridos os três professores de Desenho e os dois professores de Práticas Educativas) e 13 (treze) professores do ensino industrial (oficinas), apenas 4 (quatro) do grupo das disciplinas de Cultura Geral tinham curso superior. Nessa época, ainda não existia profissional da área de Psicologia na EIN.

Apesar de a Lei Orgânica prever que a seleção dos alunos para um dos cursos deveria levar em conta o critério da adaptação racional, ou seja, os resultados da avaliação do desempenho dos alunos, constatamos problemas nessa Escola em relação ao número de vagas, particularmente, para os cursos de Mecânica e Marcenaria, visto que a oferta era em número menor do que a quantidade de

17. Identificaremos esse diretor, nas demais referências neste texto, como Jeremias Pinheiro.

alunos interessados em cursá-los, o que não ocorria em relação aos cursos de Alfaiataria e Artes do Couro. Essa informação integra os depoimentos dos ex-alunos dessa escola, registrados a seguir.

O ex-aluno Kerginaldo Barbosa de Oliveira (2010)[18] relatou que, ao buscar uma formação profissional em mecânica, de nada lhe valeu o esforço despendido nessa oficina, pois a quantidade de vagas era menor do que o número de colegas que também queriam essa formação. No final, assinala, "restou-me a indicação para o curso de Marcenaria, que o cursei até o final apesar de não ser a minha primeira escolha." O ex-aluno Fernando Japiassu (2011),[19] em seu depoimento sobre esse processo, relata:

> [...] quando eu fiz os exames da Escola Industrial, aos 14 anos, eu já havia escolhido fazer o curso de Marcenaria. Tinha algo a ver com a minha infância, nesse período eu era quem fazia os meus brinquedos com madeira. Mas, após o rodízio pelas oficinas existentes e a avaliação dos mestres, fui selecionado para o curso de Artes do Couro. O Mestre da oficina de Sapataria, onde desenvolvíamos a parte prática desse curso, Jorge Romano, era amigo do meu pai, o que certamente me garantiu a nota maior, pois não havia sido nessa oficina que eu tinha me esforçado mais (JAPIASSU, 2011).

O também ex-aluno da EIN, Francisco Bernardino de Souza (2010a),[20] ao falar sobre esse assunto, destaca:

> [...] no período em que eu fiz o exame para a Escola, os cursos de mecânica e marcenaria

18. Depoimento fornecido à equipe de Comunicação Social do *Campus* Central de Natal – IFRN, e a esta autora, em 20 de junho de 2010. O entrevistado retornou à EIN, em 1962, na condição de professor da área de marcenaria, após participar no ano de 1961, do Curso de Magistério de Artes Industriais no Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba, com sede na Escola Técnica de Curitiba (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1990).

19. Depoimento fornecido à autora, em 13 de abr. de 2011.

20. Depoimento fornecido à autora, nos dias 8 de fevereiro e 8 de março de 2010.

> eram os mais procurados. Havia o rodízio, o aluno passava por todas as oficinas durante a 1ª série. Após o registro do seu desempenho em cada uma delas, ele era classificado e encaminhado para aquela que havia atingido melhor aproveitamento. Muitas vezes, não era o curso desejado. Em alguns casos particulares, essa escolha dependia do aluno, pois quando não tinha interesse pelo curso, fazia tudo para apresentar um baixo rendimento e não ser bem avaliado pelo mestre da oficina. Alguns colegas agiram assim em relação aos cursos de Artes do Couro e de Alfaiataria (SOUZA, 2010).

Os depoimentos em questão evidenciam como se desenvolvia o processo de seleção interna dos alunos na EIN. Constatamos situações de enfrentamento por parte dos alunos, durante o processo de tentativa de ajustá-los/adaptá-los a um dos seus cursos. Considerando que, nesse contexto, os cursos oferecidos tinham a preocupação de preparar artífices com uma formação muito mais voltada para as exigências de uma atividade artesanal. Assim, aqueles que pertenciam a uma área mais próxima do setor industrial como, por exemplo, o de mecânica, tornavam-se os mais desejados pelos alunos. Assim, podemos ressaltar que, na Escola Industrial de Natal, classificar os alunos a partir de sua aptidão e inteligência, como preconizava a Lei Orgânica, não parecia ser uma tarefa fácil. É possivel que, em razão das limitações estruturais, nem sempre a aptidão e o esforço apresentado pelo aluno eram levados em conta na hora de selecioná-lo para um dos cursos, o que nos leva a pensar que o principal elemento definidor nessa classificação eram os resultados apresentados, sobretudo, em provas práticas realizadas sob a observação dos mestres responsáveis pelas oficinas e a oferta de vagas disponiveis nos 5 (cinco) cursos existentes.

Nos três depoimentos, há a confirmação de que o rodízio pelas diversas oficinas fez parte da experiência educativa desses alunos da 1ª série da EIN. Contudo, diante da exigência legal de ser classificado para um determinado curso mediante avaliação positiva de seu aproveitamento, alguns alunos, segundo depoimento acima citado, definiam como **tática,** no sentido apreendido por Certeau (2009), que a configura como algo determinado pela ausência de

poder, a exclusão dos cursos menos desejados por meio de um intencional baixo rendimento.

Essa atitude assumida por alguns alunos ia de encontro às pretensões do governo, que, ao inserir o rodízio, objetivava garantir uma fácil adaptação profissional ao trabalho futuro, evitando, durante o período de formação nas escolas, uma excessiva especialização (FONSECA, 1961). Assim, em seus cursos industriais básicos, fazia com que os alunos aprendessem não só uma técnica, mas grupos de ofícios afins nas diversas oficinas existentes, de modo que pudessem, com maior facilidade, encontrar ocupação na indústria, o que ele define como uma preocupação da Lei Orgânica com o aspecto econômico da vida pós-escolar daqueles que seguissem cursos industriais. Cabe-nos acrescentar que a definição desse novo perfil de formação dos alunos não estava dissociada da preocupação em formar pessoal para a indústria, quando o país tentava ampliar o seu desenvolvimento industrial.

Verificar quais os motivos que mobilizavam alguns alunos a prestar o exame seletivo na EIN é um aspecto importante a ser investigado, tendo em vista as limitações ainda existentes, no que se refere à verticalização dos estudos fora do campo da formação profissional. Para tanto, decidimos por privilegiar a investigação em alguns depoimentos de ex-alunos a que tivemos acesso:

> Minha escolha por estudar na EIN está ligada ao fato de que, mesmo morando no interior, eu tive a oportunidade de vir a cidade de Natal ainda criança, quando eu acompanhava a minha avó a esta cidade. Eu comecei a conhecer a Escola através do seu destacado prédio da Av. Rio Branco e passei a desejar estudar ali, além do mais, eu ouvia dizer que era uma escola muito organizada, tinha boas condições de funcionamento, bons professores e se destacava pelo seu disciplinamento. (BRITO, 2009, 2010).

Na fala desse ex-aluno, há o destaque para as representações que ele foi construindo a partir do espaço em que a Escola funcionava nos anos de 1940 e das informações a que teve acesso sobre a sua organização, funcionamento e seu corpo docente. Nesse período, o prédio já havia passado por algumas reformas, inclusive em suas fachadas, o que o destacaria dentre os demais situados

na Av. Rio Branco, artéria central da cidade. Essa recordação do seu encontro com essa escola a partir não apenas da imagem visualizável do seu espaço, mas também de sua ordenação interna sucinta pensar, como diz Escolano (2001, p. 47), que "a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas." Esses valores, ao serem identificados nessa instituição de ensino, serviram para, num tempo específico, mobilizar novos alunos para os seus quadros.

Com suas origens também no interior, o ex-aluno Nivaldo Calixto Torres[21] destaca: "escolhi a Escola Industrial por influência de um primo que fazia o curso de marcenaria. No meu caso, eu sempre quis uma profissão para poder ter condições melhores de vida, pois eu era o filho mais velho de uma família muito pobre do interior. Quando me mudei para Natal fiquei na casa de uma tia" (TORRES, 2009). Nesse caso, salientamos a crença existente do aluno de que a educação profissional poderia lhe possibilitar melhorias sociais. O tempo era a segunda metade dos anos de 1950, período caracterizado por transformações no sistema econômico brasileiro. Isso provocou o surgimento de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho para os trabalhadores que possuíam determinadas qualificações.

O também ex-aluno Antonio Fernandes de Carvalho[22], ao falar sobre o seu processo de escolha, assinala alguns aspectos que o aproxima da realidade de vida do ex-aluno Nivaldo Calixto:

> Eu nasci num sítio próximo a cidade de Mossoró distante uns 400 km de Natal. Como o meu pai

21. Depoimento fornecido à autora, em 14 e 29 de dezembro de 2009. Retorna à EIN na condição de professor da área de Artes Industriais (eletrotécnica), no ano de 1964, após participar, em 1963, do Curso de Magistério de Artes Industriais no Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba, com sede na Escola Técnica de Curitiba (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1990).

22. Depoimento fornecido à autora nos dias 9 e 22 de fevereiro de 2010. Retorna à EIN na condição de professor de Artes Industriais, no ano de 1964, após participar, em 1963, do Curso de Magistério de Artes Industriais, no Centro Pedagógico de Ensino Industrial na Escola Técnica de Curitiba (LICEU INDUSTRIAL DE NATAL, 1990).

> trabalhava em carpintaria nessa cidade e Natal, nos anos de 1940, em razão da guerra oferecia mais oportunidade, ele decidiu mudar com a família para a capital. O motivo maior dessa escolha está relacionado ao fato de que, nessa Escola, eu poderia adquirir uma profissão, pois a situação econômica era pouco favorável (CARVALHO, 2010).

Nesse caso, a escolha recaía não em uma escola qualquer, mas em uma instituição de ensino considerada capaz de lhe possibilitar aprender uma profissão num contexto em que a condição econômica particular era apresentada como não favorável. Esse fato sugere a existência da representação construída nesse segmento das camadas populares, ao qual faz parte o referido aluno, sobre o papel social da educação e, nesse caso particular, dessa instituição de ensino. Quanto a sua escolha pelo curso de marcenaria, a atuação do seu pai na área de carpintaria foi decisiva.

Em termos gerais, a realidade socioeconômica aproximou esses alunos. Para eles, havia a representação de que a Escola poderia lhes possibilitar condições para alterar a própria situação de vida. Nesse sentido, evidenciamos, em seus relatos, aspectos do conceito que tinham dessa instituição, construído, nesse caso, a partir das experiências vividas por eles próprios e divulgadas de diversas formas junto aos seus familiares e aos seus amigos, de uma escola onde se poderia aprender uma profissão, organizada, disciplinadora e com bons professores. Não se descarta também o papel institucional nesse processo de divulgação. Desse modo, no ano de 1945, através de Portaria publicada no dia 11 de junho, s/n, o então diretor Jeremias Pinheiro solicita ao professor de Educação Física, prof. Geraldo Serrano, a sua contribuição na campanha que iria ser posta em prática pela EIN, conforme texto:

> A Comissão abaixo assinada, incumbida de organizar, orientar e estimular a Campanha de Propaganda e Divulgação do Ensino Industrial no Estado, fazendo convergir para a Escola Industrial a simpatia e colaboração de pessoas interessadas, vem solicitar o vosso indispensável auxilio para maior eficiência da referida campanha, certo de que sendo vós um dos

> propugnadores do Ensino Profissional no RN, não furta-vos-ei, escrevendo algo sobre uma das modalidades do ensino desta Escola. (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1945, n. p.).

Como podemos perceber, a Escola Industrial, através dessa comunicação interna, evidenciava a sua estratégia de ocupação de espaço junto à sociedade norte-rio-grandense. Para tanto, era preciso divulgar externamente o ensino industrial, tornando públicas as modalidades oferecidas. Nesse processo, eram envolvidos diversos sujeitos que constituíam o seu quadro docente e administrativo.

Outra forma de divulgação foi também gestada pela diretoria da Escola. Assim, no dia 8 de fevereiro de 1946, o jornal "A República" divulgava a seguinte notícia: **Escola Industrial de Natal — visitam o estabelecimento alunos concluintes do curso primário***,* segundo relato a seguir:

> Esteve ontem em visita a Escola Industrial uma turma de aluno do Grupo Escolar "João Tibúrcio", do bairro do Alecrim. Essa é a primeira de uma série de visitas programadas conjuntamente pelo dr. Jeremias Pinheiro Filho, diretor da Escola, e prof. Severino Bezerra, diretor do Departamento de Educação Estadual. [...], tendo todos assistido ali à solenidade da "hora cívica" e em seguida percorrido demoradamente as oficinas e demais dependências da escola. É intenção do Dr. Jeremias, continuar a atrair as visitas dessa natureza aos alunos concluintes do curso primário de todos os estabelecimentos da capital, devendo as visitas realizarem-se aos sábados pela manhã. (VISITA..., 1946, p. 2, nº 80, grifo do autor).

Havia uma intencionalidade da direção da EIN ao receber a visita dos alunos desse Grupo Escolar. A partir da publicação da Lei Orgânica (1942), para que alguém pudesse participar do exame seletivo para o curso industrial básico, nas escolas da rede federal, era necessário haver concluído o ensino primário. Não ficou claro se, ao articular essa campanha, a EIN cumpria orientação da

Diretoria de Ensino Industrial, tampouco se ela foi mantida nos anos seguintes. Essa iniciativa institucional de pretender convergir para essa Escola a simpatia e colaboração de pessoas interessadas, bem como a divulgação do ensino profissional no Estado do Rio Grande do Norte. *S*e, por um lado, essa divulgação tinha como foco construir um tipo de representação dessa instituição de ensino junto à comunidade externa; por outro, lhe interessava fazer conhecer aspectos diversificados de suas práticas educativas, o que envolvia não apenas as suas oficinas, mas também outros espaços pedagógicos. Essa estratégia visava despertar o interesse de mais alunos para esse tipo de ensino.

O contexto das décadas de 1940 e 1950 no RN era favorável à EIN, já que, no conjunto das escolas públicas existentes em Natal, ela se destacava por algumas de suas características. Primeiro, a sua localização na principal avenida do centro da cidade, a Avenida Rio Branco, bairro Cidade Alta. Essa rua era o caminho percorrido por aqueles que queriam se deslocar para o bairro da Ribeira, lugar onde, historicamente, a cidade de Natal iniciou o seu desenvolvimento, "a partir, principalmente, da construção do Porto de Natal, estabelecimento das principais empresas exportadoras e importadoras, as grandes lojas e órgãos públicos, inclusive o Palácio do Governo" (PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, 2009, n. p.).

Por outro lado, nesse período, não se tinha conhecimento de outras escolas de ensino industrial gratuito que garantissem acesso aos alunos do sexo masculino, oriundos de qualquer instituição de ensino. Em relação a essa realidade, em documento enviado ao Diretor de Ensino Industrial, no dia 26 de junho de 1952, o diretor da EIN apresentava os dados que, segundo afirma, havia sido possível colher sobre as instituições de ensino profissional existentes naquele momento em Natal e no estado do RN:

> [...] a) Número de escolas estaduais: 3 (três): 1. **Escola Profissional Feminina** – Cursos de corte e costura; prendas domésticas; datilografia. Matricula: 300 alunas. Condições de ingresso nos cursos: possuir o certificado de curso primário. 2. **Escola Profissional do Alecrim** - Cursos de marcenaria; serralheria; alfaiataria; artes gráficas. Matrícula: 150 alunos. Condições de ingresso: possuir o certificado de

> conclusão do ensino primário. Nesta escola são matriculados somente os Escoteiros do Alecrim e os alunos do Grupo Escolar Frei Miguelinho. 3. **Escola Prática de Agricultura**: nesta escola são matriculados os alunos indicados pelas prefeituras municipais, como os melhores concluintes do curso primário. Número de **escolas particulares**: 12 (doze): ensino comercial – 11 (onze) – 5 (cinco) na capital e 6 (seis) no interior. Escola Doméstica – 1 (uma), em Natal (ESCOLA INDUTRIAL DE NATAL, 1952, n. p., grifo nosso).

Com base nessas informações levantadas por esse Diretor, apenas a Escola Profissional do Alecrim oferecia cursos também existentes na EIN, o que as diferenciava era a clientela a que se destinavam. A EIN abria as suas vagas a todos que atendessem aos critérios do seu processo seletivo. Por sua vez, a Escola Profissional do Alecrim tinha um público especifico a atingir, ou seja, apenas os alunos oriundos do Grupo Escolar Padre Miguelinho e os Escoteiros do Alecrim, cuja sede funcionava nessa Escola. Quanto às instituições particulares, a oferta do ensino comercial era, em termos quantitativos, predominante. Contudo, o fato de não serem gratuitas provavelmente as tornava acessível, apenas, a alguns. A Escola Doméstica, citada também no texto, segundo Rodrigues (2007, p. 51), "nem era uma escola considerada profissionalizante nem tampouco uma instituição mista; sua especialidade era a formação feminina." Para essa autora, essa escola teria se caracterizado desde o início do seu funcionamento, em 1914, pelo seu caráter seletivo e elitista. A exigência de um pagamento mensal a tornava inacessível para as filhas das famílias pobres. Esse era, portanto, o cenário relativo ao ensino profissional em que a EIN estava inserida.

3.4. A criação do serviço de orientação educacional

Sobre o conjunto das mudanças provocadas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial e suas implicações na EIN, merece destaque, ainda, a criação, em seu Art. 50: da Orientação Educacional. Ele é instituído, pela primeira vez, nas escolas

industrial e técnica na perspectiva de buscar, a partir da aplicação de processos pedagógicos adequados e em face da personalidade de cada aluno, não só a necessária correção e encaminhamento de seus problemas, mas ainda a elevação das qualidades morais. Na prática, com a criação desse serviço no interior da escola, tentava-se encontrar mecanismos de controle que possibilitasse um modelo de formação capaz de promover a adaptação do aluno, não somente em relação à escola, mas também à sua futura profissão.

Nesse sentido, a função da Orientação é a de disciplinar os alunos no ambiente escolar visando forjar um trabalhador disciplinado e produtivo. Em suas análises sobre o sentido da Orientação Educacional no texto da Lei Orgânica, Pimenta (1981) destaca o modelo que ela assume:

> A) é corretiva (ou terapêutica) e preventiva, neste caso; identificam-se os problemas e tomam-se atitudes para saná-los. (Entenda-se por problemas tudo aquilo que atrapalha o equilíbrio da escola); B) procura criar um clima agradável para evitar que os problemas apareçam; [...] E) sugere ser apoio do ensino para que decorra tranquilo (PIMENTA, 1981, p. 67).

As constatações dessa autora nos levam a refletir sobre as reais finalidades desse novo serviço, que, a partir de 1942, deveria existir no interior das escolas de ensino industrial e técnico. Pautando-se, sobretudo, em ações corretivas e visando evitar os possíveis problemas comportamentais no interior das escolas, a Orientação Educacional teria se desvinculado das finalidades do Ensino Industrial, que objetivava, principalmente, atender "aos interesses do trabalhador realizando a sua preparação profissional e sua formação humana." (BRASIL, 1942b, n. p.). Nesse sentido, a Orientação Educacional "ao evitar a eclosão de problemas na Escola, funciona como domesticadora dos indivíduos à futura vida profissional [...] desempenhava o papel de ajustar os previamente escolhidos (pela estrutura de classe social) aos ramos de aprendizagem que a escola oferecia" (PIMENTA, 1981, p. 77-80). Nesse contexto, podemos ressaltar que, no geral, o papel atribuído aos orientadores se limitava à identificação das aptidões, mediante

os testes psicológicos e entrevistas, e ao aconselhamento dos indivíduos em função dos cursos oferecidos.

Ao fazer referência à inserção da Orientação Educacional nessas escolas, Ciavatta e Silveira (2010, p. 108) ressaltam que, agora, não se tratava mais de apenas instruir a juventude para as fábricas, ensinando-lhe um ofício, ou um grupo de ofícios da mesma família; "visa-se a um fim muito mais elevado, pois que se desejava acompanhar sua formação espiritual e intelectual, de modo a ajustar os jovens à sociedade em que vivessem, tornando-os úteis ao seu país."

Como podemos perceber, de acordo com os princípios legais que definiram as atribuições da Orientação Educacional, era preciso garantir aos alunos não apenas a aquisição das condições técnicas para o exercício de uma profissão, mas também a constituição de uma consciência capaz de levá-los a assumir os deveres morais e sociais que lhes eram impostos. Assim, a inserção desse serviço se constitui em um elemento estratégico fundamental para a formalização de um tipo de preparação profissional capaz de forjar trabalhadores dóceis prontos a aceitar as normas e orientações dos seus superiores, seguindo os padrões apontados "pela Racionalização Científica, a eficiência e a produtividade" (AMORIM, 2004, p. 202).

No que se refere ao profissional que deveria assumir a coordenação desse trabalho, a Lei Orgânica, em seu Artigo 56, determina que os "orientadores educacionais farão parte dos corpos docentes, sendo a sua formação e os seus estudos de aperfeiçoamento ou especialização feitos em cursos apropriados" (BRASIL, 1942b, n. p.). Apesar de deixar claro que os orientadores deveriam fazer parte do corpo docente, o texto não explicita, tampouco regulamenta, a formação que deveriam possuir.

Na EIN, somente no início da década de 1950 é que o cargo de Orientador Educacional é ocupado pelo professor de Desenho de Móveis Irineu Martins de Lima, ex-aluno da antiga EAA do RN, professor e um dos seus diretores no início da década de 1960. Para assumir o cargo de Orientador Educacional, o prof. Irineu Martins de Lima (2006)[23] declarou que foi necessário realizar um curso na área de Orientação Educacional, na Fundação Getúlio Vargas (RJ).

23. Depoimento à Coordenação de Comunicação Social do IFRN - *Campus* Natal Central, em 2006, na cidade de Aracaju-SE.

O preenchimento desse cargo na EIN estava relacionado a um projeto experimental coordenado pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) em algumas escolas de ensino industrial da rede. Essa Comissão, criada em 1946, constituía-se em um programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos com o objetivo de formar professores para atuar no Ensino Industrial. Além disso, havia outro objetivo maior que era construir "uma maior aproximação entre os dois países, mediante intercâmbio de educadores, idéias e métodos pedagógicos" (FONSECA, 1961, p. 563).

No entendimento dessa Comissão, era preciso formar profissionais já envolvidos com o ensino profissional para trabalhar nessa especialidade. Fonseca (1961, p. 570) assinala que essa Comissão, em outubro de 1951, "dava início a um novo curso de orientação educacional e profissional, com duração de seis meses, realizado no Rio de Janeiro, [...] com a colaboração de técnicos da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP)." Esse Instituto, criado em 1947, tinha como objetivo desenvolver a implantação de técnicas de seleção e orientação profissional. Com o registro desse curso, esse autor confirma as informações emitidas pelo professor Irineu Martins de Lima, acerca dessa etapa de formação de novos profissionais para a Orientação Educacional.

As atividades exercidas no desempenho dessa função, a partir dos anos de 1950, são descritas pelo prof. Irineu Martins de Lima,

> [...], naquela época, o aluno tinha a oportunidade de passar por todas as oficinas. Em cada uma delas havia alguma coisa que o atraía, então alguns se identificavam. Cabia ao setor de Orientação Educacional facilitar isso, ou seja, efetuar o rodízio da 1ª série, nos diversos cursos para encaminhamento no curso mais adequado à capacidade de cada aluno. Após essa passagem por todas as oficinas, era feita uma entrevista com todos eles, todos eram entrevistados, eu digo isso porque fui entrevistador por 9 (nove) anos. Pegava aquela turma que chegou em uma manhã inteira, falando com eles, fazendo entrevistas com eles até esgotar tudo. Era

> muito cansativo. [...] era preciso procurar sentir qual era o curso que ele se identificava melhor, por que ele queria aquele curso e não outro, como ele tinha atingido aqueles resultados. Então o aluno se ajustava mais dentro daquele parâmetro dele. (LIMA, 2006).

Nesse relato de experiência, são reveladas as ações que eram priorizadas no desenvolvimento dessa função, visando implementar o que estava estabelecido pela legislação do ensino industrial. Nesse processo, ele destaca o rodízio dos alunos nas diversas oficinas, com a finalidade de encaminhá-los para o curso mais adequado à sua capacidade. Esse propósito de oferecer, além do acesso superficial às várias especialidades profissionais existentes na escola, o aprofundamento do conhecimento do aluno em uma determinada área, tinha o objetivo de garantir uma maior eficiência no processo formativo dessas escolas ministrando o ensino mais prático.

Nesse sentido, para que a escolha da formação fosse exitosa, o Orientador assumia um papel estratégico, já que cabia a ele tentar dirimir as dúvidas dos alunos nesse processo; para tanto, o professor Irineu revela a sua tática utilizada: aplicação de entrevistas "até esgotar tudo." Considerando os depoimentos dos ex-alunos já citados neste texto, nem sempre havia esse ajustamento do aluno dentro dos seus próprios parâmetros, como afirmava o referido professor. O que prevalecia, em muitos casos, eram as condições de oferta da própria Escola, que exercia a prerrogativa de classificar levando em conta os limites de vagas disponíveis em cada curso, determinadas, em alguns casos, a partir das condições de suas oficinas.

Em uma análise geral, não é demais lembrar que o principio que norteou a implantação da Orientação Educacional nas escolas profissionais era o de contribuir, por meio do controle do desempenho e comportamento do aluno, com a sua **adaptação racional aos cursos.** Isso implicava na verificação da existência das habilidades necessárias àquela formação específica, oferecendo aos alunos uma visão mais ampla das oportunidades ocupacionais e auxiliando-os na escolha da profissão. Além disso, cabia a esse profissional as orientações sobre o campo de trabalho existente no entorno da escola e a definição dos mecanismos de controle sobre o desempenho e comportamento do aluno.

Nesse campo específico do disciplinamento, conforme depoimento do ex-aluno Antonio Fernandes de Carvallho (2010)[24] "em algumas situações em que o aluno cometia ato de indisciplina, este poderia ser encaminhado ao Inspetor de Alunos ou ao Orientador Educacional, que analisava a falta e, quando necessário, aplicava as normas disciplinares." Sendo assim, o Orientador Educacional, além de desenvolver atividades nitidamente restritas à orientação profissional, não se furtava de exercer atribuições disciplinares, em face da estruturação da ordem e da obediência no espaço escolar. Essa ação formulada para moldar comportamentos pode constituir o que, para Foucault (2009), é descrito como um sistema preciso de comando, capaz de provocar o comportamento desejado, sem necessariamente ser explicada, tampouco formulada, a exemplo do que ocorria nos locais de produção industrial. Assim, a Orientação Educacional, na concepção adquirida nesse momento na rede federal, tentava cumprir o seu papel de ajudar no ajustamento desse homem às necessidades e organização do mercado de trabalho.

3.5. **O controle administrativo na EIN**

No campo do funcionamento institucional, a Lei Orgânica assegurou aos Diretores um relevante papel no desempenho de suas atribuições, contudo não explicitou os critérios utilizados para a sua escolha. Nesse sentido, é provável que ainda estivessem em vigor os critérios definidos pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (1926), que atribuía essa prerrogativa ao titular do Ministério a que essa rede de escolas estava vinculada, após apresentação de lista tríplice pela Diretoria encarregada por sua coordenação, nos anos de 1940, à Diretoria de Ensino Industrial (DEI).

Em seu art. 57, a Lei Orgânica definia que a administração escolar seria concentrada na autoridade do Diretor, "e orientar-se-á no sentido de eliminar toda tendência para artificialidade e a rotina, promovendo a execução de medidas que dêem ao estabelecimento de ensino atividade, realismo e eficiência" (BRASIL, 1942b, n. p.). Essas medidas expressavam a preocupação do governo em fazer

24. Depoimento fornecido à autora deste trabalho, nos dias 9 e 22 de fevereiro de 2010.

com que as escolas se constituíssem em instituições capazes de formar seus alunos para o exercício eficaz de uma profissão em sintonia, principalmente, com a organização das práticas produtivas desenvolvidas por setores da indústria. Não há registro nessa lei de como seria realizada essa ação.

Havia também a determinação de que a Escola se organizasse racionalmente, priorizando os serviços de escrituração e de arquivo escolar. Portanto, para garantir um eficiente funcionamento da escola, era necessário fortalecer cada vez mais o controle sobre a sua organização, por meio dos registros e acompanhamento das atividades realizadas. Porém, a coordenação-geral das ações dessas escolas permanecia sob a responsabilidade da Divisão de Ensino Industrial - Ministério da Educação; para tanto, era atribuição do Diretor da Escola encaminhar relatórios sobre as ações planejadas/desenvolvidas. Nas unidades da rede federal, portanto, os diretores foram transformados em intérpretes e executores dessa legislação que determinava a nova organização do ensino profissional.

Em que pese as significativas alterações provocadas na organização do ensino profissional a partir da publicação da Lei Orgânica, em 1942, o controle dos órgãos oficiais sobre as escolas da rede federal não seria alterado. Em nome da unidade didático-pedagógica entre essas instituições, modelos comuns de currículos foram impostos às escolas com o firme propósito de garantir o atendimento das necessidades do mercado de trabalho, oriundas do processo de industrialização que avançava no país. O papel dos seus dirigentes continuava sendo de interlocutor dos órgãos superiores, não apenas no âmbito interno da escola, mas também nas relações com o seu entorno. Não havia, por outro lado, mecanismos que possibilitassem a divisão interna do poder institucional; a autoridade, mesmo limitada, era centrada na figura do diretor. O desvelamento desses aspectos talvez ajude a compreender a representação que foi sendo constituída sobre a EIN ao longo de sua trajetória: uma escola organizada, disciplinadora e consciente da missão de formar profissionais capazes de obedecer aos seus superiores, cumpridores dos seus deveres e aptos a exercer uma profissão.

3.6. **A constituição do quadro de matrícula: o direito ao acesso e o desafio da permanência**

A preocupação da EIN com a formação e crescimento do seu quadro de alunos é visível e se materializa, sobretudo, por meio de campanhas públicas de divulgação da importância do ensino industrial, em escolas primárias e na imprensa escrita. Acrescente-se a isso a luta por recursos junto aos órgãos federais, a fim de que novos espaços destinados às práticas educativas pudessem ser criados.

No primeiro ano da implantação da Lei Orgânica (1942), a EIN iniciava o período apresentando um total de 162 alunos em seus cursos diurnos, número inferior aos matriculados no ano anterior, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 – Matrícula dos alunos da EIN (1941-1942)

		Séries					
Ano	**Matrícula**	**1º**	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**6º**
1941	238	139	46	33	11	5	4
1942	162	51	46	44	9	9	3

Fonte: LICEU INDUSTRIAL DE NATAL (1942).

É perceptível a diferença do número de alunos matriculados na 1ª série no ano de 1942 e a quantidade existente nessa mesma série no ano anterior. É provável que tenha partido da escola a decisão de oferecer um número menor de vagas para essa série, em se tratando de uma nova organização que se instalava em paralelo a uma antiga estrutura curricular herdada do Liceu Industrial, constituída pelas disciplinas do ensino primário, do curso de desenho e as disciplinas das seções de ofícios, ministradas nas oficinas de alfaiataria, serralheria, marcenaria, funilaria e mecânica, juntas totalizando um tempo de 6 (seis) anos, em processo de extinção.

Nesse quadro 7, também constatamos a inexpressiva quantidade de alunos que conseguiam concluir os seus cursos na antiga organização do Liceu Industrial, com a duração de 6 (seis) anos, tempo esse reduzido pela Lei Orgânica para 4 (quatro). A nova legislação do ensino industrial também assegurou aos alunos do antigo sistema a admissão em curso industrial idêntico ou semelhante ao que cursava e na série cujos trabalhos fossem considerados devidamente habilitados pela direção da Escola,

conforme os preceitos estabelecidos pelo Decreto-lei nº 4.119, de 21 de fev. de 1942, art. 3º, que complementa a execução da lei orgânica.

Em se tratando da diferença quantitativa entre os alunos matriculados na 1ª série e aqueles matriculados nas séries seguintes, alguns registros nos livros de matrículas da EIN, na coluna **Observações**, fazem referências a alunos que foram eliminados por falta de comportamento, mediante Portaria do Diretor da Escola, outros por terem excedido o número máximo de 30 (trinta) faltas, alguns por terem se transferido com a família para o interior do Estado, outros porque moravam em Natal na casa de familiares, e, por alguma razão, tiveram que voltar a residir com os seus pais no interior. Ainda identificamos registro sobre alguns alunos que haviam deixado a Escola devido a problemas financeiros e necessitavam arranjar um trabalho para ajudar a família, bem como aos que saíram para as forças armadas com o propósito de seguir a carreira militar. Esses registros nos levam a entender as possíveis razões da evasão nessa escola, a partir da 2ª série.

Em Editorial registrado no Boletim da CBAI, nº 5, em maio de 1953,[25] com o titulo Estatística, o então Superintendente dessa Comissão e também diretor da Diretoria de Ensino Industrial do Ministério da Educação, Solon Guimarães, assinala que os números que constituem os quadros estatísticos do levantamento escolar envolvendo as escolas industriais e técnicas da rede federal dão margem a relevantes conclusões sobre as possíveis causas das evasões. Devido à importância desse texto para se conhecer como essa Diretoria analisava esse problema nas escolas industriais e escolas técnicas, decidimos transcrevê-lo:

> [...], que a evasão escolar, aqui observável, numa alta média, longe de ser uma causa de desapontamento tem sua explicação, em motivos públicos e notórios, a dispensarem estudos para buscá-las, senão confirmá-las,

25. Informações sobre matrículas e números de alunos diplomados nas escolas industriais e técnicas da rede federal, durante o decênio 1943-1952, foi possível encontrar nos Boletins de nº 5 e de nº 6, publicados pela CBAI, em 1953. Tratava-se do resultado de um levantamento estatístico escolar elaborado pelos diretores dessas instituições, a partir de uma solicitação da Diretoria de Ensino Industrial. Para fins dos objetivos deste trabalho, serão registradas e analisadas, posteriormente, as informações relativas à EIN.

> por afirmativas "a priori" formuladas: razões econômicas, infidelidades aos princípios norteadores da filosofia do ensino ministrado, julgamento ainda não superado, pela consciência coletiva, do sentido escravagista das atividades operárias. É sabido não ser no pequeno número de diplomados, relativamente ao grande coeficiente de matriculados, que deveremos buscar os artífices trabalhando na indústria, mas nos evadidos, como conseqüência daquelas razões acima apontadas. Os diplomados, em sua maioria, por aquela infidelidade aludida, que lhes abriu muito maiores pretensões desviam-se das fábricas, enquanto os evadidos em número apreciável, por necessidade ou vocação, deixam as escolas que lhes estão dando mais teoria e letras que prática de ofícios, e vão à indústria como um imperativo de suprimento para suas imediatas necessidades ou por natural pendor para o exercício destas profissões. Seria o caso, enquanto não se modifica a orientação que se vem adotando para o ensino, bendizer os evadidos que, absorvidos pela indústria, cumprem o destino previsto pela lei e foi colimado pelo Governo. (COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL, 1953a, n. p.).

Ao destacar, inicialmente, o problema da evasão uma década após a publicação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Superintendente da CBAI Sólon Guimarães tentava não esconder o que os dados claramente evidenciavam: o alto índice de abandono dos alunos antes da conclusão dos seus cursos. Mas, ao proceder a uma análise superficial das suas possíveis causas, restringe as suas críticas à forma como as escolas organizavam o seu processo de ensino, atribuindo mais teoria e letras que prática de ofícios, preterindo outros possíveis fatores como a não adaptação do aluno ao modelo de formação marcadamente disciplinadora, posto em prática pela escola, bem como o fato de que, desde a sua criação, a rede federal sofria com a falta de estrutura adequada, principalmente, em relação às suas oficinas e ao seu corpo docente.

Nessa tentativa de identificar as causas dos problemas da não permanência dos alunos, o Superintendente da CBAI voltava-se, prioritariamente, para os fatores externos ao sistema de ensino como, por exemplo, a situação de pobreza dos alunos, que os levava a buscar uma colocação no mercado de trabalho antes da conclusão do curso, e a concepção historicamente construída sobre a atividade operária como uma prática própria dos socialmente excluídos, o que mantinha afastado dessa formação outros segmentos da sociedade. Apesar da importância desses fatores, consideramos que esse dirigente eximia o governo de suas responsabilidades em face dos recorrentes problemas enfrentados por essas instituições de ensino. Dentre eles, podemos ressaltar a falta de sintonia entre o que elas ensinavam e as necessidades do mercado de trabalho, além da ausência persistente de profissionais com habilitação especifica para exercer o cargo de docentes do ensino profissional.

No âmbito da EIN, a evasão dos alunos era uma realidade facilmente verificável a partir dos dados referentes à matricula geral dos alunos e ao número de Diplomados no final do curso. Com esses dados, foi possível elaborar o quadro na página a seguir (Quadro 8).

Na construção desse quadro, a partir das fontes localizadas no arquivo da própria instituição, não tivemos êxito na localização dos registros referentes à matricula dos alunos na 1ª série do ano de 1943, apesar de termos tido sucesso na totalização da matrícula geral e na identificação da quantidade de alunos distribuídos nas séries seguintes. Essa dificuldade se repetiu nas matrículas por série dos anos de 1946 e 1947. Contudo, a ausência dessas informações não nos impediu de realizar as análises que consideramos necessárias para a compreensão do movimento de ingresso dos alunos a essa escola, no período de 1943 a 1959.

Os dados presentes neste Quadro nos permitem verificar a diferença entre o número de alunos matriculados nas séries iniciais e aqueles matriculados, sobretudo, na última série, podendo atingir índices superiores a 50%. Numa análise inicial, observamos, na Escola, que a evasão era um fato já constatado no início dos anos de 1940, que se repetia nos anos de 1950, apesar das medidas tomadas pela escola para garantir a permanência dos alunos como, por exemplo, a sondagem inicial das aptidões dos alunos para a prática de um ofício em um determinado curso, a garantia de alimentação e distribuição do fardamento e material escolar. Em

que pese a importância dessas medidas, elas não eram suficientes para solucionar um problema que também estava relacionado à realidade social vivida pelos alunos, caracterizada pela ausência de condição econômica capaz de atender às necessidades do grupo do qual fazia parte. Essa situação certamente contribuía para que o aluno, antes do término do curso, priorizasse o desenvolvimento de alguma atividade no campo profissional.

Quadro 8 – Matrícula dos alunos da EIN (1943-1959)

Ano	Matrícula Geral	Séries (denominação a partir de 1942-Lei Orgânica; o 5º e 6º, em extinção, nomenclatura anterior a essa lei)						Diplomados	Alunos eliminados
		1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5º ano	6º ano		
1943	102		43	33	14	7	5	5	-
1944	84	66	08	10	-	-	-	4	-
1945	110	77	22	8	3	-	-	3	23
1946	107	-	-	-	-	-	-	4	-
1947	138	-	-	-	-	-	-	9	-
1948	156	85	39	14	18	-	-	15	-
1949	167	70	60	30	7	-	-	8	8
1950	177	60	52	42	23	-	-	13	15
1951	166	61	34	43	28	-	-	23	6
1952	164	60	42	26	36	-	-	29	7
1953	191	90	46	28	27	-	-	16	9
1954	220	98	64	32	26	-	-	20	12
1955	180	37	67	48	28	-	-	19	6
1956	178	58	32	48	40	-	-	-	6
1957	210	113	32	22	43	-	-	-	14
1958	171	91	34	22	24	-	-	-	7
1959	215	115	51	28	21	-	-	-	10

Fonte: COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL (1953b).

Em relação ao ano de 1944, já não mais existem alunos matriculados nos dois últimos anos, 5º e 6º, fato que se repete nos anos seguintes, o que comprova o processo de implantação da Lei Orgânica na EIN, que, ao definir outra organização curricular, reduzia o tempo final de formação de 6 (seis) para 4 (quatro) anos e estabelecia a adaptação dos antigos alunos ao novo modelo. Por fim, cabe-nos, também, ressaltar a ausência de informações referentes ao número de alunos diplomados a partir do ano de 1956-1959, em virtude do não registro desses dados nos documentos relativos a esse período, localizados no decorrer dessa pesquisa.

Ao longo desse tempo, observamos um sistemático crescimento na matrícula geral. Mas, em termos comparativos com a quantidade de alunos existentes no período de 1943 a 1952, que não ultrapassou 1.341, esse número é bem inferior aos apresentados

nos cursos industriais básico de outras escolas localizadas também na região Nordeste, tais como, as Escolas Industriais de João Pessoa (2.258 alunos), Maceió (2.484 alunos), Teresina (2.296 alunos) e Aracaju (2.148 alunos)[26]. Talvez essa diferença percentual de 37,57% da Escola de Natal, em relação, por exemplo, à Escola Industrial de Aracaju, estivesse relacionada às condições estruturais do prédio escolar, que não permitia uma oferta maior de vagas.

Nesse sentido, o diretor Jeremias Pinheiro argumentava pela impossibilidade momentânea de sua instalação, diante da decisão da DEI em criar, nas Escolas Industriais e nas Escolas Técnicas da rede federal, em 1952, o Curso de Preparação para o Vestibular aos cursos básicos:

> 1º - não dispomos de espaço que nos permita matricula, ou frequência superior a 180 (cento e oitenta) alunos; 2º - atualmente temos 164 matriculados, com 16 vagas, portanto, para atender aos 47 candidatos ao Curso de Preparação para Vestibulares, de acordo com o art. 2º, da Portaria nº 9, de 27 de fevereiro, dessa Diretoria. [...] 5 º - como iniciativa nossa, desde largos anos, temos feito funcionar neste Estabelecimento, com magnífico resultado, o Curso de Admissão que se assemelha ao Curso de Preparação Vestibular aos Cursos Básicos, ora recomendados. Funcionou, porém, quando a média de conhecimentos dos alunos provindos dos Grupos Escolares não atendia ao nosso programa de admissão e quando precisávamos de propaganda para melhor conhecimento e difusão de nosso ensino. Fazíamos isto, aproveitando as férias escolares e ensinando, apenas Português e Matemática. (EIN - Ofício de nº 66, 10 de março de 1952. Natal-RN). (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1952ª, n. p.).

O relato do então Diretor da EIN expõe o problema dos limites estruturais da Escola, como elemento impeditivo ao crescimento de oferta de vagas. Como não pudemos constatar reformas no prédio da Escola nos anos de 1950, é possível

26. Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, (1953a, p. 1027).

inferir, a partir do Quadro 8, que esse excedente no total geral de matrículas dizia respeito aos alunos da 1ª série, o que, certamente, determinava a localização dessas turmas nos espaços maiores onde funcionavam as salas de aula, já que, seguidamente, ocorria uma redução de matrículas a partir da 2ª série.

Em relação ao número de formandos por curso, identificamos esse quantitativo registrado no período de 1943-1951, conforme quadro a seguir (Quadro 9):

Quadro 9 – Quadro dos alunos diplomados na EIN por curso (1943-1955)

Ano	Alfaiataria	Serralheria	Mecânicas de Máquinas	Marcenaria	Artes do Couro	Total geral
1943	2	3	-	-	-	5
1944	2	1	-	-	1	4
1945	1	-	-	1	1	3
1946	-	-	4	-	-	4
1947	-	2	4	3	-	9
1948	1	-	13	1	-	15
1949	1	-	4	3	-	8
1950	5	-	7	1	-	13
1951	3	-	12	7	1	23
1952	8	-	11	3	7	29
1953	2	-	6	7	1	16
1954	2	-	6	10	2	20
1955	2	-	7	5	4	19

Fonte: COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL (1953b).

Esse quadro, além de confirmar o número de diplomados já registrados no Quadro 8, os distribui por cursos. Nesse caso, foi possível identificar a presença de alguns alunos remanescentes do antigo curso de Serralheria. Em relação à quantidade de alunos que conseguiram concluir esses cursos no período de 13 anos, consideramos importante destacar, principalmente, a sua totalização geral – 168. Levando em conta a sua distribuição anual, apenas a partir do ano de 1951, a escola conseguiu diplomar um número superior a 20 alunos. Isso vem confirmar a sua dificuldade em garantir a permanência dos seus estudantes até o final dessa etapa de formação, que correspondia a 4 (quatro) anos. Por outro lado, numa comparação entre os cursos, excluindo o de Serralheria, que formou os seus últimos alunos em 1947, evidenciamos que, dentre eles, os cursos de Artes do Couro e de Alfaiataria se

destacaram pela menor quantidade de alunos diplomados em relação aos cursos de Mecânica de Máquinas e Marcenaria.

A ausência de registros sobre as causas desses possíveis abandonos na EIN nos impediu de proceder a uma análise mais especifica das razões dessas desistências, mas é possível que essa realidade se aproximasse da situação apresentada pelo representante da Diretoria de Ensino Industrial, Solon Guimarães, sobre as escolas profissionais, quando destaca que:

> Os evadidos em número apreciável, por necessidade ou vocação, deixam as escolas que lhes estão dando mais teoria e letras que prática de ofícios, e vão à indústria como um imperativo de suprimento para suas imediatas necessidades ou por natural pendor para o exercício destas profissões (COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL, 1953a, p. 1027).

Em relação ao período de 1950 a 1955, foi possível localizar um quadro sobre a **situação profissional dos alunos diplomados,** elaborado pelo Orientador Educacional prof. Irineu Martins de Lima, com o propósito de identificar a trajetória dos alunos egressos dentro e fora do Estado do RN (Quadro 10). Pela riqueza dos elementos registrados, decidimos inseri-lo no texto.

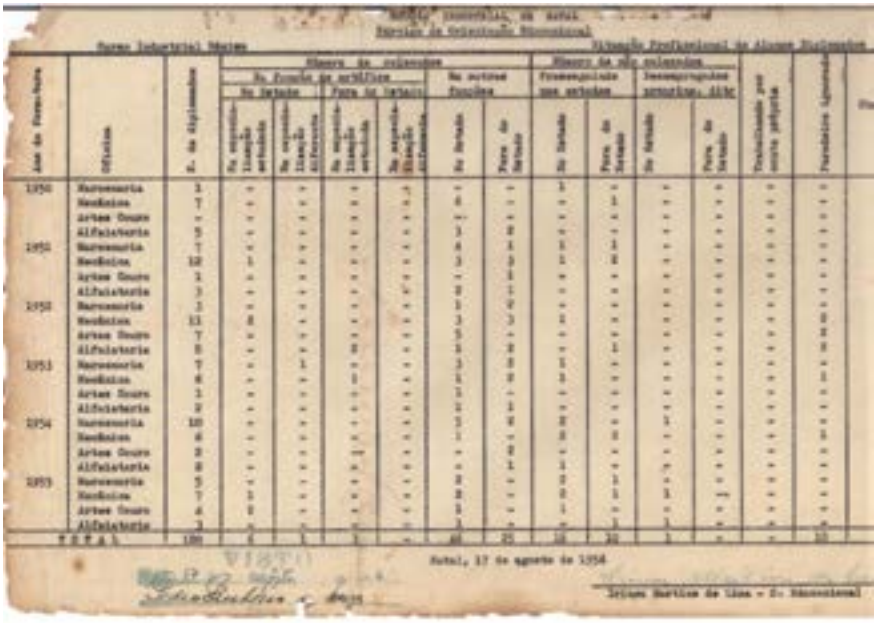
Esse quadro com registros referentes a 120 alunos nos permite constatar que, na primeira metade da década de 1950, essa Escola Industrial pouco conseguia inserir os seus diplomados na área específica de sua formação. Além disso, havia ainda aqueles que optavam pela continuidade dos seus estudos, formação não identificada por esse Serviço de Orientação Educacional. Mas, por outro lado, 71 alunos, ou seja, a maioria absoluta, adquiriram certas condições que os permitiram exercer outras funções dentro e fora do Estado do RN. Isso confirmava a inserção desses alunos no processo produtivo.

Em seu depoimento, o ex-aluno do curso de Artes do Couro, período de 1949 a 1952, Fernando Japiassu (2011)[27], acrescenta mais informações sobre esse percurso realizado pelos alunos da EIN após a conclusão dos seus cursos. Nesse sentido, ressalta que

27. Depoimento à autora no dia 6 de abril de 2011.

um dos caminhos frequentemente trilhado era a carreira militar. Ele próprio, acompanhado por mais 5 (cinco) colegas dessa instituição, teria realizado os testes para a Marinha de Guerra, tendo sido todos aprovados. Segundo ele, "não era uma tarefa difícil para o aluno da EIN ser aprovado nesses testes, bastava apresentar conhecimentos básicos em Geografia, História e Aritmética, formação essa adquirida nos cursos da Escola." Esse desvinculamento da área que havia se tornado Artífice também tinha relação com o fato de que, diante de um setor industrial que se desenvolvia lentamente no RN, eram escassas as chances oferecidas a esses egressos.

Quadro 10 – Situação profissional de alunos diplomados no Curso Industrial Básico



Fonte: Escola Industrial de Natal (1956).

Diante desse fato, o ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009),[28] ao analisar esse processo de evasão no período em que realizou os seus estudos, entre 1949 e 1953, destaca alguns

28. Depoimento à autora no dia 3 de novembro, e nos dias 3 e 10 de dezembro de 2010.

elementos da economia norte-rio-grandense que nos ajudam a entender algumas razões desse processo:

> [...], base da economia local: basicamente agrícola, exportação de algodão, cereais e comércio muito pequeno. Quase tudo vinha de fora. Havia algumas indústrias de tecelagens, de tecidos, fabricação de calçados, usinas de algodão, fábrica de óleo, fabricação e utilização de agave. A industrialização era incipiente. Nos anos 1940, uma das atividades industriais que mais se destacava em Natal, era o Curtume do Sr. João da Motta. Ele comprava o couro da região. Havia também as usinas de algodão e agave na fazenda Zambelê, na cidade de João Câmara. Alguns alunos que eu conhecia, se inseriram no Curtume trabalhando no beneficiamento do couro para exportação. Outros, montaram suas pequenas fábricas de calçados, arreios para animais. O Curso de Artes do Couro era claramente o menos procurado pelos alunos. Contudo, era um tempo em que no meio rural era uma arte importante, pois havia a utilização de animais de tração, era necessário, portanto, peças de couro como, por exemplo, arreios, celas. Também não se pode deixar de levar em conta que nesse período a agropecuária era ainda muito forte no Estado do Rio Grande do Norte (BRITO, 2009).

O texto acima sintetiza o cenário econômico que predominava no Estado do RN e na cidade do Natal, sobretudo nos anos relativos ao período de 1940 a 1950. Estudos realizados por Mariz e Suassuna (2005), Meireles (2006), Monteiro (2007) e Araújo (2009), de certa forma, confirmam esse relato. O que podemos apreender é que, para trabalhar em determinadas atividades industriais como aquelas desenvolvidas em Curtume e nas poucas fábricas de sapatos existentes em Natal, não era necessário ter feito o curso de Artes do Couro, por exemplo. Era preciso apenas a existência da vaga, disposição para o trabalho e a necessidade de sobrevivência, como assinala o ex-aluno Paulo Xavier Trindade

(2010),[29] que trabalhou em um Curtume existente em Natal antes do seu ingresso na EIN, no ano de 1955. Considerando o expressivo número de alunos exercendo atividades fora de sua área de qualificação, conforme Quadro 10, essa realidade vivida por esse aluno não era algo isolado.

No que se refere aos cursos de **Mestria** criados pela Lei Orgânica, em 1942, com o propósito de formar, dentre os ex-alunos dos cursos Industrial Básico, os futuros mestres para as oficinas e para o setor industrial, cabia à EIN mobilizar os seus egressos para verticalizar os seus conhecimentos em mais 2 (anos) de estudos, na área que haviam concluído a sua formação de Artífice. Contudo, levando-se em conta o número de diplomados nos seus cursos, constatamos pouco êxito nessa empreitada. Os resultados dessa tentativa estão registrados no quadro 11, na página a seguir:

Quadro 11 – Quadro dos alunos matriculados e diplomados (cursos de Mestria)

Ano	Matrícula	Séries		Cursos Mestria Diplomados					
		1ª	2ª Estágio	Alfaiataria	Artes do Couro	Marcenaria	Mecânica	Serralheria	Total Geral
1945	5	5	-	-	-	-	-	-	-
1946	5	-	5	2	-	-	-	-	2
1947	1	-	1	-	-	1	-	-	1
1948	8	8	-	-	-	-	-	-	-

29. Depoimento fornecido à autora deste trabalho em 27 de julho de 2010. Retorna à EIN na condição de professor de Artes Industriais, no ano de 1964, após participar, em 1963, do Curso de Magistério de Artes Industriais no Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba, com sede na Escola Técnica de Curitiba (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1990).

(Continua)
(Continuação)

1949	13	6	7	-	1	1	3	2	7
1950	12	6	6	1	-	-	5	-	6
1951	13	-	13	-	-	1	2	-	3
1952	9	-	9	1	-	1	3	-	5

Fonte: COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL (1953b).

Verificamos que, durante o seu funcionamento (1945-1952), o número de matrículas atingiu níveis extremamente baixos. Em relação aos diplomados, não diferentes dos demais cursos, nem todos os alunos que foram matriculados conseguiram conclui-lo. Sendo assim, de um total de 66 matriculados, apenas 36,36% se tornaram mestres. A suspensão desse curso na EIN ocorreu, no ano de 1952, em obediência ao ofício nº 508, de 11 de fevereiro, da Diretoria de Ensino Industrial (DEI).

Essa situação não somente atingiu a EIN, visto que, segundo dados assinalados no Boletim da CBAI, nº 5, p.1028, de maio de 1953, das 14 (quatorze) Escolas Técnicas e 9 (nove) Escolas Industriais pertencentes à rede federal de ensino profissional, somente 13 (treze) ofereceram esse nível de formação. No caso da EIN, apesar de uma oferta considerada baixa em relação às demais escolas, ela conseguiu atingir uma matrícula total de 66 (sessenta e seis) alunos, o que a colocava em 3º lugar, ficando atrás apenas da Escola Industrial de Florianópolis e da Escola Técnica de Manaus, ambas com 95 alunos matriculados. Esse fato atesta discreta demanda dos alunos por esse tipo de curso.

O ex-diretor da DEI, (1953-1955), prof. Flávio Penteado Sampaio (1953)[30], ao fazer referência a esse tipo de formação destinada aos Mestres de Indústria, destaca que,

30. Essa avaliação do Prof. Flávio Penteado Sampaio é parte do texto em que esse autor registra a experiência obtida no Brasil com a aplicação do Método de Supervisão T – W – I – (Treinando Dentro da Indústria). Criado nos Estados Unidos, ele é posto em prática no Brasil pela CBAI, inicialmente, em São Paulo e no Distrito Federal (RJ). Ver Cadernos de Economia Industrial – II Série, nº 14. D.P.I - São Paulo, 1953.

> poderiam esses cursos se houveram sido orientados, de início, com maior propriedade alcançar bons resultados como contribuição para a ampliação ou renovação dos quadros de pessoal médio das empresas. O que se verifica, na realidade, é, que, tendo eles sido conduzidos com um objetivo diferente daquele a que se propunha, quase nenhum resultado positivo oferecem. Em consequência dessa constatação o Ministério da Educação ordenou o fechamento desses cursos na rede federal de escolas industriais. Não obstante, em alguns estados ainda continuam eles em funcionamento, cumprindo tarefa de mero aperfeiçoamento de mão de obra executiva de alunos egressos dos cursos de artífices, sem nenhuma experiência regular na Indústria (SAMPAIO, 1953, p. 9-10).

Essa avaliação do Prof. Flávio Sampaio sobre os resultados obtidos pelas escolas federais na oferta dos cursos de Mestria ocorreu uma década após a sua criação no bojo das mudanças ocorridas na organização do ensino profissional, pela Lei Orgânica. Em seu entendimento, essas instituições não tiveram a devida competência para garantir uma formação de um profissional com conhecimentos especializados, capaz de coordenar o processo de produção que ocorria no interior das indústrias, o que exigia, no tempo destinado a essa formação, condição de conhecer plenamente o seu ofício. Essa crítica oriunda de um dos ex-diretores da Diretoria de Ensino expõe a concepção existente sobre o papel dessas instituições de ensino, que, para cumprir as suas finalidades, teriam que estar em sintonia com as exigências de um modelo de produção racional que se estruturava no interior das indústrias naquele momento.

Em que pese esses argumentos apresentados por Sampaio (1953), ao realizar uma análise geral sobre os resultados da oferta desse nível de formação, Fonseca (1961) apresenta outros aspectos relativos aos problemas enfrentados por esses cursos:

> [...] não tiveram grande aceitação por parte dos alunos egressos dos cursos industriais. A maioria deles preferia matricular-se em um

> dos cursos técnicos. Também a indústria não olhou com bons olhos os que se apresentavam ao trabalho com um diploma de mestre. É que sendo a duração de um destes cursos somente de dois anos, podia um aluno chegar ao seu final tendo apenas dezoito anos de idade, o que é muito pouco para quem vai desempenhar a função de mestre de oficina, quando terá de chefiar homens já encanecidos no trabalho e que não se sujeitam ao comando de um jovem, quase menino (FONSECA, 1961, p. 269).

A oferta dos cursos técnicos era apontada por Fonseca (1961) como uma das causas do desinteresse do aluno em frequentar o curso de Mestria. No caso da EIN, que somente passou a oferecer cursos técnicos a partir do ano de 1963, a razão desse desinteresse não poderia ser esse. Levando em conta as informações presentes no Quadro 10, em relação aos egressos do curso Industrial Básico dessa escola, em sua maioria, eles se encaminhavam para o exercício de alguma atividade profissional, não necessariamente em sua área de formação. Nos depoimentos dos ex-alunos a que tivemos acesso durante esta pesquisa, vimos que o interesse, após a conclusão do industrial básico, era frequentar o curso secundário no Atheneu Norte-Riograndense, escola que se destacava na oferta desse nível de ensino.[31] A exceção, dentre esses alunos, se deu com Natanael Gomes da Silva, que decidiu verticalizar os seus estudos e fazer o curso de Mestria antes do secundário. Nesse caso, segundo esse aluno,

> havia o propósito de me tornar um dos mestres da EIN, para tanto, em 1953, 2 (dois) anos após a conclusão desse curso, me dirigi a escola e solicitei a direção permanecer como voluntário auxiliando os meus antigos mestres na oficina

31. Localizada em Natal, essa instituição pública estadual foi criada em 1834 e destinada à então instrução secundária da Província Potiguar. Em razão dessa oferta, se tornaria, ao longo dos séculos XIX e primeira metade do século XX, uma escola frequentada, principalmente, pelos filhos daqueles que possuíam certo prestígio social. Atualmente, essa instituição possui a denominação de Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense e oferece o ensino médio.

> em que eu havia realizado os meus estudos, até o momento em que surgisse uma vaga. Em 1954, esta contratação aconteceu e eu pude então trabalhar no curso que havia me formado Artífice e Mestre, o curso de Alfaiataria (SILVA, 2009).

Pelos registros que constituem o Quadro 10, acrescido das informações presentes nos depoimentos dos ex-alunos citados neste trabalho, constatamos que a **qualificação** oferecida por essa escola industrial assegurou a um grupo de alunos diplomados as condições necessárias ao desenvolvimento de uma determinada atividade profissional. Importa-nos ressaltar que essa inserção profissional também estava relacionada às especificidades da sociedade brasileira, com um processo de industrialização que não se desenvolveu de forma generalizada em todos os estados. Nesse contexto, a realidade do Estado do RN, ou mesmo da Região Nordeste, se caracterizava por apresentar, nesse período, uma indústria ainda incipiente. Esse atraso faria com que a exigência pelo aprofundamento da especialização da força de trabalho tardasse a produzir seus efeitos; em consequência disso, os profissionais com uma qualificação industrial básica, como os formados na EIN, conseguiam ter espaço em um determinado mercado de trabalho. Contudo, esse espaço era conquistado quase sempre em áreas profissionais diferentes daquelas em que havia realizado a sua formação.

4

A NOVA REFORMA DO ENSINO INDUSTRIAL: A LEI Nº 3.552/1959

No final dos anos de 1950, a Escola Industrial de Natal (EIN) passou por significativas alterações nos campos administrativo, didático e financeiro, após a publicação de novas legislações no âmbito específico da educação profissional. Referimo-nos, em principio, à Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, e ao Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, que a regulamentou.

Anterior à elaboração dessa lei, no início dos anos de 1950, a Diretoria de Ensino Industrial (DEI) já realizava alguns movimentos com o propósito de fazer alterações na legislação do ensino industrial que contribuísse, sobretudo, para enfrentar um sério problema que persistia: os altos índices de evasão nas escolas industriais e escolas técnicas.

Como exemplo de uma dessas iniciativas, no 1º semestre do ano de 1952, aquela Diretoria encaminhou à EIN um documento apresentado como **Anteprojeto de Reestruturação do Ensino Industrial**, para que fosse analisado por essa instituição. Em razão disso, o diretor da EIN, no mês de agosto desse mesmo ano, enviou ao Diretor da DEI estudo sobre o documento em questão, elaborado por uma comissão de professores formada por Aurélio de Castro Cavalcanti, Pedro Pinheiro de Souza e Rivaldo Pinheiro, representantes dos professores das disciplinas de cultura técnica, desenho e cultura geral, respectivamente.

O estudo nos permitiu verificar que, no âmbito do governo, havia a pretensão de:

> Introduzir nas escolas o sistema de monotécnicas, conferir aos alunos dos cursos industrial e técnico, a possibilidade da obtenção de diplomas de especialização, a partir do segundo ano de estudos, qualquer que seja o tempo em que estivessem matriculados nas Escolas da rede federal. (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1952, p.2).

Essa certificação parcial tinha como propósito garantir oficialmente, antes do término do curso, o reconhecimento do direito de exercer uma profissão, decisão essa que destoava do que era estabelecido pela legislação em vigor. Como consequência, era possível que, com essas modificações, a Escola contribuísse com a inserção do aluno de forma mais rápida no mercado de trabalho. Veremos, mais adiante, que, na legislação do ensino industrial publicada no ano de 1959, essa proposta de menor tempo de formação se materializou mediante a oferta dos cursos de aprendizagem.

Esse movimento de alteração da legislação do ensino industrial tomou corpo no ano de 1954, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC)[32] decide promover, com a colaboração da CBAI, encontros que viabilizassem a discussão acerca da temática do ensino industrial. Nesse propósito, foi definida a **I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial** "com o objetivo de discutir os problemas deste ensino. Participaram deste conclave: industriais, educadores, administradores, sociólogos, técnicos diplomados, professores e diretores" (MACHADO, 1982, p. 45). Essa Mesa Redonda deveria ser constituída de três secções, a se reunir, respectivamente, em São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, em tempos diferentes.

Resultante desse processo e de forma concomitante à formulação de críticas à organização do ensino em vigor, também foram apresentadas sugestões para alterá-la, dentre elas, a defesa da autonomia administrativa e técnica das escolas industriais da rede federal, de modo que pudessem adequar seus cursos às necessidades da economia, com a flexibilidade necessária (CUNHA, 2005, p. 158).

As repercussões dessas críticas junto ao MEC certamente contribuíram com a decisão desse órgão de designar, por meio da Portaria nº 26, de 27 de janeiro de 1955, uma comissão especial com o propósito de proceder a estudos e elaborar um anteprojeto de lei que alterasse a "legislação referente ao ensino industrial, em face

32. Por meio do Decreto-lei nº 1.920, de 1953, o Governo separa as áreas de educação e saúde, criando o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura.

das alterações decorrentes da lei nº 1.821, de 1953"[33] (MACHADO, 1982, p. 46). Apesar de o resultado do trabalho dessa comissão ter sido entregue ao MEC em 1955, somente no ano de 1959 a reforma do ensino industrial seria sancionada pelo presidente da República Juscelino Kubitschek.

O período compreendido entre os anos de 1956 e 1960, contexto de gestação da referida legislação, caracterizou-se por transformações no sistema econômico brasileiro. Quanto à industrialização, não se dava, apenas, para substituir as importações, mas também já alcançava um expressivo nível de diferenciação, conseguida a partir de um processo de desenvolvimento interno. Era o resultado do que Skidmore (1979) denomina de um crescimento econômico real e marcante, num contexto em que a base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial, em consequência, dentre outras causas, de um grande mercado interno. Havia, ainda, a ênfase do Governo Kubitschek (1956-1961) às indústrias básicas, associada ao encorajamento da expansão nos setores tanto privados como públicos.

Em face do exposto, para o alcance do desenvolvimento tão almejado no país, no contexto dos anos de 1950, era necessária uma nova modalidade de ensino industrial, mais flexível, mais autônoma e que priorizasse as necessidades regionais, o que significava possibilitar às escolas técnicas sintonizarem-se com as necessidades das industriais locais. Para que esse desenvolvimento ocorresse nas diversas regiões do país, Furtado (1999, p.49) ressalta algumas medidas tomadas no período imediatamente posterior ao Estado Novo (1937-1945), destacando mais especificamente as consequências advindas da Constituição de 1946 e da política econômica do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961):

> A restauração federalista da Constituição promulgada nesse ano, em boa medida representou uma reação contra os excessos do centralismo do Estado Novo. Foi nesse período que se tomou consciência da gravidade dos desequilíbrios regionais que vinha produzindo uma industrialização concentrada em uma área limitada do território nacional. Fruto

33. Essa lei se refere ao regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

> dessa tomada de consciência foi a criação de órgãos de desenvolvimento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste-SUDENE, com a função precípua de introduzir elementos compensatórios da tendência concentradora que se vinha manifestando (Kubitschek, 1956-1961, n. p.)

O desequilíbrio regional a que se refere o autor, resultante da criação concentrada da indústria, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul, está presente no Brasil desde o inicio do século XX. Diante desse fato, algumas mudanças nas políticas governamentais, nas décadas de 1950 e 1960, foram postas em prática privilegiando o incentivo do desenvolvimento industrial em outras regiões do país, em especial, na região Nordeste. Como lembrou Furtado (1999), podemos citar a criação da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene), no ano de 1959, como parte dessa política de incentivo.

A criação desse órgão ocorria como consequência da implementação da política econômica do governo Kubitschek, definida no **Programa de Metas,** que tinha como foco atingir um conjunto de objetivos voltados para a área de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. Em síntese, para Fausto (2008, p. 427), "esse governo promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades." Nesse processo, a política econômica posta em prática, ainda segundo esse autor, tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Justificam-se, portanto, as mudanças assumidas no campo da educação profissional, com incentivos ao crescimento da oferta de cursos técnicos.

É nesse contexto das mudanças que surge a nova legislação do ensino profissional, destinada, oficialmente, às escolas da rede federal. As instituições de ensino pertencentes à rede estadual, municipal e particular continuavam sendo reguladas segundo a Lei Orgânica de 1942, assim como pelas legislações estaduais e municipais. Mas, em relação a essa nova situação, há um destaque

a ser feito. Como foi estabelecida a exigência dos registros dos diplomas emitidos por essas escolas no Ministério da Educação e esse órgão somente o validava caso as escolas estivessem enquadradas nas novas normas, de alguma forma, elas tiveram que se adaptar ao novo regulamento da Lei nº 3.552 de 1959.

Dentre as mudanças provocadas por essa Lei, destaca-se a alteração ocorrida na organização administrativa das escolas industriais e escolas técnicas da rede federal, incluindo nesse caso, a EIN. O art. 16 garantiu a essas escolas "personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira" (BRASIL, 1959a, n. p.), o que significou a sua transformação em autarquia. Esse fato assegurou às escolas a autonomia necessária para ter administração própria, possuir patrimônio e receitas próprios e vinculação indireta ao órgão da entidade estatal que a criou, nesse caso, o Ministério da Educação e Cultura, que mantinha a prerrogativa de supervisionar, dentro dos limites do princípio da autonomia conquistado por essa instituição, as suas ações finais.

Essa nova forma de organização institucional vem ao encontro das necessidades do desenvolvimento econômico em prática no país. A alteração da legislação de ensino viria oficializar essa tendência de aproximar cada vez mais as escolas do setor industrial ao criar o Conselho de Representantes (CR), órgão responsável pela administração da escola e constituído por representantes da indústria e de outros setores da sociedade civil e da própria instituição.

A criação desse Conselho pela Lei nº 3.552 de 1959, art. 17, altera as finalidades do cargo de Diretor, reduzindo-as ao cumprimento de funções apenas executivas. No campo didático-pedagógico, em seu art. 18, essa lei criou o Conselho de Professores como "órgão de direção pedagógico-didática da Escola, sob a presidência do Diretor" (BRASIL, 1959a, n. p.), e formado por representantes do corpo docente dessa instituição de ensino. Considerando que, em alguns aspectos, a criação desses Conselhos possibilitou a constituição de novas relações no interior da Escola Industrial, alterando a sua estrutura de poder, historicamente estabelecida, decidimos verificar como esse processo se desenvolveu na escola, objeto de nosso estudo.

4.1. A instalação do conselho de representantes e do conselho de professores: a reestruturação do poder institucional

A EIN, em consonância com a nova legislação, no dia 4 de novembro de 1959, por meio da Portaria nº 72, publicada pelo então diretor Pedro Pinheiro de Souza, convoca todos os professores estáveis dessa Escola para uma reunião com a finalidade de escolher em votação secreta e em três escrutínios, três nomes entre os professores em exercício na Escola, para a constituição da lista destinada à nomeação de um dos componentes do Conselho de Representantes, fazendo valer, assim, o disposto na letra h, do art. 104, do Regulamento do Ensino Industrial (Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959). Conforme a Ata da primeira reunião dos Professores estáveis da EIN, no dia 6 de novembro de 1959, os 17 (dezessete) professores participantes escolheram os professores **Alvamar Furtado de Mendonça, Severino Joaquim da Silva e Estélio Fonseca Ferreira** para comporem a lista tríplice para titular, e os professores **Geraldo Serrano, Djanira Dalva de Farias e Moacir Xavier** para comporem a lista dos suplentes. As escolhas finais recaíram sobre os professores **Alvamar Furtado de Mendonça**, titular, e **Geraldo Serrano**, suplente.

A instalação desse Conselho na EIN ocorreu no dia **23 de janeiro de 1961**, após autorização emitida através do oficio nº 244, do Diretor do Ensino Industrial, e do telegrama nº 306, do Ministro da Educação e Cultura. Assim, através da Portaria nº 3, de 11 de fevereiro de 1961, o diretor Pedro Pinheiro de Souza convidava os professores e funcionários para a solenidade de Instalação desse órgão colegiado (Fotografia 3), no dia 15 do corrente mês, com a seguinte composição inicial, conforme art. 89, do Regulamento de Ensino (Decreto nº 47.038): **Luis Carlos Abbott Galvão**[34] (eleito Presidente pelos membros desse Conselho) e **Messias Dionísio dos Santos,** representantes da indústria, indicados pela Federação

34. Luis Carlos marcaria a sua trajetória profissional por atuações na área da indústria, fábrica de construção de esquadrias, e no setor de serviços, com bares, restaurantes e padarias. Além disso, era irmão de João Frederico Abbott Galvão, Presidente da FIERN nos períodos de 1958-1960 e 1960-1962, instituição responsável pela indicação dos representantes do setor industrial junto ao Conselho de Representantes da EIN.

da Indústria do Rio Grande do Norte (Fiern); **Prof. Alvamar Furtado**, representante do Corpo Docente da EIN e escolhido Vice-Presidente, **Dom Nivaldo Monte**[35], representante dos educadores externos à Escola, os **engenheiros Antonio Ramos Tejo** e **Milton Dantas de Medeiros** representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), e da Escola de Engenharia, respectivamente. Destacamos que ambos eram docentes dessa instituição.

Fotografia 3 – Instalação e posse do Conselho de Representantes — 1961 (Salão de Honra da EIN)



Fonte: ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1968b).

A foto na página anterior registra o momento em que o Conselho de Representantes tomou posse em cerimônia solene.

35. Membro da Igreja Católica de Natal, atuaria nos projetos implementados por essa instituição na área social e educacional, sobretudo, a partir dos anos de 1940, com destaque para a criação da Escola de Serviço Social, em Natal, em 1945, tornando-se seu primeiro Diretor.

Na ocasião, o diretor da EIN, Pedro Pinheiro de Souza, assume a posição de orador. Acerca ainda dessa primeira formação, eram dois os representantes da Indústria, sendo alterado para pelo menos um, pelo Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963. Em substituição a esse representante da Indústria, era garantida, em seu art. 2º, a inclusão de "um técnico industrial de nível médio empregado na profissão, de preferência pela escola" (BRASIL, 1963, n. p.). Esse fato seria registrado na Ata da Sessão de Professores, do dia 4 de abril de 1964, pelo então Diretor Substituto Pedro Martins de Lima, que assinala: "[...], por força de lei os alunos têm um representante dentro do Conselho de Representantes e dentro do Conselho de Professores. A primeira vaga no Conselho de Representantes será preenchida por um técnico formado pela Escola" (ESCOLA INDUTRIAL DE NATAL, 1964, p. 1).

Essa decisão de garantir a representatividade dos alunos, dois anos após a instalação desses Conselhos, sugere a existência de uma forma restritiva, por parte do governo, de conceber a participação da comunidade escolar nesses Colegiados. Não conseguimos identificar, na relação dos membros do CR, período 1964-1968, a presença de alunos, embora no final do ano letivo de 1966, a Escola formou as primeiras turmas dos cursos técnicos. Outro fato a ser levado em conta diz respeito à possibilidade de os alunos, ao concluírem seus cursos, não terem permanecido na cidade de Natal, o que certamente tornava mais difícil essa participação. Também não havia a representação dos servidores técnico-administrativos. Esse segmento, historicamente, foi visto como uma existência necessária para o apoio ao funcionamento dos setores administrativos da Escola, mas uma presença ocultada quando se tratava de ocupação de espaços de poder, conforme os documentos escritos analisados durante a pesquisa.

Observamos, ainda, a ausência de mulheres na sua composição, durante o período de 1961 a 1968, apesar de que, no processo inicial de escolha do representante interno da EIN, o nome da professora Djanira Dalva de Farias fez parte da lista dos três professores suplentes.

Num contexto em que a autonomia didática, administrativa, técnica e financeira era um valor assegurado às escolas, a Lei nº 3.552 de 1959, em seu art.19, definia que a ação desse Colegiado teria, como referência, as seguintes atribuições:

> a) Eleger seu presidente; b) aprovar o orçamento da despesa anual de escola, o qual não poderá destinar mais de 10% para o pessoal administrativo, nem mais de 50% para o pessoal docente e técnico, reservando-se o restante para material, conservação do prédio e obras; c) fiscalizar a execução do orçamento escolar e autorizar transferências de verbas, respeitadas as porcentagens da alínea b; d) realizar a tomada de contas do Diretor; e) controlar o balanço físico anual e o dos valores patrimoniais da escola; f) autorizar toda despesa que ultrapasse a cem mil cruzeiros; g) aprovar a organização dos cursos, respeitada a distribuição do currículo elaborado pelo Conselho de Professores; h) aprovar os sistemas de exames e promoções a serem adotados na escola, respeitadas as diretrizes elaboradas pela DEI; i) aprovar os quadros do pessoal docente, técnico e administrativo; j) examinar o relatório anual do Diretor da Escola e o encaminhar, com observações, ao Ministério da Educação e Cultura. (BRASIL, 1959a, n. p.).

Dessa forma, nada que dissesse respeito à organização administrativa, financeira e pedagógica da Escola, seria posto em prática ou encaminhado aos órgãos centrais, sem, antes, ser devidamente apresentado, através de processos, a esse Conselho e analisado pelos seus membros, em reuniões ordinárias realizadas mensalmente.

Além dessas prerrogativas, conforme o art. 94 do Decreto nº 47.038/1959, cabia ainda a esse colegiado "aprovar o regimento da escola, submetendo-o, em seguida, à consideração da DEI; aprovar o regimento do Conselho de Professores." (BRASIL, 1959b). Desse modo, essa lei tentava encontrar um equilíbrio entre garantir à Escola, através das atribuições asseguradas aos seus Colegiados, poder de decidir sobre o modelo de organização pretendida; por outro lado, assegurava à Diretoria de Ensino o poder de supervisionar essas decisões. Porém, essa função atribuída à DEI, não diminuía o lugar privilegiado que o Conselho de Representantes (CR) ocupou na definição do modelo de organização institucional a ser desenvolvido.

Na condição de representante legal da Escola, algumas outras responsabilidades seriam destinadas exclusivamente ao Presidente do CR. Dessa forma, o MEC, através da Portaria nº 11, de 19 de janeiro de 1962, determinou algumas atribuições voltadas para o atendimento de direitos e aplicação de penas junto a professores e funcionários da Escola, tais como: conceder salário família, gratificação adicional, licença especial, licença para tratamento de saúde e auxílio de doença, aplicação de penalidades, abonar faltas e licenças e conceder gratificação especial em nível universitário aos servidores dessa Escola.

Essa descentralização administrativa assegurada à Escola, de decidir sobre direitos e exigir o cumprimento dos deveres dos servidores e puni-los, se fosse o caso, se por um lado trouxe para o espaço de trabalho desses servidores a possibilidade de resolução dos seus problemas, por outro, fortaleceu cada vez mais o poder político-administrativo do CR, caracterizando um novo tipo de cultura institucional, baseada na legitimidade de uma dominação colegiada em que:

> disposições são promulgadas por autoridades institucionais de caráter não-monocrático, após conferências e votações prévias [...], conforme os estatutos, não é exigida a decisão de um indivíduo mas a cooperação da maioria de um grupo de indivíduo para se chegar a uma disposição. (WEBER, 2004, p. 179).

Na constituição dessa reconfiguração do poder institucional no interior da EIN, em que o poder de decisão final tinha um lugar bem definido – dentre os membros do Conselho de Representantes, destacar-se-ia Luis Carlos Abbott Galvão (1926-2002). Escolhido para assumir o cargo de Presidente após a instalação desse colegiado, esse dirigente seria sucessivamente reeleito[36], o que garantiu a sua permanência durante toda a existência deste

36. Essa manutenção no cargo ia de encontro ao Decreto-lei 47.038/1959, art. 90, que definia a realização de nova eleição para a presidência, quando ocorrer a renovação parcial do Conselho, ou seja, bienalmente. É provável que essa permanência fosse resultado de negociações políticas travadas entre esse órgão e a DEI, responsável por essa indicação junto ao MEC.

Colegiado, ou seja, de 1961 a 1974[37]. Diante disso, no sentido de compreender como durante a sua gestão ele constrói as suas táticas e como as utiliza junto às autoridades governamentais, sobretudo, em nível nacional, na defesa dos interesses dessa instituição, consideramos importante indagar: quem era esse industrial? O que pensava sobre a educação profissional? E quais as repercussões de suas ações, tendo em vista o lugar ocupado nessa escola?

Após a sua posse no CR, seu principal objetivo, segundo o ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009, 2010),[38] "foi tentar conciliar as suas atividades particulares com a Presidência do CR e a administração da Escola. Por uma decisão pessoal, passa a cumprir diariamente um expediente na instituição, onde estabelece, em um pequeno espaço, o seu gabinete." Com essa atitude, inferimos que havia por parte desse Dirigente a intenção de trazer também para si o controle das ações cotidianas da instituição, acompanhando pessoalmente a sua execução, apesar de essa constituir uma prerrogativa do Diretor Executivo. Nesse sentido, ao se referir ao início da atuação do CR na EIN, Luis Carlos Abbott Galvão (1974, p. 2, 3, 8) faria o seguinte registro:

> Não se há de negar que muitas foram as dificuldades dos primeiros tempos, ante as mudanças que se evidenciariam, principalmente, com a **introdução de novos métodos de administração**. Vivenciou-se todo um processo

37. O Decreto nº 75.079, de 12 de dezembro de 1974, criado durante o regime militar pelo Presidente Ernesto Geisel e o Ministro da Educação Ney Braga, extingue esse Conselho e, em sua substituição, cria um órgão apenas consultivo - o Conselho Técnico Consultivo, presidido pelo Diretor, representante legal da Escola.

38. Severino do Ramo de Brito retornaria à Escola Industrial no ano de 1965, contratado como professor para lecionar a disciplina Economia e Organização do Trabalho. Além do exercício da docência, assumiria de forma concomitante e, em tempos diferentes, as funções de Coordenador das disciplinas técnicas (1968), Chefe do Escritório Técnico-Administrativo que coordenou o processo de construção do novo prédio da Escola na Av. Salgado Filho (1965-1966), Coordenador de Planejamento nos anos de 1970; Presidente do Conselho de Professores e Diretor-Substituto eventual nos anos de 1970 e Vice-Diretor no período de 1991-1995 (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1990).

> de adaptação física e humana na Escola, com a transformação funcional de uma **tradicional mentalidade do serviço público para uma dinâmica atividade empresarial.** Este foi o sentido maior da nossa administração. [...], ao longo de mais de uma década à frente dos destinos desta instituição, procuramos imprimir no Conselho de Representantes uma diretriz básica e necessária a dimensionar o estabelecimento de ensino dentro dos parâmetros fixados pelo desenvolvimento nacional. **Tivemos sempre, em mente, a necessidade de fazer deste órgão um instrumento eficaz de produtividade**" (Grifo nosso).

O contexto em que essas formulações foram elaboradas correspondia ao início dos anos de 1960, e os pressupostos teóricos e legais que orientavam essa ação estavam na Lei nº 3.552, de 1959, que trazia, em sua exposição de motivos, o objetivo de estreitar mais a associação escola-fábrica, de forma que os diplomados pela primeira atendam, efetivamente, às necessidades da segunda, conforme registra Machado (1982, p. 46), "desta forma, deveria ocorrer uma descentralização não só político-administrativa e pedagógica, como também em função das necessidades do próprio aparelho produtivo." Em face do exposto, há de se destacar o papel estratégico atribuído às Escolas profissionais: formadora de uma mão de obra que fosse capaz de atender às necessidades impostas pelo desenvolvimento industrial, sem deixar de considerar as peculiaridades locais.

Portanto, o objetivo expresso pelo Presidente do CR de transformar o espaço da escola num instrumento eficaz de produtividade, com base na implementação de um processo de adaptação física e humana, era revelador de uma concepção que tinha, como base, a racionalização do trabalho acadêmico, nos moldes de alguns princípios da administração cientifica *taylorista*, como a coordenação e controle das ações implementadas, em face de um resultado final eficiente. Para tanto, fazia-se necessária, como ainda assinala o referido Presidente do CR, a introdução de novos métodos de administração que possibilitassem a transformação funcional de uma tradicional mentalidade do serviço público

para uma dinâmica atividade empresarial, ou seja, transferir para o interior da Escola formas de organização até então concebidas como próprias do sistema industrial, área onde atuava.

Assim, interessa-nos perceber como se constituíram os movimentos e práticas forjados pelo Conselho, no âmbito não somente dos espaços internos da Escola, para que esses propósitos fossem alcançados.

Por outro lado, tentar perceber a existência ou não de resistências a uma dada realidade, pelos sujeitos, nos parece se inserir no que é denominado por Certeau (2009, p. 96) como uma arte do fraco, as táticas, concebida como tipos de operação que, "valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço."

Por essa razão, julgamos fundamental não perder de vista as lutas empreendidas, oficialmente ou não, em defesa das mudanças requeridas para a Escola Industrial, hierarquicamente conduzida pelo CR, mas, taticamente também assumidas, ao longo do tempo, pelo conjunto dos outros segmentos dessa instituição (professores, funcionários e alunos), nem sempre visualizados.

Essas articulações, construídas na Escola e coordenadas pelo CR, se, por um lado explicitavam o movimento desse órgão em defesa da sua principal meta — garantir o crescimento dos espaços institucionais e com isso possibilitar um novo olhar interno e externo sobre a Escola; por outro, contribuíam para fortalecer o Conselho, através do seu Presidente, num possível consenso entre os vários segmentos que compunham essa instituição. Desse modo, são significativos os depoimentos apresentados a seguir.

O ex-aluno e prof. Francisco Bernardino de Souza (2010a)[39], ao ser indagado sobre como avaliava o desempenho do CR na Escola, destaca o lugar ocupado por esse colegiado e, principalmente, a atuação do seu presidente. Como o depoimento traz à tona alguns movimentos forjados pelo Presidente do CR, decidimos transcrevê-lo:

> A partir da criação do Conselho, muda de fato a organização do poder administrativo na Escola.

39. Depoimento à autora em 8 de março de 2010.

> A centralidade do poder é alterada – muda da figura do Diretor para a figura do Presidente do Conselho – Luis Carlos Abbott Galvão. As grandes decisões passavam pelo Conselho que homologava ou não. Ao Diretor Executivo cabia colocar em prática essas decisões. Luis Carlos assume de fato as suas prerrogativas de Presidente. [...], o grande marco de sua gestão foi conseguir o apoio dos outros membros do Conselho para retomar a construção do prédio da Escola, situado na Av. Salgado Filho. O elemento novo nesse processo, diz respeito a forma diferente de se relacionar com o Governo. Enquanto os Diretores estavam subordinados a Diretoria de Ensino Industrial e não possuíam trânsito livre no meio do Governo, Luis Carlos era alguém que possuía certo destaque na sociedade local, o que lhe garantia uma maior circulação nos diversos campos, além do mais, nesse período, ele contava com um irmão na Câmara Federal e outro na Diplomacia Brasileira, o que certamente o teria ajudado a abrir portas para o atendimento das reivindicações propostas. O ponto alto foi ter conseguido uma audiência com o então Presidente da República Marechal Castelo Branco.

O ex-aluno e prof. Antonio Fernandes de Carvalho (2010),[40] em relação a Luis Carlos, ressalta:

> [...] trazia para o interior da escola as características de alguém com muita experiência no setor privado, o que o levava a ter pressa nas resoluções dos problemas. Ele utilizava as relações que tinha em Brasília, no governo, para resolver os problemas da Escola. Dentre esses problemas, a garantia da liberação de verbas para as obras do novo prédio.

O também ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009, 2010), nas referências feitas ao CR, o avalia como um colegiado

40. Depoimento à autora em 23 de fev. de 2010.

que detinha e colocava em prática uma visão social, pois não era a visão de uma só pessoa, mas de vários segmentos da sociedade. Em relação aos seus membros, assinala que, "não querendo diminuir o prestígio dos outros conselheiros, dentre todos os membros do Conselho, o que tinha mais prestígio era Luis Carlos, melhor relação com Brasília. Quando a Escola começou a crescer, ele começou a exigir mais recursos nos Ministérios."

Os depoimentos descritos são reveladores de uma representação que foi sendo construída internamente na Escola em relação ao CR e ao seu Presidente. Parece-nos não haver dúvidas de que cabia ao Conselho a homologação das decisões da Escola, portanto, o controle da hierarquia do poder. Contudo, nesse ínterim, evidencia-se um processo de centralização da representação do poder em seu Presidente, que reafirma a sua legitimidade legal, por meio também do apoio político forjado no âmbito não apenas do próprio Conselho, mas também de outros segmentos da escola, como atestam os depoimentos de ex-alunos e de ex-professores. Nesse sentido, em Weber (2004), é possível verificar que tipo de dominação, por meio do desenvolvimento de suas práticas, esse dirigente foi constituindo a sua autoridade. Isso sugere, nesse caso particular, a aplicação de uma dominação legítima de caráter não apenas racional, mas também carismática.

Essa nova dinâmica de gestão posta em prática nessa Escola, em que as decisões deveriam ser fruto do posicionamento de um coletivo, não impediu que o Presidente do Conselho se transformasse na referência de poder institucional. Assim, se por um lado, ele foi se constituindo no principal condutor das atividades desenvolvidas na Instituição; por outro, taticamente, reconhecia as prerrogativas próprias do Conselho que presidia; era em nome dele que falava e agia, o que fez com que a sua trajetória na Escola se confundisse com a própria existência desse Colegiado. Isso não disfarçava o seu modelo controlador e pouco participativo de gerir os interesses dessa instituição de ensino.

Sobre as consequências dessa nova configuração do poder, talvez seja possível afirmar que o fato de ter conseguido se manter na Presidência do CR durante todo o tempo de sua existência, por escolha legal dos seus membros, torna a figura de Luis Carlos Abbott Galvão presente na memória, principalmente, daqueles que fizeram parte da história dessa Instituição, sobretudo, na década de 1960 e

início dos anos de 1970. Com o propósito de preservar no presente a memória das práticas desse dirigente, em sua homenagem, foi denominado de **Industrial Luis Carlos Abbott Galvão** o complexo educacional que constitui, atualmente, o *Campus* Natal Central - IFRN, com registro material por meio de placa colocada no pátio dessa escola (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Placa homenagem presidente do CR Luis Carlos Abbott Galvão



Fonte: SILVA (2010).

Essa homenagem foi fruto da iniciativa de um grupo de 7 (sete) ex-diretores dessa escola,[41] e aprovada por ato legal/

41. Esse documento manuscrito/impresso, com 14 (quatorze) páginas, foi entregue ao Reitor do IFRN, em 7 de julho de 2009. Estava assinado pelos diretores: João Faustino Ferreira Neto (1968-1971), Luciano Rocha Coelho (1971-1974), Marcondes Mundim Guimarães (1979-1985), Luzia Vieira de

administrativo do então Reitor do IFRN, prof. Belchior de Oliveira Rocha, em 23 de setembro de 2009, por ocasião das comemorações do centenário dessa instituição. Não se tem conhecimento de que outros segmentos da comunidade escolar tenham sido convidados a participar dessa decisão. Para o dia da fixação da placa, 23 de setembro de 2010, foi organizada uma programação especial, sendo convidados, além dos representantes da família do homenageado, os diversos segmentos do IFRN. Desse modo, podemos assinalar que um grupo específico dessa Escola, estrategicamente, tenta reconstituir no presente, parte da memória institucional a partir dos seus ex-dirigentes, nesse caso específico, representado pela figura do presidente do Conselho de Representantes.

Em relação ao **Conselho de Professores (CP)**, após aproximadamente 10 (dez) meses da instalação do CR, por meio da Portaria nº 53, de 10 de novembro de 1961, a Direção da EIN confirmava a sua instalação ao convocar para uma reunião no dia 13, do mesmo mês os professores recentemente eleitos: **José Bonifácio de Carvalho, Irineu Martins de Lima, Rivaldo Pinheiro, Pedro Martins de Lima, Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, Joaquim Inocêncio Ferreira Filho, José Augusto da Silva e José de Góes Vasconcelos.**

Deliberar sobre os assuntos de ordem pedagógico-didática foi a principal finalidade atribuída pelo Decreto nº 47.038 de 1959 a esse colegiado. Em vista disso, em seu art. 104, foram definidas as ações que deveriam ser executadas, dentre elas: definir o currículo escolar, orientar e coordenar os estudos sobre elaboração de programas e sistemas de exames de verificação de conhecimentos, fixar o número de vagas nos diferentes cursos e definir as listas tríplices que serão enviadas ao CR para a escolha e nomeação do representante dos docentes junto a esse órgão e à nomeação e também a escolha do Diretor da Escola.

França (1985-1987; 1987-1991), Francisco das Chagas de Mariz Fernandes (1991-2000; 2004-2008), Getúlio Marques Ferreira (2000-2003) e Sergio Luiz Alves de França (2003-2004). Como podemos perceber, desse grupo, apenas, os dois primeiros Diretores foram escolhidos pelo CR. Os demais assumiram os seus mandatos num tempo quando na Escola já havia sido modificado o modelo de organização, definido a partir de 1959. O que não impediu que entre esses também fosse construído um consenso em torno da importância do Presidente do Conselho nas transformações ocorridas nessa Escola, em especial, no período de 1961 a 1974.

Assim, após a criação do Conselho de Professores, verificamos, pela primeira vez, na Escola Industrial de Natal, a existência de um espaço interno deliberativo para tratar de assuntos relativos à organização do ensino. Essa prerrogativa certamente permitiu uma participação mais efetiva do segmento dos professores na definição de sua estrutura curricular. Registramos que esse Colegiado foi o órgão que coordenou o processo que definiu a escolha e elaborou o projeto dos primeiros cursos técnicos ofertados por essa escola, a partir do ano de 1963. Contudo, ao restringir aos professores o direito de fazer parte desse Colegiado, o governo, mais uma vez, excluía os representantes dos demais segmentos - funcionários e alunos. Isso permite pensar em níveis de valorização diferentes entre aqueles que constituíam diretamente a comunidade escolar.

4.2. **O lugar ocupado pelos diretores no exercício do poder institucional**

Na vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942-1959), a nomeação dos dirigentes da EIN era atribuição legal que cabia ao MEC, após indicação encaminhada pela Diretoria de Ensino Industrial (DEI). Essa forma de indicação pelo poder do Estado de pessoas para a ocupação de cargos públicos é uma prática presente ao longo da história da educação brasileira, caracterizada, na maioria das vezes, pelas relações de dependência política entre os envolvidos nesse processo.

No que se refere ao lugar assegurado a esse profissional, essa lei define, em seu art. 57, que a administração escolar fosse "concentrada na autoridade do Diretor." (BRASIl, 1942b). Tal prerrogativa assegurou a esse profissional o exercício de práticas de controle e supervisão sobre o funcionamento da escola. Isso sugere uma centralidade do poder, materializada por meio do exercício da autoridade que se firma com base em uma dominação de caráter racional. (WEBER, 2004, p. 141).

Por outro lado, havia, também, o controle externo do governo sobre essas ações em que nada deveria fugir ao conhecimento da DEI. Era responsabilidade do Diretor fazer o registro detalhado da realidade institucional, contendo informações sobre o desenvolvimento da Escola nos campos pedagógico, financeiro e administrativo, com ênfase para os resultados referentes ao desempenho dos alunos.

É nesse cenário administrativo que a EIN foi constituindo o seu quadro de dirigentes até o ano de 1959, a partir de indicações que não contaram com a participação da comunidade escolar. Além disso, à luz do que preconizava a legislação em vigor, foi sendo fortalecido um modelo de gestão centralizadora, em que o poder de decisão sobre os assuntos da escola era uma das prerrogativas atribuídas aos seus Diretores.

Nesse sentido, em 1942, o Governo Federal decide que o engenheiro agrônomo Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, que havia sido nomeado, em 1939, para administrar o Liceu Industrial de Natal, continuasse à frente desse cargo na nova escola. Nesse mandato, permaneceu até o ano de 1954.

As ações administrativas em desenvolvimento se caracterizaram principalmente, nesse período, pelo seu caráter autoritário e disciplinador. A profa. Ody Freire (2008)[42], contratada pela EIN, no ano de 1943 (onde permaneceu até o ano de 1968 registra que, nos anos de 1940 e 1950, a administração da EIN se distinguia pela concentração de autoridade,

> [...] as orientações e cobranças oriundas da Diretoria de Ensino eram colocadas sempre em prática. Em se tratando particularmente dos professores, era muito exigente, sobretudo, em relação ao controle da classe, do comportamento dos alunos, bem como em relação a pontualidade e frequência que deveríamos ter junto a Escola. As decisões, em geral, não eram discutidas, eram informadas por meio de Portarias para serem cumpridas por todos. Os convites se transformavam em convocações através do ato formal das portarias.

O sentido de autoridade expressa pela professora se revela na imposição de várias maneiras de comportar-se, de desenvolver as atividades. Exigir desse profissional o controle de sua classe e dos comportamentos significava que estes deveriam manter, nesse espaço, algo que era tão caro para essa Escola: a ordem e a obediência. Isso, para Foucault (2009), pode ser entendido como a arte das distribuições. Em cada espaço da Escola, havia alguém responsável por manter o disciplinamento, pois ao **Inspetor de**

42. Depoimento concedido à autora, em abril de 2008.

Ensino[43] cabia a responsabilidade de conduzir mais diretamente esse processo de disciplinamento, por meio do cumprimento das normas nos espaços externos à sala de aula.

Em geral, a ação administrativa dos dirigentes da EIN, no período de 1942 a 1959, teve como foco central o cumprimento das políticas oficiais que orientavam a formação de artífices e mestres, com o propósito de torná-los aptos a exercer uma atividade profissional e cumpridores dos seus deveres; daí, a grande importância reservada à prática do civismo, dos exercícios físicos e do disciplinamento. Essas atividades contaram, permanentemente, com o apoio dos dirigentes dessa instituição. Talvez por essa razão, essa Escola tenha conseguido firmar-se, ao longo de sua trajetória, como uma instituição de existência necessária; afinal de contas, formar para um ofício e civilizar, no sentido atribuído por Elias (1994),[44] esse segmento pobre, eram objetivos que atendiam às expectativas dos diversos segmentos da sociedade republicana.

Em 1954, com a transferência de Jeremias Pinheiro para os quadros da Diretoria de Ensino Industrial - DEI, assume a direção da EIN o seu diretor substituto, Pedro Pinheiro de Souza, professor do quadro da EIN, para um mandato interino que durou 6 (seis) meses. Para o cargo de diretor titular, assume, em abril de 1955, Clodoaldo de Carvalho. Nessa ocasião, Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do RN. Após 9 (nove) meses, sua substituição é comunicada por meio do Telegrama do dia 25/1/1956, enviado à EIN pelo diretor da DEI, Francisco Montojos[45], em face de que, "[...]

43. Após a criação da vaga de Inspetor de Alunos, pelo Decreto de nº 12.843, 10 de julho de 1943, foi contratado, em 1944, o Sr. Plácido Juventino de Souza.

44. No caso dessa Escola, podemos inferir que por suas características sociais, constituída por alunos oriundos de famílias de baixo padrão econômico, havia uma determinação em assumir um controle sobre as atitudes e comportamentos. Assim, na perspectiva de Elias (1994), o civilizar é concebido como categoria de comportamento social aceitável – entendida como controle de emoções e formação disciplinada como um todo.

45. Francisco Montojos esteve à frente da Diretoria de Ensino Industrial por dois períodos. Inicialmente, nos anos de 1947 a 1949, durante parte do mandato do Presidente Gaspar Dutra. Em dez. 1955, durante o governo provisório de Nereu Ramos, retorna ao cargo onde permanece até o final do governo Juscelino Kubitschek, no início do ano de 1961.

na Direção Escolas Ensino Industrial deverá caber elementos que tenham sempre militado esse ramo ensino. Proporei ao Sr. Ministro sua dispensa função Diretor dessa Escola, a fim de entregá-la pessoa que satisfaça aquela orientação" (DIRETORIA DE ENSINO INDUSTRIAL, 1956, n. p.).

Essa substituição, por motivos de ordem técnica, ocorria um mês depois do retorno do prof. Francisco Montojos à direção da DEI, o que sugere uma mudança de concepção desse órgão em relação aos propósitos formativos dessas escolas. Sendo assim, no processo de escolha dos profissionais para esse cargo, passava a contar a experiência na prática desse ensino. Após essa dispensa, retorna ao cargo o prof. Pedro Pinheiro de Souza[46].

O modelo de gestão que orientou o desenvolvimento das práticas desse dirigente teve ainda, como fundamento, o principio da representatividade legal, portanto, a responsabilidade pelo controle e supervisão da escola. Essa legitimidade continuava lhe assegurando a centralidade do poder, com bases em um modelo de administração que evidenciava, em alguns aspectos, características monocráticas (WEBER, 2004).

Com a Lei nº 3.552 de 1959, ocorre a transferência da função de administrar a escola para o Conselho de Representantes, assegurando ainda o poder de realizar a escolha e nomeação do diretor, após indicação do Conselho de Professores. Altera-se, portanto, a concepção de autoridade antes outorgada a esses profissionais, reduzindo as atribuições do cargo à execução das ações estabelecidas por esse colegiado.

Através da Portaria nº 1, de 28/01/1961, esse Conselho garantiu ao diretor Pedro Pinheiro de Souza a continuidade do seu mandato nos moldes preconizados pela legislação em vigor. Em 1962, esse diretor é substituído pelo prof. Irineu Martins de Lima, ex-aluno e professor dessa escola.

Nesse novo modelo de gestão escolar, foi estabelecida a assinatura de um contrato com vigência de 36 (trinta e seis) meses, a começar no dia 1º de abril de 1962 e terminar no dia 1º de abril de 1965, ou seja, a duração do mandato que, agora, dos diretores da

46. Esse fora ex-aluno da antiga Escola Técnica Nacional (ETN) e era docente da EIN, desde o ano de 1940, quando foi contratado para lecionar a disciplina de Desenho.

EIN estava definido em 3 (três) anos. Entretanto, um ano após o seu início, esse diretor solicita afastamento do cargo[47].

Por essa razão, em abril de 1963, o prof. Pedro Martins de Lima, ex-aluno e também professor dessa escola, é nomeado como Diretor Substituto da EIN[48].

O tempo de mandato desse diretor (1963 -1968) foi marcado, principalmente, pela luta ao lado do Conselho de Representantes - CR em busca de recursos junto aos órgãos federais, com o propósito de garantir a manutenção dos serviços de assistência aos alunos (alimentação, a distribuição de livros e de fardamento), bem como as modificações na estrutura física da Escola, a fim de aumentar a oferta de mais vagas. Foi durante a sua gestão, no período de 1965 a 1966, que a construção do novo prédio da escola, na Av. Salgado Filho, é concluída e a sua transferência realizada. Em decorrência desses movimentos, ocorre um crescente aumento nas matrículas no Ginásio Industrial e nos cursos técnicos.

Em 1968, para sucedê-lo, o CR escolhe o professor de Matemática do Ginásio Industrial e pedagogo, João Faustino Ferreira Neto. Durante o primeiro ano do seu mandato, suas ações, em conjunto com o CR, são voltadas, sobretudo, para o fortalecimento dos cursos técnicos, por meio da tentativa de ampliar os espaços de atuação dos seus estagiários, o aumento no quadro dos professores das disciplinas técnicas e aquisição de equipamentos para os laboratórios (ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RN, 1968, n. p.).

Assim, em termos administrativos, podemos assinalar que, no período de 1959 a 1968, na EIN, após a descentralização do poder interno da Escola e com a criação dos Conselhos de Representantes e Conselho de Professores, o papel do diretor é, consequentemente, reestruturado. Isso permitiu a inclusão de outros sujeitos no processo de decisão das ações institucionais.

47. Esse afastamento ocorreu por indicação da DEI para assumir a interventoria decretada pelo MEC, na Escola Industrial Coriolano de Medeiros, em João Pessoa-PB. (LIMA, 2006).

48. Essa interinidade desse professor à frente da EIN somente é modificada para titular, a partir de 30/06/1964, quando ocorre a transferência definitiva do Prof. Irineu Martins de Lima dessa escola para os quadros da Diretoria de Ensino Industrial.

Nas fontes escritas e orais a que tivemos acesso durante a realização desse trabalho, não encontramos registro de resistência por parte dos Diretores em aceitar o novo lugar na hierarquia do poder que lhe era devido - o campo da execução das políticas que eram aprovadas, principalmente, no âmbito dos conselhos. Escolhido a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Professores ao CR, que a homologava, grosso modo, não havia espaço para atitudes independentes no exercício desse cargo, tendo em vista que as suas decisões, para serem viabilizadas, teriam que ter a aprovação desse Colegiado. Além do mais, nesse contexto, da mesma forma que o CR o escolhia, tinha poderes para substituí-lo.

4.3. As mudanças no ensino industrial básico: a criação do ginásio industrial

A partir do Decreto nº 47.038, de 1959, o ensino industrial passou a ser ofertado por meio de cursos de **aprendizagem industrial**, **industrial básico** e **industrial técnico**. Em seu art. 6º, trazia uma inovação importante no campo dessas ofertas além das escolas técnicas, as escolas industriais também poderiam oferecer essas três modalidades de ensino, de maneira exclusiva ou conjuntamente. Essa nova forma de organização fez com que a EIN alterasse significativamente as suas características administrativas e pedagógicas.

No caso especifico do curso industrial básico, nível de ensino ofertado por essa escola, a nova legislação, além de não preservar a diversidade de cursos existentes, alterou as suas finalidades ao instituir apenas um curso, com o objetivo de fornecer uma fundamentação de cultura geral com algumas noções de vários ofícios adquiridos. A lei agora lhe determinava características de curso secundário do primeiro ciclo com orientação técnica. Como consequência dessas mudanças, havia a crença de que, mais tarde, na vida prática, o próprio egresso das escolas industriais pudesse, com facilidade, escolher a profissão que estivesse de acordo com seus interesses.

Essa legislação também altera, em parte, a forma de acesso dos alunos ao relativizar a obrigatoriedade anterior do exame seletivo[49], que somente seria realizado caso o número de candidatos

49. No que diz respeito à definição das disciplinas que constituiriam esse exame, foi assegurado a Escola Industrial o direito de determiná-las. A partir do ano de 1960, a escolha recaiu sobre as disciplinas de Português e Matemática.

superasse a quantidade de vagas ofertadas. Nesse caso, fazia-se necessário "obter classificação adequada em concurso" (BRASIL, 1959b, n. p.). Além disso, a idade mínima exigida é alterada de 12 (doze) anos para 11 (onze) anos completos ou a completar durante o ano letivo.

Por outro lado, são mantidas algumas das exigências anteriores como, por exemplo, a conclusão do curso primário ou aprovação no exame de verificação de conhecimentos equivalentes e a comprovação por parte do aluno de que se encontrava apto, fisicamente, para realizar as atividades de prática em oficina.

O Decreto não faz referência aos testes de nível mental, mecanismo presente nos processos seletivos a partir da implantação da Lei Orgânica, 1942. Talvez essa ausência na nova legislação estivesse ligada às dificuldades das Escolas de realizá-los. Observamos, na circular nº 4323/1958, da Diretoria de Ensino Industrial, as dificuldades encontradas pelas diversas Escolas em elaborar tais testes:

> [..], Informo-vos que, tendo em vista as dificuldades apresentadas por diversas Escolas, esta Diretoria resolveu elaborar os testes de nível para os exames vestibulares do próximo ano. [...] Remeto-vos, em anexo, as instruções para inscrição dos candidatos aos exames vestibulares e para a aplicação e avaliação dos testes de nível mental. Esses testes serão remetidos a essa Escola na primeira quinzena de fevereiro, devendo esta Diretoria ser informada do número de exemplares necessários, até 15/1/59. Terminados os exames, os testes de nível mental deverão ser remetidos a esta Diretoria, acompanhados de um exemplar das demais provas aplicadas (Português e Matemática dos exames de admissão aos cursos industriais e técnicos, e as de Ciências e Desenho dos cursos técnicos, elaboradas pelas próprias escolas). (DIRETORIA DE ENSINO INDUSTRIAL, 1958, n. p.).

O texto revela que o cumprimento da exigência de elaborar os testes de nível para os exames vestibulares não foi uma tarefa de fácil execução pelas Escolas. Evidenciamos, também, o controle realizado pela DEI em relação à escolha e utilização dos elementos

definidos para selecionar os candidatos durante o processo seletivo para ingresso nessas Escolas. Com a conquista da autonomia administrativa e pedagógica em 1959, esses exames passaram a ser não apenas elaborados, mas também coordenados por essas instituições de ensino.

Durante a implementação das orientações advindas da reforma de 1959, no início do governo Jânio Quadros, foi publicado o Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961, que definiu a organização e funcionamento do ginásio industrial**,** configurando uma nova forma de estruturação do curso industrial básico. Além disso, garantiu aos ginásios do ensino secundário propedêutico[50] a possibilidade de se transformarem em ginásios industriais ou fazê-los funcionar de forma concomitante aos seus cursos ginasiais existentes. Para tanto, teria que incluir, em seu currículo, orientações, "de modo elementar e assistemático, sobre os princípios e métodos de organização racional do trabalho aplicáveis às atividades produtivas." (BRASIL, 1961a).

Essa tentativa do governo em expandir a oferta do ensino industrial básico para as escolas secundárias que ministravam apenas o ensino propedêutico é definida por Cunha (2005) como uma tentativa de secundarização do ensino industrial, sob a coordenação do Ministério da Educação, o qual, por meio da Diretoria do Ensino Secundário, elaboraria alguns projetos de ginásios inspirados nas escolas secundárias do Distrito Federal de 1932 a 1935, sob a direção de Anísio Teixeira.

Em suas análises sobre os princípios que norteavam essa proposta de criação dos ginásios industriais no Brasil, Falcão e Cunha (1999, p.153) ressaltam, também, a influência da experiência norte-americana, que desenvolvia, naquele país, "uma escola secundária única, mas de currículo diversificado, de acordo com as diferentes opções vocacionais oferecidas em cada estabelecimento de ensino." Em síntese, o que se pode inferir é que essa iniciativa da criação dos ginásios industriais se revestiu de mais uma tentativa de assegurar aos alunos o desenvolvimento de possíveis aptidões, mesmo que básicas. A não profissionalização dos alunos em uma área especifica não significava, pelo menos no plano legal, o descompromisso da escola com a sua inserção no sistema produtivo, já que, nessa etapa, deveria ocorrer o aprofundamento da sondagem

50. Ver quadro 4.

de aptidões, a fim de orientar a escolha de cursos profissionais no 2º ciclo, caso o aluno prosseguisse os seus estudos.

Um ano após a criação do Ginásio Industrial, em 1962, a Diretoria do Ensino Industrial oficializou as disciplinas obrigatórias e aquelas denominadas optativas, que constituíram o seu currículo.

Como nesse período a realidade do ensino na EIN ainda era de uma instituição de formação básica, a sua estrutura curricular apresentava a seguinte organização (Quadro 12):

Quadro 12 – Disciplinas do curso Industrial Básico — Ginásio Industrial

Curso Industrial Básico (ginásio industrial)	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Disciplinas Obrigatórias				
Português	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências	X	X	X	X
História	X	X	X	-
Geografia	X	X	X	-
Francês (Optativa)	X	X	-	-
Inglês	-	-	X	X
Disciplinas Específicas				
Desenho (Optativa)	-	X	X	X
Artes Industriais	X	X	-	-
Prática de oficinas	-	-	X	X
Práticas Educativas				
Educação Física	X	X	X	X
Canto Orfeônico	-	-	X	X

Fonte: BRASIL (1959b).

Verificamos, portanto, nessa estrutura curricular, o fortalecimento de aspectos gerais em detrimento de aspectos técnicos, constituídos pelas disciplinas específicas. Observamos

que essa estrutura curricular modificava o modelo estabelecido, em 1942, que garantiu ao aluno uma formação em uma determinada área e o certificava com o diploma de Artífice[51]. Sendo assim, a Escola Industrial iniciou a década de 1960 garantindo aos seus alunos uma formação com base predominantemente propedêutica, o que lhes assegurava um certificado de conclusão do 1º ciclo do ensino industrial, com noções gerais sobre algumas especialidades como, por exemplo, artes gráficas, cerâmica, eletricidade, madeira e metal, sem a garantia de uma profissionalização em um só ofício, como ocorria anteriormente.

Antonio Fernandes de Carvalho (2010),[52] professor da disciplina de Artes Industriais, assinala que o seu programa de ensino "consistia em noções básicas de mecânica, marcenaria, serralheria, funilaria, eletricidade, cerâmica e gráfica. Essa forma de organização permitia trabalhar com os alunos os aspectos gerais de todas essas profissões, no interior das várias oficinas existentes." Sendo assim, a Legislação transferiu a responsabilidade de uma formação especializada em uma determinada área para o 2º ciclo do ensino industrial, ou seja, o nível técnico.

Por essa razão, a antiga formação de Artífice passou a ser feita pelos **cursos de aprendizagem**, de caráter intensivo e duração mínima de vinte meses. Nesse caso, como condição necessária para o ingresso, os requisitos mínimos para que o aluno pudesse realizá-lo, estabelecia a idade mínima de 14 anos e aprovação em exame de verificação de conhecimentos elementares, exigidos para cada curso especificamente e definidos pelas escolas, "conforme as especialidades e as condições dos candidatos" (CUNHA, 2005, p. 160). Em termos gerais, esse curso tinha como objetivo formar operários qualificados.

No ano de 1965, os cursos de aprendizagem surgem como mais uma oferta de modalidade de ensino na EIN. Com currículo de curta duração, a oferta foi aprovada, no ano de 1963, pelo Conselho de Professores, com a indicação de que seriam organizados a partir de demandas decorrentes de convênios da Escola com algumas empresas. Essa orientação fez com que a sua matrícula apresentasse,

51. Ver Quadro 4 – Disciplinas curso industrial básico e do curso ginasial (1º ciclo); e Quadro 5 – Disciplinas de cultura técnica dos cursos industrial básico da EIN.

52. Depoimento concedido à autora, no dia 22 de fevereiro de 2010.

em alguns momentos, expressivos níveis de crescimento e, em outros, redução de vagas, como o que aconteceu nos anos de 1966 e 1968, segundo quadro a seguir:

Quadro 13 – Movimento Geral de matrículas — Curso de Aprendizagem

Quadro do Movimento Geral de Matrículas	
Anos	**Curso de Aprendizagem**
1965	222
1966	39
1967	179
1968	44

Fonte: GALVÃO (1974).

Além dessa modalidade de curso em nível industrial básico, essa Escola participou do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), segundo Cunha (2005, p. 10-11):

> O Pipmo foi criado no governo João Goulart pelo Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963, para treinamento acelerado, de modo a suprir de força de trabalho um processo que se pensava demandasse grande quantidade de operários industriais. [...] Vinculado inicialmente ao MEC, pela Diretoria de Ensino, o Pipmo seria desenvolvido com a participação das escolas industriais e técnicas, de associações estudantis, de empresas industriais e de entidades de empregados. Os recursos do programa seriam oriundos dos fundos nacionais do ensino primário e do ensino médio.

Ainda conforme Galvão (1974, p. 14):

> Conhecendo o potencial existente no Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra e sabendo que esse organismo proporcionaria instrumentos significativos para o desenvolvimento do nosso Estado, propugnamos

> pela sua instalação na própria Escola, ensejando uma perfeita articulação entre os planos do estabelecimento e metas postuladas por esse Programa. Em 1965, instalávamos o então Programa [...] através de convênio direto com a Escola.

Esse potencial a que o autor faz referência estava, certamente, relacionado ao propósito do Programa no sentido de melhorar a produção econômica pela capacitação da força de trabalho local. Para tanto, recursos foram destinados para a realização dos cursos, o que se traduzia em um incremento a mais para o orçamento da Instituição[53]. Sobre essa sintonia destacada entre os planos da Escola e as metas do Programa, Galvão (1974) levava em conta os objetivos definidos pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 46, de 1964, que estabeleceu como seus objetivos, a ação de especializar, de retreinar e aperfeiçoar o pessoal empregado na indústria, bem como habilitar novos profissionais para esse setor. Objetivos semelhantes orientavam o desenvolvimento dos cursos de aprendizagem da EIN, em andamento no mesmo período.

Assim, se, enquanto a Lei nº 3.552, de 1959, modificava a antiga função das Escolas Industriais de formar Artífices; também assegurava o direito de poder ofertar o nível técnico. Dessa forma, os anos de 1960 representam um tempo de reorganização para a EIN, após a publicação dessa nova legislação para o ensino industrial.

4.4. **A reestruturação curricular da EIN nos anos de 1960: a criação dos cursos técnicos**

A EIN inicia os 3 (três) primeiros anos da década de 1960 com uma crescente matrícula no Ginásio Industrial. Contudo, observamos que, no processo de distribuição dessa matrícula nas 4 (quatro) séries, repete-se a situação observada nas duas décadas anteriores - redução quantitativa -, a partir da 2ª série.

Quadro 14 – Matrícula por série — Ginásio Industrial

53. Informações sobre a distribuição anual, no período de 1965 a 1974, dos alunos treinados por essa Escola e dos recursos adquiridos. (GALVÃO, 1974, p. 31).

CURSO INDUSTRIAL BÁSICO - GINÁSIO INDUSTRIAL - SÉRIES						
ANO	**MATRÍCULA GERAL**	**1ª**	**2ª**	**3ª**	**4ª**	**Eliminados (cancelamento matrícula, transf., faltas e comport.)**
1960	203	***75***	63	26	30	9
1961	206	69	65	48	24	6
1962	256	102	55	53	46	9

Fonte: ESCOLA INDUTRIAL DE NATAL (1968a).

O quadro em destaque demonstra a existência do antigo problema da evasão; nesse caso, ao compararmos os números de alunos matriculados na 1ª série de cada ano e as séries dos anos seguintes, em destaque, constatamos uma redução que crescia em níveis percentuais não inferiores a 10%, durante toda a etapa do curso. Os alunos eliminados, segundo o Livro de Matrículas (1942-1968), faziam parte das diversas séries; infelizmente, o escasso registro disponível foi insuficiente para explicar as razões que envolviam a saída da totalidade desses alunos.

Diante desse quadro, no campo administrativo, o Conselho de Representantes - CR elegia, como medida para enfrentar essas baixas estatísticas, garantir as condições para aumentar a sua matrícula inicial, o que implicava modificar os seus espaços. Com esse propósito, o presidente do CR informa que "serviços estão sendo executados nas dependências da Escola e melhoramentos nas Oficinas de Marcenaria, Artes do Couro e Mecânica, de ampliação dos salões de aula e construção de novo Refeitório com capacidade para 240 alunos e professores" (CONSELHO DE REPRESENTANTES, 1962a, n. p.).

Esse texto revela um dos aspectos que pautou, desde o início, a administração desse Colegiado: a luta em prol do crescimento da matrícula na EIN. Estrategicamente, era preciso reorganizar os espaços da Escola, ampliando-os ou construindo novos lugares. Como vemos, não havia registro de outra estratégia de enfrentamento da evasão que não fosse tentar garantir o aumento na matrícula inicial dos alunos.

Essa luta, por outro lado, não estava dissociada das políticas definidas pelo Governo Federal, no sentido de alavancar, num curto espaço de tempo, o desenvolvimento industrial do país e, em especial, da região Nordeste. Para tanto, havia um papel a ser cumprido por essas Escolas. Nesse contexto, importa-nos verificar como se apresentava o Estado do RN nos anos de 1960 e as iniciativas que, possivelmente, eram postas em prática pelo governo estadual intencionando atingir um maior nível de desenvolvimento, sobretudo, no campo econômico, e as repercussões dessas políticas para a EIN no que diz respeito à oferta de outros níveis de ensino.

A situação econômica do RN, nesse período, revelava ainda um incipiente desenvolvimento de sua indústria. Nesse sentido, é significativa a fala do prefeito de Natal, Djalma Maranhão no período de 1960 a 1964, em Mensagem dirigida à Câmara de Vereadores, em 1962, "[...] Natal cresce, é verdade. Mas cresce, apenas horizontalmente, sem indústria, sem aumento de riqueza social, com uma população ativa concentrada na atividade comercial e de setores de serviços, com renda *per capita* das mais reduzidas" (MARANHÃO, 1962, *apud* GÓES, 1991, p. 22). Para esse autor, a fala do prefeito evidencia as consequências de uma realidade presente na virada da década de 1950 para os anos de 1960, quando o setor de prestação de serviços reunia o maior número de pessoas em Natal atingindo níveis iguais a 27% de uma população de aproximadamente 160 mil habitantes. Desses, apenas 12% declararam exercer atividades em estabelecimentos devidamente instalados. Havia ainda 15% dessa população ocupada na indústria de transformação (constituída por produtos alimentares e indústrias de couros e peles, que concentravam 69% da produção). Completando esse quadro, o autor acrescenta, ainda, que existia um percentual de 14% que trabalhava em comércio de mercadorias e 10%, em transportes, comunicação e armazenamento. Portanto, sem a existência de um setor industrial ativo e com uma população concentrada na atividade comercial e de setores de serviços, a cidade de Natal e o próprio Estado do RN estavam longe de apresentar níveis de desenvolvimento industrial satisfatórios.

No campo político, o RN iniciava o ano de 1961 com a posse do seu novo governador, Aluízio Alves, com uma administração pautada por práticas modernizantes, porém mantendo a feição conservadora. Germano (1989, p. 57) diz que esse governo apresentava as seguintes características:

> a) Modernização administrativa e estabelecimento da infra-estrutura necessária ao "progresso" e à industrialização; b) forte aliança com o imperialismo norte-americano, através de Aliança Para o Progresso, onde mediante convênios conseguiu vultosos recursos para seu programa; c) combinação de práticas "modernizantes", com práticas "clientelísticas/ conservadoras" e repressivas na direção do aparelho de Estado. (Grifo do autor).

Desse modo, pautado no claro propósito de modernizar a administração e estabelecer infraestrutura para que o desenvolvimento industrial do Estado ocorresse, esse Governo priorizou a eletrificação, abastecimento de água, estradas e telecomunicações. Nesse período, foram criadas algumas empresas de economia mista, como a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (Cosern), a responsável pela distribuição da energia de Paulo Afonso no Estado e a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (Telern).

É nesse contexto que, progressivamente, vai tomando corpo o projeto embrionário de desenvolvimento do Estado do RN, tutelado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte, grupo constituído por técnicos selecionados pelo então Governo Estadual, com a finalidade de propor um projeto de reforma administrativa que sugerisse, segundo Germano (1989, p. 57), "formas racionalizadoras e científicas de administração." Em suas análises sobre o período em questão, Menezes (2006) confirma que essa adoção de ações pautadas no planejamento e implantação de projetos industriais, com apoio governamental, inclusive com projetos de cunho estritamente infraestrutural pela Sudene, deu início a esse projeto embrionário de desenvolvimento do Estado do RN. Ainda para Meireles (2006, p. 66), "a partir daí, procurou-se desenvolver uma nova forma de pensar e planejar a política econômica regional, sobretudo para o enfrentamento das crises, surgidas por várias causas, inclusive climático-geográficas, sendo a Escola Industrial de Natal chamada a participar."

O envolvimento das Escolas Industriais e Técnicas, inclusive da EIN, na formação de mão de obra especializada ou semiespecializada, tanto para as novas indústrias, como para

aumento de eficiência das indústrias artesanais, era parte dos eixos de ação da política de industrialização presente nas Diretrizes do I Plano Diretor elaborado pela Sudene para a região Nordeste no período de 1960 a 1962.

No II Plano Diretor (1963-1965), conforme o documento SUDENE DEZ ANOS, era registrada a necessidade de formação de pessoal considerada importante na política de desenvolvimento econômico, na perspectiva de eliminar "pontos de estrangulamento, resultantes da inadequada oferta de pessoal qualificado, ou da incapacidade do sistema de responder às necessidades do processo de desenvolvimento." (BRASIL, 1969, p. 35). Com esse propósito, a Sudene assumia o compromisso legal de ampliação e reequipamento da rede de escolas industriais e agrícolas de nível médio. A concepção de que a educação teria um papel fundamental na formação de mão de obra e no aumento do estoque de conhecimentos necessários ao desenvolvimento regional fazia com que esse órgão procurasse formular seus programas nessa área, em face das exigências do processo de desenvolvimento nordestino. Para tanto, seria priorizado, conforme o Plano em questão, "estímulo financeiro à implementação e melhoria de cursos técnicos profissionais naquelas carreiras condizentes com as novas necessidades criadas pelo processo de desenvolvimento" (BRASIL, 1969, p. 102).

Essas definições de Políticas, voltadas para a área da educação propedêutica e profissional, com ênfase para a melhoria dos equipamentos das escolas de ensino profissional e qualificação de seus professores, estavam associadas ao Plano de Metas, de caráter nacional, que orientava a formulação do Plano de Infraestrutura proposto para o Nordeste pelo Governo Juscelino Kubitschek. Cabe-nos ressaltar a inclusão, nesse plano, da proposta de construção de rodovias e de incentivo à produção mineral. Isso possibilitou, conforme Meireles (2006), a constituição de um espaço favorável ao surgimento de novas profissões técnicas. É nesse contexto que, na EIN, criaram-se, em 1962, os cursos técnicos de Estradas e Mineração e implementados no ano seguinte.

O registro das **Atas das Sessões de Professores da Escola Industrial de Natal** (1962-1964) permitiu fazer o acompanhamento do processo de organização administrativa e pedagógica dessa instituição e, em especial, observar como ocorreu o movimento de criação desses cursos técnicos. Nesse sentido, decidimos verificar,

na tentativa de trazer à tona alguns aspectos capazes de contribuir para uma melhor compreensão da cultura escolar dessa Escola.

Assim, num tempo correspondente a 3 (três) anos (1962-1964), foram registradas, no Livro de Registro das Sessões de Professores da Escola Industrial de Natal, 14 sessões. Dessas, 8 (oito) no ano de 1962; 3 (três), no ano de 1963; e 3 (três), no ano de 1964. Cabia ao Diretor da Escola coordená-las e organizar a sua pauta, constituída, em sua grande maioria, por temas ligados à legislação de ensino, a informações sobre as ações desenvolvidas por essa Direção, orientações sobre as atividades que deveriam ser realizadas pelos professores, nos espaços internos e externos à sala de aula. Além disso, os professores eram convocados a falar sobre o seu trabalho, com destaque para as atividades realizadas, necessidades e dificuldades enfrentadas.

Na Sessão do dia 17 de abril de 1962, a pauta teve como centralidade a apresentação do Decreto nº 615/1962 pelo Diretor Irineu Martins de Lima relativo às exigências mínimas para nomeação do diretor da Escola, e a Portaria nº 11, de 19 de janeiro de 1962, do MEC, que definia novas atribuições ao Presidente do Conselho de Representantes. Possibilitar aos professores o conhecimento dos novos mecanismos legais relacionados à organização da escola pode ser visto como uma tática usada para melhor instituir o controle sobre as práticas e condutas. No que tange ao funcionamento da Escola, é informado que as aulas somente teriam início no dia 23 do mês de abril, por motivo dos trabalhos de remodelação do prédio. Dessa forma, confirmava-se o que havia sido registrado pelo Presidente do CR, em documento já referido neste texto: os espaços da EIN estavam, de fato, sendo alterados.

O acompanhamento das práticas educativas continuava sendo uma ação utilizada pelo Diretor da Escola como estratégia para verificar não apenas o processo de desenvolvimento das disciplinas ministradas nas salas de aula e nas oficinas, mas também se estavam em sintonia com as finalidades da escola. Nessas sessões, cabia ao professor fazer o relato dos planos de cursos e dos avanços e dificuldades enfrentadas na execução do processo de ensino. Essa tentativa de controle remete-nos às reflexões realizadas por Chervel (1990, p. 188), ao verificar que as disciplinas escolares constituem "um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados." Em outros

termos, "son espacios de poder, de un poder a disputar; espacios que agrupan intereses y agentes, acciones y estratégias." (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 66).

Na Sessão do dia 17 de maio de 1962, o principal ponto de pauta é a escolha do docente que assumiria a Coordenação de Ensino, cargo criado pelo Regimento Interno da Escola. Suas atribuições, segundo esse Regimento, dizem respeito ao acompanhamento/funcionamento de todos os cursos ministrados na Escola e à aplicação das deliberações pedagógico-didáticas tomadas pelo Conselho de Professores. Nesse trabalho, o Coordenador é auxiliado por um Supervisor das Oficinas. Para coordenar o ensino, o Diretor apresentou o nome da profa. Lourdes Guilherme, tendo sido aprovado pelos professores presentes. A criação desses cargos possibilitou alterar a estrutura de organização do ensino até então centralizada na figura do diretor, transferindo a prerrogativa do acompanhamento para esses coordenadores.

Conforme os registros da sessão do dia 10 de julho de 1962, a oferta de outros níveis de ensino pela EIN, além do industrial básico, foi o assunto que norteou as suas discussões. Nessa oportunidade, em face da indagação sobre a oferta do nível técnico, o Diretor assinalou que "poderemos manter no futuro Cursos Profissionais. O nosso objetivo seria essencialmente a formação de técnicos, isto daqui a uns 5 anos" (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.). Essa indefinição do tempo, para oferecer o nível técnico, não seria a opinião do Conselho de Representantes, que compreendia ser preciso agilizar essa oferta para fazer frente "às restrições decorrentes da própria comunidade que, na época, desvalorizava o trabalho de artífice, considerando-o inadequado para a formação dos seus filhos." (GALVÃO, 1974, p. 8).

No interior da Escola Industrial de Natal, além do Conselho de Representantes, a defesa da criação dos cursos técnicos também era apoiada por parte dos seus professores. Essa posição ficaria exposta nas conclusões do **I Encontro de Professores do Ensino Industrial**, realizado pela EIN, nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 1962, sob a coordenação da Profa. Lourdes Guilherme. Participaram desse evento 78 (setenta e oito) profissionais de diversas instituições de ensino da cidade de Natal, dentre eles, 37 do quadro da EIN. Na imagem a seguir (Fotografia 5), observa-se o momento quando o Diretor da EIN, Irineu Martins de Lima, procede à abertura do referido evento.

Fotografia 5 – I Encontro dos Professores do Ensino Industrial – EIN - 1962[54]



Fonte: ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1968b).

Após o término das exposições, os participantes se reuniram e aprovaram, em plenária, um plano de ação constituído por 12 (doze) itens, sintetizando as conclusões desse Encontro. Dentre essas propostas, destacamos aquelas que estariam mais vinculadas aos interesses da EIN:

> a) Criação de Cursos Técnicos Industriais em Natal; b) Criação de Curso de Aprendizagem Industrial que atenda as necessidades locais; c) Reuniões do corpo discente a fim de esclarecer-lhes os deveres e direitos; d) Instalação do Serviço de Orientação Educacional para o estudo de causas determinantes das deficiências

54. Abertura: Diretor EIN, Prof. Irineu Martins de Lima.

> do corpo discente. (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1962b, p. 31).

A aprovação dessas propostas com a participação de um número significativo dos professores da EIN demonstrava o interesse existente em modificar o seu currículo e avançar na oferta dos cursos técnicos, visto por seu principal dirigente, o Presidente do CR, "como o primeiro passo no projeto de aumentar o entrosamento da Escola Industrial de Natal com a coletividade norte-rio-grandense" (GALVÃO, 1974, p. 5).

Os dirigentes da Escola tentavam modificar a antiga **representação** ainda presente de que essa era uma escola organizada, com bons professores, mas para **os filhos dos outros**. Lutar pela oferta de um nível de ensino, equivalente ao curso secundário,[55] poderia ser uma tática capaz de mobilizar outras camadas sociais para o envio dos seus filhos a essa Escola.

A proposta de instalação do Serviço de Orientação Educacional, presente na reforma do ensino industrial de 1959 e na LDB/1961, despertava o interesse das instituições presentes. No caso da EIN, após o prof. Irineu Martins de Lima assumir o cargo de Diretor, a partir de abril de 1962, a função de Orientador Educacional, assumido por ele desde os anos de 1950, ficou sem ser exercida até o ano de 1964, quando é contratada a Orientadora Educacional Maria Elza Fernandes Sena[56].

A inclusão de atividades que possibilitassem esclarecer o aluno sobre os seus **deveres e direitos** era também do interesse particular dessa Escola. O disciplinamento com o propósito de manter o controle sobre o comportamento dos seus alunos ocupava um lugar de destaque em suas ações, sendo assunto constantemente inserido nas pautas das Sessões dos Professores.

55. A equivalência plena, em termos legais, entre as escolas secundárias de ensino industrial e as escolas propedêuticas seria assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1961.

56. Foi aluna da Escola Normal de Mossoró-RN nos anos de 1940. Não fez graduação em pedagogia, mas se afastou em fev.1965 a março de 1966 para realizar uma especialização profissional de Psicologia e Orientação Educacional nos Estados Unidos, após conquistar uma bolsa de estudo junto à Aliança para o Progresso, convênio firmado entre o Brasil e esse país em 1961.

Para o cumprimento dessa tarefa, essa instituição contaria com a prática de seus diretores, mestres das oficinas e professores, além da coordenação do Inspetor de Alunos, com a participação efetiva do Corpo de Vigilantes.

Dois meses após esse Encontro, a escola promove mais uma sessão, no dia 7 de novembro de 1962. Tomamos conhecimento de que, pela primeira vez, além do corpo docente, os profissionais da área da saúde (médico e dentista), o chefe da disciplina e a assistente social participaram dessa reunião. Nessa oportunidade, o Diretor faria um longo relato sobre a sua ida a Brasília. Pela riqueza de detalhes sobre os caminhos que a Escola deveria seguir para criar os seus cursos técnicos, decidimos transcrever a parte relacionada a esse assunto:

> [...], com referência aos cursos técnicos, procuramos ver como deverão funcionar. Não há dificuldades, depende do Conselho de Professores. **Na criação do Curso Técnico deve-se visar o mercado de trabalho. Teremos que fazer estudos, levantamentos e depois apresentar ao Conselho de Representantes para a devida aprovação**. Isto dependerá do Conselho de Professores, no entanto, esperamos a colaboração dos colegas que não fazem parte do referido Conselho. Para concretização do que idealizamos, pretendemos convocar o Conselho de Professores para uma reunião na próxima semana. **Precisamos saber quais os cursos que devemos criar dispensando os que exigirem um equipamento muito oneroso por falta de verbas e de espaço.** (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p., grifos nosso).

O processo de escolha dos cursos técnicos nessa Escola evidenciou que, além das demandas do mercado de trabalho, aspectos relacionados à sua estrutura interna seriam pertinentes. Portanto, esses cursos não poderiam exigir equipamentos muito onerosos, devido à falta de verbas e de espaço. Esse posicionamento institucional evidenciava que, para a definição desses cursos, não apenas a demanda comprovada do mercado de trabalho era o

suficiente, pois a realidade estrutural das escolas também impunha os seus limites.

Além dessas dificuldades apresentadas, o então Diretor Irineu Martins de Lima destacou, ainda, a difícil tarefa de encontrar professores para cursos especializados, ou mais especificamente, para as disciplinas técnicas. Isso indicava que, ao longo dessas várias décadas, após a criação da rede federal de escolas industriais e técnicas, o problema da formação de professores para atuarem nesse campo de ensino ainda persistia, apesar de, em 1942, a Lei Orgânica haver assegurado, através das escolas técnicas, a oferta dos cursos pedagógicos destinados à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial; e do Governo Kubitschek ter criado, na Escola Técnica de Curitiba, o Centro de Treinamento de Professores, em 1957, com a finalidade de formar novos quadros para o ensino industrial. Contudo, observamos que essa formação não ocorreu na mesma quantidade e velocidade necessária. Para tanto, basta verificarmos o caso da EIN durante os anos de 1960 a 1962. Nesse período, somente poderia se contar com a formação de aproximadamente 6 (seis) profissionais formados nesse Centro, para as aulas de prática de oficina no Ginásio Industrial. Além disso, apenas a partir do final do ano de 1959, Natal contou com a sua primeira Escola de Engenharia. A partir da segunda metade dos anos de 1960, alguns alunos dessa Escola fizeram parte do corpo docente dos cursos técnicos da EIN, em sua maioria, ministrando as aulas das disciplinas de cultura técnica do curso de Estradas, o que a transformou em *lócus* de formação de parte dos professores da EIN.

Na sessão realizada no dia 5 de dezembro de 1962 é anunciado que o Conselho de Professores da EIN aprovou a criação de dois cursos técnicos. Nessa ocasião, um dos componentes desse colegiado apresentou os resultados das reuniões realizadas por esse colegiado, dentre eles, a criação dos Cursos Técnicos de Mineração e de Estradas:

> Estes cursos serão ministrados à noite, das 18 horas às 22 horas, perfazendo um horário de 33 horas semanais, das segundas as sextas-feiras, tendo nos sábados, pela manhã, aulas práticas. O curso será de 4 anos, com 180 dias letivos, não exigindo equipamento dispendioso,

> nem laboratórios no primeiro ano. A questão de professores será motivo de apreciação. Outros cursos que serão criados, são avulsos. Serão de duração rápida, quatro meses no máximo, em convênio com a COSERN, o primeiro será de instaladores elétricos e depois, conforme o resultado deste, serão criados os de fresadores, torneiros e alfaiates. (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.).

A decisão desse Conselho de aprovar a criação dessas modalidades de ensino, cursos técnicos e cursos avulsos, permitiu à Escola iniciar um novo processo de atuação na formação profissional. Para a viabilização dessas mudanças, o Conselho acatou as recomendações da Direção no que diz respeito aos limites da infraestrutura existente na Escola; sendo assim, para o funcionamento dos cursos em seu primeiro ano, estrategicamente, não haveria exigência de equipamento dispendioso e laboratórios e seu funcionamento ocorreria no horário noturno, horário não utilizado pelo Ginásio Industrial. Como podemos perceber, para que a EIN assegurasse a verticalização de suas ofertas profissionais, nesse primeiro momento, não foi necessário resolver os seus problemas estruturais relacionados aos espaços e instrumentos para a aprendizagem técnica.

O problema da inexistência de professores habilitados para os cursos foi secundarizado pelo Conselho de Professores, sinalizando uma questão a ser enfrentada posteriormente. A novidade apresentada era aprovação de cursos profissionais de curta duração, modelo, até então, ofertado, prioritariamente, pelo Senac.

Concomitante à realização dessa Sessão, o documento sobre a criação dos cursos é remetido ao Conselho de Representantes que o referenda por meio da Resolução nº 07, de 1962, aprovada em reunião ordinária do dia 18 de dezembro de 1962. A decisão desse Colegiado teve como base, principalmente, a justificativa constante no processo de criação que, "com o funcionamento desses cursos a Escola completaria a sua missão educativa. E, [diz ser] oportuno ressaltar que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, classifica de prioritária, entre outras, a

formação de técnicos em Mineração e Estradas" (CONSELHO DE REPRESENTANTES, 1962b, n. p.).

Essa referência à Sudene levava em conta o que já estava definido nas Diretrizes do seu I Plano Diretor (BRASIL, 1969), que, ao estabelecer a criação de uma infraestrutura econômica para a região Nordeste, assegurava concentrar os investimentos públicos na construção de uma rede prioritária de rodovias e ferrovia, cuja função principal seria unificar a Região em um só mercado, e no levantamento e aproveitamento econômico dos seus recursos minerais, em que era reconhecido que sua contribuição à formação da renda era insignificante. Ressaltamos, ainda, que, desde o início de sua atuação, esse órgão considerou fundamental a necessidade de integração da infraestrutura básica de transportes, a fim de assegurar as condições mínimas ao processo de desenvolvimento regional.

Em termos locais, a criação do curso de Mineração ocorreu num momento quando os grupos envolvidos com o setor de extração de minerais (tungstênio/*scheelita*) no estado pretendiam reivindicar do governo estadual maior assistência no sentido de revitalizá-lo, dando-lhe condições para que se tornassem competitivos em âmbito nacional e internacional. A abundância de tais recursos no Rio Grande do Norte não assegurou a essa atividade uma expansão que fosse além do período em que foi direcionada para a "exploração e exportação para o Sudeste e para o exterior (sobretudo na segunda metade da década de 1940, devido à segunda Guerra Mundial, e na primeira metade da década de 1950, para atender à demanda coreana, em 1952) " (ARAÚJO, 2009, p. 121). Assim, foi, nesse contexto do início dos anos de 1960, quando a produção mineral se apresentava de forma incipiente no Nordeste, que a Sudene incluiu, em seu plano de investimento na região, garantia de apoio financeiro às escolas que criassem cursos nessa área.

A oferta do curso técnico pela EIN, para o Presidente do CR, significava:

> [...] armar a juventude para enfrentar os desafios do futuro próximo e assegurar ao empresariado a mão de obra especializada indispensável ao êxito dos seus empreendimentos. Assim, ao longo de mais de uma década, a frente dos destinos

> desta instituição, procuramos imprimir no Conselho de Representantes uma diretriz básica e necessária a dimensionar o estabelecimento de ensino dentro dos parâmetros fixados pelo desenvolvimento nacional. (GALVÃO, 1974, p. 4).

Esse texto nos permite identificar a concepção que o principal dirigente tinha sobre qual deveria ser a finalidade da Escola: dirigir a formação dos alunos ao atendimento das necessidades do mercado, sem perder de vista os parâmetros fixados pelo desenvolvimento nacional. A Escola não apenas deveria estar sintonizada com as demandas da profissionalização estabelecida pelo seu entorno, mas também dar conta do que era definido pelas políticas nacionais do governo. Esse discurso refletia ainda os princípios definidos anteriormente pelo Governo Juscelino, no final dos anos de 1950, quando a perspectiva geral assumida era de ampliar o sistema educacional do país e colocá-lo a serviço do desenvolvimento. Cardoso (1978, p. 221) identifica o delineamento da perspectiva da educação para o trabalho desse Governo, o que implica na existência de um mercado de trabalho, que se vai moldando pela industrialização, tornando-se "ponto básico de referência para formação daqueles que passam pela escola. São as exigências da economia em expansão, predominantemente voltadas para a especialização e a técnica, que o sistema educacional deve atender".

A condição didático-pedagógica assegurada à EIN, para que pudesse definir a organização da estrutura curricular dos seus cursos técnicos, tinha as suas bases na reforma do ensino industrial de 1959 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1961.

No que diz respeito à duração do período escolar, a LDB não modificou o que já estava assegurado por essa reforma, ou seja, a garantia de 180 dias de trabalho escolar efetivo, mas exclui o tempo reservado a provas e exames. Era mantida, também, a frequência obrigatória mínima de 75% das aulas ministradas. Por outro lado, ampliava-se a exigência das aulas de educação física, agora não apenas para os alunos do curso industrial básico e de aprendizagem, menores de 18 anos, mas também para os alunos do ensino secundário; nesse caso, os alunos matriculados nos cursos técnicos.

Como consequência ainda da reforma de 1959, os cursos de 2º ciclo do ensino industrial receberam a denominação de industriais técnicos. O tempo de duração anteriormente definido em 3 (três) séries passaria a ter no mínimo 4 (quatro). Essa definição seria modificada pela LDB/1961, que assegura às escolas técnicas o direito de organizar os seus cursos com uma duração mínima de 3 (anos). No entanto, como essa Lei não fixou um tempo máximo, continuou em vigência o que estava estabelecido pela legislação anterior. Assim, a EIN decidiu acrescentar, a esse tempo mínimo de 3 (três) anos, mais um ano para a prática do estágio, atividade obrigatória para a garantia do **diploma de técnico.**

Por outro lado, respeitando o que havia sido fixado pela LDB, o aluno que cursasse apenas as 3 (três) séries iniciais teria o direito de requerer o **certificado** de **conclusão de curso** e, se desejasse prosseguir os seus estudos, poderia ingressar na Universidade em qualquer curso, independente da área a que pertencesse. A partir dessa lei, eliminava-se a restrição de validade do certificado para o ingresso em cursos superiores não relacionados com o curso técnico do candidato.

Quanto aos objetivos dos cursos técnicos, estes tinham em vista "formar técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores para o exercício de atividade em que as aplicações tecnológicas exigem do profissional dessa graduação." (BRASIL, 1959b). Além disso, esses cursos deveriam proporcionar base de cultura geral e conhecimentos técnicos que permitissem aos diplomados integrar-se na comunidade, participando do trabalho produtivo, ou prosseguir os seus estudos. Nesse caso, a partir de um currículo que privilegiasse os conhecimentos gerais (base teórica) e conhecimentos técnicos (base tecnológica), a legislação reservava a esse profissional um lugar intermediário na produção, pois deveria assistir outros profissionais postos numa hierarquia superior.

Portanto, advogamos que essas finalidades atribuídas aos cursos técnicos eram decorrentes da consolidação do desenvolvimento industrial que ocorreu no Brasil a partir da década de 1950, pois, como a organização do trabalho se voltava, prioritariamente, para a grande indústria, a necessidade de trabalhadores especializados nos determinados ramos de atividades tornou-se mais intensa. Nesse contexto, enquanto a maioria

dos trabalhadores viu-se emergindo num processo crescente de desqualificação, "ao mesmo tempo revelou-se a exigência de uma minoria com formação para atuar nas ações de concepção, coordenação, supervisão da produção e manutenção das máquinas." (SILVA, 1991, p. 43), papel a ser assumido pelos técnicos industriais.

Na perspectiva da organização de currículo que pudesse respeitar as características próprias de cada região, além das disciplinas de cultura geral, definidas, segundo as prerrogativas da LDB/1961, foram constituídas as disciplinas da cultura técnica obrigatória e algumas optativas, sendo garantido às escolas o direito de selecioná-las, a partir do limite de oferta estabelecido legalmente. Assim, seguindo as determinações da legislação de ensino em vigor, a EIN organizou a estrutura curricular dos cursos industriais técnicos de Estradas e Mineração (Quadro 15).

Quadro 15 – Estrutura curricular — cursos técnicos de Estradas e Mineração

Curso Industrial Técnico de Estradas			
1ª série	**2ª série**	**3ª série**	**4ª série**
Português	Português	Português	Estágio
Matemática	Matemática	Matemática	
Ciências	Física	Física	
História	Química	Química	
Inglês	Inglês	Conservação de Estradas	
Biologia	Desenho descritivo	Solo e Pavimentação	
Desenho	Desenho topográfico	Elementos de economia e contabilidade	
Geologia	Conservação de Estradas	Estabilidade	
Topografia		Máquina e Equipamento	

(Continua)

(Continuação)

Curso Industrial Técnico de Mineração			
1ª série	**2ª série**	**3ª série**	**4ª série**
Português	Português	Português	Estágio
Matemática	Matemática	Matemática	
Química	Física	Física	
História	Química	Elem. de economia e contabilidade	
Inglês	Inglês	Exploração minério	
Biologia	Geologia	Prospecção jazida	
Geologia	Geometria Descritiva	Máquina e equipamento	
Geometria Descritiva	Topografia		
	Desenho topográfico		

Fonte: BRASIL (1962c).

Como podemos ver, na constituição do conjunto das disciplinas dos cursos de Estradas e Mineração, além do grupo de cultura geral que era comum a todos os cursos como Português, Matemática, História, Ciências Físicas e Biológicas e Química, a EIN incluiu as disciplinas optativas - Inglês, Geologia e Elementos de Economia e noções de contabilidade, presentes nos currículos dos dois cursos. Observamos, ainda, que, gradativamente, ocorreu uma redução da carga horária destinada às disciplinas de cultura geral. Em contrapartida, cresce o predomínio da cultura técnica. Esse modelo de organização o diferenciava da estrutura curricular dos cursos secundários propedêuticos, majoritariamente constituídos por disciplinas de conhecimentos gerais. Contudo, apesar dessas diferenças, existia equivalência plena entre essas duas redes de ensino (LDB, 1961).

Para Kuenzer (2001), essa equivalência legal não foi suficiente para extinguir a legitimidade social conferida ao ramo propedêutico, conforme atestam as estatísticas de matrícula no ensino médio do 2º ciclo, nos anos de 1960. Assim:

> das 1.129.421 matrículas [...] a grande concentração era nas capitais e nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; 50% das matrículas correspondiam ao secundário, 45% aos ramos normal e comercial, e apenas 5% aos ramos industrial e agrícola. (KUENZER, 2001, p. 16).

Esses elevados índices de matrícula no ensino propedêutico apontam que, nesse tempo histórico, década de 1960, em nível nacional, o ensino industrial médio[57] pouco havia se expandido, mesmo naquelas cidades localizadas nas regiões Sul e Sudeste, espaços geográficos onde o processo de industrialização se efetivava, desde os anos de 1930, de forma mais vigorosa. Essa situação "indica, consequentemente, que a dicotomia trabalho manual x trabalho intelectual ainda não foi superada" (RIBEIRO, 1982, p. 148).

Em 1963, após os exames seletivos, a Escola Industrial de Natal iniciava o ano letivo com ofertas de vagas para o Ginásio Industrial e, pela primeira vez, destinadas aos cursos técnicos de Mineração e Estradas, conforme quadro a seguir (Quadro 16):

Quadro 16 – Matrículas do Ginásio Industrial e dos cursos técnicos

ANO	GINÁSIO INDUSTRIAL	TÉCNICO INDUSTRIAL (Estradas e Mineração)	TOTAL GERAL
1962	256	-	256
1963	453	56	521

Fonte: GALVÃO (1974).

Em termos comparativos com o ano de 1962, que totalizou uma matrícula de 256 alunos no Ginásio Industrial, a EIN conseguiu alcançar um aumento de 49,14%. No caso dos cursos técnicos, em seu primeiro ano de funcionamento, foram constituídas duas turmas, correspondendo a 56 alunos matriculados.

Esse incremento de vagas ocorreu num momento em que a Escola enfrentava redução de recursos em seu orçamento.

57. A partir da LDB, 1961, o ensino médio se tornou uma nomenclatura.

Assim, na sessão do dia 13 de março de 1963, o então Diretor da EIN, Irineu Martins de Lima, afirma aos professores que esse ano seria árduo, pois, ao tratar das demandas financeiras junto ao Ministério de Educação e Cultura - MEC, destaca que não obteve o êxito esperado, já que "como a política do governo é economia, uma parte da verba do Ministério da Educação teria sido cortada" (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.). Esse fato, em sua opinião, atingirá a Escola por algum tempo, o que o leva a tomar a seguinte decisão: "com o corte de verbas e o aumento de alunos, a Escola não fornecerá almoço para a primeira série. O mesmo se dará com os livros, pois é impossível o fornecimento total para os alunos" (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.). A garantia da merenda aos alunos das escolas profissionais da rede federal, incluindo a EIN, remonta ao ano de 1922, quando o governo, por meio de portaria assinada pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão ao qual essas escolas eram então vinculadas, a define como uma das estratégias definidas para manter os alunos nessas instituições.

Essas medidas de contenção social atingiram quase a metade dos seus alunos, haja vista a existência de 250 (duzentas e cinquenta) matrículas na 1ª série do Ginásio Industrial, registradas no Livro de Matrículas da EIN, ano 1963.

Diante dessa redução dos benefícios sociais, é possível que os alunos tenham apresentado alguma reação, o que deve ter gerado problemas relacionados ao não cumprimento das normas disciplinares. Essa possibilidade é sugerida pelo diretor Pedro Martins de Lima, na Sessão do dia 19 de junho de 1963, com os professores. Segundo ele, estaria havendo entre os estudantes um pouco de falta de compreensão e acrescenta:

> [...], talvez seja por efeito da redução do suprimento que houve este ano, em todos os setores, e que atingiu os alunos que estavam habituados a ter de tudo e viram-se de repente com quase nada materialmente. O que nos preocupa é que se tudo continuar assim, no segundo semestre não haverá distribuição de alimentos (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.).

No início do mês de março de 1964, na primeira reunião com os professores e alguns funcionários, o Diretor comunica o seu deslocamento até o Ministério da Educação e a sua luta por verbas, sobretudo, para a construção do novo prédio da escola, localizado no bairro do Tirol, e, assim, atender às demandas dos alunos. Diante disso, é provável que ainda persistisse a situação anterior, como a manutenção de cortes na alimentação e na distribuição da farda e dos livros.

Essa realidade de restrições financeiras enfrentadas pela EIN, atingindo diretamente uma clientela, em sua maioria, oriunda de famílias pobres, se inseria num contexto em que o governo brasileiro, para enfrentar uma crise econômica e política que havia se instalado a partir do início dos anos de 1960, decidia por tentar manter o crescimento econômico e reduzir a inflação através, dentre outras medidas, da aplicação de determinados cortes nos recursos destinados aos seus órgãos administrativos, como o que ocorreu no MEC, com repercussões imediatas no orçamento da EIN, conforme registro dos seus dirigentes.

Apesar desse cenário de cortes de verbas que atingia o Ministério da Educação, implicando menos recursos para as escolas federais, essa instituição continuava a sua investida para aumentar a oferta de vagas. Diante da limitação do prédio escolar, uma das decisões da EIN foi proceder a uma intervenção em alguns espaços já existentes e transformá-los em salas de aula. Para tanto, na sessão do dia 3 de março de 1964, foi decidido, segundo o diretor, "suprimir o salão de Honra, o salão de recreação e parte do refeitório" (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1964, n. p.). As transformações desses espaços em nome do seu crescimento quantitativo nos ajuda a entender um novo movimento que ocorria no interior da Escola Industrial de Natal, a partir da extinção, em especial, do salão de honra. Essa sala era o espaço antes reservado para o desenvolvimento, em especial, das solenidades oficiais. Contudo, a extinção do salão de Honra não significou o fim dessas atividades; pelo contrário, significou um olhar mais atento sobre as finalidades dos espaços existentes, agora, taticamente, transformados em espaços comuns para permitir à Escola incrementar o seu universo de alunos.

Outra decisão importante diz respeito ao fim do regime de semi-internato, sistema em que os alunos tiveram as suas aulas diárias distribuídas em dois turnos, a partir da Lei Orgânica/1942.

Com essa mudança, cada turma foi distribuída em um único turno, ampliando a possibilidade de aumento de matrículas. Nesse sentido, os anos seguintes confirmaram o crescimento do número de alunos na EIN, conforme podemos verificar no quadro a seguir (Quadro 17):

Quadro 17 – Matrículas - Ginásio Industrial, técnico industrial e curso de aprendizagem (1964 a 1968)

ANO	MATRICULA GINÁSIO INDUSTRIAL	MATRICULA TÉCNICO INDUSTRIAL	MATRICULA CURSO DE APRENDIZAGEM	TOTAL GERAL
1964	488	88	-	576
1965	535	141	222	898
1966	604	150	39	793
1967	855	155	179	1189
1968	960	117	44	1113

Fonte: GALVÃO (1974).

Esse quadro revela um crescimento progressivo na matrícula geral da Escola, atingindo um percentual de 48,4%, no ano de 1967, em relação ao ano de 1964. A maioria dessas matrículas ainda estava concentrada no Ginásio Industrial. O crescimento de ofertas de vagas nesse nível de ensino, em parte, esteve ligado a fatores como a existência da estrutura necessária ao seu funcionamento, sobretudo as oficinas, herdadas dos antigos cursos industriais básicos. Além disso, o curso ginasial representava a porta de entrada para a continuidade dos estudos em cursos de nível médio. Quanto ao corpo docente para esse nível de ensino, no ano de 1964, a direção da Escola anunciava, na sessão do dia 4 de março de 1964, a contratação de 10 (dez) novos professores para a Prática de Oficina e Artes Industriais, disciplinas que constituíam a parte específica do currículo do Ginásio Industrial. Na contratação desses profissionais, foi requisitada a certificação em cursos específicos na área profissional que iriam atuar.

Essa realidade expressa por esse quadro, que retrata o fortalecimento da oferta dos cursos básicos na Escola Industrial de Natal, difere do que ocorria já nos anos de 1960 nas escolas técnicas federais. Para Cunha (2005, p. 135), "uma das primeiras

consequências da autonomia das escolas técnicas federais, foi a progressiva eliminação dos cursos básicos, fazendo com que a quase totalidade das escolas se restringissem aos cursos técnicos que as caracterizavam." Esse fato seria legalmente amparado pela decisão do Ministério da Educação, que, através do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, "recomenda a concentração de todos os esforços na ampliação da matrícula nos cursos técnicos, extinguindo-se o 1º ciclo nestas escolas de formação profissional" (MACHADO, 1982, p. 53). Para esse, a formação de técnicos de 2º ciclo era o fator preponderante para maior industrialização, já que as indústrias buscavam os técnicos e não estudantes de ginásio.

Contudo, apesar dessas iniciativas nacionais de aumento da oferta do ensino técnico, e em aparente contramão do que ocorria no sistema federal de educação profissional do qual fazia parte, a Escola Industrial de Natal continuou com a oferta do 1º ciclo (ginásio industrial) durante toda a década dos anos de 1960[58].

No ano de 1965, por meio da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, a Escola Industrial de Natal passa a ter a denominação de **Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN).** A partir desse texto legal, as escolas técnicas e as universidades vinculadas ao MEC e sediadas nas capitais recebiam a qualificação de federal e a denominação do estado onde estava localizada (nesse caso específico, o RN).

Em se tratando de um período imediatamente pós-golpe militar (1964), essa ação certamente não estava desvinculada do processo de ajuste que ocorria, por parte do governo, em consequência da implantação do regime militar e sua política de recuperação econômica. Essa mudança na denominação da EIN ocorreu no início do tempo apresentado como de transitoriedade (1965-1969), em que "o país buscava nova identidade, com tentativas de rearranjar sua economia a partir da superação de problemas como, por exemplo, o déficit crônico no Balanço de Pagamentos, a estagnação do crescimento econômico e a inflação" (MEIRELES, 2006, p. 68).

Nesse contexto, na perspectiva de construir a trajetória dos alunos concluintes nos anos de 1965 a 1967, nos cursos técnicos de

58. Através da Resolução nº 109, de 5 de novembro de 1970, **o** Conselho de Representantes da EIN decide pela sua extinção gradativa, definindo como tempo limite o ano de 1974, quando, efetivamente, esse nível de ensino deixa de fazer parte do seu currículo.

Mineração e Estradas, pudemos identificar o quantitativo daqueles que permaneceram até o final, numa distribuição por curso, conforme quadro a seguir (Quadro 18):

Quadro 18 – Matrículas alunos concluintes – cursos técnicos de Estradas e Mineração (1965 a 1967)

CONCLUINTES DA 3ª SÉRIE / ANO					
MATRICULA INICIAL DOS CURSOS		CONCLUINTES		CONCLUINTES CURSOS	
ANO	TOTAL GERAL	ANO	TOTAL GERAL	ESTRADAS	MINERAÇÃO
1963	56	1965	38	17	21
1964	47	1966	23	8	15
1965	56	1967	36	22	14

Fonte: ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RN (1968).

Numa tentativa de trabalhar mais elementos que pudessem ajudar na interpretação desses dados, tornou-se importante verificar, após o período de 3 (três) anos — tempo de duração necessária para cursar o conjunto das disciplinas e receber o certificado do ensino secundário — quantos alunos haviam conseguido permanecer na Escola e concluir essa etapa de sua formação. Em vista disso, conseguimos identificar a matrícula geral referente à 1ª série dos dois cursos e a matrícula registrada na 3ª série. Esses dados permitiram a comprovação de que, nos 3 (três) anos analisados, uma porcentagem superior a 30% dos alunos matriculados na 1ª série não conseguiu concluir o curso. Desse modo, pudemos constatar que, não diferente dos problemas de evasão enfrentados por essa escola, na formação dos seus alunos no industrial básico, esse tipo de dificuldade também se repetiu no nível técnico.

Essa realidade de evasão enfrentada nesse nível de ensino é confirmada pelo ex-aluno do curso técnico de Mineração, José Maria Cortez Gomes de Melo (2011)[59], concluinte no ano de 1966:

59. Depoimento concedido à autora em agosto de 2011, no IFRN, Campus Natal Central.

> Nem todos os meus colegas conseguiram concluir o curso. Eu me refiro não apenas aos alunos do curso de Mineração, eu também me relacionava com os colegas do curso de Estradas. Existia a obrigatoriedade de servir às forças armadas, que às vezes coincidia com o tempo do curso, apareciam também vagas de trabalho em outro Estado. É importante registrar que grande parte dos alunos do curso técnico eram egressos do curso industrial básico da Escola Industrial. Eu, inclusive, fiz o curso de mecânica também aqui. Lembro-me, ainda, que havia grande interesse dos alunos em ir para a Marinha do Brasil. Havia um orgulho para ser da Marinha. Quando essa oportunidade surgia, eles deixavam o curso.

Esse texto nos permite conhecer um pouco mais sobre a trajetória dos alunos egressos. Nesse caso específico, daqueles que não conseguiram usufruir das condições necessárias para permanecer na escola. Os motivos dessa não permanência não incluem razões de comportamento/disciplina, mas opções por outros caminhos que pudessem garantir a inserção numa atividade profissional. Dessa forma, reaparece com destaque, nesse depoimento, o desejo desses alunos da EIN em relação ao ingresso na vida militar. Para o ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009, 2010)[60]:

> A importância dada por essa instituição aos valores do caráter, da moral, o respeito aos valores cívicos, sua ligação com as unidades militares, tendo os seus alunos participado como convidados de desfiles cívico-militares pelas autoridades das forças armadas, despertava muito cedo nesses alunos o sentido da vida militar.

Quanto ao **estágio**, realizado após a conclusão dos 3 (três) anos do curso, conseguimos elaborar um quadro relativo aos alunos concluintes que o realizaram nos anos de 1965, 1966 e 1967, através

60. Depoimento concedido à autora em 2010, no IFRN, Campus Natal Central.

de dados publicados pela Diretoria executiva, no ano de 1968 (Quadro 19). Salientamos que essa era uma etapa obrigatória para que o aluno pudesse requerer o diploma de técnico.

Quadro 19 – Alunos concluintes que realizaram estágios — cursos técnicos (1965 a 1967)

ANO DE CONCLUSÃO/ TOTAL DE ALUNOS CONCLUINTES	ANO ESTÁGIO	TOTAL GERAL ESTÁGIOS	ESTAGIÁRIOS	
			CURSOS	
			ESTRADAS	MINERAÇÃO
1965 / 38	1966	14	14	-
1966 / 23	1967	27	3	24
1967 / 36	1968	23	16	7

Fonte: ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RN (1968).

Esses dados permitem verificar que, em relação ao encaminhamento para estágio de suas primeiras turmas concluintes, essa escola também enfrentou problemas de adesão dos alunos ou de locais para o exercício dessa prática. Para isso, basta compararmos o número de alunos que concluíram os seus cursos, primeira coluna à esquerda, e o total de alunos que estagiaram nos anos de 1966 e 1968, para verificar que a diferença atingiu percentual acima de 30%. No que se refere à quantidade de alunos que realizaram seus estágios, no ano de 1967, e aqueles que concluíram seus cursos em 1966, identificamos um percentual maior de estagiários; é provável que, nesse período, a escola tenha conseguido encaminhar alunos concluintes de anos anteriores para a realização dessa prática.

Num universo limitado de alunos concluintes, a diferença entre aqueles que concluíram os seus cursos e os que fizeram seus respectivos estágios causava à Escola certa preocupação. No enfrentamento desse problema, a direção da EIFRN buscou conseguir apoio externo. Nesse sentido, no ano de 1967, por ocasião da visita do Ministro da Educação e Cultura a essa Escola, o seu diretor e o presidente do Conselho de Representantes, registraram, em um documento direcionado a essa autoridade, alguns problemas

que, segundo eles, "estão a exigir, mais urgente soluções desta administração." (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DE NATAL, 1967a, n. p.).

Fotografia 6 – Visita do Min. da Educação e Cultura Tarso Dutra a EIFRN, 1967[61].



Fonte: ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO RN, (1967c).

Dentre os problemas relacionados no documento entregue a esse Ministro, seria dado um especial destaque à dificuldade institucional de garantir estágios, conforme texto a seguir:

> I – Estágios – nem sempre têm os órgãos responsáveis pela aceleração do desenvolvimento econômico correspondido, da forma esperada, ao esforço desta escola no sentido de preparar técnicos de nível médio.

61. Da esquerda para a direita: Min. Tarso Dutra, Pres. Luis Carlos Abbott Galvão - CR, Prof. Pedro Martins de Lima - Diretor da EIFRN e o prof. Onofre Lopes - Reitor da UFRN.

> [...] A iniciativa privada ainda se encontra, em nosso meio, praticamente impermeável ao técnico industrial. Temos recorrido, com muita insistência aos organismos regionais, especialmente à SUDENE, e ainda não conseguimos a absorção total dos técnicos formados por esta Escola. Em consequência, o crescimento de matrícula em nossos cursos de segundo ciclo não vem correspondendo à orientação do Ministério da Educação. Os estudantes, sabendo das poucas possibilidades de seu aproveitamento, depois da conclusão do curso, na atividade profissional, preferem os estabelecimentos secundários, que melhor o preparam para os exames de acesso à Universidade. Com toda a certeza, um trabalho de esclarecimento efetuado pelo Ministério da Educação e Cultura junto a organismos como a SUDENE, DNER, DNOCS, SUDAM e outros, em muito contribuiria para a superação dessas dificuldades. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO RN, 1967a, n. p.).

O texto sintetiza a preocupação dos dirigentes da EIFRN sobre as consequências da não oferta dos estágios para a escola como, por exemplo, a dificuldade de aumentar a matrícula dos seus cursos técnicos, como orientava o próprio MEC. Dentre as medidas de enfrentamento, destacamos a busca de apoio oficial para garantir, junto aos órgãos governamentais, estágio e trabalho para os seus alunos, num contexto em que a parceria com a iniciativa privada encontrava resistência. Essa realidade contribuía, segundo esses dirigentes, para a opção dos alunos pelo ensino secundário propedêutico, capaz de lhes oferecer uma melhor preparação para o ensino superior, em detrimento do ensino profissional.

Observamos, nessas análises, que a escola aponta a falta de estágio como a principal razão dos problemas enfrentados na formação dos seus técnicos, omitindo-se, por outro lado, de avaliar se os cursos técnicos oferecidos (Estradas e Mineração) estavam em sintonia com as possíveis necessidades de mão de obra existentes em seu entorno. Ademais, não faz qualquer referência sobre o tipo de concepção do ensino profissional predominante na sociedade

naquele momento. Não podemos perder de vista que, apesar da Legislação do ensino industrial, a partir de 1942, não o destinar, preferencialmente, às camadas pobres, e de sua efetiva equiparação legal com os demais cursos do ensino secundário, em 1961, ao longo da história da educação brasileira, esse foi sendo concebido como destinado àqueles que precisavam de uma profissão para sobreviver. As mudanças promulgadas parecem não ter sido suficientes para mudar essa realidade.

No ano de 1968, o diretor João Faustino Ferreira Neto assinala que essa Instituição tentou implantar uma política de recuperação e de valorização para os cursos técnicos, cujas deficiências vinham constituindo, ao longo dos anos de 1960, uma preocupação constante para a Direção da Escola. Com esse propósito, em seu Relatório Anual (1968, p.31), esse diretor registra as causas dessa fase negativa para os cursos técnicos, com base em alguns pontos levantados pelo Coordenador de Cultura Técnica Específica, prof. Severino do Ramo de Brito:

> 1. Baixo rendimento didático-pedagógico, pela ausência constante dos professores às aulas ou falta de interesse de alguns; 2. Ausência de aulas práticas como elemento de integração do estudante com a realidade profissional; 3. Inexistência de suficientes estágios para o exercício orientado da profissão; 4. Falta de melhores condições materiais para o desenvolvimento de atividades extra-curriculares como o estímulo ao estudo à pesquisa. (ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RN, 1968, n. p.).

Em face desses problemas, o diretor acentua que algumas táticas foram definidas, tais como: o recrutamento imediato de professores para as disciplinas sem aulas; despertar nos alunos um novo espírito de confiança para os cursos que estavam frequentando; e intensificar as aulas práticas nos cursos de Estradas e Mineração, com visitas às obras em construção, exploração de minas, aulas de laboratório e participação em cursos de informações e aperfeiçoamento. Além dessas iniciativas, a escola insistia em manter contatos com instituições públicas regionais, dentre elas,

a Sudene, o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado da Paraíba (DER-PB), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam e a Cosern, visando assegurar a manutenção da concessão para futuros estágios.

Ao definir essas ações de enfrentamento, essa Escola tentava consolidar-se como uma instituição capaz de oferecer "a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira, proporcionando ao mercado de trabalho, a mão de obra capaz de atender as potencialidades industriais" (GALVÃO, 1974, p. 10). Para tanto, fazia-se necessário fortalecer a oferta dos cursos técnicos.

As lutas internas e externas travadas, não apenas pelos seus dirigentes, mas também por seus professores, funcionários e alunos, principalmente, no início dos anos de 1960, fizeram com que essa instituição adquirisse as condições necessárias para se transformar, de fato, em uma escola capaz de atuar no grau médio (LDB, 1961), por meio da oferta dos cursos industriais técnicos de Estradas e Mineração. Cabe-nos ainda destacar que esses avanços somente foram possíveis após a conquista de sua autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, em 1959. Além disso, no contexto dos anos 1960, existia o que Meireles (2006) denomina de um cenário de nova fase econômica na região Nordeste, que incluía o RN, com vários projetos aprovados pela Sudene para financiamento nos setores primário e secundário. Essas mudanças no campo econômico certamente contribuíram para a criação dos cursos técnicos.

4.5. **A reconstituição dos processos de mudanças no espaço e na arquitetura da EIN**

Na reconstituição histórica de uma instituição escolar, a evolução arquitetônica e a adaptação dos espaços e das estruturas são apresentadas por Magalhães (1996) como fundamentais enquanto fatores de informações, visto que muitas instituições educativas foram instaladas em edifícios adaptados, ou os seus edifícios foram reformados para atender, em alguns casos, "às exigências de modernização material e pedagógica de cada época" (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 21). Nesse sentido, verificar os espaços existentes no prédio onde a EIN desenvolveu as suas práticas

educativas, por quase meio século, e os movimentos implementados por essa escola para construir o seu novo prédio são elementos importantes para compreender a sua constituição como lugar onde acontece, em especial, o processo de socialização e a disseminação de conhecimentos, normas, valores e ritos.

O espaço ocupado pela Escola Industrial de Natal, a partir de 1942, seria o mesmo que a Escola de Aprendizes Artífices utilizou, a partir de 1914, para desenvolver as suas práticas educativas. Localizado na Av. Rio Branco, nº 743, no bairro da Cidade Alta, esse prédio também serviu de sede para o antigo Batalhão de Segurança (hoje Policia Militar). Sendo assim, nada sugere que fosse um espaço planejado para a realização de processos educativos. Contudo, considerando essa realidade, há registros de que algumas reformas foram efetivadas em tempos anteriores ao início dos anos de 1940[62], indicando que, ao ser ocupado pela EIN, já teria adquirido as características básicas de um espaço educativo.

Nesse sentido, no que se refere às características técnicas, existentes a partir dos anos de 1940, elas são analisadas e apresentadas de forma detalhada pela Fundação José Augusto (1993), órgão pertencente ao Governo do RN, no Processo de nº 439, quando da solicitação do seu Tombamento junto ao Conselho Estadual de Cultura deste Estado. Pela riqueza de detalhes, decidimos transcrever o referido texto:

> O prédio possui expressivo valor arquitetônico, implantado no alinhamento da rua. Com planta em forma de T, o edifício desenvolve-se em dois pavimentos. Possui fachada sóbria de concepção simétrica. O edifício apresenta um pórtico de entrada com uma grande porta em arco pleno, superposta por uma sacada e coroada por um frontão. A porta de acesso é ladeada por 14 janelas ao nível do térreo, e igual número no pavimento superior, todas em vãos de vergas retas. Aquela porta conduz a um hall de entrada, onde desenvolve-se uma imponente escadaria (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 1993, n. p.).

62. GURGEL (2007), ao analisar a implantação e estrutura administrativa da EAA, traz à tona esses movimentos de reforma e adequações dos espaços ocorridos nessa escola, no período de 1909-1942.

Fotografia 7 – Escola Industrial de Natal – [194?]

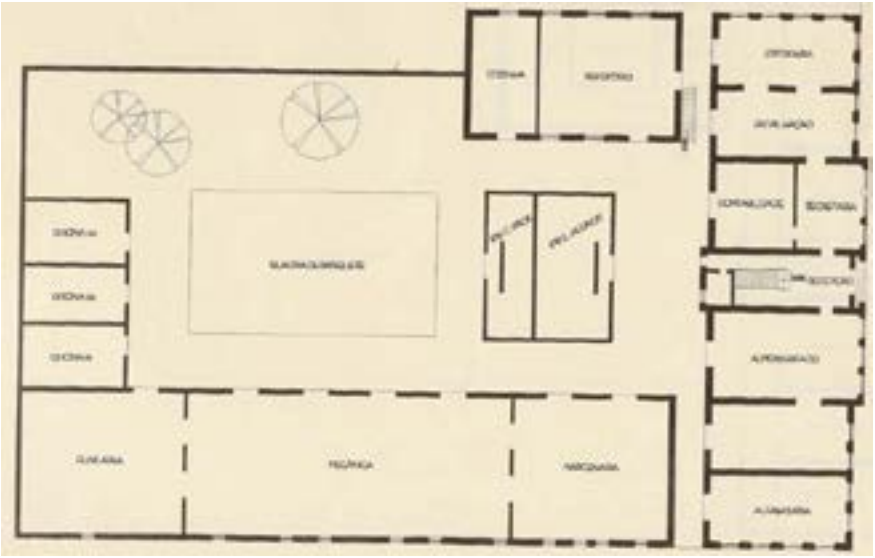


Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A imagem acima apresenta a fachada central do prédio da Escola, sendo possível verificar os traços destacados no texto anterior como, por exemplo, a existência dos dois pavimentos, o pórtico de entrada com a porta em arco pleno, a sacada superposta, o frontão e as inúmeras janelas. Verificamos também nessa imagem a presença de várias pessoas que se perfilam na calçada, levando-nos a acreditar se tratar de um momento em que suas portas se abriam para receber a comunidade, em solenidades festivas.

Esse prédio escolar possuía uma área de 2.453,85m², com pavimento térreo e superior. A descrição do pavimento térreo está registrada no desenho da planta baixa a seguir (Figura 1):

Figura 1 – Planta baixa do pavimento térreo da EIN (1940)



Fonte: Silva (2000) apud Gadelha (2007).

Ao realizar uma análise morfológica com o objetivo de conhecer mais profundamente o conjunto arquitetônico da EIN, Gadelha (2007, p. 33), ao se referir a esse pavimento, afirma que "os cômodos possuem amplas dimensões, especialmente aqueles destinados às oficinas, provavelmente para que pudessem abrigar mais adequadamente os diversos equipamentos."

Assim, na parte térrea, estavam localizadas as oficinas de Funilaria, Mecânica, Marcenaria, Alfaiataria, Entalhação e Estofaria, bem como os espaços destinados ao almoxarifado, à portaria principal, onde funcionava a recepção, a secretaria, o refeitório, a cozinha, os banheiros dos professores e dos alunos e o pátio, com uma quadra para a prática de educação física e de basquete.

Verificamos também a existência de duas escadas para o acesso ao pavimento superior. Uma escada localizada no espaço externo, entre o refeitório e a oficina de Entalhação, para o acesso dos alunos; a outra, localizada no interior da portaria principal (recepção), destinada ao uso dos demais segmentos da escola. Em relação ao espaço identificado como secretaria, segundo os ex-alunos e professores Antonio Fernandes de Carvalho (2010)[63] e

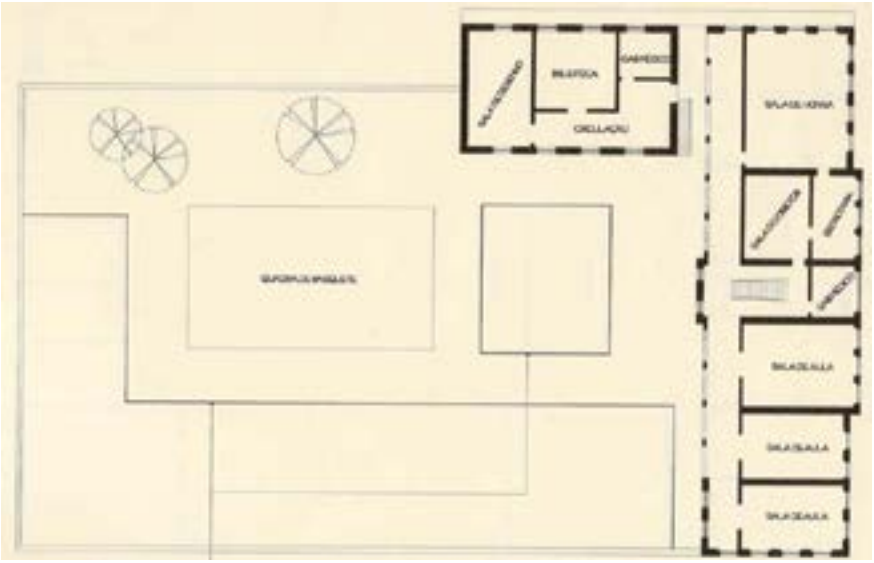
63. Depoimento concedido à autora em fev. de 2010.

Francisco Bernardino de Souza (2010)[64], era o lugar ocupado pelo Inspetor de Alunos. Essa localização lhe garantia acesso direto à portaria, onde estavam localizadas uma das escadas que dava acesso ao piso superior, e a porta de entrada principal, permitindo, assim, controlar possível circulação dos alunos nesse espaço.

A planta ainda desvela a constituição de espaços interligados uns aos outros por meio de aberturas internas. Todos eles possuíam portas direcionadas para o pátio, espaço central do pavimento térreo. O acesso dos alunos ao prédio não poderia ocorrer pela recepção principal, localizada na Av. Rio Branco; nesse caso, um portão lateral foi construído na rua Prof. Zuza, localizada à esquerda da fachada principal, para que essa entrada pudesse acontecer. Esse fato evidencia que, quanto a sua ordenação interna, essa escola se apresenta, na perspectiva apresentada por Viñao Frago (2001), como um espaço segmentado e demarcado. Essa divisão em segmentos distintos indica a delimitação do uso dos espaços na EIN a partir da hierarquização estabelecida internamente.

Havia, também, os espaços localizados no pavimento superior, conforme o desenho da planta baixa a seguir (Figura 2):

Figura 2 – Planta baixa do pavimento superior da EIN (1940)



Fonte: Silva (2000) apud Gadelha (2007).

64. Depoimento concedido à autora em março de 2010.

Nesse pavimento, estavam localizados os espaços ocupados pelas salas de aula de formação geral, a sala de desenho, a biblioteca, a sala do diretor, a secretaria, os gabinetes do médico e do dentista e o salão de honra. Havia, ainda, a existência de amplos espaços de circulação que garantiam o acesso aos diversos ambientes.

Numa observação mais apurada da constituição desse pavimento, foi possível observar que, não diferentes de outras edificações executadas no início do século XX, as dimensões das salas de aula do salão de Honra não eram pequenas, destacando-se, em todos os ambientes, a existência de várias janelas abertas para a área externa da escola, o que os tornava ventilado e iluminado, possibilitando a garantia de um ambiente higienicamente adequado.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à estruturação da sala do Diretor, que lhe possibilitava, por meio das duas portas existentes, acesso direto à secretaria (órgão de controle dos registros dos alunos), e ao hall. Diretamente acessível, esse se situa na interseção dos dois longos corredores, ou eixos principais de circulação do centro. Nesse sentido, "basta chegar e sair do mesmo e se pode ver, num instante, tudo aquilo que neles acontecem." (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 115). Com a sala localizada no pavimento superior, esse Diretor teria a garantia de uma visão privilegiada em relação aos ambientes localizados, também, no pavimento térreo, por meio do espaço de circulação que, com seu parapeito em arco, permitia uma visão ampliada.

Na definição desses espaços, não apenas as necessidades pedagógicas eram levadas em conta, pois alguns lugares foram constituídos para o atendimento assistencial dos alunos. No caso do pavimento térreo, a cozinha e o refeitório foram organizados para a oferta do serviço de alimentação, ação existente desde os anos de 1920 como uma das estratégias definidas para tentar garantir maior permanência dos alunos na escola e, com isso, reduzir os altos índices de evasão. Essa política foi mantida nos anos seguintes, com algumas alterações para atender às mudanças curriculares que implicaram, a partir dos anos de 1940, na organização do regime de semi-internato. No pavimento superior, em dois espaços específicos, se concentravam os cuidados referentes ao corpo, com atendimento médico e dentário, controlado pela secretaria da EIN que, munida de fichas individuais, buscava os alunos em sala de aula para esse atendimento.

Esse modelo particular de arquitetura, desenvolvido no âmbito dessa escola, tendo como centralidade a organização e distribuição do espaço físico, nos remete ao que é definido por Foucault (2009), como **a arte das distribuições,** ou seja, a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas, como a regra das localizações funcionais que vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, "codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar [...] mas também de criar um espaço útil" (FOUCAULT, 2009, p. 139).

Por outro lado, cabe-nos observar a constituição dessa arquitetura na perspectiva de desvelar as estratégias institucionais utilizadas para que os lugares construídos por essa instituição de ensino não se transformassem em sistemas fechados, mas que também pudessem ter uma dimensão flexível e adaptável.

A medida que os espaços das salas foram sendo definidos e delimitados, um espaço central foi sendo conservado, **o pátio interno**, para que, inicialmente, a prática dos exercícios físicos e do esporte pudesse ser assegurada. Contudo, ao longo do tempo, novas necessidades de apropriação foram ocorrendo o que possibilitou atribuir a esse espaço novas configurações, ou seja, "o pátio escolar acabou por dar visibilidade, simbólica e material, a aspectos fundamentais na nova instituição educativa que se construía." (FARIA FILHO, 2000, p. 65). Nesse lugar, registram-se as atividades que evidenciam aspectos da cultura escolar dessa escola como, por exemplo, as reuniões ampliadas para o encerramento do ano letivo, a organização das turmas antes do acesso às salas de aulas e a realização de algumas de suas práticas cívicas, como a troca e o hasteamento da bandeira, atividade registrada na imagem a seguir (Fotografia 8).

Fotografia 8 – Troca da Bandeira Nacional – alunos da EIN – 194?[65]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Essa imagem da movimentação de um grupo de alunos, no pátio, em pleno desenvolvimento de um dos ritos cívicos, nos permite constatar a apropriação desse espaço como lugar de divulgação não apenas dos ideais pedagógicos, mas também nacionais. Cabe, ainda, destacar que, por conservar a característica de espaço aberto, o pátio nos permite observar o modelo de arquitetura que foi se constituindo em seu entorno. Desse modo, por trás do prédio branco central (onde funcionavam os bebedores e banheiros), é possível visualizar o pavimento superior, com destaque para o espaço de circulação com o seu parapeito em arco. À direita, por trás dos alunos perfilados, estavam localizadas as oficinas de funilaria, mecânica e marcenaria.

Ao tratar dos espaços educativos como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, Escolano (2001, p. 27) assinala que tais lugares "estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo que impõem suas leis como organizações

65. Pátio interno da EIN.

disciplinares." Por essa razão, cabe-nos fazer referência à forma de organização imposta pela EIN em relação aos seus espaços de circulação.

Em se tratando dos alunos, a circulação por esses espaços somente poderia acontecer durante os horários preestabelecidos pela direção, exceto quando existia autorização dada pelos professores de cultura geral, o Inspetor de Alunos e os mestres das oficinas.

No final dos anos de 1940, apesar do processo de ocupação e de adequação dos espaços existentes, a escola enfrentava problemas de limitação em sua estrutura física, o que a impedia, segundo o seu Diretor, de aumentar a oferta de suas matrículas. É nesse período que o Governo Federal decide construir uma nova sede, "situada numa área de 90 mil m², desapropriada pelo governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1947, [...] recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento do Ensino Industrial." (3º OFICIO DE NOTAS, 1948, n. p.).

Essa construção seria iniciada no final do ano de 1947, sob a administração do então diretor Jeremias Pinheiro (1939-1954), mas não seria concluída. Assim, o Conselho de Representantes decide assumir, no início dos anos de 1960, como **meta prioritária,** a retomada dessa construção. Conforme as Atas das Sessões dos Professores (1962-1964), o assunto constante na pauta dos diretores, junto à Diretoria de Ensino Industrial era a solicitação de verbas para viabilizar esse processo. Além dessa Diretoria, há registros nessas Atas de que outras investidas com esse propósito também aconteceram envolvendo outros órgãos, dentre eles, a Sudene. Em paralelo a essas reivindicações, a Escola ia efetuando algumas mudanças no antigo prédio, transformando espaços e ampliando outros, com o objetivo de aumentar a quantidade de salas de aula. Foi nesse contexto, no início dos anos de 1960, que o salão de Honra deixa de existir e o refeitório tem seu espaço reduzido.

Ao detalhar esse propósito de reconfigurar o espaço físico da Escola, o então presidente do CR, Luis Carlos Abbott Galvão, faz o seguinte relato:

> [...] Sabíamos da existência, desde de 1947, de um conjunto de obras civis, situadas numa área de 90.000m², na Av. Salgado Filho, que seria o

> futuro prédio da Escola.Toda a comunidade conhecia as obras fastamagóricas que, há mais de 14 anos, havia sido iniciadas, e agora, transformada em ruínas. [...] Para modificar esta situação, teríamos de manter uma estratégia que superaria os vários obstáculos que se interpunham ao reinício das obras da nova Escola (GALVÃO, 1974, p. 18).

Constatamos, portanto, que, entre as táticas utilizadas por esse ex-presidente para atribuir valor aos movimentos empreendidos pelos dirigentes dessa instituição, em defesa da retomada da construção do novo prédio, uma delas era contextualizar as condições em que se encontrava esse espaço. Parece certo, no entanto, que, dentre as táticas definidas, nenhuma delas repercutiu mais no interior da Escola do que a conquista de audiências, no ano de 1965, com o então Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), atribuídas ao poder exercido externamente por esse Conselho. Em seu discurso de encerramento do mandato, em 1974, o Presidente do CR, ao se referir a esse encontro, assim se expressa: "sobrevindo a Revolução Democrática de 1964, decidi procurar no governo patriótico [...], o apoio e os recursos necessários àquele audacioso empreendimento. Essa decisão me levou, por três vezes consecutivas, ao saudoso Presidente Castelo Branco." (GALVÃO, 1974, p. 17-18). Em um desses eventos ocorridos, participaram, além de Luis Carlos Abbott Galvão, o prof. Pedro Martins de Lima, Diretor da Escola, e Osório Bezerra Dantas, membro do CR, registrado na imagem presente na páginaa seguir (Fotografia 9):

Fotografia 9 – Audiência CR/EIN – Pres. República – Brasília – 1965[66]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Esse fragmento da realidade desvelado através dessa imagem fotográfica permite evidenciar as estratégias utilizadas pelo CR e Direção Executiva da EIN para registrar o diálogo que travavam com o Governo Federal, em busca de apoio financeiro que garantisse o

66. Esquerda para direita: Pres. Castelo Branco, Luis Carlos Abbott Galvão, Pedro Martins de Lima e Osório Bezerra Dantas.

desenvolvimento dos seus projetos. Nesse contexto, apresentar uma imagem em que o grupo se encontra com a mais alta autoridade do país fortalecia a crença no interior da instituição no poder de articulação dos seus representantes junto às autoridades federais.

Por essa razão, importa-nos ressaltar que a concepção expressa pelo presidente do CR de que os acontecimentos políticos deflagrados no país, no ano de 1964, por meio de golpe militar, teriam sido gestados por uma **Revolução Democrática**, confirma o que Basbaum (1983) evidencia sobre o período em questão: o apoio de parte da sociedade civil à deposição do governo do presidente João Goulart. No caso específico dos dirigentes da EIN, essa aproximação, possivelmente, seria facilitada pelo lugar social ocupado pelo presidente do CR, não apenas no âmbito interno da Escola, mas também junto aos setores produtivos da sociedade, na condição de representante da Federação das Indústrias - Fiern.

Assim, no ano de 1965, o CR garante a autorização e recursos junto ao MEC para a retomada da construção do novo prédio. Inicialmente, segundo o ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009, 2010)[67], o CR decidiu "retomar a construção sob regime de administração direta. Para desenvolver a gerência das obras, foi criado o Escritório Técnico Administrativo (ETA)." Como decorrência desse ato, foi formada "uma equipe composta do economista e prof. Severino do Ramo de Brito, o engenheiro Guilherme Ventura Guedes e o construtor Joaquim Victor Holanda." (GALVÃO, 1974, p. 17). Após a decisão interna de refazer o projeto original elaborado, anteriormente, por técnicos desse Ministério, foi também contratado o escritório de Arquitetura de Natal, Planac Arquitetos Associados, coordenado por Daniel Geraldo Gomes de Holanda e João Maurício de Miranda.

Após a garantia dos primeiros recursos para a retomada da obra final de 1965, imprimir visibilidade ao processo de construção se tornou algo considerado fundamental pelo CR, para a mobilização de mais apoio e aquisição de novos recursos. Desse modo, há registro da visita do então Diretor da DEI, Armando Hildebrand, às obras de construção da Escola, no ano de 1966 (Fotografia 10).

67. Depoimento concedido à autora em dez. de 2010.

Fotografia 10 – Visita do Diretor da DEI Armando Hidebrand à EIFRN – 1966[68]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

No âmbito estadual, estratégias também eram definidas para que as autoridades locais pudessem verificar o desenvolvimento dessa construção. De igual forma, os registros dão conta da presença do então Governador do Estado do RN, monsenhor Walfredo Gurgel (1966-1971), em uma dessas visitas (Fotografia 11), o que revela a importância que a construção da escola tinha para o Estado do RN.

68. Armando Hidebrand (à direita) e o Pres. do CR Luis Carlos Abbott Galvão.

Fotografia 11 – Visita do Gov. do RN Mons.Walfredo Gurgel à EIFRN - 1966[69]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

O significado dessa construção vai além da garantia de aumento de oferta de vagas por essa escola, ocupando um espaço localizado no limite da zona urbana da cidade de Natal. Nesse sentido, embora situada ao lado de uma via pública, os espaços, ao seu redor, pouco apresentavam sinais de urbanização. Sendo assim, a escola, com os seus espaços projetados, passou a ocupar um lugar central (Fotografia 12), portanto, "a influir sobre o seu entorno, ao elaborar as suas demandas, por melhores condições de acesso e segurança" (SOUZA, 2010)[70].

69. Mons. Walfredo Gurgel (ao centro), Luis Carlos – Presidente do CR – à direita.

70. Depoimento concedido à autora em fev. de 2010.

Fotografia 12 – Visão área da Escola Industrial Federal do RN (EIFRN) – Natal – 1966



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A imagem permite constatar a dimensão espacial da EIFRN alguns meses antes de sua inauguração, em 1967. Nesse momento de raros sinais de urbanização, a ordenação do espaço, sua configuração como lugar constitui um elemento significativo do currículo – independente de que os que o habitam estejam ou não, conscientes disso. (VIÑAO FRAGO, 2001). Nessa perspectiva, é possível assinalar que a disposição dos blocos atendia às diferentes funções que esse espaço pretendia desempenhar.

Assim, em seu espaço central, situa-se o bloco principal com os seus 3 (três) pavimentos (térreo, 1º e 2º), lugar onde foram construídas as 22 (vinte e duas) salas de aulas, um auditório, salas de administração e alguns laboratórios. Em seguida, no segundo bloco, em cores claras, encontravam-se as oficinas de Mecânica, Artes Gráficas, Eletricidade, Artes industriais e Manutenção. Em frente, o castelo de água e a casa de força. No espaço localizado em frente desses blocos, em processo de estruturação, os lugares reservados ao pátio central, às 3 (três) quadras e ao estacionamento. Por trás dos blocos, em uma segunda fase, seria construído o campo de futebol.

Assim, com menos de 2 (dois) anos da construção iniciada, "o bloco principal estava pronto. A partir de dezembro de 1966, inicia-se a transferência da Escola da Av. Rio Branco para o novo prédio da Av. Salgado Filho, bairro Tirol," segundo o antigo coordenador do ETA, Severino do Ramo de Brito (2009, 2010)[71].

Durante o período de dez./1966 a fev./1967, a responsabilidade em transformar esse espaço escolar em um lugar capaz de garantir o desenvolvimento das práticas educativas foi transferida para professores e funcionários. A esse propósito, o então prof. Antonio Fernandes de Carvalho (2010)[72] fez o seguinte relato sobre esses dias que antecederam a inauguração:

> [...] essa mudança envolveu todos os que trabalhavam no antigo prédio da Escola Industrial. Era preciso desmontar oficinas, móveis, conduzir tudo o que existia no prédio antigo para o novo. Isso implicou num comprometimento enorme de todos. Era preciso instalar as máquinas – preparar os laboratórios. Estrutura predial pronta para as aulas, mas sem nada instalado. Tínhamos apenas os meses de janeiro e fevereiro para preparar os espaços para o funcionamento da Escola que deveria ocorrer em março. O que de fato aconteceu.

Verificamos, nesse caso, a exigência de atividades que não faziam parte das atribuições específicas daqueles que ocupavam o cargo de professor. Acreditamos que a concordância em desenvolver essas atividades deveu-se ao controle administrativo exercido e à crença construída de que todos eram responsáveis pela organização do espaço, capaz de alterar a realidade estrutural dessa Escola.

A construção do novo prédio da EIFRN, com os seus espaços devidamente delimitados, significou uma área coberta de 8.360m². Estrategicamente, foi elaborada uma ampla programação, desenvolvida no período de 11 a 18 de março, para apresentar o símbolo do crescimento e modernidade dessa escola à comunidade externa. A sua inauguração ocorreu no dia 11 de março de 1967, com a presença do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando

71. Depoimento concedido à autora em dez. de 2010.

72. Depoimento concedido à autora em fev. de 2010.

Hildebrand, do Superintendente da Sudene, economista Rubens Costa, e, ainda, do Supervisor das Escolas da Rede Federal, prof. Irineu Martins de Lima.

Estrategicamente, a programação completa dos 8 (dias) foi publicada pelo jornal impresso Diário de Natal, de 11 de março de 1967, com o título: **Um estabelecimento modelo para todo o Brasil – Escola Industrial** - **Inauguração é hoje,** com destaque para a divulgação da abertura das instalações aos visitantes, exposição de trabalhos dos alunos, desfile alegórico da antiga à nova sede e transmissão de palestras radiofônicas sobre ensino industrial. Acrescenta-se, ainda, a essa programação, a fixação da placa comemorativa no novo prédio escolar.

Fotografia 13 – Placa comemorativa – inauguração novo prédio – EIFRN – 1967



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A colocação desse artefato com o propósito de exibir o registro daqueles a quem era atribuída a responsabilidade por esse feito, no principal espaço de circulação dessa Escola (seu corredor central) confirma o que Escolano (2001, p. 40) destaca em relação às possibilidades atribuídas à arquitetura escolar, "pode ser contemplada também como suporte de outros símbolos acrescidos." Sendo assim, além dos seus elementos próprios, o edifício escolar pode servir de estrutura material para incorporar outros, o que expressa a forma como a escola está sendo apropriada/constituída em seu tempo e os valores que orientam/determinam as suas práticas, dado que "o espaço-escolar é também uma construção cultural e, portanto, histórica." (ESCOLANO, 2001, p. 46).

Portanto, a solenidade de inauguração desse edifício-escola, num contexto de um regime de exceção que "necessita de bases de legitimação, da adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares" (GERMANO, 1993, p. 102), se revestiu de um simbolismo maior, visto que se tratava de apresentar à população um espaço planejado com o propósito de, em nome da valorização da educação pública, garantir a expansão do ensino industrial. Para imprimir mais oficialidade a esse momento, coube ao então diretor da DEI, Armando Hildebrand, proferir o discurso de abertura.

Fotografia 14 – Flagrante da fala do diretor da DEI, Armando Hildebrand. EIFRN - 1967



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Como podemos observar, a Escola conseguiu transformar o ato da inauguração do seu novo prédio em uma estratégia de mobilização dos diversos segmentos da sociedade, representados por autoridades civis e militares, familiares dos seus alunos e sua comunidade escolar.

Após a transferência da Av. Rio Branco, centro da cidade, para o novo endereço, Av. Salgado Filho, local ainda não urbanizado e distante 4,2 km da antiga sede, o deslocamento se transformou em um problema para parte dos seus alunos, em consequência, principalmente, do aumento da distância de onde moravam e do precário e limitado sistema de transporte existente à época. Constatamos, também, que esse problema teria atingido professores e funcionários.

Em um dos depoimentos, o prof. Nivaldo Calixto Torres (2008) faz referência à situação vivenciada por alguns dos seus colegas:

> a mudança fora um momento de muita lamentação, porque nós nos situávamos no centro de Natal. E em 1967, aqui era deserto. Então teve gente que disse que ia pedir demissão porque não ia trabalhar dentro dos matos. [...] O meio de transporte era difícil. [...] A Escola aqui, muito grande [...], a gente se assustou com essa dimensão.

Como podemos perceber, essa importância central atribuída ao processo de construção do novo prédio parece ter sido algo assumido, prioritariamente, por seus dirigentes, que o conduziram em nome da comunidade escolar, assim como também, fortalecido pela legitimidade conferida pelo seu principal órgão dirigente, pelo Conselho de Representantes. Constatamos que havia a propagação de um ideário de fortalecimento institucional diretamente vinculado à aquisição de um prédio com dimensões físicas superiores ao antigo edifício-escolar. Por outro lado, nos parece certo que esse susto, em face das novas dimensões estruturais da nova escola, de que trata o prof. Nivaldo Calixto Torres, estivesse vinculado ao fato de que essa mudança implicou uma transferência de um prédio cuja área total era de 2.453,85m², para outro com uma área coberta de 8.360 m², inserido num espaço de 90 mil m².

Em que pese essas dificuldades iniciais enfrentadas por seus professores e alunos, no ano de 1968, como consequência imediata das mudanças ocorridas em sua arquitetura escolar, a EIFRN conseguiu garantir as condições estruturais necessárias para que o número de seus alunos superasse a quantidade apresentada no ano anterior (Quadro 17). Porém, contraditoriamente, ao que estava sendo orientado pelo MEC, não era a oferta das vagas dos seus dois cursos técnicos que crescia, mas o Ginásio Industrial que já não certificava os seus alunos para uma área de profissão específica; cumpria o propósito de prepará-los para escolhas profissionais futuras.

5
A FORMAÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES NA EIN

No período de 1942 a 1968, o Governo Federal aprovou diversas leis direcionadas à organização do quadro docente das escolas da rede federal. Neste estudo, limitamo-nos à análise, principalmente, da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei 3.552, e o Decreto nº 47.038, de 1959, objetivando identificar como a EIN se apropriou e utilizou essas distintas legislações, observando ainda como foi sendo constituído o corpo docente dessa escola. Ademais, procuramos verificar as estratégias utilizadas pela Escola para aumentar o contingente de profissionais com formação adequada à nova educação profissional que se descortinava. Nessa perspectiva, respaldamo-nos em Julia (2001), quanto à análise da seleção de professores em cada nível de ensino e os saberes e o *habitus* requeridos para um futuro professor.

A Lei Orgânica (BRASIL, 1942b), passou a exigir formação em cursos apropriados para a seleção de professores a, ou seja, cursos em áreas que pretendiam atuar ou em áreas afins, o que significava ser detentor de uma formação especifica. Com a exigência da realização de processo seletivo (exame ou concurso), a Lei tentava imprimir uma nova configuração ao quadro de professores. Julia (2001, p. 30) expressa que a seleção de professores "[...] tanto na forma das provas como nos conteúdos dos saberes propostos aos candidatos, define a base mínima de uma cultura profissional a se possuir." Contudo, prevendo possíveis dificuldades na realização desse processo, a lei flexibilizava e garantia uma forma de acesso simplificada, sem a exigência da certificação dos conhecimentos por meio de exames teórico-práticos. Esse preceito legal possibilitou aos diretores dessas escolas o poder de influir, em determinadas ocasiões, na constituição do quadro docente.

Apesar das exigências da Lei Orgânica (BRASIL, 1942b), continuavam existindo dificuldades de contratação de professores para as disciplinas de Cultura técnica. Acerca da temática, identificamos correspondência, datada de 30 de junho de 1943, entre o dirigente da Escola Técnica de Recife, Manoel Vianna de

Vasconcelos e o da Escola Industrial de Natal, Jeremias Pinheiro. Vejamos a correspondência:

> Caro colega Jeremias Pinheiro,
>
> Recebi o seu cartão e agora respondo, espero que chegue a tempo. **Não calcula a dificuldade que temos em encontrar, presentemente, auxiliares.** Estou com 4 vagas e não encontro ninguém. Para o seu caso de desenho, convidei um nosso diplomado, rapaz de valor, porém não aceitou por estar estudando à noite o curso secundário. Tenho um outro diplomado que de há muito vem exercendo o cargo de desenhista dos Serviços elétricos da Paraíba, este foi convidado para prof. Auxiliar daqui e não aceitou por causa dos vencimentos (450,00). Hoje mesmo telegrafei a ele pedindo para, uma vez aceito o seu oferecimento, ele ir até aí entender-se com você. Quanto ao **cargo da Secção de Metal, outra dificuldade.** Lembrei-me do ex-mestre da Escola de Fortaleza, que já serviu aqui também. É bem preparado e deixou esta Escola por ter sido colocado em segundo lugar no concurso, diferença de décimos. Aliás, tem ele um recurso no DASP pleiteando uma vaga, visto ter sido aprovado. **Se você conseguir estes dois auxiliares, penso que ficará bem aparelhado**. Quanto à parte moral e intelectual, posso lhe afiançar serem boas. Aqui vão os nomes: Francisco Antônio do Carmo, para professor padrão G, de desenho e Aurélio Cavalcante, para professor de Metal. (ESCOLA TÉCNICA DE RECIFE, 1943, n. p., grifo nosso).

O texto confirma a dificuldade de as escolas industriais e escolas técnicas disponibilizarem profissionais para assumir as disciplinas de cultura técnica. Na EIN, os obstáculos se apresentavam em maior volume, dentre outras causas, devido ao atraso na organização dos cursos de Mestria para a formação de mestres. Esses cursos somente fizeram parte do seu currículo a

partir do ano de 1945, tendo sua oferta suspensa no início dos anos de 1950.

Considerando que, até o ano de 1959, foram mantidas, nas escolas industriais e escolas técnicas, as estruturas curriculares definidas pela Lei Orgânica de 1942 - Decreto-lei nº 4.073/1942 (BRASIL, 1942b, n. p.), decidimos elaborar um quadro de identificação dos professores admitidos, no período de 1940 a 1959, destacando o ano dessa contratação, a idade apresentada e alguns dados sobre a formação acadêmica e profissional. Os dados do quadro a seguir (Quadro 20) foram coletados dos livros de posse da EIN (1940 a 1959) e das Pastas Individuais dos professores.

Quadro 20 – Professores da EIN contratados no período de 1940 a 1959

Nome do Docente	Nomeação/Idade	Cargo/Formação
Djanira Dalva de Faria	1940 (26 anos)	Coadjuvante de ensino – Desenho Ornamental. 1944 – Professora Ensino Industrial Básico. Formação: ensino secundário.
Pedro Pinheiro de Souza	1940 (36 anos)	Curso de Desenho. 1944 – Prof. Padrão J do curso Industrial Básico. **Formação:** diplomas de Artífice e Mestre, segundo familiares, adquiridos na ETN-RJ.
Jorge Romano	1941 (38 anos)	Curso de Sapataria. 1944 - Prof. Padrão J - Ens.Industrial Básico. **Formação**: ex-aluno da EAA-Natal.
Ody Freire de Oliveira	1943 (25 anos)	Profa. Auxiliar curso primário. 1945 – Profa. de Ciências Físicas e Naturais. **Formação:** Diploma de Professora Primária na Escola Normal de Natal (1935); Curso de Aperfeiçoamento na área de Ciências Físicas e Naturais CBAI, RJ (1950). Experiência anterior: Profa. da Escola Isolada de Jundiaí/ Macaiba-RN (1936-1943).
Maria Cândida Leite	1943 (27 anos)	Profa. Auxiliar – curso primário. 1945 – professora de Português do Industrial Básico. **Formação:** Diploma de Professora Primária na Escola Normal de Natal (1940);

(Continua)

(Continuação)

Aurélio de Castro Cavalcanti	1944 (47 anos)	Prof. Padrão G – Cadeira de Ajustagem – curso de Serralheria. Padrão J – Formação: Curso de Mecânica de Máquinas – EAA – CE.
Alvamar Furtado de Mendonça.	1945 (30 anos)	Prof. Padrão J – Disciplinas: Higiene Industrial, Organização do Trabalho e Contabilidade Industrial – Curso de Mestria e Industrial Básico. **Formação:** Bacharel em Direito. Ex-prof. de Geografia no Atheneu Norte-rio-grandense.
Estélio Fonseca Ferreira	1945 (27 anos)	Prof. Padrão J Matemática. **Formação**: Engenheiro Agrônomo – Escola de Agronomia de Areias/Pb.
Geraldo Serrano	1945 (29 anos)	Prof. de Educação Física – Padrão J – Práticas Educativas. **Formação:** Escola Nacional de Educ. Física – RJ, anos de 1940. Bacharel em Direito na Faculdade de Alagoas – 1956.
Irineu Martins de Lima	1945 (22 anos)	Prof. Padrão J – Desenho de Móveis. **Formação:** ex-aluno da EAA/EIN do Ceará e de Natal. Diplomas de Artífice e de Mestre. Bacharel em Direito – Faculdade de Direito/RN (1959); Bacharel em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia – UFRN (1962).
José Augusto da Silva	1945 (26 anos)	Prof. Curso de Marcenaria. **Formação:** ex-aluno do Liceu Industrial de Natal – diploma de Artífice em Marcenaria (1942).
Luiz Lunguinho de Oliveira	1945 (54 anos)	Prof. Curso de Artes do Couro.
Maria de Lourdes Filgueira Guilherme	1945 (34 anos)	Práticas Educativas – Canto Orfeônico. **Formação**: diploma de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional do Rio de Janeiro (1943); E**xperiência anterior**: profa. de Música/Canto Orfeônico da Escola Normal de Natal (1938-1945); do Atheneu Norte-rio-grandense; Escola Doméstica/Natal; Instituto Waldemar de Almeida – Natal.

(Continua)

(Continuação)

Moacir Xavier	1945 (29 anos)	Prof. Ensino Industrial – Estofaria. **Formação:** ex-aluno curso de Marcenaria do Liceu Industrial de Natal e EIN**.** Curso de Aperfeiçoamento CBAI; CBAI – TWI – Como ensinar um trabalho/Recife (1956).
Paulo Nobre Barreto	1945 (23 anos)	Curso de Marcenaria. **Formação**: ex-aluno Liceu Industrial e EIN- Natal. Diplomas de Artífice e Mestre. Exame de Suficiência para Prof. de Tornearia do Curso Básico – expedido pela DEI/ CBAI (1956).
Pedro Martins de Lima	1945 (19 anos)	Artífice – 1947 – Prof. Chefe do Curso de Forja e Serralheria. **Formação:** diploma de Artífice na EIN; Curso de Aperfeiçoamento da CBAI – Origem da Educ. Profissional e Matérias Técnicas Correlatas/Recife (1954); Curso de Aperfeiçoamento da CBAI/Rio (1955); Treinamento de Professores para o Ensino Industrial Básico – CBAI/ Curitiba (1959).
Rivaldo Pinheiro	1945 (29 anos)	Prof. de Matemática. **Formação:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito Alagoas (1949). Experiência anterior: prof. de Matemática no Atheneu Norte-rio-grandense e Repórter da Imprensa Oficial do RN (1939-1945).
Silas Paulino Raposo da Câmara	1945 (32 anos)	Artífice – 1946 – Prof. Ensino Industrial – Forja e Serralheria. **Formação**: ex-aluno EAA/EIN – Artífice e Mestre.
Joaquim Inocêncio Ferreira Filho	1948 (24 anos)	Curso de Alfaiataria – Cadeira Corte e Costura. **Formação**: ex-aluno da EIN-Natal. Diplomas de Artífice (1943) e Mestre (1946). Curso de Auxílio Audiovisual e Matéria Correlata-CBAI/Escola Téc. Recife (1954); Curso de Aperfeiçoamento em Alfaiataria, Tecnologia e Direção de Oficinas - CBAI/Recife (1956); Curso de Didática Especial do Ensino Industrial - CBAI/ Recife.

(Continua)

(Continuação)

José de Góes Vasconcelos	1954 (27 anos)	Artífice – Curso Artes do Couro. **Formação:** ex-aluno da EIN - Diplomas de Artífice (1945) e de Mestre em Artes do Couro (1949); Curso de Aperfeiçoamento em Artes do Couro/CBAI (1956); Curso Didática Especial do Ens. Industrial/CBAI-EscolaTécnica do Recife-Pe (1963).
Natanael Gomes da Silva	1954 (25 anos)	Mestre - Curso de Alfaiataria; Anos 1960 - Prof. de História nos cursos Industrial Básico e cursos Técnicos. **Formação:** ex-aluno da EIN - diplomas de Artífice e Mestre no Curso de Alfaiataria; Bacharel e Licenciado em História – Faculdade de Filosofia e Letras da UFRN, em 1964.
Odalberto Alves Leão	1959	Prof. Ensino Industrial Básico – curso de Marcenaria. **Formação:** Contramestre Seção de Marcenaria e Empalhação da EAA de Goiás (1938); Bacharel em Direito – Faculdade de Direito Goiânia (1956). Experiência anterior: Prof. de Trabalho em madeira – Goiás (1941).

Fonte: Escola Industrial de Natal (1990).

Esse quadro evidencia que os professores contratados, no período de 1940-1959, apresentavam o perfil então exigido para o ensino nos cursos industrial básico: a formação de mestres ou mesmo de artífice para a prática de oficinas, além da formação em escolas secundárias, para as disciplinas de cultura geral. Essa era uma estratégia permitida pela legislação em vigor, para que as escolas pudessem superar, principalmente, as dificuldades de contratar professores com uma formação técnico-profissional em nível secundário para as disciplinas técnicas e as práticas de oficinas.

No que diz respeito às disciplinas de cultura geral, não era difícil para a EIN efetivar a contratação de profissionais com formação em nível secundário, devido à existência, na cidade do Natal, de escolas normal e secundária. Ressaltamos que, nesse período, essa escola já contava com um grupo de professores com formação em nível superior, em diferentes áreas (direito, agricultura, canto orfeônico e educação física). Nesse último caso,

essa formação foi adquirida em escolas e faculdades localizadas em distintos Estados brasileiros, o que a tornava algo acessível, apenas, a poucos profissionais que exerciam o magistério nessa escola. Uma característica importante apresentada por esses professores era a comprovada experiência anterior no magistério, em outras instituições de ensino.

Outro dado que merece destaque, no caso específico das disciplinas de desenho e das práticas de oficina, é que dos 15 (quinze) novos professores, 10 (dez) foram identificados como ex-alunos dessa Escola, sendo 6 (seis) mestres, e 03 (três) oriundos de outras instituições de ensino da rede federal. Esse fato notabiliza uma mudança no perfil do grupo anteriormente responsável pelo trabalho nas oficinas, já que os novos profissionais apresentavam uma formação com base em conhecimentos adquiridos na própria Escola Industrial, habilitando-os, portanto, a trabalhar nos cursos de 1º ciclo, o industrial básico.

Em termos gerais, durante a trajetória no cargo, esses professores, inseridos nas diversas áreas de conhecimento dessa escola, conseguiram alterar seu perfil inicial de formação, por meio de cursos de aperfeiçoamento ofertados pela CBAI e cursos em nível superior.

As informações presentes nas Pastas Individuais confirmam, na maioria dos casos, que, inicialmente, esses professores foram contratados em caráter provisório e transferidos, posteriormente, para o quadro efetivo, por determinação de Lei Federal. Observamos, ainda, que as contratações ocorreram de forma crescente a partir do ano de 1945, o que sugere a sua vinculação à reorganização curricular em desenvolvimento na Escola, materializando-se por meio dos 5 (cinco) cursos industrial básico e dos cursos de mestria existentes. Isso demandou uma nova estrutura, com ofertas de disciplinas da cultura geral e técnica, até então, não existentes no currículo anterior.

Em relação à idade apresentada no momento da contratação, 57,1% desses profissionais estavam situados na faixa etária entre 25 e 30 anos e 9,5% com idade acima de 37 anos. O texto da Consolidação dos Dispositivos concernente às Escolas de Aprendizes Artífices, publicada em 1926, e em vigor até o ano de 1942, em seu art. 19, inciso II, determinava que os concorrentes ao cargo de professor deveriam ter mais de 21 anos e menos de 50

anos. A legislação do ensino industrial de 1942, no entanto, não definia limite de idade para o provimento dos cargos de professores, modificando o que havia sido estabelecido por essa legislação. Esse fato, provavelmente, objetivava aumentar as possibilidades de contratação dessas escolas.

Como parte dessa legislação que complementou a Lei Orgânica do Ensino Industrial, no ano de 1944, por meio do Decreto-Lei nº 7.190, foi estruturada a carreira docente, mediante a definição dos cargos e carga horária a ser cumprida nas escolas[73]. Assim, foi determinado para os professores de cultura geral, de práticas educativas e de cultura técnica (cadeiras teóricas) o regime de trabalho de 18 horas semanais. No entanto, no caso dos professores de cultura técnica (cadeira de oficina), foi estabelecido um contrato de trabalho de 40 horas semanais, talvez pela especificidade do trabalho nas oficinas, já que esse atendimento exigia a formação de grupos menores de alunos, portanto, número maior da carga horária de trabalho.

A partir do ano de 1959, com a publicação da Nova Reforma do Ensino Industrial, o quadro dos docentes da EIN adquire uma nova configuração. Nesse sentido, a Lei 3.552, de 1959, em seu art. 27, assegura à administração da escola a organização do quadro do pessoal docente e administrativo, atribuindo ao Diretor-Executivo, a sua coordenação, e ao Conselho de Representantes o direito de aprová-lo.

Como podemos perceber, essa transferência da atribuição para a Escola, antes centrada no Ministério da Educação/DEI, foi determinante na perspectiva da constituição de uma identidade institucional, já que o processo de seleção passou a ser elaborado, de forma autônoma, pela escola, conforme o art. 108, do Decreto nº 47.038, de 1959. Nesse sentido, faz-se necessário verificar quais foram os critérios de seleção estabelecidos por essa nova legislação

73. Em seu art. 1°, esse decreto estabelece "para os cargos de professor das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais, do Ministério da Educação e Saúde, os vencimentos de padrão K, para o ensino técnico; do padrão J, para o ensino de mestria e práticas educativas e do padrão I, para o ensino industrial básico." (BRASIL, 1944). Essa definição de padrões, não iguais para atuação em níveis diferentes de ensino, sugere a regulamentação de diferenças salariais entre os cargos.

e se eles foram suficientes para alterar o perfil dos docentes até então estabelecido.

Após a aprovação dos cargos de pessoal pelo Conselho de Representantes, era assegurada a abertura das inscrições para o seu preenchimento, visto que esse Decreto, em seu art. 107, prescrevia a "verificação de títulos, conhecimentos e capacidade, conforme o caso, além da investigação social." (BRASIL, 1959b, n. p.). Continuavam mantidas as exigências presentes na legislação anterior como, por exemplo, a necessidade de os candidatos comprovarem que possuíam a formação adequada ao cargo preterido, o que exigia a realização dos concursos. Respeitando as especificidades próprias de cada área, essa legislação mantinha a avaliação dos candidatos por meio de atividades teóricas e práticas, assegurando a utilização de títulos acadêmicos para certificar o nível de conhecimentos.

A lei também definiu as modalidades de prestação de serviços, viabilizando contratações, em caráter de **dedicação exclusiva**, quando o contrato era de tempo integral de serviço, com exclusividade de trabalho para a escola; **dedicação parcial** quando o contrato fixava o horário de serviço sem estipular exclusividade de trabalho na escola; **por hora aula e por tarefa,** que implicava a remuneração pelo trabalho efetivamente realizado. Além dessas formas de contratação, também era garantida à Escola a possibilidade de "admissão de docentes, através de contratos pelo prazo máximo de um ano, sem direito à renovação, mediante, apenas, apresentação de títulos." (BRASIL, 1959b, n. p.). Essa forma de seleção se restringia aos casos em que, abertas as inscrições para preenchimento de vaga, nenhum candidato se apresentasse e quando se tratasse de substituições eventuais ou transitórias.

Essa forma simplificada de contratação garantiu à EIN os meios legais necessários para que ela pudesse, nas situações elencadas anteriormente, realizar as seleções para o quadro docente do ginásio industrial e dos cursos técnicos. A professora Anaíde Dantas (2010)[74], relatando seu ingresso na EIN, no ano de 1962, expressou que a análise do currículo/títulos era critério para definir se um candidato estava apto ou não ao exercício da docência. Sobre esse fato, ainda relata:

74. Depoimento à autora e à Equipe de Comunicação Social do *Campus* Natal Central - IFRN, em 6 de junho de 2010.

> Era o mês de junho de 1962, minhas colegas da então Escola Normal de Natal, Carmen Pedroza (História) e Maria Sampaio (Matemática) me informaram que, depois de aberto o concurso público da Escola Industrial de Natal, como não se inscreveram outras pessoas, o Diretor lhes falou que "[...], não iria fazer concurso somente para elas." Então, foram contratadas de maneira imediata. Um dia eu decidi ir a Escola Industrial de Natal e perguntei sobre o concurso. O então diretor Irineu Martins de Lima me respondeu: "nós temos uma candidata, mas é de Geografia e nós queremos de História, porque as classes são grandes e como dona Carmen Pedroza é idosa, ficará cansada." Então, eu me apresentei e lhe disse que tinha o curso de História e ensinava na Escola Normal. Ele tirou da gaveta um papel e me perguntou se aquele horário me convém. Eu não quis nem saber, lhe respondi que sim, as minhas colegas me contavam maravilhas sobre a Escola. Eu lhe perguntei: mas, eu não tenho que fazer concurso? Ele disse: não! E acrescentou: "[...] eu não dou muito valor para concurso. O professor prepara a aula naquele dia e depois, às vezes, não leva muito a sério. Eu prefiro ficar observando. Traga o seu currículo." Foi dessa maneira que aconteceu o meu ingresso a essa Escola naqueles dias do mês de junho de1962. O contrato inicial seria de maio a dezembro de 1962. Contudo, com o processo de enquadramento realizado por Lei do Governo Federal a quem havia sido contratado até junho, desse mesmo ano, eu fui incluída e permaneci de forma definitiva até o ano de 1980, quando me aposentei. (DANTAS, 2010).

A fala da profa. Anaíde Dantas (2010) traz à tona as práticas desenvolvidas pela direção da EIN na composição do seu quadro docente. É importante observar os motivos que levaram essa professora da Escola Normal de Natal a se decidir por lecionar também na EIN: "[...] as minhas colegas me contavam maravilhas sobre a Escola. Um lugar onde existia a disciplina, o respeito e a ordem" (DANTAS, 2010). Desse modo, a representação dessas

professoras sobre a organização dessa Escola indica um dos aspectos que marcou a sua cultura escolar: o controle sobre os corpos e as mentes em vista de um modelo específico de formação.

Essa autonomia assegurada à Escola Industrial, de definir e organizar o seu processo seletivo, nos anos de 1960, forjou uma nova composição no quadro dos docentes, com a contratação de homens e mulheres com níveis diversificados de formação, conforme quadro a seguir (Quadro 21):

Quadro 21– Professores contratados no período de 1960 a 1968

Nome do Docente	Nomeação/ Idade	Cargo/Formação
Espedita Oliveira de Medeiros	1961 (46 anos)	Professora de Francês – **Formação**: nível superior – Bacharelado e Licenciatura em Línguas Neolatinas – Faculdade de Filosofia de João Pessoa- Pb. Experiência: ensino da língua francesa no Colégio Estadual Atheneu Norte-rio-grandense (1957-1965); Aliança Francesa de Natal (1959-1961) e Ginásio Municipal de Natal (1959-1965).
Rui Xavier Bezerra	1961 (35 anos)	Prof. Inglês. **Formação**: Certificação de Conhecimento na Universidade de Michigan-EU, que o habilitou a ensinar Inglês; Bacharel em Direito.
Isaias Maurício de Carvalho	1961 (35 anos)	Curso Marcenaria – **Formação:** curso de Marcenaria - EIN (1950-1953); secundário - Atheneu Norte-rio-grandense. Superior – Pedagogia, em 1966. Curso de Treinamento de Professores de Prática de Oficina de Marcenaria, 1960, CBAI – Centro de Pesquisa e Treinamento de Professores – Curitiba-PR.
Barrozo Leite Medeiros	1961 (23 anos)	Disciplinas - cultura técnica (Industrial Básico e Curso Técnico). **Formação:** Artífice de Mecânica de Máquinas (1956)-EIN; Curso de Treinamento em Mecânica de Máquina pela CBAI, na Escola Técnica de Curitiba-PR, em 1960; ensino secundário – Atheneu Norte-rio-grandense (1962); nível superior – Engenharia Civil. Posteriormente, mestre e doutor em Eng. Mecânica.

(Continua)

(Continuação)

Eulício Farias de Lacerda	1961 (35 anos)	Prof. Português – **Formação**: Licenciado em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade da Paraiba (1959). Experiência: professor de Português no Ginásio 7 de Setembro – Natal (1956-1962); Atheneu Norte-rio-grandense (1957-1961); Prof. de Teoria da Literatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do RN.
Alcir Veras da Silva	1961 (20 anos)	Professor de Serralheria. **Formação**: Artífice, ex-aluno da Escola Técnica Federal do Maranhão (1955-1958). Curso de Treinamento de Professores de Prática de Oficina de Mecânica – CBAI –1960; curso secundário – Atheneu Norte-rio-grandense (1964); nível superior: Ciências Econômicas – Faculdade de Ciências Econômicas – RN (1968).
José Melquiades de Macedo	1961 (36 anos)	Prof. Inglês – **Formação**: Licenciado em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Natal. Curso de Língua, Literatura e Metodologia e Linguística no San Francisco State College/USA (1959-1960). Prof. da UFRN.
Ruy Falcão	1962 (30 anos)	Prof. do Curso Industrial. **Formação**: Artífice e Mestre de Mecânica de Máquinas (1944-1950), EAA de Recife; Diploma Técnico de Mecânica - Escola Técnica Nacional-RJ.
José Bonifácio de Carvalho	1962	Prof. de Português e Francês. Formação: Bacharel e Licenciado Letras Neolatinas – Universidade Católica de PE. (1951).
Carmen Fernandes Pedroza	1962 (55 anos)	Profa. de História - Ginásio Industrial. **Formação**: superior – Estudos Sociais. Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Escolas Normais, 1959, Instituto de Educação BH; Diploma de Professora Primária na Escola Normal de Natal (1925). Experiências: ensino primário – a partir dos anos 1920; Professora de História do Atheneu Norte-rio-grandense (1955-196?); Professora da Escola Normal de Natal (1960-196?).

(Continua)

(Continuação)

Maria Alexandrina Sampaio	1962 (56 anos)	Profa. de Matemática – Ginásio Industrial. **Formação**: Matemática - Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Escolas Normais – Programa de Assistência Brasileiro-Americana, 1959, Instituto de Educação BH; Diploma Professora Primária na Escola Normal de Natal (1924). Experiências: ensino primário na rede estadual do RN (desde anos 1930). Escola Normal de Natal (1960-196?)
Anaíde Dantas	1962 (44 anos)	Profa. História do Brasil e História Geral. **Formação**: superior – Estudos Sociais. Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Escolas Normais - Programa de Assistência Brasileiro-Americana, 1959, Instituto de Educação BH; Diploma de Professora Primária (1936). Experiências: ensino primário do Estado RN (desde anos 1930). Escola Normal de Natal (1960-196?)
José Maria Pinto	1962 (22 anos)	Prof. Artes do Couro. **Formação**: Artífice - Artes do Couro (1958). Curso de Treinamento de Professores de Prática de Oficina – Artes Industriais, em 1963, CBAI- Curitiba-Pr; Exame de Suficiência de Educação Física (ano 196?); 1965 – designado para lecionar a disciplina Educação Física.
Kerginaldo Barbosa Oliveira	1962 (23 anos)	Prof. de Marcenaria/Mecânica. **Formação**: Artífice em Marcenaria (1954) – EIN. Curso de Treinamento de Professores de Prática de Oficina de Marcenaria, 1961, CBAI- Curitiba-Pr. Curso Técnico do Comércio (1958).
Joana Dárc Barreto Andrade	1962 (32 anos)	Profa. de Ciências Naturais e Biologia. **Formação**: nível superior – Farmácia – Faculdade de Farmácia e Odontologia da UFRN; Curso de Aperfeiçoamento em Didática Especial de Ciências, 1963, CBAI, RJ. Experiência: Ciências Naturais no Atheneu Norte-rio-grandense – 1955-1973.

(Continua)

(Continuação)

Sebastião Cunha	1962	Prof. Educação Física. **Formação**: licenciado em Educação Física.
Arnóbio Pinto Fernandes	1963 (29 anos)	Prof. de Geografia. **Formação**: nível superior – Faculdade Filosofia, Ciências, Letras e Artes – Licenciatura em Geografia (1961) - UFRN. Coordenador Divisão de Cultura Geral (1967-1968) e Diretor da Divisão de Ensino e Educação da EIFRN/ ETFRN. Prof. UFRN.
Fernando Bonifácio do Nascimento	1963 (23 anos)	Prof. de Artes Industriais (Mecânica de Máquinas). **Formação:** Artífice em Mecânica de Máquinas (1959) – EIN. Curso Magistério de Artes Industriais, em 1962, CBAI -Curitiba. Especialização Artes Industriais – I Curso de Aperfeiçoamento Professores Ensino Industrial do Nordeste – SUDENE – Recife, em 1964. Nível secundário – Atheneu Norte-rio-grandense (196?); Curso Esquema I-Licenciatura em Mecânica (1989-199?).
Fernando Cysneiros	1963 (45 anos)	Prof. da disciplina Topografia do curso técnico de Estradas. **Formação**: Engenharia Civil; Bacharel em Ciências e Letras (UFRN); Fundador e 1º Diretor da Escola de Engenharia da Universidade do RN (1959).
Francisco das Chagas Pereira	1963 (29 anos)	Prof. de Português. **Formação**: Filosofia – Seminário Arquidiocesano da Paraíba, em 1955. Bacharel e Licenciado em Letras Neolatinas - Faculdade de Filosofia de Pernambuco, em 1959. Bacharel Direito, UFRN, 1964. Prof. UFRN.
João Faustino Ferreira Neto	1963 (21 anos)	Prof. de Matemática. **Formação**: curso superior de Pedagogia (UFRN) e curso de Suficiência em Matemática – oferecido pelo MEC. Orientador Educacional (1966-1968) – EIN.
José Aleixo Prates e Silva	1963 (35 anos)	Prof. de Química –

(Continua)

(Continuação)

Moacir de Góes[75]	1963	Prof. de História. **Formação**: Faculdade de Filosofia de Natal. Experiência: professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Arquidiocese de Natal e Secretário de Educação do Mun. de Natal, nos Governos Djalma Maranhão (1956-1959; 1960-1964).
Pedro Ferreira da Costa	1963 (30 anos)	Prof. de Educação Física –
René Correia da Silva	1963 (45 anos)	Prof. d Matemática. **Formação:** Graduado em Matemática Financeira, e e Estatística e Ciências Contábeis. Esquema I. Ano (198?)
Ailton Barbosa	1964	Prof. Artes Industriais.
Francisco Bernardino de Souza	1964 (21 anos)	Prof. de Prática de Oficina (Mecânica) nos cursos Industrial Básico. **Formação**: Diploma de Artífice em Mecânica de Máquinas (1960) - EIN; Científico – Inst. Pe. Miguelinho; Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. Posteriormente – curso sup. Engenharia Mecânica - UFRN.
Francisco Fernandes de Lima	1964 (22 anos)	Prof. de Prática de Oficina. **Formação:** diploma Artífice Mecânica de Máquinas (1959) - EIN. Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. Científico: Atheneu Norte-rio-grandense (1965); Curso de Odontologia – UFRN (1966-1970).

(Continua)

75. O prof. Moacyr de Góes teve o seu contrato na EIN rescindido pela Portaria nº 48, de 1º de abril de 1965. Motivo: processo administrativo movido pelo Gov. Militar devido a sua participação no Governo Djalma Maranhão – Prefeito de Natal deposto pelo golpe militar de 1964. No cargo de Secretário do Município de Natal, coordenou a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961 - 1964).

(Continuação)

Antonio Fernandes de Carvalho	1964 (25 anos)	Prof. de Prática de Oficina- curso Industrial Básico/Ginásio Industrial – Marcenaria**. Formação**: Diploma de Artífice em Marcenaria – EIN (1957); Científico – Atheneu Norte-rio-grandense; Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. Posteriormente – curso sup. Pedagogia-UFRN.
Nivaldo Calixto Torres	1964 (24 anos)	Prof. de Prática de Oficina (Eletrotécnica) – curso Industrial Básico/ Ginásio Industrial. **Formação**: Diploma de Artífice em Marcenaria (1960); secundário: Instituto Padre Miguelinho; Curso de Magistério de Artes Industriais – Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963.
Venâncio Nogueira de Farias	1964 (20 anos)	Prof. de Prática de Oficina – curso Industrial Básico/ Ginásio Industrial. Prof. de Química (1970). **Formação:** Diploma de Artífice em Alfaiataria – EIN. Curso de Magistério de Artes Industriais – Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. Farmácia e Bioquímica – UFRN (1971); Licenciatura de Disciplinas Profissionalizantes de 2º Grau – Esquema I (1973).
Paulo Xavier Trindade	1964 (26 anos)	Prof. de Prática de Oficina – curso Industrial Básico/ Ginásio Industrial. Formação: Diploma de Artífice em Marcenaria (1958) – EIN; secundário – Atheneu Norte-rio-grandense; Curso de Magistério de Artes Industriais – Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. Curso de Medicina – UFRN (197?).
Luiz Carlos Teixeira de Barros	1964 (20 anos)	Auxiliar de Práticas Educativas – Educação Física – **Formação**: nível secundário.
Cléa Monteiro Bezerra de Melo	1964 (38 anos)	Profa. de Francês – **Formação**: Licenciatura em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia.

(Continua)

(Continuação)

João de Paiva Costa	1964	Prof. Química. **Formação**: Farmacêutico Químico – UFRN; Especialista e Mestre em Biociências Nucleares. Prof. UFRN – Faculdade Farmácia.
Maria Selma da Câmara Lima Pereira	1964 (27 anos)	Profa. de Português. **Formação:** Licenciatura em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia de Recife-Pe. Experiência anterior: profa. de Português em Escolas particulares e pública de Natal (Colégio da Imaculada Conceição, Colégio das Neves, Atheneu Norte-rio-grandense e Escola Técnica do Comércio).
Murilo Pinheiro da Silva	1964 (22 anos)	Prof. de Ciências.
Newton Pereira Rodrigues	1964	Prof. Construção de Estradas.
Nadelson José Freire	1964	Prof. Desenho Topográfico.
Antonio Ferreira de Mello Netto	1965	Prof. de Máquinas e Equipamentos.
Nicanor da Azevedo Maia	1965	Prof. Material Construção/Máquina e Equipamento.
Myriam Coeli de Araújo Dantas Silveira	1965 (39 anos)	Prof. de Português. **Formação**: Licenciatura em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia Recife; Profa. de Português Atheneu Norte-rio-grandense (1954-1980); Faculdade de Filosofia (1966) e Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza (1969); Ginásio Municipal de Natal (1959); Técnica de Educ. do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Sec. Educ. e Cult. do RN (1962).
Maria Isaura de Medeiros Pinheiro	1965	Profa. de História. **Formação**: Direito. Permaneceu na Escola Industrial até o ano de 1968. Professora da UFRN.
Welton Correia de Oliveira	1965 (26 anos)	Prof. de Prática de Oficina – Eletricidade/ eletromecânica. Prof. de Matemática. **Formação**: curso industrial básico – EIN; Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963. – Licenciatura CADES.

(Continua)

(Continuação)

Luciano Rocha Coelho	1965 (28 anos)	Prof. Desenho. **Formação**: Engenharia Civil.
Severino Fernandes de Oliveira	1965 (42 anos)	Prof. de Estudos Sociais e Geografia. **Formação:** nível superior. Prof. da UFRN.
Severino do Ramo de Brito	1965 (30 anos)	Prof. de Economia e Contabilidade. **Formação**: Diploma de Artífice em Marcenaria (1953) – EIN; secundário – Atheneu Norte-rio-grandense; curso superior de Economia – Faculdade do Recife-Pe. Prof. UFRN
Nelson Lins Bahia	1966	Prof. Topografia/Desenho Topográfico. **Formação**: superior
William Aires Rocha	1967	Prof. Matemática. **Formação**: Licenciado em Matemática; bacharel Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito de Alagoas. Prof. UFRN.
Adalberto José Vieira Pinto	1967 (24 anos)	Prof. de Topografia. **Formação:** Curso Engenharia Civil
Dirce de Sena Sá	1967 (38 anos)	Professora de Geografia. **Formação:** nível superior.
Inalda Antunes da Silva	1967 (33anos)	Profa. de Ciências Físicas e Biológicas, Biologia. **Formação**: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal.
Lélia Santiago	1967	Profa. de Português. **Formação**: Bacharelado e Licenciatura em Letras Neolatinas.
Maria de Lourdes Alves de Souza	1967 (31 anos)	Profa. de Artes Industriais no Ginásio Industrial. **Formação**: Escola Normal de Mossoró; Curso superior Pedagogia -UFRN. Curso de Aperfeiçoamento em Artes Industriais – SENAC-SP- bolsa MEC-INEP, em 1958. Experiência: oficinas pedagógicas da Secretaria Estadual de Educação -RN, em Natal, anos de 1950 e 1960.
Mitsi Nesi Simonetti	1967 (29 anos)	Profa. de Português. **Formação**: Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Santa Úrsula PUC-RJ.
Wilma Leiros Cunha	1967	Profa. de Português. **Formação**: Licenciatura em Letras Neolatinas – Faculdade de Filosofia.

(Continua)

(Continuação)

Geraldo José Leite de Melo	1967 (26 anos)	Prof. de Matemática. **Formação**: nível superior -Suficiência-MEC.
José Santana da Costa	1967 (21 anos)	Prof. de Educação Física. **Formação**: Suficiência - MEC
Aécio Flávio Borja de Araújo	1967 (24 anos)	Prof. de Artes Industriais. **Formação**: curso industrial básico de Mecânica (1961) – EIN; cientifico – Atheneu Norte-rio-grandense; Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963.
Augusto José Fernandes Serrano	1967 (20 anos)	Auxiliar de Práticas Educativas – Educação Física.
Francisco Martins de Lima Filho	1967	Prof. de Educação Física - Ginásio Industrial e Cursos técnicos. Formação: ginásio industrial (1959-1963) – EIN. Curso de Suficiência em Educação Física – Recife-PE (1967).
Laércio Marinho de Figueredo	1967	Estudos Sociais. **Formação**: Licenciatura História - UFRN
Jorge de Sousa Moura Filho	1967 (22 anos)	Educação Física. **Formação:** Curso nível superior.
Jairo Fabrício Alves	1967 (29 anos)	Prof. de Desenho. **Formação**: Bacharel Ciências Sociais. Experiência anterior: Prof. e Diretor do Instituto Pe. Monte – Escola de formação profissional básica – 196?
Luiz Tomaz de Aquino Filho	1967 (23 anos)	Área de Artes Industriais e Mecânica. **Formação**: Qualificação em Artes Industriais e Mecânica de Máquinas (1967).
Lenilson Silva de Carvalho	1967 (27 anos)	Ciências.
Pedro Bandeira de Moura	1967	Prof. Artes Industriais. **Formação**: industrial básico – EIN.
Walter Rocha	1967 (29 anos)	Prof. de Eletromecânica – Técnico nível médio.
Sebastião Nazaro do Nascimento	1967	Prof. Prática de Oficina - Eletrônica Básica – Eletricidade. Curso Básico de Rádio.

(Continua)

(Continuação)

Ivonete da Costa Mamede	1968 (28 anos)	Profa. Inglês. **Formação**: Literatura Inglesa e Portuguesa – Faculdade Educação da UFRN. Experiência anterior: Auxiliar de Bibliotecária, na EIN, 1962-1968.
Marion Paiva Rocha	1968 (27 anos)	Profa. de Matemática. **Formação**: Curso superior de Pedagogia-UFRN. Suficiência em Matemática- MEC.
Nailson Silveira Vasconcelos	1968 (27 anos)	Prof. Química.
Janilson Dias de Oliveira	1968	Disciplina - Desenho. **Formação**: industrial básico – EIN; Curso de Magistério de Artes Industriais - Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba – CBAI, 1963.
José Bartolomeu Correia de Melo	1968	Prof. Química. **Formação:** Farmacêutico bioquímico – UFRN (1967). Prof. Química – UFRN.

Fonte: Escola Industrial de Natal (1990).

As informações contidas nos Livros de Posse e nas Pastas Individuais dos Docentes indicam crescimento na contratação de profissionais com habilitação em nível superior. Essa mudança alterou o perfil do quadro docente dessa Escola, antes constituído, em sua maioria, por professores com formação básica adquirida nas próprias escolas da rede federal, conforme informações registradas no Quadro 20. Essa constatação sinaliza para a necessária especificidade de um estudo da formação profissional do professor, quanto à modalidade de profissionalização na qual está inserido.

Do ponto de vista da cultura escolar, as competências exigidas do professor primário eram "muito diferentes daquela do professor secundário" (JULIA, 2001, p. 32.). Nesse sentido, cabe ressaltar que, na EIN, nos anos de 1960, as mudanças curriculares em prática no ensino industrial básico (Ginásio Industrial) e nos cursos técnicos de ensino médio tornavam desnecessárias a presença dos antigos professores com níveis de formação primária, fazendo surgir um conjunto de professores com nível superior, não apenas para a área de cultura geral mas também para as disciplinas de cultura técnica.

A prerrogativa de poder efetivar contratos emergenciais, com duração de até um ano, sem direito à prorrogação, se, por um lado, tinha o poder de agilizar o processo de contratação, por outro permitiu que fossem criadas algumas dificuldades para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico da Escola, devido à situação de transitoriedade que passou a existir, ou seja, quando o professor começava a ampliar os seus conhecimentos sobre as finalidades escola, esse tempo de permanência chegava ao seu final, implicando o começo de novos processos de adaptação e conhecimento.

A composição do Quadro 21 evidencia a insignificante presença das mulheres no grupo de contratados para lecionar disciplinas de cultura técnica. A esse propósito, a profa. Maria de Lourdes Alves de Souza (2010b)[76] fez o seguinte relato:

> Após tomar conhecimento do concurso que selecionaria professores para a disciplina Artes Industriais na Escola Industrial de Natal, decidi fazê-lo. Quando eu cheguei à Escola para me inscrever, foi aquela surpresa, isso porque até então não existia mulheres ensinando nas oficinas. O profissional que me atendeu foi logo me dizendo: "no processo de seleção terá aula de eletricidade, de madeira, vão lhe apertar, pois terá que ensinar estes conteúdos." Mesmo diante disso, realizei a minha inscrição. Eu tinha estudado tudo isso no curso que fiz em São Paulo. O concurso constou de uma prova escrita e prova de desempenho (prática). Na prova prática o tema sorteado foi eletricidade. Durante a aula eu tive que fazer uma instalação monofásica. Era necessário fazer o desenho mostrando as fases dessa instalação e como iria usá-la. Além disso, havia ainda o conteúdo sobre madeira, neste caso, eu desenhei uma peça que poderia ser confeccionada. Fui aprovada.

O exemplo da professora que, apesar de atender às exigências do concurso, é recebido com ceticismo por representantes da EIN, pode sinalizar a representação que setores dessa Escola tinham

76. Depoimento concedido à autora, em 19 de março de 2010, no Campus Natal Central -IFRN.

sobre o lugar que as mulheres professoras deveriam ocupar no exercício da docência. Por outro lado, a tímida presença feminina na parte técnica do currículo evidencia o que alguns estudos sobre a profissionalização e inserção da mulher no mercado de trabalho/espaço público (LOURO, 2000; ALMEIDA, 1998; SAFFIOTI, 1976) tem revelado: a trajetória da formação das mulheres professoras, principalmente, até a primeira metade do século XX no Brasil, a conduzia para as Escolas Normais, onde adquiriam a legitimidade para atuar no ensino primário, o que, na prática, as distanciava de áreas como a do ensino industrial. Assim, quando conquistaram o direito de frequentar o nível superior, passaram a ocupar fortemente as áreas como letras, artes e ciências humanas.

5.1. **O processo de formação dos professores: o papel da DEI/CBAI**

Com o propósito de aprofundar as análises sobre a constituição do perfil profissional dos professores, decidimos realizar, neste trabalho, alguns estudos sobre as ações empreendidas por essa escola e pelo MEC/DEI na organização das atividades formativas. Essas ações tiveram como propósito assegurar a esses profissionais as condições técnico-metodológicas necessárias ao atendimento das finalidades do ensino industrial, definidoras das práticas educativas a serem desenvolvidas por essa Escola[77].

O acordo firmado entre Brasil e os Estados Unidos, que culminou com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), em 1946, serviu para definir um vasto Programa de Ação, resumido em doze pontos. Dentre eles, destacamos o primeiro, que garantia o "desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores" (FONSECA, 1961, p. 565). Nas pesquisas sobre a oferta de capacitação para os professores da EIN,

77. Preparar os trabalhadores da indústria (Lei Orgânica do Ensino Industrial/1942), e proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos (Lei 3.552/1959).

constatamos algumas atividades pedagógicas de aperfeiçoamento, colocadas em prática pela DEI/CBAI[78].

A CBAI passou a desenvolver o projeto de qualificar os docentes que se encontravam em atividade por meio de oferta de cursos de curta duração no período das férias escolares, envolvendo certas especialidades industriais e artesanais tradicionais. Importa registrar que "ainda não haviam sido ativados os cursos pedagógicos previstos pela lei orgânica do ensino industrial para o 2º ciclo do ensino industrial, de onde sairiam os docentes para as matérias de oficina para os dois ciclos." (FALCÃO; CUNHA, 2009, p. 165).

No caso dos dirigentes dessas escolas, segundo esses autores, a ação da CBAI se configurou como algo persistente, por meio de reuniões que incluíam, em suas pautas, temas como gestão das escolas, supervisão do ensino, orientação profissional e o levantamento das necessidades de qualificação dos seus profissionais. Assim, pela Portaria nº 62/1946/DEI-CBAI, o diretor da EIN, Jeremias Pinheiro, foi convocado para participar, na cidade do Rio de Janeiro, de curso sobre problemas dos estabelecimentos de ensino industrial, no período de 13 de janeiro a 22 de fevereiro de 1947.

No âmbito interno da EIN, seguindo recomendação da DEI, foi oferecido um estágio em suas oficinas visando a capacitação dos professores de Cultura Geral e do Curso de Desenho. Essa atividade é registrada pela Portaria nº 36, de 25 de junho de 1948, que se segue:

> Tendo em vista o que ficou resolvido em reunião da Congregação de Professores desta Escola, realizada no dia 22 do corrente e em virtude:
> I- das recomendações da Divisão do Ensino Industrial, por ocasião da segunda reunião dos Diretores realizada no Rio de Janeiro;
> II- da necessidade de maior contato dos professores de Cultura Geral com os de Cultura Técnica, em benefício de um melhor entrosamento entre os dois ensinos,

78. Durante a vigência desse acordo, 1946-1961, segundo Falcão e Cunha (2009), a CBAI atuou de forma permanente no Rio de Janeiro/MEC – sua sede; em Curitiba, Escola Técnica Federal do Paraná, a partir de 1957; e em São Paulo, a partir da instalação da subsede junto à Secretaria Estadual do Trabalho.

> Resolve:
> a) realizar um estágio de todos os professores de Cultura Geral e Curso de Desenho nas oficinas desta Escola;
> b) determinar que os professores estagiarão, pelo menos, em dois cursos diferentes e em disciplinas de sua escolha;
> c) determinar que os trabalhos de aprendizagem sejam realizados durantes as férias regulamentares;
> d) determinar que o tempo de estágio seja dividido em dois períodos de 15 dias cada um, sendo o primeiro de 1 a 15 de Julho vindouro e o segundo de 13 a 28 de fevereiro do próximo ano;
> e) determinar que a aprendizagem seja iniciada diariamente às 8 horas e concluída às 11, inclusive aos sábados, havendo às 9,30 um descanso de 10 minutos;
> f) determinar que os trabalhos do estágio obedeçam à seriação especialmente organizada, não sendo permitido a execução de qualquer outro durante o tempo destinado à aprendizagem;
> g) determinar que os professores chefes de Cursos, responsáveis pelos trabalhos dos estagiários, apontem, em cadernetas próprias a ausência de instruando, para efeito estatístico;
> h) determinar que aos trabalhos executados, de acordo com o que ficou resolvido ainda em Congregação, sejam dadas notas de aproveitamento, devendo os referidos trabalhos fazerem parte da Exposição Escolar do fim do ano **(**ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1948a, n. p.).

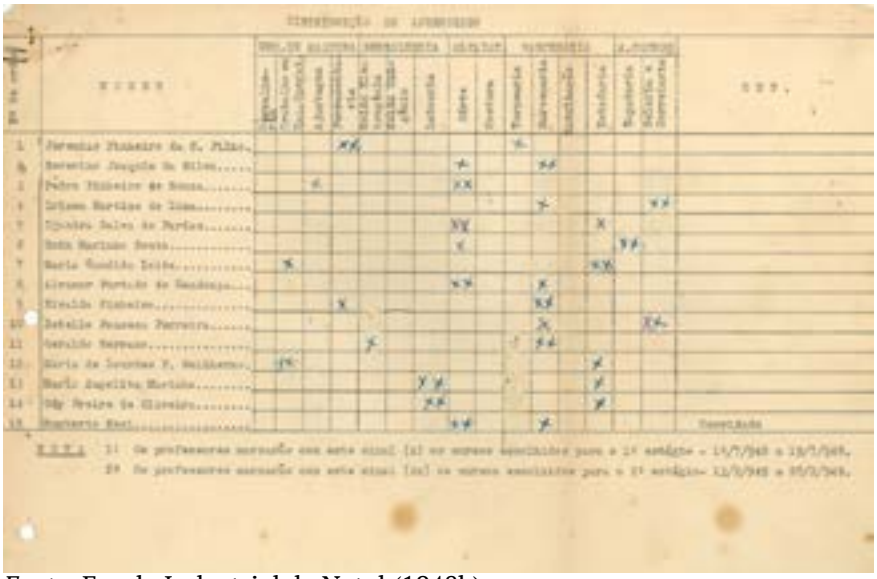
A decisão institucional de desenvolver essa atividade de capacitação pode ser entendida como o reconhecimento de que era necessário integrar as práticas educativas dos professores num contexto em que o currículo dos cursos oferecidos por essa Escola era composto pelas disciplinas de cultura geral, práticas educativas, disciplinas técnicas e práticas de oficina. Constatamos, portanto, a crença de que, por meio desse estágio, os professores de cultura geral conseguiriam ter acesso aos saberes desenvolvidos nas oficinas

- condição necessária para que o processo de integração entre as distintas áreas de conhecimento, de fato, pudesse acontecer.

No processo de organização, foram definidos alguns critérios como, por exemplo, o número de cursos que o professor deveria estagiar, o tempo estabelecido para a sua realização e o controle de frequência pelo Chefe de Oficinas, além da avaliação do aproveitamento com atribuição de notas por esses profissionais e da determinação de que os referidos trabalhos fizessem parte da Exposição Escolar do fim do ano.

Na ficha em que é registrada a distribuição dos professores aprendizes nos 5 (cinco) cursos existentes na EIN (Mecânica de Máquinas, Serralheria, Alfaiataria, Marcenaria e Artes do Couro), 15 participantes (quinze) estavam relacionados, dentre eles, o próprio diretor Jeremias Pinheiro. Essa ficha contém o registro da escolha feita pelos participantes, o que incluiu a definição dos cursos e das disciplinas que seriam cursadas durante o 1º e 2º estágios.

Quadro 22 – Distribuição dos professores - cursos e disciplinas. Estágios (1948 e 1949)



Fonte: Escola Industrial de Natal (1948b).

Constatamos, nesse registro, que o referido estágio teria, como parâmetro de organização, a distribuição dos professores

relacionados em dois cursos diferentes (um para cada período do estágio) e, após esse processo, o candidato cursaria uma das disciplinas do curso escolhido. Observamos, portanto, que, no conjunto das disciplinas disponíveis – corte, marcenaria e estofaria – concentrou-se o maior número de estagiários. Essa escolha sugere que, na condição de aprendiz, os professores da EIN buscaram os conhecimentos mais sintonizados com a realidade cotidiana, disponíveis nos cursos de Alfaiataria e Marcenaria.

Assim, após 5 (cinco) dias da publicação da Portaria que registrava o desenvolvimento dessa capacitação, no dia 1º de julho, os professores se reuniram com os mestres em uma das oficinas para iniciar a primeira parte do estágio, conforme fotografia a seguir:

Fotografia 15 – Professores da cultura geral e os mestres das oficinas[79]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Essa proposta, com o seu conjunto de determinações, foi avaliada pela Diretoria de Ensino Industrial, antes de

79. Inicio da 1ª etapa do estágio nas oficinas - 1948

ser desenvolvida, e pelos professores participantes, após a sua conclusão.

Em relação à Diretoria de Ensino Industrial, após receber do então diretor da EIN uma cópia da referida Portaria, informando a realização desse treinamento, o Diretor, por meio do documento nº 2.721, de 29 de julho de 1948, ressalta o valor dessa iniciativa e aproveita para sugerir mudanças no item h, pois os trabalhos que seriam produzidos pelos professores não deveriam ser expostos na mesma ocasião em que seriam apresentados aqueles elaborados pelos alunos. Em relação a esse fato, assim se expressa:

> Considero que seria preferível não incluir os trabalhos a serem apresentados pelos estagiários, na exposição escolar do fim do ano. Parece-me que não seria prudente expor, lado a lado, em idênticas disciplinas, numa competição desigual [...] dada a exigüidade do período de treinamento, poderia colocar os professores em situação de manifesta e constrangedora inferioridade, não só em relação a seus colegas, como aos próprios escolares. Em vez de uma exposição conjunta de docentes e discentes, nas condições indicadas, poderia ser organizada, logo após o respectivo julgamento, uma exposição privativa dos estagiários. (DIRETORIA DE ENSINO INDUSTRIAL, 1948b, n. p.).

Em sua análise da proposta de capacitação organizada pela Escola, a DEI evidencia o lugar ocupado pela Exposição Escolar na sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem – era o momento do julgamento. Sendo assim, pelas especificidades dos critérios estabelecidos para a realização do treinamento, propunha alterar o momento da apresentação dos trabalhos realizados pelos professores, em tempo diferente da exposição dos trabalhos dos alunos. Desse modo, evitava-se o risco de alterar, no interior da escola, a representação do domínio do saber centrada na figura do professor.

No que diz respeito à avaliação dos professores sobre essa atividade, eles foram orientados a sistematizar as suas impressões e registrá-las, a partir do documento **Enquete entre os professores de Cultura Geral e Desenho, estagiários do Curso Especial de Treinamento de Oficinas***,* elaborado pela direção da EIN, conforme registro a seguir:

> I – Como recebeu a idéia de trabalhar nas oficinas da Escola?
> II – Considera de alguma utilidade o treinamento nas oficinas para os professores de Cultura Geral?
> III- Como relacionar esse nosso treinamento com a sua disciplina nesta Escola? Poderá exemplificar?
> IV- Foi boa ou má a sua primeira impressão com os trabalhos de aprendizagem prática? Por quê?
> V- Está aprendendo ou não alguma coisa mais, além da parte prática propriamente dita? Como?
> VI- Poderemos confiar ou não nos resultados desse primeiro treinamento, como estímulo aos subseqüentes? Por quê?
> VII- Seria possível apontar algumas falhas existentes na sua oficina que por ventura pudesse ser reparadas em proveito de um melhor ensino aos nossos estudantes? (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1948c, n. p.).

No processo de investigação, foram localizados 9 (nove) relatórios elaborados pelos docentes: Ody Freire de Oliveira (Ciências Físicas e Naturais), Lourdes Guilherme (Canto Orfeônico), Maria Angelita Marinho (Geografia e História), Maria Cândida Leite e Ruth Marinho Souto (Português), Irineu Martins de Lima (Desenho), Rivaldo Pinheiro (Matemática), Alvamar Furtado de Mendonça (Organização do Trabalho, Higiene Industrial e Contabilidade Industrial) e Severino Joaquim da Silva (Desenho). Esses relatórios foram encaminhados ao diretor Jeremias Pinheiro no dia 15 de julho de 1948.

Numa tentativa de síntese geral desses registros, verificamos que os docentes consideraram importante participar do treinamento e conhecer o desenvolvimento das oficinas, ambiente distante da maioria deles. Excetuando os professores de desenho – ex-alunos das escolas industriais, os demais eram detentores de uma formação humanística, sem experiências anteriores em instituições de ensino profissional. Em sua maioria, afirmaram que, apesar do exíguo tempo e do comprometimento de suas férias, dois períodos de 15 (quinze) dias, conseguiram adquirir alguns conhecimentos sobre a formação técnica aí desenvolvida. O prof. Rivaldo Pinheiro (1948, p.2) resume, assim, essa avaliação: "estágio positivo, tendo em

vista a necessidade imprescindível de um professor de cultura geral do ensino industrial conhecer os instrumentos de trabalho e as máquinas utilizadas pelos seus alunos no aprendizado profissional, as suas funções, a sua utilização e o seu funcionamento." O prof. Alvamar Furtado de Mendonça (1948, p.1) acrescenta, ainda, que "observar as condições gerais das oficinas, os processos pedagógicos adotados pelos mestres e as normas de trabalho usadas, contribuíram para o estudo da compreensão dos problemas escolares existentes no ensino industrial."

Por fim, ao expor suas impressões sobre as condições de funcionamento das oficinas e a prática pedagógica desenvolvida pelos mestres, os professores assinalaram, em alguns casos, a necessidade de mais instrumentos/equipamentos e melhor adequação do espaço. Em relação ao trabalho desses profissionais, avaliaram de maneira positiva, com destaque para os conhecimentos técnicos demonstrados em suas áreas de atuação. Considerando as informações do Quadro 22, esses mestres eram, em sua maioria, ex-alunos das escolas profissionais, alguns deles, além do curso industrial básico, realizaram o curso de mestria, o que lhes assegurava os conhecimentos necessários para uma formação em nível básico, objetivo desse estágio.

A oferta de capacitação para os professores pela DEI/CBAI, a rigor, até a segunda metade dos anos de 1950, se caracterizou por sua carga horária reduzida, sendo ministrada no período de férias desses profissionais. Essa situação seria alterada a partir da criação do Centro de Treinamento de Professores na Escola Técnica de Curitiba (CPTP), em 1959, pelo Governo Juscelino. Essa decisão contribuiu para ampliar o quadro de professores de cultura técnica do ginásio industrial dessa Escola, a partir do ano de 1960.

Assim, após a criação do Centro, a CBAI transfere a parte pedagógica do Rio de Janeiro para a Escola Técnica de Curitiba (ETC), a fim de coordenar, conjuntamente à sua Direção, os cursos que seriam oferecidos. Segundo Amorim (2004), os objetivos do Programa de Treinamento para Professores a serem desenvolvido no CPTP foram expressos pelo então Diretor Técnico das Ações da Divisão Educacional da CBAI, Glover E. Tully, conforme texto a seguir:

> (1) Treinar equipes de treinadores de professores que possam por sua vez treinar outros professores de educação

> industrial; (2) Preparar material didático para uso nas escolas da CBAI; (3) Propor mudanças curriculares que serão revisadas pelas autoridades educacionais brasileiras competentes para sua possível implementação (TULLY, 1957 apud AMORIM, 2004, p. 243).

Os objetivos apresentados definiam para o CPTP o papel inicial de oferecer capacitação para aqueles profissionais que já trabalhavam no ensino industrial. Ademais, era também preciso cuidar de aspectos metodológicos, o que implicava a definição de material didático a ser utilizado pelas escolas, condição necessária para o controle dos propósitos formativos.

No que se refere aos profissionais responsáveis pela docência nesse curso, o Centro contou com a inclusão de técnicos vindos dos Estados Unidos, que assumiram a parte prática dos laboratórios[80], em alguns casos, dividindo essa tarefa com professores recrutados em algumas escolas industriais e técnicas, além da inclusão, posteriormente, de ex-alunos da ETC que tinham participado desse processo formativo (AMORIM, 2004). A EIN, por sua vez, encaminhou a esse Centro, no ano de 1959, o professor do antigo curso de Serralheria, Pedro Martins de Lima, para participar como um dos seus monitores.

Na consecução dos seus propósitos, a CBAI, estrategicamente, buscou envolver os dirigentes das escolas profissionais da rede federal. Para tanto, decidiu realizar uma reunião para o início do ano de 1959, com todos esses diretores, com o objetivo de proporcionar-lhes "um conhecimento das instalações e do trabalho do citado Centro e de estabelecer um intercâmbio de ideias e diretrizes para o melhor desenvolvimento do ensino industrial" (SUPERINTENDÊNCIA CBAI, 1958, n. p.).

Confirmando a realização desse encontro, ocorrido no mês de janeiro de 1959, o diretor da EIN, por meio de oficio enviado à CBAI, em fevereiro/1959, assinala:

80. Essa participação de técnicos americanos era parte do acordo firmado entre o Governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e o Governo dos Estados Unidos, que se fez representar através da "Inter-American Educacional Foundation (1946), sendo substituída em 1950, pela repartição cooperativa The Institute of Inter-Americanan Affairs" (CUNHA; FALCÃO, 2009, p. 157).

> Os planos de extensão e expansão da CBAI, são deveras preciosas, para aprimoramento de nossos professores, principalmente de Cultura Técnica. O Centro de Treinamento para professores em Curitiba, de modo geral está bem aparelhado para atender às necessidades de seus mestres, notando-se apenas, que, alguns salões de oficinas, já, não são suficientes e adequados para o perfeito adestramento. A escassez de professores técnicos em nosso país, é bem grande, e somente com muita dedicação e boa vontade, poderemos alcançar com êxito a pesquisa e adestramento de professores, que a CBAI nos oferece. [...] seria promissor, o aproveitamento de ex-alunos do Curso Técnico, desde que seu cabedal de conhecimentos e sua vida escolar, preencham os requisitos, que dignificam um futuro promissor. Não é difícil a indicação desses futuros mestres, porque, tanto os Diretores das Escolas Técnicas e Industriais, como os Orientadores, trabalharão em conjunto, para alcançarem a meta desejada (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1959ª, n. p.).

O diretor da EIN, Pedro Pinheiro de Souza, ao constatar ainda a existência da "escassez de professores", sugere o aproveitamento de ex-alunos do ensino industrial, segmento não presente na clientela inicialmente definida pela DEI/CBAI. Como critério de seleção, indica que sejam considerados os índices de aproveitamento e a avaliação do comportamento apresentados durante o curso. Esses critérios são os mesmos que estiveram presentes na definição do quadro de honra da escola. Observamos, portanto, que, ao sugeri-los, esse dirigente tentava garantir o maior poder de controle aos profissionais responsáveis por essa escolha. No caso específico da EIN, quando esse processo seletivo passou a vigorar, foi compartilhado pelo diretor, mestres e professores indicados por esse dirigente.

No ano de 1960, a EIN encaminhou os ex-alunos Alcir Veras da Silva (curso de Mecânica), Isaias Maurício de Carvalho (curso de Marcenaria) e Barrozo Leite de Medeiros (curso de Mecânica) para participarem do Curso de Formação de Professores de Prática de Oficina, ocorrido no período de abril a novembro. No ano seguinte,

o também ex-aluno do curso de Marcenaria, Kerginaldo Barbosa de Oliveira, após participar de uma seleção interna, coordenada pelo prof. Pedro Martins de Lima, foi também encaminhado a Curitiba. Após a sua conclusão, eles passaram a fazer parte do quadro de professores da EIN para assumir a prática de oficinas.

No ano de 1963, a EIN enviou a esse Centro de Formação uma quantidade maior de ex-alunos para o curso de Magistério de Artes Industriais em uma das especialidades de trabalho (Artes Gráficas, Cerâmica, Desenho, Eletricidade, Madeira e Metal) para a primeira fase de Cursos Industriais Básicos e Ginásios Industriais. Isso contribuiu para alterar, nos anos seguintes, o perfil dos professores de cultura técnica e das práticas de oficina.

Nessa oportunidade, foram selecionados por essa instituição, seguindo os critérios apresentados anteriormente, Ailton Barbosa (Artes do Couro), Álvaro Paulino de Araújo (Alfaiataria), Antonio Fernandes de Carvalho (Marcenaria), Francisco Bernardino de Souza (Mecânica), Francisco Fernandes de Lima (Mecânica), Nivaldo Calixto Torres (Marcenaria), Paulo Xavier Trindade (Marcenaria), Venâncio Nogueira de Farias (Alfaiataria) e Vicente de Paula Sousa (Artes do Couro). Essa formação ocorreu no período de março a dezembro de 1963.

Em relação ao programa desse curso, constatamos que era formado por disciplinas de formação geral, formação pedagógica e formação profissional, totalizando uma carga horária de 1.687 horas, conforme o quadro a seguir (Quadro 23):

Quadro 23 – Programa do curso de Magistério de Artes Industriais

Formação Geral – 270h	Matemática (90h) Português (135h) Ciências Básicas (45h)

Formação Pedagógica - 337 horas	Psicologia Educacional (30h) Metodologia do Ensino Industrial (75h) Filosofia do Ensino (30h) Noções de Orientação Educacional (12h) Administração e Supervisão Escolar (30h) Auxílios Audiovisuais (60h) Organização e Direção de Oficinas Escolares (30h) Planejamento de Cursos (60h) Prática de Ensino (10h)
Formação Profissional - 1.060h	Desenho (160h) Prática de oficina (900h)

Fonte: Escola Técnica de Curitiba (1963).

Com esse modelo de organização curricular, o Centro de Professores tentava constituir-se em um espaço educativo capaz de preparar os novos professores para garantir, segundo Amorim (2004), a formação de indivíduos direcionados para a eficiência produtiva, fator considerado fundamental à expansão industrial pela qual passava o Brasil no período.

A escolha por uma formação geral que servisse para complementar os estudos já efetivados, o fortalecimento da formação prática e a inclusão de um conjunto de disciplinas voltadas para o campo da formação pedagógica indica a que público prioritário se destinava essa formação – o segmento ainda não preparado para a docência no ensino industrial, no caso da EIN, os ex-alunos dos cursos industrial básico. Sendo assim, é atribuído às disciplinas de Desenho e Práticas de Oficina um peso significativo. Complementando esse currículo, são acrescidas as disciplinas pedagógicas que subsidiarão o processo ensino-aprendizagem. Desse modo, o professor deve auxiliar o aluno em seu processo educativo, incluindo a formação geral, formação de atitudes e formação profissional, em sintonia com as finalidades do ensino industrial, expressas no art. 1º, do Decreto nº 47.038 de 1959.

Em seu depoimento sobre a formação recebida nesse Centro, Antonio Fernandes de Carvalho (2010)[81] relata:

81. Depoimento concedido à autora em fevereiro de 2010.

> [...] Era grande o nível de exigência, com a oferta de aulas teóricas e desenvolvimento das práticas nos laboratórios, em turnos distintos. Os conhecimentos eram para ser aplicados na Escola, para tanto, foi fornecido material em forma de apostila para ser trabalhado com os alunos quando estivéssemos em sala de aula. A disciplina para a qual fomos capacitados, Artes Industriais, ao trabalhar as noções básicas de mecânica, cerâmica, eletricidade, artes gráficas, deveria contribuir para pesquisar uma aptidão no aluno nas duas primeiras séries do 1º ciclo, para que ele pudesse melhor fazer a sua escolha profissional para o 2º ciclo, ou seja, o ensino técnico.

Assim, ao tentar assumir diretamente o controle da formação dos professores para as escolas de ensino profissional, o governo, por meio do órgão que coordenava a organização geral do ensino industrial (DEI/CBAI) objetivava possibilitar as condições necessárias para que, no exercício de suas práticas no interior da escola, esses profissionais contribuíssem, efetivamente, com o início da formação profissional nos ginásios industriais e o consequente aprofundamento nos cursos técnicos, conforme preconizava as diretrizes da Lei nº 3552, de 1959, em vigor nesse momento.

Para que esse processo acontecesse, na íntegra, na organização dos currículos desses cursos, não se descartava a ênfase na articulação do ensino industrial com o mercado de trabalho. O prof. Francisco Bernardino de Souza (2010)[82], participante do curso de formação ministrado em 1963, na ETC, destaca que:

> em paralelo às aulas práticas em laboratórios e oficinas da escola, visitas foram realizadas em algumas indústrias com o propósito de que pudéssemos verificar o modelo de organização produtiva. Ênfases também eram dadas a contribuição das escolas profissionais na formação dos jovens.

82. Depoimento concedido à autora em março de 2010.

Mas, não era uma formação qualquer, seria de acordo com os procedimentos de:

> Racionalização Científica, pois o treinamento de professores para o ensino industrial deveria ser efetuado de modo que os docentes, ao trabalharem com os alunos dos cursos técnicos, seguissem a mesma senda, garantindo a formação de indivíduos direcionados para a eficiência produtiva (AMORIM, 2004, p. 273).

Assim, com a contribuição inicial das próprias escolas da rede de ensino profissional, da Escola Normal, das Escolas de Nível Superior e Faculdades existentes a partir do final dos anos de 1940, da DEI/CBAI e, posteriormente, da UFRN, a Escola Industrial constituiu a formação profissional dos professores que atuaram em seu Quadro Docente no período de 1942-1968.

6

AS PRÁTICAS QUE CONSTITUÍRAM A ORDEM, A DISCIPLINA E A VIGILÂNCIA NO COTIDIANO DA EIN

Com o propósito de compreender que práticas educativas se materializaram no interior da Escola Industrial de Natal e sua relação com as demandas provenientes de um currículo voltado para a formação de alunos pontuais, assíduos, capazes de cuidar do corpo, respeitosos para com as outras pessoas, cumpridores de seus deveres e aptos a exercer uma atividade profissional, decidimos destacar os aspectos que caracterizaram a rotina cotidiana, os rituais e as práticas educativas na EIN.

Desse modo, atentamos para o entendimento de Julia (2001) quanto às instituições como um local não apenas de aprendizagem de saberes, mas, ao mesmo tempo, um lugar de incorporação de comportamentos e de hábitos. Nesse sentido, na EIN um conjunto de normas e práticas que definiam conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar foram viabilizadas, sobretudo, por meio das disciplinas Educação Física, Canto Orfeônico e as práticas das oficinas.

Para Souza (2008, p. 179), a educação física era destacada pela sua "influência moralizadora e higiênica. Tornar os corpos ágeis, fortes, robustos, vigorosos. Desenvolver a coragem o patriotismo. Todo um investimento no corpo dos indivíduos que engalfinhava nos ideais de moralização e ordenação social." Esses valores ligados à formação militar e cívica, ou seja, à militarização de corpos e espíritos, serviram para orientar a organização de determinadas práticas na EIN.

Referente à prática de educação física, Francisco Bernardino de Souza (2010)[83], ex-aluno e professor da EIN, ressaltou, em seu depoimento, que, em relação à educação física, as exigências dessa escola se assemelhavam ao estilo militar, com o desenvolvimento de uma disciplina rígida, visando à formação de homens bem comportados. Segundo ele:

83. Depoimento concedido à autora em março de 2010.

> [...] nós tinhamos que chegar à Escola antes das 6h, trocar de roupa, o que significava colocar um calção, depois guardar a farda no armário da Escola e nos dirigirmos imediatamente para o pátio ou para o campo do Clube América. Os exercícios que repetiamos diversas vezes, eram de resistências e flexibilidade. Era preciso manter o controle sobre os movimentos visando o fortalecimento do corpo. Além disso, a obediência as orientações do professor era algo a ser cumprido por todos, o tempo inteiro. (SOUZA, 2010).

Os métodos utilizados pela EIN no desenvolvimento dessa atividade, sob forte controle dos comportamentos, assinalam uma concepção de corpo como objeto a ser disciplinado, caracterizando-se pela repetição mecânica de movimentos, sem respeito a individualidade, dispensando a criatividade e nivelando todos de acordo com padrões externos. A imagem a seguir nos permite observar algumas dessas características na EIN (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Prática de Educação Física – Pátio – EIN (1945)



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Na concepção de Viñao Frago (1995), o conjunto de aspectos institucionalizados inclui práticas e condutas, modo de vida, hábitos e ritos que expressam aspectos da cultura produzida e disseminada na escola. Como parte do desenvolvimento formativo dos alunos, o controle do corpo e das mentes, além do fortalecimento do ideário civico, orientaram as práticas educativas na EIN. A tentativa de valorizar o sentimento de respeito em face dos símbolos que representavam o país, associada à insistência em propagar junto aos alunos a importância das escolas industriais, para o desenvolvimento do Brasil, eram alguns dos principios levados em conta nesssa formação. A Fotografia 17 a seguir registra a bandeira da Escola transportada à frente do grupo de alunos, incorporada às atividades esportivas.

Fotografia 17 – Alunos da EIN – Abertura torneio esportivo – 1950



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A imagem aponta para uma das estratégias utilizadas pela escola na tentativa de constituir, junto aos alunos, o sentimento de pertencimento e respeito a essa instituição. Assim, um grupo de alunos devidamente organizado referencia o símbolo de identificação da própria escola, a sua bandeira, antes do início de

um dos torneios esportivos, sob os olhares de colegas, perfilados junto à parede, e do próprio diretor Jeremias Pinheiro.

Na EIN, essas medidas desvelam aspectos de seu disciplinamento, cabendo aos alunos o cumprimento das regras estabelecidas pelas autoridades escolares, o que poderia ser visto como práticas que traziam, em si, possíveis indícios da forma de organização que encontrariam nas indústrias.

Esse tipo de prática era comum em outras, como o Instituto João Pinheiro. Faria Filho (2001, p. 73) analisa as práticas educativas e ressalta a necessidade de formar "trabalhadores-cidadãos, comedidos, moralizados, disciplinados, cônscios dos seus direitos e deveres." Essa era uma tarefa que se impunha àqueles que eram responsáveis pela construção de um ambiente disciplinar no interior dessa escola: o diretor, os mestres e professores e o inspetor de alunos.

Numa instituição de ensino onde a sua organização era de semi-internato, como era o caso da EIN, os espaços existentes se transformavam num templo de diversas possibilidades de aprendizagem por meio do desenvolvimento das mais diferentes atividades, aliadas ao rígido controle do tempo.

Na constituição da rotina escolar, uma das preocupações da Escola era distribuir aos alunos, no início do ano letivo, o horário de todas as atividades. O controle do tempo estava associado a uma rígida organização disciplinar.

Segundo Boschilia (2004), o controle do tempo e da organização escolar visava a apreensão por parte do aluno do seu uso racional, a criação de hábitos de trabalho e a busca da internalização de hábitos disciplinares que facilitassem a inserção do individuo na sociedade. Esse processo não descarta a incorporação do relógio que, no sentido atribuído por Escolano (2001), organiza a vida no interior da escola, indicando as horas de entrada e de saída, os tempos de recreio e todos os momentos da instituição.

Na EIN, o relógio foi colocado em lugar central da portaria, onde o funcionário responsável se orientava para anunciar, por meio do repicar do sino, o início e término das atividades escolares, pois "o tempo escolar se expressa também como tempo disciplinar: respeitar horários e cumpri-los, cada coisa a seu tempo certo, preciso." (SOUZA, 1998, p. 137).

Nessa escola, o acesso dos alunos ao prédio deveria ocorrer às 7 horas pelo portão lateral, localizado na rua Prof. Zuza; somente no caso de atraso, após estar fechado, poderia o aluno solicitar o acesso via portaria principal, localizada na Av. Rio Branco. Nesse caso, ele seria encaminhado pelo porteiro para se justificar ao Inspetor de Aluno, que poderia ou não lhe permitir o acesso. Antonio Fernandes de Carvallho (2010)[84] ressaltou que, nesses casos, e também naqueles em que o aluno cometia algum ato de indisciplina, o lugar instituido como **espaço de espera** do Inspetor Escolar ou do Orientador Educacional era embaixo da escada existente nessa portaria. Para ele, ficar ali, em pé, embaixo da escada, até ser recebido, já significava uma punição, visto que lhe causava uma sensação de estar carregando um grande peso nas costas.

Essa forma de acesso ao prédio da Escola também está presente no relato do ex-aluno Francisco Bernardino de Souza (2010)[85], bem como o destaque para as formas como se estabelecia, na rotina escolar, o controle do tempo e da disciplina. Vejamos:

> após o retorno das aulas de educação física à Escola, todos aguardavam o toque do sino indicando o início da próxima atividade às 7 horas. Três badaladas significavam advertência; duas badaladas – os alunos deveriam se dirigir para a quadra, no centro do pátio, lugar onde ocorria a formação das filas; uma badalada – todos na fila, silêncio total. O controle para que isso ocorresse era da responsabilidade dos alunos que constituiam o Corpo dos Vigilantes. Dessa maneira, durante esse período, caso ocorresse algum ato de indisciplina por parte de algum aluno, este era retirado da fila e ficava aguardando a saída de todos, somente depois disso poderia seguir o grupo. (SOUZA, 2010).

O **sino**, com as suas diferentes badaladas, indicava os comportamentos obrigatoriamente esperados. Nesse processo de controle das atitudes desses alunos, a exigência do silêncio e o

84. Depoimento concedido à autora em fev. de 2010.

85. Depoimento concedido à autora em mar. de 2010.

seu cumprimento faziam parte das estratégias utilizadas. Nesse sentido, lembramos, com base na concepção de ordem expressa por Foucault (2009, p. 159), que esta "não tem que ser explicada, nem mesmo formulada: é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado."

Esse controle do tempo também se estendia aos professores. Pela Portaria nº 148, de 16 de agosto de 1967 (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 1967b), o então diretor dessa escola, Pedro Martins de Lima, solicitou aos professores, em nome do bom rendimento disciplinar e pedagógico da Escola, que obedecessem ao toque de entrada e só se retirassem da classe após o toque da saída - condição fundamental para que se forme no educando a noção de obediência.

Sobre essa noção de obediência que era desenvolvida pela EIN, ganhava centralidade o respeito que os alunos deveriam destinar ao diretor, professores e funcionários. Nesse sentido, o acesso à sala de aula e oficinas deveria ocorrer no tempo anterior à chegada do professor e dos mestres. Após esse acesso, todos deveriam levantar e permanecer em pé até o anúncio da permissão para sentar. Desse modo, a repetição de determinados gestos e atitudes que se incorporavam no cotidiano das práticas dessa escola objetivava torná-los naturais e necessários aos olhos daqueles que tinham que realizá-los.

O ex-aluno Antonio Fernandes de Carvalho (2010)[86] relembra que aos alunos era dito não ser permitido risadas nos espaços de circulação da Escola. Ele próprio teria presenciado, durante um dos intervalos de aula, o então diretor Jeremias Pinheiro solicitar a um grupo de alunos que se encontrava nos corredores o devido respeito ao lugar onde se encontravam, a Escola, e parassem de rir.

Para atribuir sentido a essas ações, Boschilia (2004, p. 133) destaca que "a escola necessitava acionar outros mecanismos capazes não só de legitimar as suas práticas e auxiliar a uniformização mas também promover a internalização das regras aprendidas." Para exercer a arte de bem educar, era necessário, pois, controlar corretamente os indivíduos.

Essa forma de disciplinamento "procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço", por outro lado, "[...] individualiza os corpos por uma localização que não os

86. Depoimento concedido à autora em fev. de 2010.

implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações". (FOUCAULT, 2009, p.137, 141).

Na EIN, o controle interno sobre a permanência e circulação, individual e coletiva dos alunos ocupou um lugar central. Assim, o tempo sobre a abertura e fechamento do portão que garantia o acesso e saída e o controle sobre a circulação no interior da escola ainda hoje é algo marcante na memória dos ex-alunos. O texto a seguir apresenta táticas utilizadas pelos mestres para controlar os movimentos dos alunos:

> [...] durante as aulas na oficina de marcenaria, por exemplo, havia um rolo de madeira que o aluno deveria conduzir. No caso da oficina de mecânica, era um instrumento de metal. Caso algum aluno fosse encontrado em um outro espaço com estes instrumentos, corria o risco de receber uma punição. Vale assinalar que o banheiro estava localizado no mesmo pavimento das oficinas (SOUZA, 2010)[87].

A obrigatoriedade da utilização desse artefato pelos alunos expressa a materialidade da vigilância exercida, nesse caso específico, sob o controle dos mestres das oficinas. A autorização impunha limites; caso houvesse alguma manobra e o aluno fosse visto em outro lugar que não aquele que havia sido autorizado a ocupar, as normas disciplinares eram aplicadas. As portarias que tornavam público essas punições funcionavam como dispositivo que tornavam claramente visíveis àqueles sobre quem se aplicam.

Na EIN, após o café servido no refeitório[88], no início da manhã, em filas, as turmas eram divididas e encaminhadas para as aulas das disciplinas de cultura geral, no pavimento superior, e para

87. Depoimento concedido à autora em mar. de 2010.

88. O espaço do refeitório na EIN se transformou num templo de diversas possibilidades de aprendizagem e controle: o acesso nos horários dos lanches e almoço somente era realizado após a organização dos alunos em filas. Em seu interior, as mesas já estavam previamente definidas e cada uma delas era controlada por dois alunos, geralmente das últimas séries, que assumiam a função de presidente e vice. Esses alunos eram os responsáveis pela garantia do silêncio em cada mesa e pela autorização para o início da refeição.

as aulas da cultura técnica realizadas nas oficinas, no pavimento térreo. No meio da manhã, era servido o lanche. Às 11h30min – o almoço. No intervalo entre o almoço e o inicio do contraturno, ou seja, 12h às 13h, não era permitido ao aluno se ausentar da Escola, e o portão que permitia a sua entrada e saída era mantido fechado. Durante esse tempo, eles poderiam permanecer no pátio, bem como na sala onde funcionava a biblioteca, que se mantinha aberta aos cuidados de um dos alunos da Direção do Centro Litero Esportivo Nilo Peçanha, entidade estudantil existente a partir dos anos 1940.[89] No turno seguinte, as turmas trocavam de espaço para que pudessem ter acesso aos fundamentos não estudados no turno anterior. Novamente, era servido um lanche no meio da tarde e, somente às 17 horas, depois que todas as turmas eram mais uma vez conduzidas para o pátio e as filas formadas, eram formalmente liberados para casa.

No propósito de ampliar o olhar sobre o desenvolvimento das atitudes dos alunos e, consequentemente, garantir um maior controle sobre os comportamentos, o diretor Jeremias Pinheiro organizou o **Corpo de Vigilantes** nos anos de 1940. No tempo em que esse instrumento de poder foi criado, é indicado que, no interior da EIN, o autoritarismo e o caráter centralizador que marcaram a sociedade brasileira no Estado Novo (1937-1945) repercutiam no interior dessa instituição, orientando e fortalecendo as suas práticas disciplinares, o que faz esse Corpo de Vigilantes ser concebido como "uma engrenagem específica do poder disciplinar" (FOUCAULT, 2009, p. 169).

O Corpo de Vigilantes era formado por um grupo de 9 (nove) alunos titulares e 3 (três) suplentes, escolhidos pelos professores, com a aprovação do diretor que, pela portaria fixada no interior da Escola, tornava pública a escolha daqueles que cumpririam o papel de fiscalizadores do cumprimento das normas disciplinares existentes. Esse fato indica que, no processo de formação cívica, moral e de disciplinamento, viabilizado posto em prática na EIN, parte dos seus alunos participou diretamente.

89. Atribuir o nome desse ex-presidente à instituição estudantil evidenciava o culto à autoridade que ocorria no interior dessa instituição de ensino. Foi esse Presidente que assinou o decreto de criação da rede de escolas profissionais federais, em 1909, que deu origem mais tarde a Escola Industrial de Natal.

De acordo com o ex-aluno e prof. Severino do Ramo de Brito (2009, 2010)[90], uma das atribuições desse grupo residia na responsabilidade de registrar as ações realizadas pelos colegas que infringiam o código do bom comportamento. Isso contribuiu para que, no interior dessa instituição de ensino, os alunos fossem constantemente vigiados, controlados e seus comportamentos anotados. Com essas características, esse regime disciplinar tinha "a função de reduzir desvios [...] ser essencialmente corretivo" (FOUCAULT, 2009, p. 175).

Na EIN, além de multas aplicadas nas penalidades consideradas leves, cabia, em seu sistema de disciplina, punições que suspendiam por um prazo determinado os alunos da escola ou, em caso considerado grave, o cancelamento da matrícula, culminando com a sua expulsão.

Dentre as ações não permitidas que ocasionavam suspensões dos alunos, destacam-se: desacato aos membros do Corpo de Vigilantes e aos demais segmentos da escola, usar palavras de baixo calão, brigar no espaço interno dessa instituição, não se apresentar na parada de 7 de Setembro, badalar o ensino sem permissão, burlar a vigilância da portaria e sair sem autorização, fumar nos recintos da Escola ou até a 100 (cem) metros dessa, e, ainda, o uso indevido da farda. Nesse caso, o aluno não poderia usá-la sem a gravata tampouco com algum botão da camisa desabotoado ou com a manga da camisa dobrada. Essas exigências também se aplicavam fora da Escola. Caso fosse visto por um dos membros desse grupo, com esse traje fora de ordem na rua, também recebia uma multa. Era necessário mantê-la sempre impecável.

No caso especifico dos membros do Corpo de Vigilantes, com o propósito de identificá-los junto aos colegas, na manga da camisa de sua farda era colocado um distintivo para oficializar essa diferença: uma faixa com um desenho de um olho, conforme figura a seguir.

90. Depoimento concedido à autora em dez. de 2010.

Fotografia 18 – Apresentação dos alunos – Salão de Honra – EIN - 1950[91]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

O uso da faixa como um elemento incorporado à farda tem um sentido simbólico. Ela legitimava o poder atribuído aos componentes do Grupo de Vigilantes e os diferenciava em relação aos outros alunos. O desenho do olho era o símbolo do controle, a certeza de que nada passaria despercebido do seu olhar. Com essa vigilância hierarquizada, contínua e funcional, os alunos eram distribuídos nesse campo permanente, o que "permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em principio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar" (FOUCAULT, 2009, p. 170). Em outra instância do sistema disciplinar, o Inspetor de Alunos, o Orientador Educacional e o Diretor da Escola controlavam o Grupo de Vigilantes em suas práticas disciplinadoras.

O ex-aluno Joaquim Elói Ferreira da Silva (2010),[92] ao se referir a sua participação no Corpo de Vigilantes, destacou que as

91. Joaquim Elói Ferreira da Silva, 1ª fila, com a faixa do Corpo de Vigilantes

92. Depoimento concedido à autora em dezembro de 2010.

reuniões ocorridas no intervalo do almoço, com o objetivo de avaliar e definir as punições cabíveis aos alunos que descumpriam as normas disciplinares, constituíam o **Tribunal de Penas,** a exemplo do modelo adotado pela justiça, com alunos ocupando o lugar que caberia aos jurados, promotor e advogado de defesa. Assim, o aluno inquirido tinha o direito a se defender junto aos colegas. Esse fato suscita pensar no que é assinalado por Faria Filho (2001, p. 70), sobre a organização de "uma rede de punições e recompensas, de forma que, em qualquer lugar ou a qualquer momento, a criança estivesse sujeita a uma observância e julgamento de seu caráter e de sua conduta."

Essa informação que contempla a existência desse Tribunal foi a temática da Portaria nº 8, de 11 de março de 1950, do diretor da EIN, Jeremias Pinheiro, conforme texto a seguir:

> [...] tendo em vista o parágrafo 2º, do Art. 6 do "Código de Penas", o Diretor da EIN resolve designar o prof. Rivaldo Pinheiro pra funcionar junto ao Tribunal de Penas do corpo discente desta Escola, como orientador e interprete do "Código de Penas" daquele Tribunal, durante o ano letivo de 1950 (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1950, n. p., grifo do autor).

Apesar de não ter sido possível localizar o Código de Penas que orientava a realização desse Tribunal, os relatos de alguns ex-alunos desvelam indícios referentes às suas finalidades, que era o controle sobre as atitudes dos discentes, expressas num conjunto de normas que se constitui, segundo Foucault (2009), em dispositivo disciplinar.

Para que a sua aplicação fosse devidamente fiel ao texto legal, a Direção da Escola indicava, como orientador junto ao Corpo de Vigilantes, um professor com formação na área do Direito, Rivaldo Pinheiro. Assim, torna-se importante fazer referência à carta enviada pelo ex-diretor da DEI, Francisco Montojos, ao diretor da EIN, em 1º de março de 1949:

> [...] acabo de receber seu relatório referente a 1948. Que grande atrazo! [...], sei que estou em falta com o Sr., pois até hoje não respondi

> sua carta referente ao Tribunal de Penas. Li o trabalho e achei-o bom. Entretanto quis, a respeito obter a opinião de outros colegas e êstes ainda não me deram. Não obstante, acho que poderá pô-lo em execução. A aplicação é que irá aconselhar quaisquer modificações (MONTOJOS, 1949).

O encaminhamento, por parte da direção da EIN, de informações sobre o referido Tribunal ao diretor da DEI solicitando sua análise traz indicações de que a responsabilidade por sua formulação era da própria Escola. Sugere também o ano de 1950 como o marco inicial de sua implantação, tendo em vista o relato do ex-aluno Joaquim Elói Ferreira da Silva (2010)[93], que registrou ter, nesse período, participado de suas reuniões. Julgamos importante assinalar que não era por acaso que essa escola tentava reproduzir, em seu interior, esse modelo de controle estabelecido oficialmente na sociedade. Era preciso imprimir legitimação, junto aos seus alunos, das suas normas disciplinares.

Considerando as finalidades do Corpo de Vigilantes, torna-se fundamental verificar como esse grupo de alunos, no cotidiano da Escola, conseguia se relacionar com os demais colegas. Quando questionado sobre o assunto, o ex-aluno e prof. Nivaldo Calixto Torres (2009)[94], membro desse grupo, em 1959, assinalou que, no geral, havia uma convivência harmoniosa entre o grupo de vigilantes e os demais alunos. Destacou, ainda, que existia um espaço localizado no pavimento térreo destinado a esse grupo, onde se reuniam na hora do intervalo do almoço para realizar o levantamento dos problemas ocorridos. Mas, ele admite que nem sempre agia dessa forma, às vezes, "tinha os grupos de alunos que ficava junto conosco no pátio e expressavam o desejo de fumar. Como não era permitido, então eu dizia: eu vou sair, pois estando presente teria que registrar essa desobediência, o que certamente iria implicar em punições" (TORRES, 2009).

Essa ação indica que, apesar dos limites impostos pela realidade intitucional, os alunos construíam suas táticas, conforme a concepção elaborada por Certeau (2009), num processo de manobra

93. Depoimento concedido à autora em 2010.

94. Depoimento concedido à autora em 2009.

frente ao que estava estabelecido e encontravam maneiras sutis para proteger os colegas do peso do controle disciplinar. Ignorar o descumprimento de uma das principais normas - proibição do ato de fumar - bem expressa isso. Não havia, portanto, uma obediência cega tampouco uma reação coletiva contrária àquilo que poderia ser considerado excesso. Desse modo, os registros de suspensões e cancelamentos de matrícula de alguns alunos, por razões disciplinares, confirmam esse agir solitário.

Por outro lado, a estratégia da Escola para garantir uma harmonia possível entre alunos que ocupavam papéis tão diferentes era incluir, em suas normas disciplinares, punições para aqueles que desacatassem os membros desse grupo. Um exemplo disso está no relato feito por Nivaldo Calixto Torres (2009)[95]: "um dia, eu ainda era membro do Corpo de Vigilantes, um aluno pegou na minha gola da farda e disse que eu não tinha moral. Ao ser comunicado ao Diretor, ele foi suspenso por 8 (oito) dias."

Os professores foram convocados a participar desse trabalho de fortalecimento das ações desse grupo. Assim, por meio da Portaria publicada, em 23 de março de 1959, o diretor Pedro Pinheiro de Souza recomenda aos professores e funcionários dessa Escola, "todo apoio, interesse e incentivo ao trabalho de 'Vigilante', realçando-lhe sempre sua personalidade de orientador do Corpo Discente a seu dever no desempenho da função de confiança que exerce entre os seus colegas e a Administração Escolar" (ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL, 1959b, n. p.).

Assim, no desempenho dessa tarefa, percebemos o que Foucault (2009) denomina de vigilânica hierarquizada. Não havia dúvida do lugar ocupado por outros segmentos na estruturação do sistema disciplinar da Escola, mas havia um papel a ser desempenhado, nesse processo, por alguns alunos. Devido à representação estabelecida institucionalmente, esse grupo constituiu a sua trajetória até os anos de 1960, quando foi substituído por outra forma de organização estudantil: os líderes de classes. Escolhidos por seus pares, a partir de critérios estabelecidos pela direção e acompanhamento dos professores, esse grupo passou a atuar nos limites da sala de aula também como colaborador do controle institucional.

95. Depoimento concedido à autora em 2009.

No que diz respeito aos elementos simbólicos de identificação dessa Escola, a farda assumiu um lugar central, sobretudo, no desenvolvimento das práticas que garantem visibilidade e enaltecimento da instituição. Até os anos 1960, o modelo adotado pela escola para ser usado nas aulas de cultura geral, nos desfiles civicos, festa de aniversário da Escola e outras atividades oficiais, era formado por calça e camisa de mangas compridas, além da obrigatoriedade do uso da gravata e dos sapatos. A exceção era para as aulas nas oficinas, onde os alunos usavam um macação, conforme Fotografia 1**,** registrada neste trabalho.

Como parte da política assistencial, no início de cada ano, era entregue um corte de tecido da cor cáqui para que as famílias providenciassem, num prazo devidamente definido pela direção, a costura da farda. A imagem a seguir retrata o ex-aluno Natanael Gomes da Silva devidamente fardado (Fotografia 19).

Fotografia 19 – Natanael Gomes da Silva, aluno da EIN (1948)[96]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

96. Farda oficial da EIN.

Além desse uniforme, outro seria estabelecido para uso dos alunos que constituíam os pelotões de destaque, como o uniforme de gala utilizado em solenidades oficiais, conforme fotografia a seguir (Fotografia 20):

Fotografia 20 – Alunos da EIN – Solenidade Cívica – Pátio EIN – 1946



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Nessa imagem, observamos, no centro do pátio, a presença da professora de Canto Orfeônico, Lourdes Guilherme[97], executando a regência de um grupo de alunos durante uma atividade cívica. Havia, também, a presença de algumas pessoas, provavelmente professores e mestres das oficinas. É importante ressaltar que, na EIN, a disciplina Canto Orfeônico, desde os anos de 1940, quando é inserida em seu currículo, não apenas serviu para cultivar os

97. Diplomada pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico-RJ, onde foi aluna de Villa-Lobos, buscou cumprir o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela cultura das artes e, ao mesmo tempo, divulgar os propósitos da instrução moral e cívica.

valores civico-patrióticos mas também para divulgar os conteúdos de teoria musical.

Nesse sentido, segundo o ex-aluno Júlio Alves Hermínio (2010)[98], o programa dessa disciplina ministrada pela professora Lourdes Guilherme envolvia "contéudos de teoria musical, biografia de autores de música clássica, história da música e técnicas musicais. Os instrumentos de suas aulas eram o piano e as partituras. Suas avaliações consistiam em que identificássemos que música e compositor clássico estava tocando em seu piano."

Essa instituição recorreu às festas civicas com o propósito de estabelecer e manter valores considerados fundamentais. Nesse contexto, a organização para o desfile cívico de 7 de Setembro, na EIN, se revestia de vários ritos. Cabia, principalmente, à disciplina de Canto Orfeônico conduzir o processo de preparação dos alunos para a apresentação solene pelas ruas da cidade, atividade que envolvia todos os segmentos dessa instituição.

Segundo o ex-aluno João Maria Cortez Gomes de Melo (2011), dois meses antes do dia do desfile, eram iniciados no interior da escola, "o ensaio do hino nacional, o hino da bandeira e hinos que eram adaptados para que os alunos da EIN apresentassem durante o desfile, sobretudo, em frente ao palanque oficial, lugar onde permaneciam as autoridades civis e militares." Assim, podemos assinalar que, ao longo do tempo, esses desfiles se constituíram em espetáculos públicos de expressiva visibilidade social.

Como parte, ainda, dos ritos que envolviam a preparação dos desfiles cívicos, em seu depoimento, o ex-aluno e prof. Nivaldo Calixto Torres (2009)[99] ressalta que era distribuído aos alunos, pela direção, um creme de cabelo conhecido por brilhantina, bem como uma espécie de tinta para a pintura dos sapatos. Ações como essas se inserem no propósito da Escola para que os seus alunos se apresentassem da melhor maneira perante a comunidade natalense. A Escola necessitava reforçar a representação de instituição organizada e zelosa dos bons hábitos e respeito à Pátria. A Fotografia 21, a seguir, retrata um desfile cívico do 7 de Setembro nas ruas da cidade de Natal:

98. Depoimento concedido à autora em 18 de fevereiro de 2010.

99. Depoimento concedido à autora em dez. de 2009.

Fotografia 21 – Desfile cívico 7 de Setembro – EIN – Ano de 195?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Como podemos perceber, numa Escola que tinha como missão formar homens capazes de exercer uma profissão, bem comportados, capazes de respeitar os direitos dos outros e os seus deveres, conscientes da importância do cuidar do corpo, a existência de diversas práticas simbólicas contribuiu para a disseminação de ideias, valores e representações sociais ligados à "constituição da nacionalidade – o respeito aos símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo, a legitimação do imaginário sociopolítico, o cultivo da memória nacional – e ao reconhecimento do valor social e cultural da escola" (SOUZA, 2008, p. 69).

Uma outra importante atividade pedagógica da EIN era a solenidade de distribuição de prêmios aos alunos mais bem classificados no ano letivo. Essa classificação era resultante da avaliação mensal do comportamento, frequência e aproveitamento do aluno. O resultado desse processo avaliativo constituía o **Quadro de honra da Escola**.

Após a entrega do prêmio, havia a determinação de que fossem feitas as devidas anotações nas fichas individuais dos alunos premiados para que ficasse registrado. Além disso, essa ação

era também tornada pública por meio de comunicações oficiais da Direção, com o propósito de convidar todos os professores e funcionários, familiares dos alunos e autoridades, para participarem desse momento solene.

Para Foucault (2009, p. 181), classificações como essa são decorrentes de um "sistema de registro intenso e de acumulação documentária capaz de [...] caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidade, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele."

A **Hora Cívica**, por sua vez, destacou-se pelo poder de mobilização de alunos e demais segmentos da Escola. Realizada semanalmente, era coordenada pelo Centro Litero Recreativo Nilo Peçanha e pela Direção. Essa atividade ocorria nas manhãs dos dias de sábado com a seguinte programação: hasteamento da bandeira e canto do hino nacional pelos alunos, devidamente organizados em filas, no pátio da Escola. Após esse momento, todos se dirigiam ao salão de honra da Escola, onde um dos professores e um aluno das últimas séries apresentavam um tema antecipadamente escolhido. Diversificados, esses temas geralmente tratavam sobre "o significado das datas comemorativas e da importância do amor à Pátria, sobre a importância do ensino e da formação profissional, apresentações de biografias de pessoas presentes na história oficial do país, dentre outros." (BRITO, 2010)[100].

Fotografia 22 – Hora Cívica – EIN – 1950



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

100. Depoimento concedido à autora em dez. 2010.

Na imagem em questão, convém observar a distribuição dos sujeitos no espaço em destaque: o pátio da EIN (Fotografia 22). No centro, a professora de Canto Orfeônico Lourdes Guilherme, estrategicamente sobre um pequeno banco. Essa posição a coloca em realce, em posição de poder frente ao grupo de alunos, devidamente fardados e organizados em fila. Era necessário que todos estivessem atentos a sua imagem e aos seus gestos. Em outro ponto do espaço, é possível verificar a presença de aparentemente 6 (seis) alunos formando o batalhão que conduzia as bandeiras. Esses eram os elementos que constituíam a abertura da **Hora Cívica**.

Há registro de que essa atividade atravessou as décadas de 1940 a 1960, com as mesmas características que a marcaram, tais como: transmissão de uma consciência patriótica, por meio do respeito aos símbolos nacionais, e o estudo da vida daqueles homens presentes na história oficial como detentores de virtudes heroicas. Em termos gerais, essa era uma das formas encontradas por essa escola de trabalhar a educação moral e cívica dos seus alunos. Esses propósitos se fortalecem e se reconfiguram a partir de 1964, com a instalação do golpe militar no país e a institucionalização da repressão, fato que atingiu também o campo educacional, provocando a intensificação da tentativa de controle sobre a vida acadêmica, "coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade" (GERMANO, 1993, p. 117).

Dentre as diversas práticas que compunham o currículo dessa EIN, apesar de, em alguns casos, não estarem formalmente registradas nos seus programas de ensino, convém lembrar aquelas inseridas no campo religioso. Assegurado como de matrícula facultativa para o aluno a partir da Constituição de 1946[101], o ensino religioso fazia-se presente por meio de atividades que envolviam a participação de alunos, sobretudo, nas missas inseridas regularmente nas programações do aniversário da escola, da Hora Civica e do encerramento do ano letivo.

A fotografia a seguir confirma, portanto, que, na EIN, havia espaço para que os representantes da Igreja Católica desenvolvessem as suas práticas religiosas, num processo que envolvia diretamente os alunos (Fotografia 23).

101. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu Art. 97, trata da organização desse ensino nas escolas oficiais.

Fotografia 23 – Missa Pátio da EIN – alunos da EIN – 195?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Com o propósito de divulgar junto à comunidade externa o trabalho de formação profissional desenvolvido no interior de suas oficinas, a EIN promovia, no final do ano letivo, a sua Exposição Escolar. Esse evento constava de uma programação envolvendo vários dias, em que eram apresentados os artefatos produzidos pelos alunos nos seus diversos espaços. A imagem a seguir (Fotografia 24) retrata um flagrante da mobilização da comunidade interna, alunos, professores e direção, em torno dessa atividade.

Fotografia 24 – Abertura Exposição Escolar – Salão de Honra da EIN – 195?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A origem dessa atividade remonta o ano de 1909, quando o Decreto nº 7.566, em seu art. 12, determina a realização anual de "uma exposição dos artefatos das oficinas da escola, para o julgamento do grau de adiantamento dos alunos e distribuição dos prêmios aos mesmos" (BRASIL, 1909, n. p.). Apesar de algumas modificações em sua forma de organização, ao longo da trajetória dessa Escola, essa atividade continuou sendo desenvolvida.

Concebida como um momento privilegiado para fortalecer o trabalho de formação profissional que ocorria nessa Escola, essa exposição ganhava centralidade no final do ano letivo. Para garantir a sua organização, eram constituídas equipes de professores, funcionários e representação de alunos. Aos mestres de oficinas cabia selecionar, dentre os trabalhos produzidos, aqueles que melhor atestassem a eficiência da Escola. Ao grupo de professores de cultura geral, era reservada a atividade de receber os artefatos desses mestres e organizá-los nos espaços destinados a cada curso.

Quanto aos funcionários e alunos, cabia o trabalho de fiscalização e orientação da referida Exposição. Acerca dessa fiscalização, é importante acrescentar que os produtos expostos eram postos à venda e os recursos arrecadados entregues ao setor que cuidava da parte financeira da Escola[102]. A imagem a seguir retrata a exposição de artefatos em um dos salões da EIN.

Fotografia 25 – Exposição Escolar – EIN – 195?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

A imagem desse conjunto de artefatos apresenta aspectos das características técnico-pedagógicas dessa instituição. As peças em questão evidenciam as escolhas realizadas pelos seus mestres, no processo de aprendizagem dos alunos. Nesse caso, podem-se identificar os ternos, camisas, calças e gravatas que representam o que era produzido pelos alunos do curso de Alfaiataria, e as diversas peças em madeira elaboradas pelos alunos do curso de Marcenaria e da oficina de entalhação. Em destaque, as bandeiras do Brasil e da própria EIN. Esse fato simboliza o caráter não apenas técnico-pedagógico de que se revestia esse momento, mas também cívico-patriótico.

102. O Decreto-lei nº 8.590, de 8 de janeiro de 1945, garante às escolas industriais e escolas técnicas a realização de exercícios escolares práticos sob a forma de trabalho industrial. Em outros termos, era assegurado a essas instituições de ensino, atender às solicitações externas de prestação de serviços. Nesse processo, que poderia envolver os alunos e ex-alunos, a estes era também garantido um percentual fixo pela produção desenvolvida.

Em que pese a importância que a Escola atribuía aos seus desfiles cívicos e às suas exposições, havia uma data que, historicamente, concentrava grande parte dos seus esforços de mobilização – 23 de setembro, quando era comemorado o seu aniversário de criação. Para tanto, era definida uma programação coordenada pela Direção e o Centro Litero Recreativo Nilo Peçanha, com a participação de grupos de professores e funcionários designados para organizá-la.

Nesse processo, para a mobilização da comunidade externa, a Escola contava com o apoio da imprensa, principalmente do jornal "A República", que anunciava esse momento de comemorações. Nesse sentido, no dia 23 de setembro de 1956, a então jornalista e professora Myriam Coeli de Araújo, que mantinha nesse impresso uma coluna, escreveu o artigo intitulado **Completa 47 anos a Escola Industrial**, no qual fez uma apresentação da EIN, denominada por ela de estabelecimento modelar de aprendizagem que desenvolve distinguida ação social, com excelente corpo docente, obra que honra o ensino de nossa terra (ARAÚJO, 1956).

Na organização das festividades comemorativas, havia o empenho em mobilizar representantes das autoridades civis e militares, segmentos do campo educacional, além da população, conforme imagem a seguir (Fotografia 26):

Fotografia 26 – Aniversário da EIN - 195?[103]



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

103 Representantes do Centro Litero Recreativo Nilo Peçanha.

Kossoy (2001, p. 101) destaca a evidência fotográfica como testemunho visual de aparências e assinala que "uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza, no documento, um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida." Sendo assim, a foto em destaque registra, para além da memória daqueles que participaram desse momento festivo, o poder de mobilização que a EIN exercia em seu entorno, já que podemos observar a presença de autoridades civis, militares e religiosas, numa demonstração do lugar que esses segmentos sociais ocupavam nos espaços de ordenação do poder institucional.

Destacamos, ainda, a presença do grupo de alunas da Escola Normal de Natal. Segundo depoimento da profa. Anaíde Dantas (2010)[104], a representação dessa instituição de ensino nas diversas atividades desenvolvidas pela EIN era algo comum.

Na memória dos ex-alunos citados nesse trabalho, encontramos referências às atividades socioculturais desenvolvidas na escola, sob a coordenação do Centro Litero Recreativo Nilo Peçanha, com o acompanhamento de professores escolhidos pela direção. Dentre essas ações, inserem-se os torneios esportivos, as colônias de férias na praia da Redinha-Natal, as festas de São João no mês de junho e as matinês realizadas aos sábados à tarde, comandadas pelo Grupo Regional, formado por alunos percussionistas da própria escola. Numa instituição destacada pelo rigor no controle dos comportamentos, era preciso, também, forjar ações capazes de garantir certas sociabilidades, num processo de constituição de espaços possiveis de convivência em grupo.

Além dessas atividades, a direção da escola mobilizava os seus professores para acompanhar os alunos em viagens às praias urbanas da cidade do Natal, denominadas, à época, de piquenique. A escola estendia o processo formativo para além dos espaços institucionais, mas sob o controle de um dos seus representantes. Na imagem a seguir (Fotografia 27), um flagrante dos alunos do ginásio industrial acompanhados pela professora de Francês, Espedita Oliveira de Medeiros, na praia de Ponta Negra-Natal.

104. Depoimento concedido à autora em junho de 2010.

Fotografia 27 – Alunos Ginásio Industrial – piquenique praia de Ponta Negra – 196?



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Em termos gerais, na tentativa de superar certas representações que se constituíram, historicamente, de que o ensino profissional era apenas destinado aos segmentos economicamente desfavorecidos da sociedade, a EIN, ao longo de sua trajetória, buscou tornar públicas as suas diferentes práticas como, por exemplo, as solenidades de formatura, realizadas no salão de Honra. Nessa solenidade, era comum a presença das famílias, dos professsores e funcionários, além de autoridades convidadas pela direção da Escola. Na edição de 24 de fevereiro de 1944 do jornal "A República", foi divulgada a entrega dos diplomas aos alunos que concluíram no ano de 1943, segundo texto a seguir:

> Conforme fora anunciado, a aludida solenidade promete revertir-se de grande brilhantismo, cujos convites já estão sendo distribuidos as autoridades civis, militares e os diversos chefes das repartições públicas federal, estadual e municipal desta capital. Além da entrega dos diplomas aos alunos, haverá o oferecimento do quadro de formatura por um dos diplomando

> em nome da turma, sendo feito agradecimentos, por parte da escola industrial, por um dos professores. O dr. Luiz da Câmara Cascudo, que paraninfará a turma comparecerá a solenidade, atendendo assim ao convite que lhe fora feito o agradecimento pelos jovens diplomados (SOLENIDADE..., 1944, n. p.).

Transformar a solenidade de entrega dos diplomas numa atividade que servisse para mobilizar os representantes dos poderes instituídos para o interior da Escola, parece ser uma das estratégias dessa instituição. Nesse contexto, a definição de Luis da Câmara Cascudo, oriundo de uma das famílias de prestígio social na cidade, dotado de uma privilegiada formação intelectual, o que o permitia atuar por vários campos profissionais, como o jornalismo, o magistério – no Atheneu Norte-rio-grandense, e a pesquisa, sobretudo, nas áreas de história e etnografia, ganhava mais significado.

A imagem a seguir retrata uma dessas solenidades, no início dos anos de 1950.

Fotografia 28 – Solenidade de Formatura – Salão de Honra - EIN – 1953



Fonte: Escola Industrial de Natal, 1968b.

Nesse flagrante, o diretor Jeremias Pinheiro faz a entrega do diploma a um dos alunos concluintes, sendo assistido por uma representação de professores, dentre eles, ao seu lado direito, a professora Lourdes Guilherme, seguida por um dos mestres de oficina, e da professora de Português Ruth Souto. Observamos, nesse cerimonial, a exigência do uso completo do fardamento escolar, fato que se repeteria nas demais atividades cívicas e sociais, destacadas neste texto. Além dessa atividade, a escola ainda mobilizava a comunidade escolar, envolvendo os pais e responsáveis pelos alunos para a comemoração do encerramento do ano letivo. Esse era o momento quando a direção aproveitava para apresentar o relatório das ações desenvolvidas e anunciar aquelas iminentes a acontecer. A imagem a seguir registra um desses momentos.

Fotografia 29 – Encerramento ano letivo – EIN – 1962



Fonte: Escola Industrial de Natal (1968b).

Conforme nos alerta Kossoy (2001, p. 47), "toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade", nesse caso, em especial, nos permite verificar, no presente, fragmentos das ações desenvolvidas por essa escola para promover a sua relação com a comunidade externa. Assim, é possível constatar traços da organização hierárquica existente, por meio da ocupação do espaço pelos participantes. Desse modo, ao lado direito do expositor, concentra-se, nas primeiras filas, o grupo de professores, seguido pelos alunos devidamente fardados. À esquerda, possivelmente, há familiares e responsáveis pelos alunos. Na condução dessa atividade, encontra-se o então diretor Pedro Pinheiro de Souza. Assim, considerando que, na produção das imagens, existe uma finalidade documental, no nosso caso, a apropriação desses fragmentos nos permitiu verificar como, ao longo do tempo, a cultura escolar dessa instituição foi sendo estabelecida.

De modo geral, podemos apreender que o registro de suas práticas, aliado aos depoimentos de ex-alunos, nos faz acreditar que, ao longo de sua história, essa escola definiu uma rotina institucional baseada num conjunto de valores, que, ao serem apreendidos pelos seus dirigentes, professores, funcionários e alunos, nortearam as estratégias e táticas utilizadas no processo de desenvolvimento de suas práticas educativas, constituindo o que pode ser denominado como a sua cultura escolar. Isso, na concepção de Viñao Frago (1995), retrata "toda a sua vida escolar", portanto capaz de desvelar seus feitos e ideias, modos de pensar, dizer e fazer, inseridos num espaço e num tempo determinado.

7
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como temática a história da Escola Industrial de Natal (EIN), com base na identificação de suas características culturais, sociais e pedagógicas evidenciadas em suas práticas cotidianas, na organização do currículo, na constituição do quadro de professores e alunos, na configuração do poder institucional e nas normas disciplinares.

Durante a realização deste estudo, um dos nossos desafios foi interpretar o sentido das práticas que constituíram o cotidiano, os ritos e os valores definidores da identidade institucional da EIN. Quantas vezes me vi seduzida pelo encanto das novas descobertas nos arquivos, nos encontros com o grupo de depoentes, levando-nos em determinado momento a enfrentar as necessidades de exclusão, da reorganização e reestruturação dos caminhos. Trabalho nem sempre fácil.

Neste livro defendemos que, criada para atender à demanda de um processo industrial fortalecido no país, a EIN foi-se constituindo num espaço, majoritariamente, ocupado por alunos oriundos dos grupos sociais economicamente desfavorecidos da sociedade, em busca de uma formação profissional que lhes garantisse o exercício de uma profissão. Isso não a impediu que também se tornasse um campo de aquisição de saberes que assegurasse aos seus alunos seguir caminhos profissionais e acadêmicos, diferentes daqueles ofertados por essa instituição.

Em 1942, foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que lançou as bases de organização desse ensino e definiu sua estrutura. Com isso, era regulamentado o ensino técnico industrial de grau médio, inexistente nessas escolas. Observamos, também, que uma de suas características principais foi tentar imprimir uniformidade a esse ensino em nível nacional.

Nesse processo de reestruturação, em 1942, os Liceus Industriais, substitutos das antigas Escolas de Aprendizes Artífices, foram transformados em escolas industriais ou escolas técnicas e, no caso específico do Rio Grande do Norte, essa transformação em Escola Industrial a impediu de se transformar em uma instituição de ensino de grau médio e ofertar cursos técnicos. Devido a essa

limitação, constatamos que essa escola, por meio das oficinas existentes, que garantiam conhecimentos gerais em marcenaria, sapataria, serralheria, alfaiataria e funilaria, estruturou os seus cursos industrial básico de Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Artes do Couro e Alfaiataria.

Em consequência dessa organização, os alunos passaram a ter qualificação profissional em uma área específica, com direito ao diploma de Artífice. Em paralelo a esse modelo de formação, verificamos que não se modificou a origem social de sua clientela, ou seja, continuaram a ser os filhos das camadas populares.

Os estudos empreendidos no sentido de identificar as características socioculturais dessa escola nos permitiram desvelar que o foco central dos seus dirigentes, ao longo do período de 1942 a 1968, esteve voltado para o cumprimento das políticas oficiais que orientavam a formação de artífices, mestres e posteriormente, técnicos, com o propósito de torná-los aptos a exercer uma atividade profissional e, ao mesmo tempo, cumpridores dos seus deveres; daí, a grande importância reservada à prática do civismo, dos exercícios físicos e do disciplinamento. Sendo assim, a EIN, conseguiu firmar-se, ao longo de sua trajetória, como uma instituição de existência necessária, visto que, formar para um ofício esse aluno oriundo das camadas populares era um objetivo que atendia às expectativas dos diversos segmentos da sociedade, num tempo quando crescia também, na população trabalhadora, a demanda por escolarização.

A constituição do sentido de organização na Escola Industrial de Natal não estava dissociada das práticas de disciplinamento que permearam a sua trajetória, em níveis e ações que se ajustavam a um tempo social determinado. Sendo assim, um modelo de instituição foi construído, fundamentado em uma cultura que privilegiava o controle sobre os comportamentos, espaços e tempo dos alunos.

Verificar a estruturação da identidade institucional da EIN foi possivel, a partir do acesso ao conhecimento sobre os cursos ofertados; o tempo de escolarização; a sua arquitetura escolar, com destaque para o uso pedagógico e cultural que era dado aos seus espaços; a composição do corpo docente – forma de acesso e formação acadêmica; constituição do grupo de alunos, destacando a identificação social e as condições de acesso; a

caracterização da gestão escolar e o reconhecimento dos espaços de decisão institucional.

Constatamos, ainda, que essa escola se caracterizou, até o início da década de 1960, pela manutenção de um currículo voltado para a formação básica industrial, em paralelo ao contexto do Estado do RN, que ainda mantinha um desenvolvimento industrial quase inexistente. Os princípios que orientavam o desenvolvimento de suas práticas estavam focados na formação de trabalhadores, que, além de aptos a exercer uma atividade profissional, deveriam assumir uma postura de respeito e obediência aos valores de sua pátria. Assim, a Escola que se propunha a formar artífices e mestres a partir dos anos de 1940 assumia a responsabilidade pela formação de bons hábitos, bons costumes e bons comportamentos em seus alunos.

Evidenciamos a luta permanente dessa escola na contratação de professores habilitados para as disciplinas de cultura técnica e para as práticas de oficinas, agravada pela estrutura limitada do prédio escolar, fator considerado responsável pelo pouco crescimento da oferta de vagas, durante as décadas de 1940 e 1950.

A falta de profissionais habilitados para assumir, sobretudo, as práticas de oficina, levou essa instituição a contratar ex-alunos com formação de artífices ou de mestres. Esse fato demonstra que os cursos pedagógicos criados pela Lei Orgânica, em 1942, para garantir a formação do pessoal docente do ensino industrial não alcançaram o êxito esperado, ou até mesmo não foram viabilizados. Diante dessa limitação profissional, identificamos algumas iniciativas postas em prática pelo governo, nos anos de 1950 e 1960, com o propósito de capacitar professores dessa escola, por meio de cursos de curta duração voltados para as áreas onde atuavam.

O modelo de instituição estabelecido na EIN, pela Lei Orgânica, foi modificado em 1959, com a publicação da nova reforma do ensino industrial: a Lei nº 3.552, que a transformou em autarquia. Os estudos efetivados nos permitiram visualizar, em especial, a reestruturação administrativa, financeira e pedagógica na EIN, em virtude de autonomia conquistada após essa transformação.

Essa descentralização institucional situou-se num tempo de mudanças de hábitos e de padrões de consumo, de entusiasmo pela modernização concretizada na sociedade urbano-industrial

e de enfoque em torno do ideal nacional-desenvolvimentista. Nesse contexto, a educação passou a ser vista como alavanca do desenvolvimento industrial. Para tanto, a orientação legal era que a escola buscasse se adaptar às exigências da produção. A configuração desse cenário nos permitiu compreender como foi forjada a participação direta de representantes do setor industrial na direção dessa escola, mediante a criação do Conselho de Representantes.

O Conselho de Representantes criado na EIN, em 1961, composto por representantes da sociedade civil, inclusive do setor industrial, assumiu um lugar central na definição do modelo de organização institucional desenvolvido a partir do ano de sua instalação. Constatamos que nada que dissesse respeito à vida da Escola era posto em prática ou encaminhado aos órgãos centrais, sem antes ser devidamente analisado por esse Conselho, cuja presidência, em toda a sua existência (1961-1974), coube ao representante da indústria.

Ainda como consequência da Lei nº 3.552 de 1959, na década de 1960, a EIN passou a ofertar cursos técnicos; por outro lado, seu curso industrial básico, que formava artífices em determinada área profissional, foi transformado em ginásio industrial com um currículo voltado à cultura geral e à iniciação técnica.

Havia a concepção de que a dinamização do ensino técnico, no interior dessa escola, possibilitaria aos seus alunos as condições necessárias para enfrentar os desafios do futuro próximo e assegurar ao empresariado a mão de obra especializada. Portanto, é nesse contexto de vinculação das finalidades da escola às demandas do setor produtivo que surgem os primeiros cursos técnicos na Escola Industrial de Natal. Nesse processo, foram consideradas além das peculiaridades locais, as regionais e nacionais. Isso explica a escolha dos cursos de Estradas e Mineração, áreas inseridas no Plano de Desenvolvimento da Sudene em 1959, e do Plano de Metas do Governo Kubitschek como fundamentais para o desenvolvimento do país.

As lutas pela garantia de um espaço escolar capaz de atender às demandas por maior oferta de vagas ocuparam um lugar central nos propósitos dessa escola. A organização dos espaços foi delimitada a partir da hierarquização atribuída aos sujeitos internamente. Eram lugares definidos para criar um espaço útil para

o desenvolvimento de suas práticas. Aliado a essa concepção, havia a propagação interna de um ideário de fortalecimento institucional diretamente vinculado à aquisição de um prédio com dimensões físicas superiores ao antigo edifício escolar.

Nesse propósito, foi retomada e concluída, nos anos de 1960, a construção do novo edifício da escola, no bairro do Tirol, iniciada no ano de 1947. As instalações da Escola passaram de um prédio escolar que ocupava pouco menos de 2.300m² para uma área inicialmente coberta de 8.360m². Esse fato explica o porquê desse espaço ter se tornado símbolo do crescimento e modernidade dessa escola.

Identificamos, em torno dos propósitos formativos dos alunos, a constituição de uma rede de disciplinamento que estabelecia comportamentos aceitáveis não apenas no interior da instituição, mas também àqueles que eram socialmente definidos em seu entorno, como: moldar atitudes, palavras e gestos em paralelo ao domínio dos conhecimentos teórico-prático para a profissionalização. Sendo assim, o modelo de formação que se constituiu nessa trajetória (1942-1968) foi movido pela disciplinarização do corpo e dos comportamentos, transformando-se em elementos fundamentais na constituição da cultura escolar dessa escola.

Esses resultados da pesquisa nos conduzem a indícios que podem ser, posteriormente, problematizados e investigados por outros pesquisadores, o que, certamente, suscitarão outras pesquisas.

A EIN cumpriu uma relevante função social como instituição voltada para a formação profissional. O seu modelo curricular e a cultura escolar construída, em sua trajetória histórica, possibilitaram abrir novos horizontes àquele segmento oriundo das camadas populares, não só no Estado do RN, mas também em outras regiões do Brasil.

Enfim, esse trabalho nos possibilitou, à luz da história da educação brasileira, olhares ao campo específico da legislação do ensino profissional para compreender como se constituiu essa instituição que se tornaria uma importante escola de ensino profissional do Estado do RN. Constatamos que, mesmo sendo parte da trajetória de uma instituição centenária, a EIN não perdeu a sua

singularidade, o que a tornou detentora de um caráter especial: o de formação nos níveis básico e técnico.

Transcorridos 110 anos após a sua criação, quando assumiu várias denominações e finalidades, inserida em outro tempo histórico, a EIN faz parte do passado que originou, no presente, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) sob novas configurações, com os seus 22 (vinte e dois) *Campi*, distribuídos por todo o Estado do RN, incluindo 4 (quatro) na cidade de Natal. Isso lhe permite atuar em diversas modalidades e níveis de ensino, totalizando aproximadamente 30 mil alunos. Por fim, podemos assinalar que essa instituição ocupa, na rede federal de ensino profissional, um lugar de destaque, não mais apenas no Estado do RN, como ocorreu no tempo da Escola Industrial, mas também em nível nacional.

REFERÊNCIAS

3º OFICIO DE NOTAS. Certidão da Escritura. Natal, 1948. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

ABERTURA de inscrição para o exame de seleção do curso de Mestria. **A República.** Natal, ano 55, n. 300, p. 3, 14 jan. 1945.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

AMORIM, Mário Lopes. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica do Paraná:** projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). 2004. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARAÚJO, Denilson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: http://p://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000442735. Acesso em: 4 out. 2010.

ARAÚJO, Myriam Coeli de. Sobre o aniversário de 47 anos da Escola Industrial. **A República**, Natal, 23 set. de 1956.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1961 a 1967. 3.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

BLOCH, Marc. **Introdução a História.** [S. l.]: Publicações Europa-América. 1993.

BOSCHILIA, Roseli. A Escola, o ensino e o rito: cultura escolar e modernidade. In: ALMEIDA, Malu (Org.). **Escola e Modernidade**: saberes, instituições e prática. Campinas: Alínea, 2004. p. 127-138.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 12.843, de 10 de julho de 1943.** Brasília, DF, 1943a. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12843-10-julho-1943-451036-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Decreto nº 75.079,** de 12 de dezembro de 1974. Altera a estrutura básica das escolas técnicas federais. Cria o Conselho Técnico Consultivo em substituição ao Conselho de Representantes. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/

decret/1970-1979/decreto-75079-12-dezembro-1974-423487-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 17 nov. 2009.

_____. **Decreto-lei nº 9.576, de 12 de agosto de 1946.** Modifica disposições do Decreto-lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942. Brasília, DF, 1946d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil/Decreto-Lei/1937-1946/Del9576.html. Acesso em: 3 out. 2007.

_____. **Lei nº 11.896, de 29 de dezembro de 2008**. Trata da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do RN (CEFET-RN) em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do RN (IFRN). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/-ato2007-2010/lei/11.892_htm. Acesso em: 5 jan. 2009.

_____. **Portaria Ministerial nº 331, de 16 de junho de 1968**. [Trata da transformação da Escola Industrial Federal do RN (EIFRN) em Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN)]. Arquivo Campus Natal Central -IFRN.

_____. **Constituição (1937).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 12 set. 2010.

_____. **Decreto 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Brasília, DF, 1942a. Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4048.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. **Decreto nº 13.064, de 12 de junho de 1918.** Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Regulamento Pereira Lima. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1918. (Coleção das Leis Brasileiras, v. 2.).

_____. **Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF, 1942e. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=15379&norma=30374. Acesso em: 15 jul. 2007.

_____. **Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959.** Regulamenta a Lei 3.552/59. Brasília, DF, 1959b. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 6 out. 2007.

_____. **Decreto nº 47.258, de 17 de novembro de 1959.** Trata do tempo de mandato dos membros do Conselho de Representantes. Brasília, DF, 1959c. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47258-17-novembro-1959-386377-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 13 jan. 2008.

_____. **Decreto nº 49.304, de 21 de novembro de 1960.** Altera o tempo de duração dos cursos industriais técnicos noturnos e garante a oferta dos cursos industrial básico e de aprendizagem industrial nos turnos diurnos e noturnos. Brasília, DF, 1960. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49304-21-novembro-1960-388834-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 8 fev. 2008.

_____. **Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961.** Dispõe sobre a organização e funcionamento do Ginásio Industrial. Brasília, DF, 1961a. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116354/decreto-50492-61. Acesso em: 16 fev. 2008.

_____. **Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963.** [Trata da redução do nº de representantes da Indústria no Conselho de Representantes e da inclusão de um representante de um técnico industrial de nível médio empregado na profissão]. Brasília, DF, 1963. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52826-14-novembro-1963-392687-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 maio 2008.

_____. **Decreto nº 615, de 20 de fevereiro de 1962.** Altera o Regulamento do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1962b. Disponível em: http://www.fiscolex.com.br/doc_228627decreto_n_615_de_20_de_fevereirode_1962.aspx. Acesso em: 13 jan. 2009.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Trata da criação nas capitais dos Estados da República, das Escolas de Aprendizes Artífices. Brasília, DF, 1909. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id= 57829>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Decreto nº 9.070, 25 de outubro de 1911.** Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Regulamento Pedro de Toledo. Brasília, DF, 1911. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/301564.pdf. Acesso em: 3 out. 2007.

_____. **Decreto nº de 50.945, de 13 de julho de 1961**. Trata da garantia aos portadores de certificados de conclusão do 2º ciclo secundário a matricula na 3ª série dos cursos industriais técnicos, e dispensa das matérias de cultura geral. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1961b. (Coleção das Leis do Brasil, v. 6, 1961, p. 88).

_____. **Decreto-lei nº 24.558, de 3 de julho de 1934.** Trata da transformação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Profissional. Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil – 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, v. 4, 1ª parte. p. 346-350, 1936.

_____. **Decreto-lei nº 4.119, de 21 de fevereiro de 1942.** Trata das Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1942d.

Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4119.htm. Acesso em: 8 jul. 2007.

_____. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasília, DF, 1943b. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6717. Acesso em: 2 julho de 2007.

_____. **Decreto-lei nº 7.190, 22 de dezembro de 1944. [**Trata do regime de trabalho dos Professores de Cultura Geral, Práticas Educativas e de Cultura Técnica]. Brasília, DF, 1944. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7190-22-dezembro-1944-378602-norma-pe.html. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. **Decreto-lei nº 8.530, de 21 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília, DF, 1946b. Disponível em: http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm. Acesso em: 8 ago. 2007.

_____. **Decreto-lei nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942.** Aprova o Regulamento do Quadro dos cursos do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1942c. Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1942/8673.htm. Acesso em: 10 ago. 2007.

_____. **Decreto-lei nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946.** Dar nova redação a alguns dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1946a. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126574/decreto-lei-8680-46. Acesso em: 14 out. 2007.

_____. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Brasília, DF, 1946e. Disponível em: http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoagricola.htm. Acesso em: 5 ago. 2007.

_____. **Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, 1942b. Disponível em: http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoindustrial.htm. Acesso em: 12 jul. 2007.

_____. Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional-Natal/RN. **Comunicação de nº 408,** de 13 de setembro de 1939. [Trata da comunicação junto a Direção do Liceu Industrial - nomeação do novo diretor – Jeremias Pinheiro da Câmara Filho. Natal, 1939].

_____. **Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Reforma do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1959a. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59. Acesso em: 5 out. 2007.

_____. **Lei 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). Brasília, DF, 1937. Disponível em: http:portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l378.pdf. Acesso em: 8 jan. 2008.

_____. **Lei nº 1.821, 12 de março de 1953.** Dispõe sobre o regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio para efeito de matricula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Brasília, DF, 1953. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128789/lei-1821-53. Acesso em: 1 jun. 2008.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Disponível em: http://www2.camara.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965**. Trata da transformação da Escola Industrial de Natal em Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte. [Brasília, DF: s. n., 1965]. Disponível em: http:www.senado.gov.br/sf/publicações/diários/pdf/sf/2002 – 2008. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices de 13 de novembro de 1926. In: FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961c. v.1, p. 224-244. (ESTE DOC. É UM ANEXO DO CAPÍTUL VII DESSE LIVRO - NÃO ESTÁ REGISTRADO COMO PORTARIA – APARECE TITULO E DATA EM QUE FOI ASSINADA.)

_____. **Portaria Ministerial de nº 38, de 28 de julho de 1946.** [Trata da nomeação do Prof. Pedro Pinheiro de Souza para o cargo de Diretor Substituto eventual]. Brasília, DF, 1946c.

_____. **Portaria Ministerial nº 11, de 19 de janeiro de 1962.** Define novas atribuições ao Presidente do Conselho de Representantes. Brasília, DF, 1962a.

_____. **Portaria Ministerial nº 26, de 7 de março de 1962.** [Trata das disciplinas obrigatórias e das optativas do curso industrial básico e do curso industrial técnico]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 9 mar. 1962c.

_____. **Portaria Ministerial nº 384, de 17 de junho de 1964.** [Designa o prof. Irineu Martins de Lima, diretor da EIN, para o cargo técnico de Supervisor das Escolas Industriais e Escolas Técnicas, junto a Diretoria de Ensino Industrial]. Brasília, DF, 1964b.

_____. **Portaria Ministerial nº 46, de 1964**. Estabelece os objetivos do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra-PIPMO, no âmbito das escolas industriais e escolas técnicas da rede federal. Brasília, DF, 1964.

_____. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **SUDENE dez anos.** Recife: Ministério do Interior, 1969.

BRITO, Severino do Ramo de. **Sobre a Escola Industrial de Natal.** Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 3 nov. 2009; 3 e 10 dez. 2010.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares, organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.] (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Antonio Fernandes de. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 9 e 23 fev. 2010.

CARVALHO, Maria Araújo Duarte. **O Serviço Social na ETFRN:** síntese da sua história. Natal: Escola Técnica Federal do RN, fev. de 1979. p.1-7. Mimeografado.

CARVALHO, Maria Duarte de. **Sobre o trabalho das Assistentes Sociais na Escola Industrial de Natal.** Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, maio de 2009 e março de 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999. Edição Instituto Histórico e Geográfico/RN.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A Invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CIAVATTA, Maria. A fotografia como fonte histórica: conceitos, teorias e métodos fundamentais para interpretação de imagens fotográficas. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 4., 1, **Anais...** Santiago, 1998.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas. **Celso Suckow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4695.pdf . Acesso em: 8 fev. 2011.

COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE ENSINO INDUSTRIAL. **Boletim nº 5**, São Paulo, v. 7, p. 1027, maio 1953a.

_____. **Boletim nº 6,** São Paulo, v. 7, p. 1051, 1052, 1054, 1055, jun. 1953b.

CONSELHO DE REPRESENTANTES. C**omunicação s/n, 15 de fevereiro de 1962**. [Trata de solicitação aumento de matrícula para o ano letivo de 1963]. Natal, 1962a. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 02, de 30 de abril de 1963**. [Trata da autorização para o afastamento do prof. Irineu Martins de Lima da direção da EIN]. Natal, 1963. Arquivo Campus Natal Central-IFRN.

_____. **Portaria nº 1, de 28 de janeiro de 1961.** [Trata da homologação do nome do prof. Pedro Pinheiro de Souza, para o cargo de Diretor da EIN]. Natal: Escola Industrial de Natal, 1961. Arquivo do Campus Central de Natal – IFRN.

_____. **Resolução nº 07, de 12 de dezembro de 1962**. [Trata da criação dos cursos técnicos de Estradas e Mineração]. Natal, 1962b. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Resolução nº 109, de 5 de novembro de 1970.** [Trata da extinção gradativa do Ginásio Industrial]. Natal, 1970. Arquivo Câmpus Natal Central -IFRN.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005.

DANTAS, Anaide. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Maria da Guia de Sousa Silva e a Equipe da Coordenação de Comunicação Social do Campus Central de Natal, Natal, 6 jun. 2010.

DIRETORIA DE ENSINO INDUSTRIAL. **Circular nº 4323A**, de 20 de setembro de 1958. [Trata sobre a elaboração dos testes de nível para os exames vestibulares de 1959]. Natal, 1958. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN

_____. **Comunicação nº 335/51, de 24 de julho de 1951.** [Trata da aprovação do prof. Irineu Martins de Lima para o cargo de Orientador Educacional na EIN]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Comunicação nº 850, de 13 de março de 1959**. [Trata das competências atribuídas ao Diretor da EIN e ao seu Substituto legal]. Natal, 1959. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN

_____. **Ofício nº 2721, de 29 de julho de 1948**. [Trata da proposta de estágio dos professores da EIN, nas oficinas deste estabelecimento]. Natal, 1948b. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Ofício nº 2853,** de 15 de agosto de 1954. [Trata da transferência do diretor da EIN, Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, para os quadros da Diretoria de Ensino Industrial/ Rio de Janeiro]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Ofício nº 609, de 24 de fevereiro de1948.** [Solicita informações sobre professores de Cultura Geral Licenciados ou Bacharéis por Faculdades de Filosofia]. Natal, 1948a. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Telegrama s/n, de 25 de janeiro de 1956.** [Trata do afastamento de Clodoaldo de Carvalho do cargo de Diretor da EIN]. Natal, 1956. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

EDITAL [do] Exame de admissão para a Escola Industrial de Natal. **A República**, Natal, p. 3, 17 jan. 1946.

EDITAL de abertura de matrícula para os cursos de aperfeiçoamento da Escola de Aprendizes Artífices do RN. **A República**. Natal, 18 jan. de 1924.

EDITAL sobre concurso para provimento dos cargos de Professores para lecionarem no curso primário e no curso de desenho, no Liceu Industrial. **A República**, Natal, p. 9, 25 de set. de 1941

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES. **Livro de Assentamento do Pessoal Lotado na Escola de Aprendizes Artífices de 1912**. Natal, 1912. Arquivo Campus Natal Cidade Alta -IFRN. Manuscrito.

_____. **Livro de Posse da EAA-Natal e do Liceu Industrial – 1934-1941.** Natal, 1941. Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Manuscrito

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Anteprojeto de Reestruturação do Ensino Industrial. Natal, 1952b. Arquivo do Campus Central de Natal – IFRN.

_____. **Comunicação de 26 de junho de 1952**. [Trata do envio da relação de escolas profissionais existentes em Natal à Diretoria de Ensino Industrial]. Natal, 1952a. Arquivo do Campus Central de Natal — IFRN.

_____. **Declaração de 15 de janeiro de 1960**. [Trata das atribuições do cargo de Orientador Educacional]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. Distribuição dos professores - cursos e disciplinas. Estágios (1948 e 1949). [Trata da ficha de distribuição de aprendizes nos cursos]. Natal, 1948b. Arquivo do IFRN - Campus Natal Central.

_____. **Enquete entre os professores de Cultura Geral e Desenho**, estagiários do Curso Especial de Treinamento de Oficinas. Natal, 9 de julho de 1948c. Arquivo do IFRN - Campus Natal Central.

_____. **Fichas Individuais dos Professores da Escola Industrial de Natal a Escola Industrial Federal do RN, 1961-1968**. Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Natal. 1968b. Manuscrito.

_____. Fotografias – 1940-1968. Natal: [s. n., 1968b]. Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. 26 Fotografias.

_____. **Livro de Matrículas de 1942-1959**. Escola Industrial de Natal. Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Natal, 1959. Manuscrito.

_____. **Livro de Matrículas de 1943-1968**. Natal, 1968a. Arquivo do Campus Natal, Cidade Alta - IFRN. Manuscrito.

_____. **Livro de Posse da Escola Industrial de Natal - 1940-1948.** Natal, 1948. Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Manuscrito.

_____. **Livro de Posse da Escola Industrial de Natal - 1949-1955.** Arquivo Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Natal, 1955. Manuscrito.

_____. **Livro de Posse dos Professores da Escola Industrial de Natal a Escola Industrial Federal do RN, 1961-1968**. Natal, 1968. Arquivo do Campus Natal Cidade Alta- IFRN. Manuscrito.

_____. **Livro de Registro das Sessões de Professores da Escola Industrial de Natal, 17 de Abril de 1962 a 6 de Agosto de 1964.** Natal, 1964. Arquivo do Campus Natal Cidade Alta - IFRN. Natal, 1964. Manuscrito.

_____. **Ofício nº 269, de 1953.** [Trata de relatório sobre o Anteprojeto de Reestruturação do Ensino Industria]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN. Natal. 1953.

_____. **Ofício nº 306, de 27 de outubro de 1956.** [Trata da indicação do prof. Irineu Martins de Lima, para o cargo de diretor substituto eventual, junto a direção da EIN]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Oficio nº 54, de 8 de outubro de 1954.** [Trata da nomeação do Prof. Pedro Pinheiro de Souza para o cargo de Diretor interino]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Ofício nº 90, de 7 de abril de 1948.** [Diretor da Escola Industrial de Natal ao Diretor da Diretoria de Ensino Industrial - trata sobre os professores de nível superior existentes na EIN]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Ofício s/n, de 1947**. [Oficializa junto a Diretoria de Ensino Industrial que o prof. Pedro Pinheiro de Souza é o seu Diretor Substituto eventual]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Ofício s/n, de 5 de fevereiro de 1959.** [Trata do registro sobre a reunião de diretores das Escolas Técnicas e Escolas Industriais, realizada no Centro de Treinamento de Professores na Escola Técnica de Curitiba]. Natal, 1959a. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN

_____. **Pastas Individuais de Servidores Aposentados/Falecidos da Escola Industrial a Escola Técnica Federal do RN, 1960-1990.** Natal, 1990. Arquivo da Diretoria de Recursos Humanos. Câmpus Natal Central – IFRN. Digitado.

_____. **Portaria nº 24, de 29 de abril de 1960**. [Trata da publicação dos nomes dos 9 (nove) alunos do Corpo de Vigilantes]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 3, de 11 de fevereiro de 1961.** Trata da solenidade de instalação do Conselho de Representantes]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 36, de 25 de junho de 1948**. [Trata do estágio de professores de Cultura Geral e Desenho, nas oficinas da EIN]. Natal, 1948a. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 40, de 22 de maio de 1962**. [Trata da garantia de gratificação mensal aos Professores das Oficinas]. [Natal, 1962]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 53, de 10 de novembro de 1961**. [Trata da solenidade de instalação do Conselho de Professores, no dia 13 de novembro de 1961]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 72, de 4 de novembro de 1959**. [Trata do processo de escolha dos representantes dos docentes para o Conselho de Representantes da EIN, titular e suplente] Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria nº 84, de 9 de dezembro de 1959**. [Trata da constituição das equipes de professores e funcionários responsáveis pela organização da Exposição Escolar]. Arquivo do Campus Natal Central de Natal – IFRN.

_____. **Portaria nº 87, de 17 de dezembro de 1959.** [Trata da solenidade de entrega de prêmios aos alunos selecionados para o Quadro de Honra]. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria s/n , 11 de junho de 1945**. [Trata da campanha de divulgação do ensino industrial no Rio Grande do Norte pela Escola Industrial de Natal]. Natal, 1945. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Portaria s/n, de 23 de março de 1959**. [Trata das funções do Corpo de Vigilantes]. Natal, 1959b. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

_____. **Relatório das conclusões do 1º Encontro de Professores do Ensino Industrial de Natal:** 6 a 8 de setembro de 1962b. Natal. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN. Manuscrito.

_____. **Situação profissional de alunos diplomados no Curso Industrial Básico**. Setor de Orientação Educacional, Natal, 1956. Arquivo do IFRN - Campus Natal Cidade Alta.

_____´. **Portaria nº 8, de 11 de março de 1950**. [Trata da designação do prof. Rivaldo Pinheiro para participar do Tribunal de Penas do corpo discente desta Escola, como orientador e interprete do seu Código de Penas - ano letivo de 1950]. Arquivo do Campus Central de Natal – IFRN.

ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO RN. Documento ao Ministro da Educação e Cultura. Natal, 07 de maio de 1967a. Mimiografado.

_____. **Fotografias 1966-1967.** Arquivo do Campus Natal Central – IFRN. 1 Fotografia.

_____. **Portaria nº 148, de 16 de agosto de 1967**. [Trata da obediência dos professores ao tempo que deveriam permanecer em sala de aula]. Natal, 1967b. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN.

ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA**. Programa do curso de magistério de artes industriais.** Curitiba, 1963. [Diploma emitido ao aluno] Francisco Bernardino de Souza**,** em dezembro de 1963.

ESCOLA TÉCNICA DO RECIFE. **Carta do Diretor Manoel Vianna Vasconcelos ao diretor Jeremias Pinheiro da Câmara Filho**. Recife, 30 de jun.1943. Arquivo do Campus Natal Central - IFRN.

ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RN. **Relatório Anual da Diretoria Executiva**. Natal, 1968. Arquivo do Campus Natal Central – IFRN. Mimeografado.

_____. **Relatório de Caracterização Sócio-Econômica e Educacional da Clientela da Escola:** 1974-1977. Arquivo Campus Natal Central -IFRN. Mimeografado.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In. FRAGO, Viñao; Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FALCÃO, Luciene Quintanilha; CUNHA, Luis Antônio. Ideologia, Política e Educação: A CBAI (1946-1962). **Revista Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p.148-173, jan./jul., 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. **República, Trabalho e Educação:** a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FAUSTINO, João. **A Escola que vivi**: Memórias de um educador. [S. l.]: Vox Gráfica e Editora. 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. 1 v.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Ody. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Maria da Guia de Sousa Silva. abr. 2008. (IFRN – Campus Natal Central).

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Ofício nº 178, de 15 de abril de 1993**. Trata do processo de tombamento do prédio do antigo Liceu Industrial e Escola Industrial de Natal, localizado na Av. Rio Branco, Cidade Alta, Natal-RN. Natal, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O Longo amanhecer:** reflexão sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, João Maria. **Vertentes** (Memórias). Natal: CLIMA, 1989.

GADELHA, Dinara Regina Azevedo. **Centro de Cultura e Criatividade Liceu das Artes**. 2007. Monografia (curso de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GALVÃO, Luis Carlos Abbott. **Relatório da administração de Luis Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes (1961-1974).** Natal: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, 1974. Mimeografado.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Lendo e aprendendo:** a Campanha de Pé no Chão. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal:** República, Trabalho e Educação (1909-1942). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1940:** População e Habitação. Censo Econômico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

_____. **Censo Demográfico de 1950:** Estado do Rio Grande do Norte**.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1956. v.15.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN. Natal, 2010. Fotografia [Placa homenagem presidente do CR Luis Carlos Abbott Galvão].

JAPIASSU, Fernando. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 13 abr. 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun.2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUENZER, Acácia. A concepção de Ensino Médio e Profissional no Brasil: a história da construção de uma proposta dual. In: KUENZER, Acácia (Org.). **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. p. 27-38.

_____. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. **Livro de assentamento do pessoal lotado no Liceu Industrial do Rio Grande do Norte** – 1939 (110 f.). Natal, 1939. Arquivo Campus Natal Cidade Alta- IFRN. Manuscrito.

_____. **Livro de Matriculas de 1940-1942**. Liceu Industrial a EIN. Natal, 1942. Arquivo do Campus Natal Cidade Alta -IFRN. Manuscrito.

LIMA, Irineu Martins. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistador: Equipe da Coordenação de Comunicação Social do Campus Central de Natal-IFRN. Aracaju, maio 2006.

LOURO, Guacira. A história (oral) da Educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, v. 9, n. 47, Brasília, DF, 1990.

_____. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: BARBOSA Denice (Org.). **Docência, memória e gênero:** estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

_____. Mulheres nas salas de Aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.443-481.

MACHADO, Lucília R. de Sousa. **Educação e divisão social do trabalho:** contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a História das Instituições Educativas:** entre a Memória e o Arquivo. Braga: Universidade do Minho. 1996. Mimeografado.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do RN**. 2. ed. Natal: [s.n.], 2005.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do RN**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEIRELES, Elisângela Cabral. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Centro Federal de Educação Tecnológica: uma análise econômica. In: PEGADO, Érika Araújo da Cunha (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde de sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI.** Natal: Editora do CEFET-RN, 2006. p. 50-76.

MELO, João Maria Cortez Gomes de. **Sobre a Escola Industrial**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 20 ago. 2011.

MELO, Manoel Rodrigues. **Dicionário da imprensa no RN:** 1907-1987. São Paulo: Cortez; Natal (RN): Fundação José Augusto, 1987.

MENDONÇA, Alvamar Furtado. **Enquete entre os professores de Cultura Geral e de Desenho – estagiários do Curso Especial de Treinamento de Oficinas**. Natal: Escola Industrial de Natal, 1948. Mimeografado.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3. ed. rev. ampl. Natal: EDUFRN, 2007.

MONTOJOS, Francisco. **[Carta ao diretor da Escola Industrial de Natal – Jeremias Pinheiro da Câmara Filho].** Rio de Janeiro, 24 jun. 1949. Manuscrito.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Chicuta Nolasco Fernandes, Intelectual de Mérito.** Natal: Editora A República, 2006.

MOTTA, Júlia Maria Casulari. **Fragmentos da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil**: relações entre a industrialização e a psicologia. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2004.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 9, n. 47, jul./set. 1990.

_____. **O Passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Kerginaldo Barbosa. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Maria da Guia de Sousa Silva; Equipe de Coordenação de Comunicação Social do Campus Central de Natal – IFRN, Natal, 20 jul. 2010.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientação vocacional e decisão:** estudo crítico da situação do Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

PINHEIRO, Rivaldo. **Enquete entre os professores de Cultura Geral e de Desenho – estagiários do Curso Especial de Treinamento de Oficinas**. Natal: Escola Industrial de Natal, 1948. Mimeografado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística. **Instrumentos do Ordenamento Urbano de Natal**. Natal, 2009.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982.

RODRIGUES, Andréa Gabriel F. **Educar para o lar, educar para a vida:** cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e sua história do ensino industrial no Brasil. **Revista Brasileira de História de Educação** Campinas**,** n. 4, p. 47-74, jul./dez. 2002. Disponível em: http:// www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE4.pdf. Acesso em: 28 mar. 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMPAIO, Flávio Penteado. **Experiência obtida no Brasil com a aplicação do Método de Supervisão T – W – I.** São Paulo: D. P. I, 1953. (Cadernos de Economia Industrial; Série 2; n. 14.). Disponível em: http://www. diese.org.br/cedoc/005146. pdf. Acesso em: 6 out. 2010).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENA, Maria Elza Fernandes. **Relatório do Estágio nos Estados Unidos da América do Norte**. Escola Industrial de Natal, março de 1966. Natal. Mimeografado.

SILVA, Joaquim Elói Ferreira da Silva. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva e a Equipe de Coordenação de Comunicação Social do Campus Central de Natal – IFRN, Natal, 1 dez. 2010.

SILVA, Marconi Gomes da; BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira; AZEVEDO, Geraldo Gurgel. **A Economia Norte-riograndense e a crise de 29**. Natal, EDUFRN, 1986.

SILVA, Nina Maria da Guia de Sousa. **Placa homenagem presidente do CR Luis Carlos Abbott Galvão.** Natal: [s.n.], 2010. 1 Fotografia.

SILVA, Maria das Graças Baracho. **Da arte do ofício à especialização:** um breve histórico sobre a função social do ensino técnico industrial. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1991.

SILVA, Natanael Gomes da. **Sobre a Escola Industrial de Natal.** Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, em 3 fev. 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castello 1930-1964. São Paulo: Paz e Terra. 1979.

SOLENIDADE de entrega de diplomas aos alunos concluintes da Escola Industrial de Natal. **A República**, Natal, 24 fev. 1944.

SOUZA, Francisco Bernardino de. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 8 fev. e 5 mar. 2010.

SOUZA, José Maria de. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 11 nov. de 2011.

SOUZA, Maria de Lourdes Alves de. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 19 mar. 2010.

SOUZA, Ody Freire. **Sobre a Escola Industrial de Natal.** Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 3 abr. 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil).** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).

_____. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA CBAI. **Comunicação de 2 de abril de 1954**. [Trata do envio de certificado de conclusão de curso de férias do diretor Jeremias Pinheiro da Câmara Filho]. Rio de Janeiro, 1954.

_____. **Ofício nº 702, de 1º de dezembro de 1958**. [Trata de convite ao diretor da EIN, Pedro Pinheiro de Souza, para conhecer as instalações e o trabalho do Centro de Treinamento de Professores na Escola Técnica de Curitiba, no ano de 1959]. Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Portaria nº 62**, de dezembro de 1946. [Trata da Designação do diretor da Escola Industrial de Natal, Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, para participar do curso sobre problemas de Administração dos Estabelecimentos de Ensino Industrial, no Rio de Janeiro, em 1947]. Rio de Janeiro, 1946.

TORRES, Nivado Calixto. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, em 14 e 29 dez. 2009.

_____. **Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte:** trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min)

TRINDADE, Paulo Xavier. **Sobre a Escola Industrial de Natal**. Entrevistadora: Nina Maria da Guia de Sousa Silva, Natal, 27 jul. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Manoel Vianna de. [Carta ao diretor da Escola Industrial de Natal – Jeremias Pinheiro da Câmara Filho]. Recife, 30 de junho de 1943. Manuscrito.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares:** estudo sobre práticas de leitura escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil:** de Getúlio a Geisel. 4. ed. [S.l.]: Ed. Cortez, 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.59-139.

_____. Historia de la educación y historia cultural: possibilidades, problemas, custiones. **Revista Brasileira de Educação,** n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

VISITA dos alunos do Grupo Escolar João Tibúrcio a Escola Industrial de Natal. **A República**, Natal, n. 80, p. 2, 8 fev. 1946.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.



Este livro analisa a trajetória histórica da Escola Industrial de Natal, atual IFRN, no período de 1942 a 1968. O estudo aborda as características culturais, sociais e pedagógicas da Instituição, desvelando as práticas educativas dos sujeitos que as constituíram durante esse período. Neste sentido, conceitos como memória e cultura escolar ocupam lugar central para a compreensão dos aspectos que caracterizaram a organização administrativa e pedagógica da Escola.

Este trabalho é de extrema relevância por desvelar e tornar pública parte importante da história do atual IFRN, assim como é essencial para pesquisadores e estudantes da história da educação e, mais especificamente, da história da educação profissional e de suas instituições.

editoraIFPB editoraifrn